

414.2

Folha: 1616
Proc.: 0337/08
Rubrica: Am



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos **06** dias do mês de **junho** de **2012**, procedeu-se a abertura deste Volume nº IX do processo de nº **02001.000337/2008-06**, referente ao Licenciamento Ambiental do AHE Santo Antônio do Jari, iniciado na folha 1616 .

Ana Patrícia Mykito
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Mat. 1.730.428

EMBRANCI



ECE Participações S.A.

MMA - IBAMA
Documento:
02001.016008/2012-55

Fis.: 1617
Proc.: 0337108
Rubr.: Apr

Data: 29/03/2012

São Paulo, 29 de março de 2012.

ECE - 199/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: Thomaz Miasaki de Toledo
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Levantamento Florestal para fins de Obtenção de ASV

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antonio do Jari, dando prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento em referência, vem por meio desta solicitar a emissão de Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) da área do reservatório e de áreas necessárias à implantação empreendimento, e para tanto encaminha em anexo, a versão impressa e em meio digital do Levantamento Florestal para fins de Obtenção de ASV.

Destacamos que a área total de vegetação a ser suprimida é 445,59 hectares conforme descrição contida no item 4 do referido Levantamento Florestal.

Ressaltamos ainda que devido às necessidades do cronograma de implantação do empreendimento o início da referida supressão de vegetação deve ocorrer no próximo mês de junho, quando se encerra o período de chuvas, sob pena de se perder a janela de estiagem para execução das obras.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.


ECE Participações
Juhei Muramoto

Anexo: Levantamento Florestal para fins de Obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação (ASV).

De ordem: *Paulo* Em: 30.03.12
Para: *Mônica*
P/ Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária: JE DILIC

A CHERE DE EQUIPE

Mônica FONSECA

FAVOR ORGANIZAR O

ANALISTA JUIZ NA AVALIAÇÃO.

05/04/12



Thomas *de Toledo*
Coordenador de Licenciamento de
Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

do analista *Julia Feneir*
para avaliação.

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe de Equipe

09/04/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1292, Fax: (61) 3316-1178 - <http://www.ibama.gov.br>

Fts.: 1618
Proc.: 0337108
Rubr.: *Apw*

Ofício nº 305 /2012 - CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 08 de maio de 2012.

Ao Senhor
JOSÉ CARDOSO LOPES
Procurador da República
Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Amapá
Rua Jovino Dinoá, nº 468
Jesus de Nazaré – Macapá/AP
Tel: (96) 3213-7800

Assunto: **Resposta ao Ofício 1142/2012 – GAB/JCL/PR/AP - Extrajudicial**
Ref.: Processo Ibama nº 02001.000337/2008-06 – AHE Santo Antônio do Jari

Senhor Procurador,

1. Em resposta ao Ofício 1142/2012 – GAB/JCL/PR/AP – Extrajudicial, informo que o Parecer Técnico nº 120/2009 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, o qual analisou o EIA/RIMA da UHE Santo Antônio do Jari, assim como outros documentos técnicos referentes ao licenciamento ambiental deste empreendimento encontram-se disponíveis no sítio do licenciamento na internet (www.ibama.gov.br/licenciamento), no caminho Consulta >> Empreendimentos (inserir qualquer dado do Empreendimento em questão).

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1292, Fax: (61) 3316-1178 - <http://www.ibama.gov.br>

Fls.: 1619
Proc.: 0337/08
Rubr.: Jm

Ofício nº 350 /2012 - CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 09 de maio de 2012.

Ao Senhor
FELÍCIO PONTES JR.
Procurador da República
Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Pará
Rua Domingos Marreiros, nº 690
Umarizal - Belém/PA
CEP: 66.055-210
Tel: (91) 3299-0100

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 2676/2012/GABPRO3**
Ref.: Processo Ibama nº 02001.000337/2008-06 – AHE Santo Antônio do Jari

Senhor Procurador,

1. Atendendo às solicitações do Ofício nº 2676/2012/GABPRO3, em relação às condicionantes da Licença Prévia nº 337/2009 consideradas “parcialmente atendidas” ou “não atendidas”, informo que:
 - a. A Condicionante 2.2 da Licença Prévia teve sua exigência mantida através da Condicionante 2.3 da Licença de Instalação nº 798/2011;
 - b. A Condicionante 2.3 da Licença Prévia teve sua exigência mantida através do item 1.24 do Ofício nº 529/2011 – DILIC, o qual é referenciado na Condicionante 2.1 da Licença de Instalação;
 - c. A Condicionante 2.8 da Licença Prévia teve sua exigência mantida através do item 1.10 'e' do Ofício nº 529/2011 – DILIC;
 - d. Em relação à Condicionante 2.15 da Licença Prévia, o IPHAN, por meio do Ofício nº 0117/11/CNA/DEPAM/IPHAN, de 27 de maio de 2011, informou que foi aprovado o Relatório Parcial 1: Prospecção Arqueológica na área do Canteiro de Obras e autorizou a emissão da Licença de Instalação mediante algumas exigências. Tais exigências manifestadas pelo IPHAN no referido documento constam na Condicionante 2.12 'a' da Licença de Instalação;
 - e. A Condicionante 2.20 da Licença Prévia foi atendida quanto ao rescaldo no Programa de Resgate da Fauna, e foi mantida quanto à soltura dos animais na mesma margem de captura no item 1.18 'a' do Ofício nº 529/2011 – DILIC.
2. Em relação às recomendações constantes no Relatório de Vistoria nº 14/2011, encaminho cópia da Nota Técnica nº 25/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, a qual avaliou o cumprimento destas, e do Ofício nº 68/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA contendo as solicitações à empresa. Informo também que a equipe técnica do Ibama pretende realizar nova vistoria ao local do empreendimento na segunda quinzena do mês de maio deste ano.

3. Em relação ao atendimento das condicionantes da Licença de Instalação, informo que o “1º Relatório Semestral”, exigido pela Condicionante 2.2, encontra-se em análise. Tão logo seja concluído, cópia do parecer técnico será enviado à Procuradoria da República no Estado do Pará.

Atenciosamente,



THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto

Anexos: Nota Técnica nº 25/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Ofício nº 68/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1595, Fax: (61) 3316-1178 - <http://www.ibama.gov.br>

Fls.: 1620
Proc.: 0337108
Rubr.: Agua

Ofício nº 104 /2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 11 de maio de 2012.

Ao Senhor
Juhei Muramoto
Consórcio Amapá Energia
Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar
Itaim Bibi - São Paulo/SP
CEP: 04532-001
Tel: (11) 2185-5576 Fax: (11) 2185-5100

Assunto: **Solicitações do Relatório de Vistoria nº 04/2012-NLA/AP**
Ref.: Processo IBAMA nº 02001.000337/2008-06 – AHE Santo Antônio do Jari

Prezado Senhor,

1. Encaminho cópia do Relatório de Vistoria nº 04/2012-NLA/AP e solicito que as medidas indicadas por este sejam atendidas:

- Na supressão de vegetação, a disposição da madeira deverá ser realizada em pilhas numeradas e identificadas para facilitar o transporte e a futura utilização das mesmas;
- Orientar os funcionários da empresa e empreiteiras para que não joguem restos de alimentos para atrair animais silvestres próximo aos alojamentos.

Atenciosamente,

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas Substituto

Anexo: Relatório de Vistoria nº 04/2012-NLA/AP





Fis.: 1621
Proc.: 0337108
Petr.: *[assinatura]*

MMA - IBAMA
Documento:
02001.025435/2012-24

Data: 16/05/12

São Paulo, 10 de maio de 2012.

ECE 225/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Dr. Thomaz Miasaki de Toledo
MD Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco C
Brasília - DF
CEP: 70-800-200


Assunto: Processo N.º 02001.000337/2008-06
UHE Santo Antônio do Jari

Ref.: Licença de Instalação N.º 798/11
Condicionante N.º 2.1. ii

Senhor Coordenador,

A ECE PARTICIPAÇÕES S.A., titular da concessão para construção e operação da UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI, no contexto da Condicionante 2.1. ii - Plano Ambiental para Construção – PAC, vem por meio desta encaminhar o desenho EN-SP-MA-DE-0142 intitulado Poligonal do Canteiro de Obras, com o objetivo de auxiliar os técnicos desse IBAMA nas vistorias à UHE Santo Antônio do Jari.

Atenciosamente,


ECE PARTICIPAÇÕES S.A.
Juhei Muramoto

Anexo: Cópia impressa do desenho EN-SP-MA-DE-0142 - Poligonal do Canteiro de Obras

De ordem: *la. Silva* Em: 17/05/12
Para: *Mônica Fonseca*

Simone
Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A analista Daniela Morais
para conhecimento.

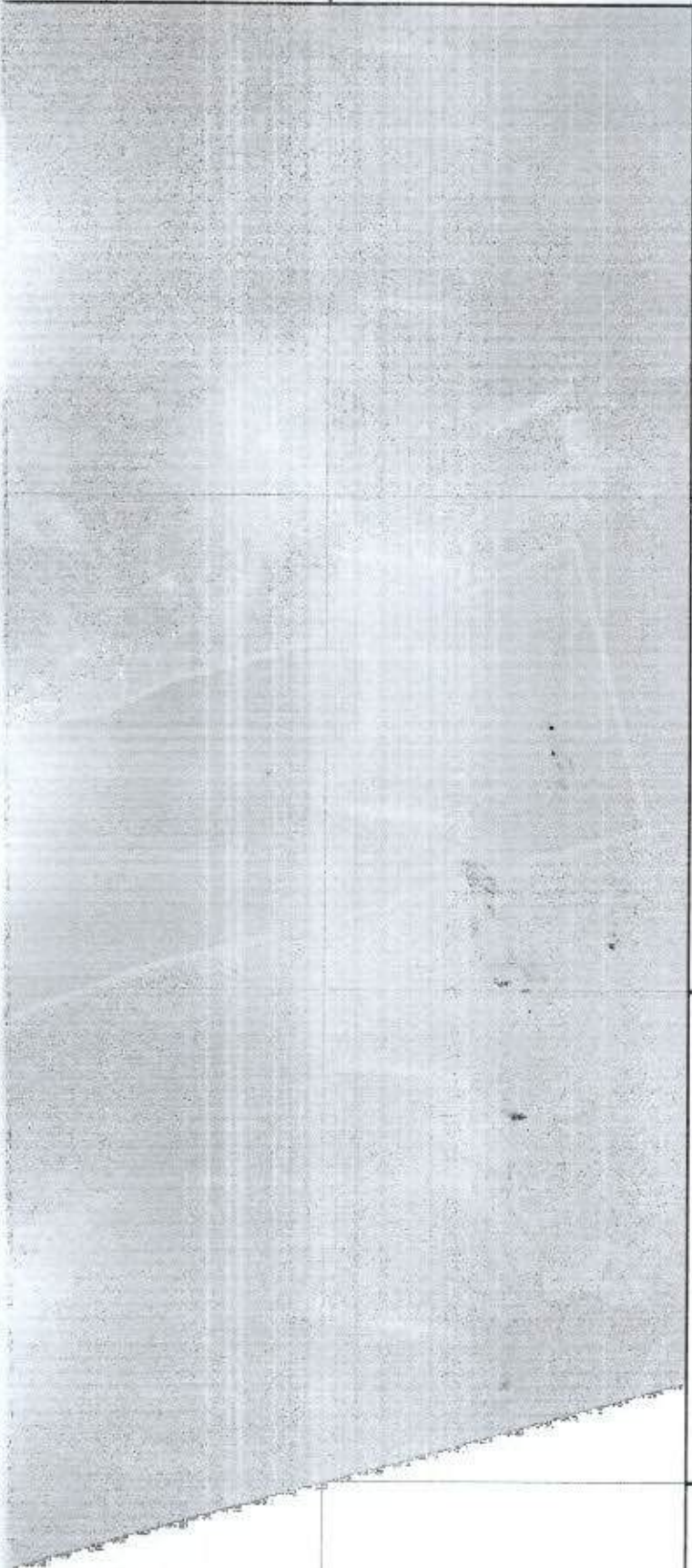
18/05/2012

Mônica
Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Ciente em 18/05/2012

Daniela

Daniela da Costa Morais
Analista Ambiental
Matr. 1.727.554
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



332000

333000

334000

9921000



1.500

2.000

Meters



ITEIRO DE OBRAS

UME SANTO ANTÔNIO DO JARI PROJETO AMBIENTAL POLIGONAL DE CANTEIRO DE OBRAS

Nº EN-SP-MA-DE-0142
Data: 15/08/2011
Revisão 00

Desenvolvimento:
Eng.º Gedson de Paizonien Neto

Fls.: 1622
Proc.: 0202109
Posto: [assinatura]

D69 FUSO 22

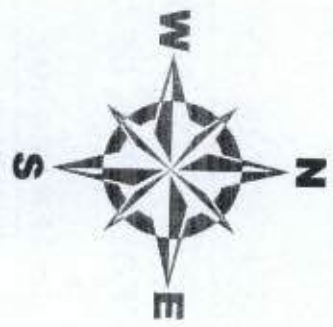
9921000

328000

329000

330000

331000



POLIGONAL DE CA

Projeção UTM S



ECE Participações S.A.

Fls.: 1623

Proc.: 0337103

Assin.: *Assinatura*

MMA - IBAMA

Documento:

02001.025440/2012-37

Data: 16/05/12

Laranjal do Jari (AP), 10 de Maio de 2012.

ECE - 222/2012

Ao

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco C

CEP 70-800-200 – Brasília DF

Atenção: Sr. Thomaz Miasaki de Toledo
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Realização da Reunião Inaugural do Fórum de Acompanhamento Social dos Programas Ambientais da UHE Santo Antonio do Jari

Prezado Senhor(a),

A ECE Participações S.A., titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem por meio desta informar que promoverá a primeira reunião do **Fórum de Acompanhamento Social dos Programas Ambientais**, instância de participação social, de cunho eminentemente consultivo e informativo, com objetivo de acompanhamento da implementação dos Programas Ambientais a partir de discussões com representantes sociais locais e regionais. Cada entidade participante deverá ser representada por um membro titular e um suplente.

Neste sentido, convidamos o **IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** a se fazer representada neste Fórum que ocorrerá no dia **13 de junho de 2012**, às 9 horas, no escritório da EDP localizado na rua Rio Jari, nº 1152, bairro Agreste, em Laranjal do Jari (AP).

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.


ECE Participações
Juhei Muramoto

¹ Convite enviado para as seguintes instituições: Ministério Público do Estado do Amapá, Ministério Público do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Almeirim, Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, Comunidade da Vila de Iratapuru e da Vila de Santo Antônio da Cachoeira, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (Amapá e Pará), IBAMA;

A COHID,

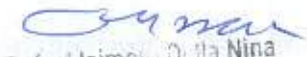
PARA ANÁLISE DA
PARTICIPANÇA DA
PARTICIPANÇA.

23/05/12



Thomaz Mizaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de
Energia Elétrica
CGENE/DILIC/BANA
Substituto

AO ANÁLISE C. SUPRINT.,
PARA ANÁLISE DA PARTICIPANÇA
EM 24.05.12



Rafael Isimotu D. da Nina
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/BANA
Substituto



ECE Participações S.A.

Fis.: 1629

Proc.: 0337108

Rubr.: Agres

MMA - IBAMA

Documento:

02001.025434/2012-80

Data: 16/05/12

Laranjal do Jari (AP), 10 de Maio de 2012.

ECE - 221/2012

Ao

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco C
CEP 70-800-200 – Brasília DF

Atenção: Sr. Thomaz Miasaki de Toledo
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Realização da Reunião Inaugural do Fórum da Atividade Pesqueira

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem por meio desta informar que promoverá a primeira reunião do **Fórum da Atividade Pesqueira**, instância que visa promover discussão sobre formas de fomento à atividade pesqueira nos municípios das áreas de influência da UHE Santo Antonio do Jari, no âmbito do Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira.

Neste sentido, convidamos¹ o **IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** a se fazer representada neste Fórum que ocorrerá no dia **14 de junho de 2012**, às 9 horas, no escritório da EDP localizado na rua Rio Jari, nº 1152, bairro Agreste, em Laranjal do Jari (AP).

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.



ECE Participações
Juhei Muramoto

¹ Convite enviado para as seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, Prefeitura Municipal de Almeirim, Colônia de Pescadores da Z.10 e da Z.15, Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, ICMBio (ESEC Jari), IBAMA;

A CONHO

Para Analise A
Pertinencia DA
PARTICIPACAO.

23/05/12


Thomaz Mizaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de
Energia Eletrica
CGENE/DILICH/BAMA
Substituto

AO ANUNCIAR L. SUFFIATI.

Para Analise A PERTINENCIA
DA PARTICIPACAO DA EQUAPE.

em 29.05.12


Tael Isimoto
Coordenador de Licenciamento
CGENE/DILICH/BAMA
Substituto

Nina

Coordenadora



ECE Participações S.A.

Fis.: 1625
Proc.: 0337108
Rubr.: adm

MMA - IBAMA
Documento:
02001.025503/2012-55

Data: 17/05/12

São Paulo, 16 de maio de 2012.

ECE - 228/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: Thomaz Miasaki de Toledo
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Renovação das ASV's nº 560/2011, 566/2011 e 574/2011

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 – Condicionante nº 2.1 – Programa Ambiental nº 11

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, dando prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental deste empreendimento, vem por meio desta solicitar a renovação do prazo de vigência das Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV's nº 560/2011, 566/2011 e 574/2011, referentes às áreas dos canteiros, acessos e outras estruturas, por igual período de validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, pela necessidade de dar continuidade às atividades de supressão na próxima janela de estiagem regional.

Destacamos que as condicionantes destas ASV's estão sendo atendidas e que a documentação descritiva e fotográfica com evidências da sua execução continuará a ser encaminhada semestralmente para apreciação desse IBAMA, juntamente com os relatórios dos demais Programas Ambientais.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.


P/ ECE Participações
Juhei Muramoto

De ordem: *Simone Araújo* Em: 18/05/12
Para: *Mônica Fonseca*

Simone Araújo
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DIIC

*À analista Tullio Raposo
para análise.*

Mônica
Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DIIC/IBAMA

22/05/2012

PREENCHER COM LETRA DE FORMA 02001.00/464/12 **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATÁIRE
 NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

DESTINATÁRIO: ECE Participações S/A
ENDEREÇO: Rua Bandeira Paulista, Nº 530, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP
CEP: 04.532-001
TELEFONE: (0xx11) 2185-5532 / FAX: (0xx11) 2185-5100

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION
Auto de infração Nº 642656-D (via amarela); Boleto Bancário (três vias) e;
Manual Básico para o Autuado.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
 PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
 EMS
 SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR
Maurício B...

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON
 7 / 5 / 12

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
José...

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0 FC0463/16 114 x 186 mm

COPIA DE DESTINATÁRIO
 SÃO PAULO - BRSPM
 07 MAI 2012
 BUREAU DE DESTINATÁRIO

EM BRANCO



Data: 17/05/12

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Proteção Ambiental
Coordenação Geral de Fiscalização
Coordenação de Fiscalização

Fis.: 1626
Proc.: 0337108
Rubr.: Apr

Memorando n.º 435/2012-COFIS/IBAMA/DF

Brasília, 17 de maio de 2012.


À CGENE/DILIC

Assunto: Aviso de Recebimento

1. Encaminho os AR abaixo para serem juntados aos processos que encontram-se com carga para essa unidade.

NR. AR	INTERESSADO	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
AR 84142593 9 BR	ECE PARTICIPAÇÕES S/A	02001.001464/2012	AI 642656-D
AR 84142592 5 BR	SANTO ANTONIO ENERGIA S/A	02001.000710/12-05	AI 642655-D
AR 84142594 2 BR	SANTO ANTONIO ENERGIA S/A	02001.001516/12-39	AI 642657-D

Atenciosamente,


GUSTAVO MÜLLER DE PODESTÀ
Coordenador de Operações de Fiscalização
COFIS/CGFIS/DIPRO

DE ACORDO

21/05/12


RODRIGO DUTRA DA SILVA
Coordenador Geral de Fiscalização
CGFIS/DIPRO

De ordem: *[assinatura]* Em: 29/05/12

Para:

[assinatura]
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

AS APARELHAS LEONORA MILAGRE E
AVA MUXIRO,

PARA INSERIR AS AR'S NOS
RESPECTIVOS PROCESSOS RELATIVOS
AOS ATOS DE INFRAÇÃO DA UFE
SANTO ANTONIO E SANTO ANTONIO
DO JARI.

em 31.05.12

[assinatura]
Rafael Isimoto da Silva Nina
Coordenador de Licenciamento de Moratórias
COMDICE/GENE/DILIC/BAIA
Substituto

EM TEMPO, REFORÇO O ENTENDIMENTO
NO PARERER INSTITUCIONAL QUE O
MAIO TEMPESTIVO DE DEFESA
ADMINISTRATIVA DEVE SER COLIGADO
A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO
DO AI REGISTRADO NO AR.

em 31.05.12

[assinatura]
Rafael Isimoto da Silva Nina
Coordenador de Licenciamento de Moratórias
COMDICE/GENE/DILIC/BAIA
Substituto

Cópias do AR e HGH0435/2012
no processo do Auto de
Infração (02001.000464/2012-09)

Elise Cristina de Oliveira
Ofício Mat. 1757320
27/07/12



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas

NOTA TÉCNICA nº43/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 22 de maio de 2012.

Da Analista: Eliese Cristina de Oliveira

Para: Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas Substituto

Assunto: Recomendação de outorga da ECE Participações S/A, empresa responsável pelo empreendimento UHE Santo Antônio do Jari.

Processo nº: 02001.000337/2008-06

I. INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica tem o objetivo de indicar a outorga da ECE Participações S/A, empresa responsável pelo empreendimento UHE Santo Antônio do Jari, com base nas informações prestadas no primeiro relatório semestral referente ao *Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna*. A ECE Participações S/A é registrada sob o CNPJ 09.333.996/0001-21 e tem Sede à Rua Bandeira Paulista, nº530, 10º Andar, Conj. 102, Bairro Itaim Bibi, CEP.: 04.532-001, São Paulo/SP.

O empreendimento está em fase de instalação (LI nº798/2011) e a usina de Santo Antônio do Jari funcionará a fio d' água, sendo composta por duas casas de força: (i) casa de força principal, com 3 unidades geradoras do tipo "Francis" (370 MW); e (ii) casa de força complementar com uma 1 unidade geradora do tipo "Bulbo"(3,4MW), totalizando 373,4MW.

A obra está sendo construída no rio Jari, entre os estados do Amapá e Pará. A infração ambiental aqui descrita foi verificada para a área da enseadeira F, de 1.6ha (coordenadas UTM 0.331.353/9.928.126 – 0.331.395/ 9.927.728), localizada na margem direita do rio Jari, estado do Pará.

Esta Nota também fará menção ao PBA aprovado para o *Programa de Resgate da Ictiofauna e Autorização de Captura de Coleta de Material Biológico* nº206/2011, a fim reunir as informações necessárias a caracterização do crime ambiental.

II. ANÁLISE

As informações apresentadas no primeiro relatório semestral permitiram identificar incongruências em relação a *Autorização* nº206/2011 expedida para a captura, coleta e transporte de material biológico no âmbito do *Programa Resgate e Salvamento da Ictiofauna* aprovado no PBA.

O referido *Programa* visa evitar ou mitigar a mortalidade de peixes durante as fases de instalação e operação do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari, prevendo ações de resgate, relocação e soltura de peixes. Durante a atual fase construção, essas ações se concentram principalmente nas enseadeiras, estruturas de desvio do leito do rio que formam áreas à jusante propícias ao confinamento da ictiofauna.

O relatório em análise informou que já foram construídas 04 (quatro) enseadeiras (C1, C2, D e F), todas na margem direita do rio Jari, e que as respectivas atividades de resgate já foram finalizadas,

EM BRANCC

tendo sido apresentados os dados de tamanho das áreas ensecadas, quantidade de biomassa, composição e biometria das espécies resgatadas.

Nas ensecadeiras C1, C2, D e F, de 40, 30, 38 e 1,6 ha, respectivamente, foram resgatadas, aproximadamente, 33 toneladas de biomassa, sendo a maioria desse quantitativo (22t) capturado na aérea da ensecadeira F, à jusante do complexo de cachoeiras de Santo Antônio. Embora de menor área, a ensecadeira F foi o local onde a maior quantidade de biomassa foi resgatada, provavelmente, devido a abundância de espécies de médio e grande porte, como o *Phractocephalus hemiliopterus* (pirarara), *Pseudoplatystoma fasciatum* (surubim) e *Zungaro sp.* (jaú); um exemplar desse último chegou a ser capturado com 1 (um) metro de comprimento e 68kg de peso corporal. Já nas áreas ensecadas à montante do citado complexo de cachoeiras (C1, C2 e D), os peixes eram na maioria de pequeno porte, como os acaris (*Ancistrus sp.*, *Dolichancistrus sp.* e *Hypostomus sp.*) e as piranhas (*Pygocentrus nattereri*), resultando em cerca de 11t de peixes resgatados nessas três áreas.

A licença para o resgate e salvamento da ictiofauna nas as áreas ensecadas durante a implantação do UHE Santo Antônio do Jari foi solicitada junto à CGFAP através do Ofício s/n datado de 15/07/2011. Posteriormente, foi informado o detalhamento das áreas de resgate quanto a sua localização em resposta a a solicitação contida em um e-mail enviado pela CGFAP em 02/08/2011. Na data de 08/08/2011 a *Autorização de Captura de Coleta de Material Biológico* nº206/2011 foi emitida e em 25/10/2011 foi renovada pela DILIC, em atendimento à solicitação contida no Ofício CAE-163-2011. A *Autorização nº206/2011* foi expedida contemplando SOMENTE as áreas das ensecadeiras C, dividida em três fases, e D, enquanto que no relatório semestral analisado já foram apresentados os dados referentes às atividades realizadas na área da ensecadeira F.

As ações de resgate e salvamento nas ensecadeiras estão previstas no âmbito do processo de licenciamento ambiental e estão entre as medidas que visam evitar ou minimizar os impactos de um empreendimento hidrelétrico sobre a ictiofauna local. Contudo, cabe ao empreendedor certificar-se que está munido da devida autorização ou licença, se a mesma está válida, se contempla todas as áreas objeto das atividades pretendidas e demais informações julgadas necessárias à correta instrução do processo autorizativo.


Tendo em vista o exposto acima, recomenda-se a autuação da ECE Participações S/A, empresa responsável pelo UHE Santo Antônio do Jari, com base na Lei 6.905/98 de Crimes Ambientais e Decreto Federal 6.514/08. Não foram observadas condições para majoração ou atenuação da multa, conforme Artigos 16 e 17 da Instrução Normativa 14/2009, e não foi verificado reincidência, específica ou genérica, da empresa em outros crimes ambientais.

Esclarece-se que o crime ambiental aqui identificado refere-se à um procedimento administrativo, não acarretando danos diretos ou indiretos ao meio ambiente.

III. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Sugere-se a essa Coordenação encaminhar a presente Nota Técnica à Diretoria de Licenciamento Ambiental para avaliação e providências cabíveis.

À consideração superior



Eliese Cristina de Oliveira
Analista Ambiental
Matr. 1.717.120

EM BRANCO

Fis: 1630

Proc: 0337/08

Rubr: Ag



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DESPACHO nº 44/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

PROCESSO Nº 02001.00337/2008-06

ASSUNTO: Avaliação sobre infração ambiental

INTERESSADO: ECE Participações S/A – UHE Santo Antônio do Jari

Ao Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto,

Trata-se de avaliação sobre infração ambiental cometida por parte da ECE Participações S/A, no âmbito da execução do Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari.

A equipe técnica identificou, por meio da Nota Técnica nº 43/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que a ECE Participações S/A executou a atividade de resgate de ictiofauna em local não autorizado pela Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 206/2011 e avaliou que esta ação se configura como crime ambiental com base na legislação ambiental vigente. Contudo, o documento técnico também indica que (i) as atividades de resgate de ictiofauna são ações determinadas pelo órgão licenciador como medida de mitigação de impactos; e (ii) o crime ambiental identificado refere-se a um procedimento administrativo e que, a princípio, não ocasionou prejuízos ambientais. Deste modo, solicito que a Nota Técnica nº 43/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA seja encaminhada à Diretoria de Proteção para avaliação da sanção administrativa pertinente para o caso em tela.

Brasília, 23 de maio de 2012.


RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA

Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas Substituto

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1595, Fax: (61) 3316-1178 - <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 310/2012/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 24 de maio de 2012.

Ao Senhor
Juhei Muramoto
Consórcio Amapá Energia
Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar
Itaim Bibi - São Paulo/SP
CEP: 04532-001
Tel: (11) 2185-5576 Fax: (11) 2185-5100

Assunto: 1º Relatório Semestral Relativo aos Programas Básicos Ambientais de Socioeconomia da UHE Santo Antônio do Jari.

Prezado Senhor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, encaminho o Parecer Técnico nº 63/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que analisou a implementação dos Programas do Meio Socioeconômico, com base no documento "1º Relatório Semestral de Atividades Socioambientais".
2. Solicito que as recomendações expostas no corpo do supracitado documento técnico sejam atendidas pela ECE Participações S.A., de modo a efetuar os ajustes necessários para adequação das ações previstas para esta fase do empreendimento.
3. Por fim, solicito que no caso de dúvidas quanto ao teor das recomendações constantes no Parecer Técnico 63/2012, a ECE Participações S.A agende uma reunião técnica sobre o tema.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica e Transposições

PARECER TÉCNICO Nº 63/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 14 de maio de 2012.

DE: Luiz Fernando Suffiati – Analista Ambiental

PARA: Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Análise do cumprimento dos Programas Básicos Ambientais (PBAs) do Meio Socioeconômico do AHE Santo Antônio do Jari, aprovados na Licença de Instalação nº 798/2011.

Processo nº: 02001.000337/2008 – 06

I - INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico tem por objetivo analisar o documento intitulado “1º Relatório Semestral de Atividades Socioambientais” apresentado ao Ibama através da Correspondência CAE 178/2012 em 06/02/2012.

A análise contempla os Programas Ambientais do Meio Socioeconômico do AHE Santo Antônio do Jari, os quais foram aprovados por meio do Parecer nº 44/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 06/05/2011, e da Licença de Instalação nº 798/2011, acompanhada do Ofício nº 529/2011 – DILIC/IBAMA. A análise de atendimento das Condicionantes da referida LI será feita em documento à parte.

Vale registrar que nos últimos meses a empresa passou por algumas alterações. Em 02/08/2011, foi protocolada a Correspondência 169/2011 informando que a *EDP Energias do Brasil S.A.* assumiu o controle acionário da *ECE Participações S.A.*, sendo esta responsável por 90% do *Consórcio Amapá Energia*, enquanto os outros 10% estão sob responsabilidade da *Jari Energética S.A.* Contudo, em 16/02/2012 foi protocolada a Correspondência ECE 181/2012 informando que a *Jari Energética S.A.* transferiu seus 10% de participação no *Consórcio Amapá Energia* para a *ECE Participações S.A.*, a qual por ter se tornado a única consorciada resolveu extinguir o *Consórcio Amapá Energia*.

Portanto, a empresa responsável pelo empreendimento AHE Santo Antônio do Jari é a *ECE Participações S.A.*

II – ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

1) Programa de Comunicação Social – PCS

O Relatório encaminhado ao IBAMA apresentou o Plano de Trabalho (Anexo 3.3.21-1) do Programa Básico Ambiental de Comunicação Social – PCS. Este Plano foi previsto no Cronograma do PBA de CS como a primeira atividade a ser realizada, justamente no 2º mês antes do início das obras do empreendimento. O Plano redefiniu o Cronograma alterando o início das atividades para um mês antes das obras.

No geral, o Plano de Trabalho contempla o PBA aprovado pelo IBAMA, entretanto, não se menciona no monitoramento os Indicadores de Avaliação. A consequência desta ausência pode ser notada no tópico **Considerações Finais** deste 1º Relatório Semestral, cuja conclusão não apresenta qualquer análise dos indicadores e dos mecanismos de monitoramento definidos no PBA.

As principais atividades realizadas no período em questão foram apresentadas em forma de Planilha, cujo conteúdo contempla o título da ação realizada, os materiais utilizados, local, município e o número de pessoas participantes. No anexo do Relatório encontram-se a lista de presença, o registro fotográfico e o respectivo Relatório da atividade realizada.

Estão listadas abaixo as principais atividades realizadas pelo Programa de Comunicação Social:

- Treinamento "Como agir na Comunidade": ação direcionada para colaboradores das empresas e/ou instituições que trabalham para o empreendedor e que atuam junto à comunidade. Tem como objetivo padronizar procedimentos e condutas. Número de Participantes: 504 pessoas. O Relatório contempla lista de presença, relatório fotográfico e um pequeno resumo das ações implementadas no treinamento;
- Serviço de Ouvidoria: o Serviço foi instalado (0800 601 2858) e no primeiro semestre foram atendidas 465 chamadas envolvendo sugestões, reclamações e reivindicações da população. Este serviço procura dar respostas à demanda no máximo em 72 horas. As principais questões demandadas por quem procurou o serviço foram em relação às categorias de empregos oferecidos (31,41%) e curso de capacitação (27,99%);
- Cadastro de Empregos: foram realizadas 5.354 fichas de cadastro de trabalhadores;
- Participação em Reuniões com Comunidades, Órgãos, Instituições e Poder Público com o objetivo de informar sobre o andamento das obras, os impactos, as medidas de mitigação e de compensação, e o andamento dos programas, etc.;
- Registro de atividades desenvolvidas pelos diversos PBAs do empreendimento, como por exemplo: registro videográfico do Dia Mundial de combate a AIDS, da Oficina do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores, da inauguração da Unidade Básica de Saúde na Vila Padaria; Cobertura jornalística de palestras, oficinas, visitas e reuniões em interface com o Programa Ambiental de Saúde, etc.;
- Campanha de divulgação do Programa de Capacitação de mão de Obra Técnica (com uso de *folder*, folheto, *spot* rádio, faixas e anúncio em jornal);
- Elaboração e distribuição do 1º Boletim Informativo Externo da UHE Santo Antônio do Jari. Com periodicidade trimestral, o Boletim contempla informações sobre o empreendimento, o andamento das obras e os programas ambientais. O Boletim apresenta boa qualidade gráfica (4 mil exemplares);
- Produção de *folders*, cartazes, boletins com abordagens de temas específicos dos PBAs;
- Criação do Web site da UHE Santo Antônio do Jari, que funciona no endereço: www.edpjari.com.br. O Site contempla outras ações da EDP, além do empreendimento Santo Antônio do Jari. Falta disponibilizar no site o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e o Formulário Eletrônico de Cadastro de Currículos;
- DDS – Diálogo Diário de Segurança: disseminação de informações (cartazes, faixas, panfletos) a respeito de segurança no trabalho e utilização de EPs no canteiro de obras;
- Rádio: programas de veiculação nas emissoras de rádio local conforme demanda. Tem por objetivo dar publicidade e fornecer informações sobre o empreendimento. No semestre em questão foram veiculados 15 inserções sobre as ações do Programa de Capacitação de Mão de Obra Técnica;
- Produção de *Release*, anúncios, artigos, entrevistas em jornais da região;
- Centro de Referência ou Central de Atendimento: foi instalado em Laranjal do Jari uma Central de Atendimento ao público no dia 14/12/2011. O Centro é uma iniciativa que busca fortalecer o canal de diálogo entre empreendedor e população. A Central é um espaço multiuso, com área capaz de abrigar reuniões públicas e atendimento da população à procura de informações sobre o empreendimento e o andamento dos programas ambientais.

Conclusão:

O Programa de Comunicação Social implementou satisfatoriamente os principais conceitos, orientações e metas aprovados no PBA. Contudo, houve atraso na construção do Centro de Referência, previsto para entrar em funcionamento no segundo mês antes das obras, mas que, efetivamente, foi concluído 6 meses depois. O empreendedor justificou tal atraso "(...) devido à indisponibilidade de imóveis para locação que atendessem prontamente às necessidades físicas para adequado funcionamento do Posto de Atendimento." (Correspondência CAE 174/2012, de 10 de janeiro de 2002). Segundo a mesma correspondência, tal situação não impediu que o atendimento da população fosse feito via Serviço de Informação – 0800 601 2858, através de visitas e reuniões em comunidades e instituições públicas, e com o estabelecimento de parcerias com os Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Sistema Municipal de Emprego (SIME), com vistas ao atendimento dos trabalhadores à procura de emprego no empreendimento.

A Nota Técnica do IBAMA que analisou a justificativa para tal atraso concluiu que, "Considerando que a obra está em seu início, que os serviços de atendimento ao cidadão oferecidos pelo empreendedor supriu as necessidades do momento, cumprindo em parte com as funções do Posto de Atendimento (Central de Atendimento), que não houve prejuízo no cadastro e contratação dos trabalhadores locais, que o Programa de Educação Ambiental, desenvolvido pela Fundação Orsa, dispõe de espaço próprio para a realização das atividades deste Programa, que foram estabelecidos canais de comunicação e espaços de reuniões com comunidades e entes públicos (com a produção de cartazes, *folders*, boletim informativo, comunicação via rádio, visitas e reuniões), aceita-se a justificativa do Consórcio. Portanto, considera-se atendida a exigência, associada ao Programa de Comunicação Social, de criação de um espaço de referência do empreendimento, de fácil acesso à população". (NOTA TÉCNICA nº 25/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 12/03/2012.)

Sobre o Site do empreendimento, avalia-se que ele pode melhorar com a inclusão de outras informações relativas aos diversos programas em desenvolvimento pelo empreendimento. Os Informativos Online disponíveis no site estão com navegação lenta. Até o momento foram editados 5 Informativos Online e uma Edição Especial (produzidos no mês de dezembro de 2011 e janeiro de 2012). O Site não tem uma "cara própria", desaparecendo nas demais atividades e informações da EDP.

O Parecer do IBAMA, que aprovou o Programa de Comunicação Social, solicitou, em suas recomendações, a criação de um mecanismo de acompanhamento social dos programas ambientais. Tal exigência foi expressa na Condicionante nº 2.9 da LI nº 798/2011 (*Cond. 2.9 – Apresentar, no prazo de 30 dias, proposta de instância de acompanhamento social dos programas ambientais, a exemplo de comitês, câmaras ou fóruns de gestão. Contemplar a participação de representantes da sociedade e das prefeituras municipais diretamente afetadas pelo empreendimento. A instância deverá estar instalada e operante, durante toda a etapa construtiva da UHE.*)

O Consórcio Amapá Energia encaminhou ao IBAMA a correspondência 072/2011, de 04 de julho de 2011, na qual consta o "Estatuto" do *Fórum de Acompanhamento Social dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari*.

O IBAMA solicitou do Consórcio Amapá Energia, por meio do Ofício nº 393/2011/CGENE/DILIC/IBAMA, redigir proposta com algumas alterações no estatuto proposto. O Consórcio Amapá Energia acatou a solicitação do IBAMA e encaminhou a correspondência nº 091/2011, de 22/07/2011, com as devidas modificações.

Conforme o Estatuto do Fórum, estão previstas reuniões ordinárias trimestrais, mas até a presente data não foi realizada nenhuma reunião. O empreendedor entende "(...) que nesta primeira etapa de obras (com abertura de canteiros e de áreas ensecadas), as reuniões promovidas junto às diversas instituições locais e à sociedade civil, especialmente junto às comunidades diretamente afetadas na área de influência da UHE Santo Antônio do Jari, têm suprido a sociedade civil de informações oficiais, de oportunidades de acompanhamento e promovido de forma participativa a implementação dos programas previstos no PBA." (In: 1º Relatório Semestral de Atividades Socioambientais, Período 01/08/2011 a 31/12/2011, Atendimento às Condicionantes Específicas, pág. 24).

Embora se possa avaliar que as ações de comunicação do empreendedor tenham cumprido com sua tarefa de informar a população sobre o andamento das obras e demais programas integrantes da Licença de Instalação, tal realidade não substitui as instâncias definidas de acompanhamento, principalmente porque o objetivo do Fórum é garantir a participação democrática das entidades representativas da população no acompanhamento da instalação do empreendimento. Assim, faz-se

necessário a operacionalização do Fórum, com agendamento de reuniões, de maneira a garantir a participação social e a transparência na gestão socioambiental do empreendimento.

2 - Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT

Este Programa está sendo desenvolvido pela empresa Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda. e é composta por um biólogo, um economista, uma educadora ambiental, um ilustrador e uma pessoa para apoio logístico.

O Objetivo Geral do Programa é “realizar ações de educação ambiental para os trabalhadores do empreendimento, visando promover reflexões a respeito do cotidiano de trabalho e da natureza da atividade do empreendimento relacionada com os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais da região”.

Atividades Desenvolvidas:

No período de agosto a dezembro de 2011 foram realizadas oito palestras e quatro oficinas para os trabalhadores da obra.

Para a realização das atividades foram utilizados *power point*, cartazes, folhetos, faixas, slides, dinâmicas de grupos e filme.

Nos meses de agosto e setembro foram produzidos os materiais didáticos de apoio para a realização de palestras e oficinas (cartazes, faixas, folhetos e filmes).

- **Palestra** realizada no dia 30/09/2011. **Tema:** Água é vida. A palestra teve como objetivo repassar informações básicas sobre ÁGUA, tendo em vista que a obra visa gerar energia a partir do uso da água.
Público: 19 trabalhadores. Acompanha lista de presença, registro fotográfico e uma cópia em papel do *power point* apresentado (“Água é vida”).
Faixa: “Água suja não pode ser lavada”.
Cartazes: “As matas preservam as águas. Ajude a conservá-las”; “Lembre-se, não jogue lixo no rio. Além de poluir, pode causar enchente!”; “Água é vida! Proteja as nascentes!”.
Folheto: “O futuro da água depende de cada um de nós”; “Como preservar a água?”; “jogue o lixo em locais adequados. O lixo jogado na rua é arrastado pela chuva para rios e córregos”; “Proteja a mata ciliar ao redor das nascentes, rios e lagos! A vegetação ao redor desses locais ajuda a segurar suas margens para que estas não desbarranquem, causando assoreamento dos corpos d’água”; “Economize! Não deixe a torneira pingando.”; “Ao visitar locais como cachoeiras e parques, lembre-se de deixá-los sempre limpos e agradáveis, assim como você os encontrou!”
- **Palestra** realizada no dia 06/10/2011. **Tema:** Peixe: Alimenta, gera renda e diverte. É preciso preservar!
A **palestra** teve como objetivo repassar informações sobre a riqueza da ictiofauna da região e sobre o período de defeso. A **palestra** também abordou assuntos afeitos ao cotidiano da obra com o **tema:** Trabalhe, segundo normas e procedimentos. Economize tempo e energia!
Público: 28 trabalhadores. Acompanha lista de presença, registro fotográfico e cópia em papel do conteúdo apresentado no *power point*.
Cartaz: “Seja um pescador consciente! Respeite o período de piracema, entre novembro a março” e “Trabalhe, segundo normas e procedimentos. Economize tempo e energia”.
- **Palestra** realizada no dia 21/10/2011. **Tema:** Cuide de você, da vida e do planeta!
A **palestra** teve como objetivo abordar o cotidiano do trabalho, com ênfase na geração de resíduos sólidos e adoção de cuidados com o ambiente de trabalho.
Público: 20 trabalhadores. Acompanha lista de presença e registro fotográfico. Obs.: consta assinatura de apenas 10 participantes.
- **Palestra** realizada no dia 28/10/2011. **Tema:** Ajude a preservar a tartaruga-da-amazônia.
A **palestra** teve como objetivo abordar a questão do consumo de carne e ovos das tartarugas, tendo em vista o período de desova da tartaruga-da-amazônia.
Público: 19 trabalhadores. Acompanha lista de presença e registro fotográfico.
- **Palestra** realizada no dia 11/11/2011. **Tema:** Incêndios só causam prejuízo!

A **palestra** teve como objetivo a discussão dos recursos florestais e a prevenção de incêndios florestais. Foi abordado ainda o **tema** sobre higiene pessoal.
Público: 34 trabalhadores. Acompanha lista de presença e registro fotográfico.

- **Palestra** realizada no dia 24/11/2011. **Tema:** Mundo da Floresta.
A **palestra** teve como objetivo discutir a importância das florestas para o meio ambiente e para as gerações presentes e futuras. Vale lembrar que a ONU definiu o ano de 2011 como o Ano Internacional das Florestas.
Público: 82 trabalhadores. Acompanha lista de presença e registro fotográfico.
- **Palestra** realizada no dia 14/12/2011. **Tema:** Monitoramento da Fauna.
A **palestra** teve por objetivo apresentar informações sobre o monitoramento de fauna, no âmbito do Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre.
Público: 202 trabalhadores. Acompanha lista de presença e registro fotográfico.
- **Palestra** realizada no dia 16/12/2011. **Tema:** resgate de Fauna.
A **Palestra** teve por objetivo dar continuidade aos assuntos tratados na **palestra** do dia 14/12/2011 e apresentar informações sobre o resgate de fauna, no âmbito do Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre.
Público: 119 trabalhadores. Acompanha lista de presença e registro fotográfico.
- **Oficina** realizada nos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2011. **Tema:** Natureza é você também, fique vivo!
Foram realizadas 5 oficinas com duração de 4 horas cada durante os três dias. O objetivo das oficinas foi o de promover reflexões a respeito do cotidiano dos trabalhadores com os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais da região, de forma a demonstrar a interdependência entre os sistemas naturais (vegetação, solo, água, animais, temperatura, etc) e a cultura humana (política, sociedade, economia, valores humanos, ética e cultura, etc.). Foi projetado o filme "Uma verdade inconveniente", de Al Gore.
Público: cerca de 150 trabalhadores. Apresentou registro fotográfico, mas não a lista de presença.

Conclusão:

As atividades realizadas no âmbito do Programa de Educação aos Trabalhadores – PEAT foram adequadas ao público alvo e cumpriram com o objetivo de abordar aspectos do cotidiano do trabalhador como a segurança, o cuidado com o meio ambiente, as características ambientais e sociais da área de inserção do empreendimento, a questão da higiene pessoal, a proteção das florestas, o cuidado com o fogo, o respeito ao defeso, etc.

Em termos metodológicos, o PBA aprovado previa a realização de oficinas, mais do que de palestras, por entender que as oficinas são um espaço mais adequado para a participação dos trabalhadores. Porém, neste primeiro semestre de obras houve o predomínio das palestras. Também estava prevista aplicação de oficinas antes da contratação do funcionário, situação que não ocorreu, conforme pode se concluir das informações prestadas.

Os materiais didáticos utilizados com o trabalhadores apresentam boa qualidade gráfica e de conteúdos.

3 - Programa de Educação Ambiental – PEA

Para a implantação do Programa de Educação Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari foi contratada a Fundação Orsa, empresa social do Grupo Orsa, instituição sem fins lucrativos que desenvolve programas e projetos nas áreas de educação, saúde, garantia de direitos humanos, meio ambiente, cultura e geração de emprego e renda. O Grupo Orsa é formado pela Jari Celulose Papel e Embalagens, Orsa Florestal, Ouro Verde Amazônia e Fundação Orsa.

O Objetivo Geral do Programa de Educação Ambiental é “realizar processos educativos capazes de promover a participação efetiva das comunidades da Área de Influência no controle social da gestão socioambiental do empreendimento, com o intuito de minimizar e compensar os impactos socioambientais no território e na dinâmica socioambiental e cultural local, decorrentes da instalação da UHE Santo Antônio do Jari.”

O Relatório encaminhado ao IBAMA (**Anexo 3.3.23-1**) contempla duas atividades desenvolvidas pela Fundação Orsa:

1) Realização, no ano de 2010, de um Diagnóstico Socioeconômico da região do Vale do Jari voltado para lideranças comunitárias, moradores das comunidades das áreas de influência direta e indireta do empreendimento e representantes de instituições Públicas e Privadas que atuam na região;

2) Realização, em outubro de 2011, de um Diagnóstico Rápido Participativo junto às comunidades das Vilas Padaria, São José, Santo Antônio e Iratapuru.

O Diagnóstico Socioeconômico procedeu a uma caracterização da região do Vale do Jari, com destaque para os municípios de Almeirim, Laranjal e Vitória do Jari. Foram levantadas informações sobre Meios de Transporte, Fontes e Valor da Renda Familiar, Custo de Vida, Fontes de Energia, Educação, Resíduos e Utilização do Solo e Água. Grande parte destas questões já haviam sido levantadas pelos Estudos de Impacto Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, realizado em 2009.

Cabe destacar aqui o setor de educação, no qual "Observa-se que 93% das comunidades possuem escolas públicas, porém atuam em situações precárias no que se refere à qualidade de ensino e à infraestrutura. Em 79% das escolas há um professor atuando, 57% atendem até a 4ª série do Ensino Fundamental, 36% até a 8ª série do E.F. Nenhuma comunidade é atendida com Ensino Médio".

O Diagnóstico Rápido Participativo com as comunidades da área de influência direta aparece no item 8 do **Anexo 3.3.23-1**. Para a Comunidade da Vila de São Francisco do Iratapuru foram feitas breves considerações do seu modo de vida e da infraestrutura instalada na vila. Evidenciou-se no Diagnóstico a importância econômica da coleta de Castanha-do-Brasil para a economia do local e a deficiência no fornecimento de energia para a Vila (a comunidade é abastecida por gerador a diesel).

Além da caracterização da Vila do Iratapuru, a Fundação Orsa reuniu as comunidades de Santo Antônio, Padaria, São José e Iratapuru para a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo e para a apresentação do Programa de Educação Ambiental. Esta atividade ocorreu entre os dias 24 a 28 de outubro de 2011. O Convite para as reuniões foram entregues três dias antes da realização da atividade. Ao todo participaram 73 pessoas das quatro comunidades, com destaque para a presença das mulheres, "(...) visto que os homens, na sua maioria, estavam envolvidos em atividades produtivas rurais e externas (...)". Nas comunidades de Santo Antônio e Padaria professores e alunos participaram da reunião. O Diagnóstico apontou a seguinte situação nas vilas:

Educação: de baixa qualidade na infraestrutura; rotatividade de professores; falta de alojamento adequado (para os professores); e ausência de ensino médio.

Organização Social: a vila de Santo Antônio não tem associação, mas alguns participam da associação comunitária da Vila de Padaria.

Economia: as principais fontes de renda são a castanha, o peixe, a farinha, o açaí, o cacau e o mel. Há dificuldades para o escoamento da produção.

Ambiente: as comunidades apontaram o lixo como um problema social e ambiental. Foi questionada a qualidade da água para uso doméstico.

Durante as reuniões foi realizado um levantamento das expectativas sobre o Programa de Educação Ambiental. Ao final o participantes apresentaram sugestões para os próximos encontros.

Em termos conclusivos o Diagnóstico detectou a seguinte situação:

- O nível da educação é muito baixo no meio rural e o modelo de classes multisseriadas prejudica a formação escolar da população;
- As famílias não têm acesso à água potável;
- Não há nas vilas um sistema adequado de destinação dos resíduos, o que possibilita a proliferação de doenças;
- Dependência alimentar de produtos industrializados, encarecendo o custo de vida;
- Fornecimento de energia e condições de transporte são precários, comprometendo a produção econômica, as condições de saúde e educação, favorecendo o êxodo rural.

Os anexos contemplam os **Questionários** aplicados nas comunidades, os **Convites**, os **Formulários de Avaliação** e as **Listas de Frequência**.

As informações levantadas pelo Diagnóstico foram utilizadas na elaboração do Plano de Trabalho do PEA (**Anexo 3.3.23-2**). O Plano de Trabalho é um item contemplado no PBA de Educação Ambiental e tem a função de organizar as intervenções para o segundo e terceiro anos do Programa (2012 e 2013).

Anexo 3.3.23-2 – Plano de Trabalho para Execução do Programa de Educação Ambiental para os Anos 2012 e 2013.

O Plano apresentado contempla Metas, Ações, Atividades e Atores Envolvidos, conforme descritos abaixo:

Meta 01: Promover a articulação e parcerias com entidades locais da sociedade civil organizada, bem como entidades e instituições dos Poderes Públicos.

Ação: Articulação com o Poder Público e Entidades Locais. O objetivo dessa atividade é identificar o conjunto de entidades que atuam na região com o intuito de estabelecer as parcerias necessárias ao desenvolvimento das ações do PEA.

Atividades:

- 02 Oficinas com instituições públicas e sociais que atuam no setor educacional com base nas demandas apontadas pelo diagnóstico e levantamento participativo: 1) **Tema:** Educação Ambiental e Cotidiano Escolar - Políticas Públicas e Participação Social; 2) **Tema:** Educação do Campo e da Floresta - Meio Ambiente e Sustentabilidade.
Atores envolvidos: Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Assistência Social, Secretarias Estaduais de Educação e organizações sociais locais que atuam no campo da educação não-formal.
- 02 Oficinas com instituições públicas e organizações comunitárias que atuam no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e Florestal com base nas demandas apontadas pelo diagnóstico e levantamento participativo: 1) Foco no setor extrativista (**Tema:** Boas Práticas da Cadeia de Valor da Castanha); 2) Foco no setor agrícola (**Tema:** SAFs - Segurança Alimentar e Sustentabilidade).
Atores envolvidos: Secretarias municipais de agricultura e meio ambiente, empresas públicas de assistência técnica rural (RURAP/EMATER) e florestal (IEF/IDEFLOR), órgãos ambientais estaduais (SEMA PA/AP) e federais (IBAMA/ICMBIO), e organizações da sociedade – Ongs, associações, cooperativas, etc.

Comentário: Conforme cronograma do PEA, a articulação com o poder público e entidades locais deveria acontecer até o segundo mês de obras, o que não ocorreu. Na programação do Plano estas atividades estão previstas para ocorrerem nos meses de fevereiro e março de 2012.

Meta 02: Realizar Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo na Área de Influência Direta e Indireta.

Ação: Levantamento participativo da realidade socioeconômica e ambiental das comunidades.

Atividade: 01 Oficina por comunidade (Santo Antônio, Padaria, São José e Iratapuru).

Atores envolvidos: Atores da educação formal e educação não formal e EDP.

Comentário: Esta atividade foi realizada no mês de outubro de 2011.

Meta 03: Produzir materiais didáticos e de apoio para o conjunto de atividades do Programa Ambiental.

Ação: Adequação do Planejamento Pedagógico das Ações.

Atividade:

- Reuniões Técnicas de adequação do planejamento pedagógico das ações educativas do programa, com base nas demandas apontadas pelo diagnóstico e levantamento participativo e nos direcionamentos das oficinas de articulação institucional com agentes públicos e sociais que atuam no campo da educação e extensão rural;
- Construção do Plano de Trabalho - Ano I.

Ação: Produção dos materiais didáticos e de apoio.

Atividades:

- Definição das temáticas e conteúdos para o desenvolvimento das ações educativas do PEA com base nos seguintes parâmetros: 1) Política Nacional de Educação Ambiental (MMA); 2) Publicação: Pensando e Praticando - Educação no Processo de Gestão Ambiental (IBAMA); 3) Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação (MEC); 4) Metas do Milênio (PNUD), e 5) Materiais Didáticos e Experiência Pedagógica da Fund. Orsa e EDP em Educação Ambiental;

- Revisão, produção e impressão dos materiais didáticos.

Atores Envolvidos: Equipe técnica da FO e EDP.

Comentário: A produção de materiais didáticos e de apoio estavam originalmente programadas para o 3º, 4º, 5º e 6 meses de obra, mas não foi implementada. Conforme o Plano de Trabalho, esta atividade foi adiada para o 9º e 10º mês de obra (mês de março e abril de 2012).

Meta 04: Realizar o Curso Educação e Memória Socioambiental na Área de Influência Direta e Indireta, com carga horária de 60h e participação média de 25 pessoas/oficina.

Ação: Realizar Curso de Educação e Memória Sócio Ambiental do Rio Jari.

Atividade:

- Curso Mensal de Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari em cada comunidades da AID.

Atores envolvidos: Representantes dos segmentos das comunidades escolares da cada comunidade da AID (gestores escolares, professores, alunos, pais e responsáveis, líderes comunitários, etc.).

Meta 05: Realizar o Curso de Formação Continuada para as unidades de ensino das sedes dos municípios e para o Distrito de Monte Dourado.

Ação: Curso Formação Continuada em Educação Ambiental.

Atividades:

- 03 Cursos Formação Continuada em Educação Ambiental na Sede de Almeirim;
- 03 Cursos Formação Continuada em Educação Ambiental para o Distrito de MTD, Laranjal e Vitória do Jari.

Atores envolvidos: Atores da educação formal e não formal que atuam nos três municípios (Técnicos das Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Assistência Social, Gestores Escolares, Professores e representações de alunos, pais).

Meta 06: Realizar o Curso Produção Rural Sustentável nas Vilas situadas na Área de Influência Direta com carga horária de 40h e participação média de 25 pessoas/oficina.

Ação: Curso Produção Rural Sustentável. Este Curso pertence à linha de educação não-formal e objetiva valorizar os saberes locais e potencializar as práticas produtivas já realizadas pelas comunidades: Iratapuru, Santo Antônio e Padaria.

Atividade:

- Curso de Produção Rural Sustentável para as comunidades da AID com o **tema:** Boas Práticas da Cadeia de Valor da Castanha: reunindo as comunidades Iratapuru, Santo Antônio, São José e Padaria (40 h/a).

Atores envolvidos: Famílias de agricultores e extrativistas da comunidade + Prefeitura, SEMA, RURAP, IEF, IBAMA e ICMBIO.

Meta 07: Realizar Oficina de Fotografia no interior do Curso Educação e Memória Socioambiental, Realizar Mostra Fotográfica – Memória do Rio Jari.

Ação: Mostra Fotográfica – Memória do Rio Jari – Consiste na realização de mostras fotográficas itinerantes para divulgação, entre a população da região, dos resultados das ações realizadas pelo Programa.

Atividades:

- Oficinas trimestrais com o objetivo de resgate da história do rio e as mudanças observadas sob o ponto de vista da comunidade através de relatos horários, objetos e imagens;
- 02 Mostra Fotográfica – Memória Socioambiental do Rio Jari.

Atores envolvidos: Representantes dos segmentos escolares das comunidades (gestores escolares, professores, alunos, pais e responsáveis, líderes comunitários e especialmente moradores mais antigos; Instituições municipais e estaduais de educação, cultura, assistência social, saúde, meio ambiente, extensão rural, justiça; empresas e Ongs (associações e cooperativas).

Meta 08: Realizar Ações de Monitoramento e Avaliação.

Ação: O acompanhamento e avaliação serão realizados como um processo contínuo.

Atividades:

- Elaboração de Relatórios Trimestrais;

- Oficinas de avaliação anual.

Atores envolvidos: Equipe Técnica da FO e EDP.

Meta 09: Realizar 03 campanhas temáticas em datas de interesse ambiental relevante apontadas pelo público.

Ação: 06 campanhas temáticas em datas de interesse ambiental.

Atividades:

- 02 Campanhas Temáticas sobre "Água";
- 02 Campanhas Temáticas sobre "Dia do meio Ambiente";
- 02 Campanhas Temáticas sobre "Dia da Árvore".

Atores envolvidos: Atores da educação formal e não formal.

Conclusão:

A contratação da Fundação Orsa para a implantação do PEA pode ser considerado um ponto positivo, uma vez que ela conhece bem a região, possui instalações próprias e corpo técnico capacitado para os desafios da educação ambiental na região.

A realização do Diagnóstico Socioeconômico de 2010, embora importante, não ocorreu em função do PEA, pois nessa data o PBA não havia sido aprovado pelo IBAMA e nem a Fundação Orsa havia sido contratada para desenvolvê-lo. No entanto, merece destaque, pela interface que existe com o PEA, a situação educacional da região do empreendimento, em que há carência de recursos humanos e de infraestrutura. A atuação do Programa poderá suprir, em parte, ações do poder público quanto à introdução da questão ambiental nos objetivos educacionais das escolas, tal como determina a Política Nacional da Educação Ambiental (Lei 9.795/99).

As ações do Diagnóstico Rápido Participativo foram previstas inicialmente para o segundo mês de obras, ou seja, para o mês de agosto de 2011. A realização desta atividade no mês de outubro, embora não comprometa o programa, atesta, no mínimo, a falta de planejamento do empreendedor.

A articulação com o poder público e entidades locais, programadas para o 2º e 3º meses de obra não foi realizada, sendo reprogramadas para os meses de fevereiro e março de 2012. Esta situação implica num atraso de cerca de seis meses em relação ao cronograma do PBA.

A Produção de Materiais Didáticos e de Apoio e a criação de Campanhas Comunitárias com Temáticas de Meio Ambiente, conforme o Cronograma aprovado neste PBA, deveriam ter sido concluídas até o mês de dezembro de 2012, mas não foi o que aconteceu. Tais atividades foram inseridas no Plano de Trabalho para o meses de fevereiro e março de 2012, porém não houve justificativa para a não realização dessas atividades nos primeiros seis meses de obra.

4 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do entorno do Reservatório Artificial – PACUERA

Conforme o Cronograma deste Plano, a primeira atividade está prevista para o oitavo mês de obra (fevereiro de 2012) e consiste da emissão do Termo de Referência do PACUERA pelo IBAMA. Contudo, reunião realizada entre o IBAMA e o empreendedor, no dia 27/03/2012, foi acordado que a ECE Participações S.A apresentará uma proposta de TR ao IBAMA.

5 - Programa de Indenização e Remanejamento da População

As primeiras ações deste programa, conforme consta no Cronograma do PBA aprovado na Licença de Instalação, envolveriam o ciclo de avaliação dos imóveis atingidos pelo empreendimento, com reuniões iniciais com os moradores das áreas impactadas e terminando com a elaboração do Laudo de Avaliação do Imóvel, no sexto mês de obras.

O Relatório encaminhado ao IBAMA informa a realização das seguintes atividades:

- Reuniões com as comunidades afetadas. As reuniões ocorreram nos dias 26 e 27/07/2011 e tiveram por objetivo informar a população quanto ao andamento das obras, as diretrizes deste programa e o acompanhamento dos compromissos estabelecidos no Protocolo de Entendimento, documento acordado entre as comunidades atingidas e o consórcio empreendedor. O Protocolo de Entendimento com as comunidades da Vila de Santo Antônio, Vila Padaria e Vila de São José foi assinado no dia 24/02/2011. A Vila do Iratapuru assinou o protocolo em 25/02/2011 (Correspondência 019/2011, de 03/03/2011). Cabe lembrar que este

Protocolo de 2011 é uma atualização do protocolo assinado com as comunidades no ano de 1995, que tiveram como signatários à época o governo do Estado do Amapá, a prefeitura e Câmara de Vereadores do município de Laranjal do Jari e a Jari Energética S/A (JESA), empreendedora responsável naquele momento pela construção da UHE. Do Protocolo de Entendimento de 1995 a JESA relocou a Vila de Santo Antônio e construiu a escola na Vila Iratapuru em 2001. Como o empreendimento ficou parado, acabou perdendo os prazos estipulado por lei e seu licenciamento teve que recomeçar do zero.

Os estudos e condicionantes aprovadas no novo licenciamento previram a retomada e atualização do Protocolo de 1995. Um novo acordo com as comunidades foi definido em fevereiro de 2011 e foi denominado "Protocolo de Entendimento entre comunidades de Santo Antônio, Iratapuru e Padaria, Consórcio Amapá Energia e Sema-Amapá". Alguns itens do Protocolo de Entendimento serão comentados abaixo neste texto.

- **Elaboração do Plano de Trabalho.** O empreendedor encaminhou ao IBAMA o Plano de Ações do Programa de Indenização e Remanejamento da População e Assistência Técnica e Social às Famílias por meio correspondência 134/2011, de 01/09/2011. O Plano foi elaborado com base em reuniões com as comunidades das Vilas de Iratapuru e de Santo Antônio nos dias 26 e 27 de julho de 2011, respectivamente.
- **Levantamento Cadastral dos Imóveis Afetados.** Segundo o Relatório, o levantamento cadastral está sendo conduzido pela empresa GEOMED. Como comprovação da atividade foram anexadas fotos de atendimentos volantes e reuniões nas Vilas de Santo Antônio e Iratapuru. Mas não foi prestada qualquer informação quantitativa ou qualitativa a respeito deste levantamento.
- **Levantamento Cartorial e Histórico dos imóveis afetados.** O levantamento realizado identificou que as terras afetadas pelo empreendimento são de propriedade da JARI.
- **Pesquisa de preços e elaboração do Laudo de Avaliação do imóvel.** Esta pesquisa será realizada após a finalização do cadastro dos imóveis. A pesquisa deve contemplar o preço da benfeitorias, plantações e culturas efetivamente existentes nos imóveis.

Comparando os Cronogramas do Plano de Ações com o do PBA aprovado, há uma defasagem de dois meses nas atividades previstas, de tal maneira que, por exemplo, a apresentação do Laudo de Avaliação, que deveria estar pronta ao final de 6 meses de obras, no Plano está prevista para o oitavo mês. A modificação foi justificada por Ofício ao IBAMA.

Em relação às demais atividades previstas nos seis primeiros meses do Plano foi apresentada as seguintes informações (Anexo II do Relatório Semestral):

Na Vila de Santo Antônio:

- **Revisar o Gerador Existente.** **Status:** serviço realizado.
- **Disponibilizar medicamentos para o Posto Médico.** **Status:** serão realizadas reuniões com gestores de saúde para definição do estoque inicial de remédios visando entrega após reforma do posto médico em maio de 2012.
- **Promover a articulação institucional junto à Secretaria Estadual de Saúde objetivando a continuidade da manutenção de envio de medicamentos sazonalmente.** **Status:** previsão de resultados em agosto de 2012.
- **Lista de 500 livros para doação.** **Status:** nenhuma informação sobre o cumprimento deste item do acordo, cuja previsão era para o 4º mês de obra.
- **Estudo da viabilidade para um sistema de captação e abastecimento de água por gravidade para a vila, de forma a economizar energia da bomba d'água.** **Status:** estudo da viabilidade previsto para abril de 2012.
- **Posto Médico: Construir um anexo (quarto e banheiro) ao posto médico existente com aproximadamente 20m², para acomodação do profissional de saúde que atende a comunidade.** **Status:** o croqui do posto médico, previsto para novembro de 2011 não foi apresentado. Pretende-se iniciar a construção do posto médico em março de 2012.
- **Reformas ou realocação de quatro casas que atualmente não podem ser habitadas.** **Status:** o empreendedor fará um laudo técnico até abril de 2012 para posteriormente se

posicionar sobre a necessidade de intervenção nas quatro casas. Se tecnicamente ficar comprovada a necessidade, os serviços deverão ser iniciados em agosto de 2012.

- Reforma do trapiche de atracação de embarcações e o acesso à bomba d'água. **Status:** não foram apresentadas informações sobre o andamento deste item. A entrega do material para reforma dos trapiches ficou prevista para abril de 2012.
- Construção da torre da Igreja. **Status:** a previsão era para o 4º mês de obras. Nada foi informado.
- Levantamento da situação da moradora que está abrigada no casarão. **Status:** não foi informado se houve o estudo de caso da moradora. Contudo, a partir da avaliação do caso, haveria uma reunião para discutir o assunto com as lideranças da comunidade, até fevereiro de 2012.
- Construção de novas casas para os filhos da comunidade. **Status:** O Consórcio Amapá energia propôs intermediar reunião junto a JESA e órgãos competentes até fevereiro de 2012. O que existe hoje é a proibição de expansão da Vila, o que inviabiliza a permanência dos filhos dos moradores no local.
- Reforma do Trapiche do Porto Santo Antônio. **Status:** previsto para fevereiro de 2012.

Na Vila do Iratapuru:

- Fazer novo cadastramento da população atingida e dos imóveis, inclusive os quintais, áreas adjacentes e culturas. **Status:** o cronograma apontava o 4º mês para realização desta atividade. Como comprovação foram anexadas fotos de atendimentos volantes e reuniões nas Vilas de Santo Antônio e Iratapuru. Mas não foi prestada qualquer informação quantitativa ou qualitativa a respeito deste levantamento.
- Construção das novas casas. **Status:** as reuniões para discussão do projeto das casas e do local para de relocação iniciam-se fevereiro de 2012. As atividades de relocação terão início em agosto de 2012.
- Construção de área de lazer em substituição à cachoeira do São Raimundo, atualmente utilizada pela comunidade. **Status:** este item será discutido com a comunidade em fevereiro de 2012.
- Posto Médico (croqui/construção). **Status:** O croqui do posto médico estava previsto para novembro de 2011, mas não houve informação sobre a realização desta atividade.
- O projeto do trapiche. **Status:** previsão para agosto de 2012.

Na Vila de Padaria:

- Avaliação técnica do atual sistema de tratamento de água. **Status:** o cronograma previa a avaliação do sistema até o 4º mês de obra e início das obras para agosto de 2012. Não foi prestada informação sobre o andamento deste item.
- Articulação institucional junto às secretarias municipais e estaduais de saúde objetivando viabilizar assistência médica nas vilas de Santo Antônio, Padaria e Iratapuru, através do atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF) ou programas semelhantes existentes na municipalidade. **Status:** o resultado destas articulações estão previstas para março de 2012.

Para todas as áreas atingidas:

- Reposição de Áreas Agrícolas. **Status:** esta ação está associada ao Cadastramento de Benfeitorias e Plantios. Como comprovação foram anexadas fotos de atendimentos volantes e reuniões nas Vilas de Santo Antônio e Iratapuru. Mas não foi prestada qualquer informação quantitativa ou qualitativa a respeito deste levantamento.
- Acessos e estradas (Estrada de acesso à Água Branca do Cajari). **Status:** Não houve informação sobre este item, que tinha previsão para o 4º mês de obra.
- Trapiche no Porto Sabão e Porto Paiol. **Status:** previsão do Porto Sabão para março de 2012 e Porto Paiol para agosto de 2012.

Conclusão:

As atividades realizadas no âmbito do Programa de Indenização e Remanejamento da População apresentaram um pequeno atraso em relação ao cronograma aprovado no PBA. Isto se explica em parte pelas alterações introduzidas com o Plano de Ação, que detalhou algumas atividades previstas no PBA e remodelou o cronograma inicial.

O atraso verificado, à princípio, não compromete o andamento do Programa, pois a entrega do Laudo de Avaliação do Imóvel para o proprietário, que estava prevista para o 6º mês de obras, foi redefinido para o 8º e 9º mês de obras. Esta mudança não inviabiliza as atividades associadas ao programa, já que são poucas as famílias a serem indenizadas neste empreendimento e, ademais, manteve-se a mesma data para a atividade de Indenização e Reassentamento (13º e 14º mês de obra).

Por outro lado, não foram apresentadas informações qualitativas e quantitativas relativas ao cadastramento e à pesquisa de preços dos imóveis, atividades que antecedem a elaboração do Laudo de Avaliação.

Em relação ao atendimento dos pontos acordados no Termo de Compromisso assinado com as comunidades das Vilas afetadas pelo empreendimento, houve apenas a revisão do gerador de energia da Vila de Santo Antônio. Atividades não realizadas no período: doação de 500 livros; croqui do posto médico das Vilas de Santo Antônio e Iratapuru; construção da torre da igreja da Vila de Santo Antônio; avaliação técnica do atual sistema de tratamento de água da Vila Padaria; estrada de acesso à Água Branca do Cajari. As realizações das demais atividades estão programadas para os próximos períodos (do 6º mês de obra em diante).

O Relatório não contemplou a análise de qualquer indicador de avaliação e monitoramento do programa, conforme aprovado no PBA.

Em relação ao Programa de Assistência Técnica e Social às Famílias Remanejadas, contemplados no mesmo PBA de Indenização e Remanejamento, suas atividades estão programadas para terem início no 9º mês de obras.

6) Programa de Capacitação de mão de obra.

O Programa de Capacitação visa a qualificação de mão de obra e fornecedores locais com o intuito de beneficiar os moradores da região e evitar uma migração populacional que poderá impactar negativamente as já deficientes estruturas e serviços públicos dos municípios da área de influência do empreendimento.

Os resultados deste programa foram apresentados no Anexo 3.3.26-1 do 1º Relatório Semestral.

A empresa responsável pelo Programa é a CESBE S.A. Engenharia Empreendimentos.

Em termos metodológicos, os cursos de qualificação e aperfeiçoamento dos trabalhadores acompanham a demanda de serviços que serão gerados durante a implantação do empreendimento. Para tanto, antes do início da obra a empresa CESBE S.A. identificou a demanda de trabalhadores, o perfil e a formação necessária para a ocupação dos postos de trabalhos, inclusive com um cronograma da permanência de mão de obra no empreendimento.

A Fundação Orsa foi escolhida para desenvolver os trabalhos de formação técnica e qualificação de mão de obra. A Fundação Orsa é uma empresa social do Grupo Orsa, sem fins lucrativos e desenvolve programas e projetos nas áreas de educação, saúde, garantia de direitos humanos, meio ambiente, cultura e geração de emprego e renda. Possui sede no município de Almeirim/PA. Vale destacar que a Fundação Orsa também é responsável pelo Programa de Educação Ambiental.

As prefeituras de Laranjal do Jari, Almeirim/Monte Dourado e Vitória do Jari disponibilizaram os funcionários do SINE (Sistema Nacional de Empregos), SIME (Sistema Municipal de Empregos) e Ação Social, respectivamente, para o cadastramento dos currículos dos interessados nas vagas trabalhistas.

A Tabela Abaixo apresenta o planejamento da oferta de cursos para os interessados em trabalhar no empreendimento:

Cursos a serem oferecidos durante a execução da UHE S. Antônio do Jari

Treinamentos e Capacitações	Nº de Alunos turma	Total de Alunos treinados	Nº de Turmas / Curso	Carga horária
Curso Básico Const. Civil para serventes	20	420	21	40
Curso pedreiro iniciante	20	140	7	120
Curso pedreiro pleno	20	140	7	160
Curso Básico de Carpinteiro de formas	20	280	14	160
Curso Básico de armador	20	160	8	160
Treinamento de direção defensiva	20	40	2	40
NR10- treinamento básico de construção civil	20	120	6	40
Segurança operacional de máquinas pesadas	29	29	1	40
Treinamento básico de informática.	20	40	2	40

As aulas teóricas são realizadas nas salas do Espaço Telecurso e Colégio Positivo, localizados no distrito de Monte Dourado. As aulas práticas serão realizadas na Escola da Madeira (Monte Dourado), Instituto Federal do Amapá (Laranjal do Jari) e na empresa Lagarta (Monte Dourado), a depender da especialidade do curso.

A logística de transporte dos participantes é de responsabilidade da CESBE S.A. e varia conforme a localização de moradia do trabalhador. O interessado não paga pelo transporte até o local do curso.

A divulgação do Programa de Capacitação de Mão de Obra é realizada em interface com o Programa de Comunicação Social e consiste na publicação de Edital de Divulgação dos cursos, *Spot* Rádio, Anúncios em jornais, *Release*, Boletim Informativo emitido pelo empreendedor e a Central de Atendimento em Laranjal do Jari (0800 601 2858).

Nos primeiros 6 meses de obra foram cadastrados 2.470 interessados em Laranjal do Jari, 1.230 em Monte Dourado e 987 em Vitória do Jari. O número de mão de obra que participou dos cursos oferecidos neste período foi de 142 pessoas.

O percentual de trabalhadores da região contratados até o momento atingiu 79%, sendo 61% de Laranjal do Jari, 14% de Monte Dourado, 4% de Vitória do Jari e 21% de outras regiões. A meta para a contratação de trabalhadores locais é de 68%, portanto, nestes primeiros meses de instalação do empreendimento a meta foi superada.

6.1 – Fomento a contratação de fornecedores locais.

No período em questão foram identificados os setores econômicos responsáveis pelo fornecimento de serviços e insumos na região e foram feitos contatos com a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Pará com o objetivo de contratação de empresas do estado para a prestação de serviços e insumos.

O Relatório apresenta uma tabela com a identificação de empresas potencialmente fornecedoras de serviços e insumos. Estas empresas localizam-se, em sua maioria, em Belém e São Paulo, mas foram identificadas algumas em Curitiba, Monte Dourado, São Luís (MA), Macapá, etc.

Resumidamente, até o momento foram contratadas 58 empresas do Estado do Pará para o fornecimento de insumos e 15 para o fornecimento de serviços; do Estado do Amapá foram contratadas 13 empresas para o fornecimento de insumos e 14 para o fornecimento de serviços.

Outra atividade realizada no âmbito do Programa foi o Seminário de Qualificação de Fornecedores Locais, com carga horária de 20 horas e ministrado por profissional do SEBRAE de Macapá. Participaram do Seminário 21 pequenos empresários.

Os anexos deste Programa contemplam uma cópia do Termo de Parceria para a qualificação profissional dos trabalhadores realizado entre a Fundação Orsa e a CESBE; cópia do material de divulgação dos cursos (*folder*, edital e texto para rádio); Modelo de Ficha de Inscrição; Lista de Presença dos cursos; Ficha de Avaliação dos alunos; Gráficos com a distribuição mensal de cadastrados conforme o local de origem do interessado; e Registro fotográfico das atividades, entre outros.

Conclusão:

O desenvolvimento do Programa de Capacitação de Mão de Obra Local está de acordo com a metodologia e cronograma aprovados pelo IBAMA. A principal meta do Programa foi alcançada até o momento, que é a contratação de aproximadamente 68% da mão de obra por trabalhadores locais (o percentual de mão de obra local contratada alcançou 79%).

A estratégia de divulgação, registro, seleção, treinamento e contratação da mão de obra está adequada aos objetivos do Programa.

A contratação da Fundação Orsa para a implementação dos cursos de capacitação foi uma decisão estratégica importante, porque esta empresa já atua na região e possui estrutura física e de pessoal capaz de enfrentar os desafios colocados para o empreendimento.

O Cadastro de fornecedores de insumos e serviços revelou que há poucas empresas locais capazes de suprir as necessidades do empreendimento. Não obstante, diversas empresas do estado do Pará e Amapá foram contratadas pelo empreendimento (58 empresas do Estado do Pará para o fornecimento de insumos e 15 para o fornecimento de serviços; do Estado do Amapá foram contratadas 13 empresas para o fornecimento de insumos e 14 para o fornecimento de serviços).

Ressalta-se ainda a importância da realização do Seminário de Qualificação de Fornecedores (para 21 pequenos empresários). Esta atividade visa qualificar o empresariado local para o atendimento das necessidades do empreendimento, contribuindo assim para o alcance da meta de contratação de mão de obra local e para a dinâmica econômica da região.

A apresentação gráfica do registro e contratação de mão de obra local e a tabela de fornecedores de insumos e serviços acrescentaram qualidade e transparência ao Relatório.

Desta forma, considera-se adequado o andamento do Programa de Capacitação de Mão de Obra Local para o período de agosto a dezembro de 2011.

7) Programa de Capacitação de Agentes Públicos dos Municípios da AII

Conforme as informações prestadas no 1º Relatório Semestral, "As atividades referentes ao Programa de Capacitação de Agentes Públicos dos Municípios da AII da UHE Santo Antônio do Jari iniciarão em março de 2012, com a seleção e capacitação da equipe técnica e a elaboração do Plano de Trabalho Executivo". De acordo com o Cronograma do Programa aprovado pelo IBAMA, as seguintes atividades estavam previstas para acontecerem nos primeiros seis meses de obras:

- Articulação e Mobilização Social;
- Produção de Materiais Didáticos;
- Realização de Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos;
- Realização de cursos de atualização em Elaboração de Projetos e Captação de Recursos;
- Realização do Curso de Licenciamento Ambiental;
- Realização de cursos de atualização em Licenciamento Ambiental;
- Monitoramento.

Porém, tais ações não foram realizadas.

Conclusão:

Não houve justificativa para a não realização dessas atividades, o que implica num atraso de pelo menos 6 meses em relação ao Cronograma de implantação do empreendimento.

8) Programa de Apoio aos Municípios

Este Programa está subdividido em: 1) Subprograma de Apoio à Criação ou Revisão dos Planos Diretores e; 2) Subprograma de Apoio à Habitação, Educação e Segurança.

O Relatório informa que foram realizadas reuniões com representantes dos poderes públicos dos municípios de Almeirim/Monte Dourado, Laranjal e Vitória do Jari (como comprovação foram anexadas fotos das reuniões). Nestas reuniões o Consórcio empreendedor teria repassado informações relativas aos Programas Ambientais e às etapas construtivas da usina, ao mesmo tempo em que colheu subsídios dos problemas enfrentados pelos municípios.

O Relatório também informa que ainda não foi contratada equipe responsável pela implantação deste programa.

Conclusão:

Pelo que foi informado no Relatório, constata-se que as ações previstas neste Programa para os primeiros seis meses de obra não foram implementadas. Esta situação não inviabiliza a Revisão dos Planos Diretores, mas prejudica a adoção de medidas associadas ao Subprograma de Apoio à Habitação, Educação e Segurança, uma vez que, com o início das obras, inicia-se a pressão sobre os serviços públicos dos municípios.

9) Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira

O objetivo deste Programa é o de "(...) contribuir na mitigação e compensação de potenciais impactos sociais e econômicos provocados pela implantação da UHE Santo Antônio do Jari, sobre a atividade pesqueira dos municípios da AII durante e após as obras".

As ações realizadas foram apresentadas no Anexo 3.3.29-1 do Relatório. A primeira delas foi a caracterização da atividade pesqueira na AII (Almeirim, Laranjal e Vitória do Jari), tendo em vista identificar possíveis impactos da construção da usina e a formulação de estratégias voltadas para a manutenção e fomento desta atividade.

Para a caracterização da atividade pesqueira foram realizadas entrevistas com os presidentes das colônias de pescadores nos três municípios, lideranças comunitárias das vilas e povoados ao longo do rio Jari e na região da "Boca do Jari", local onde o rio deságua no rio Amazonas. Para a pesquisa foram aplicados dois questionários: um voltado para os presidentes de colônias de pescadores e o outro para líderes comunitários e pescadores das vilas.

O Relatório apresenta uma rápida caracterização dos municípios (dados territoriais, população, dinâmica econômica e infraestrutura das cidades).

Como resultado da caracterização identificou-se a Colônia de Pescadores Z-33 de Almeirim, com 6.385 sócios, mas cuja pesca ocorre principalmente nos rios Amazonas e Paru.

A atividade pesqueira no rio Jari e afluentes menores estaria associada à pesca de subsistência. Foram identificadas as comunidades de Arrozal, São Sebastião e Santo Antônio na região denominada Paraná das Velhas, um canal que liga o rio Jari ao Amazonas. Segundo o levantamento, o total de famílias que moram nestas comunidades seria de 54, com 24 pescadores associados à colônia.

Na "Boca do Jari" foi identificado o polo de Santa Luzia, que conta com as comunidades de Espanhol, Maruim, Laranjal, Sete de Setembro, Xibé, Igarapé Grande, Maracujá, e Furinho, com 52 associados à colônia Z-33.

Em Laranjal do Jari a pesquisa foi aplicada na Vila Padaria (aproximadamente 46 famílias e 23 pescadores associados à Z-10), Vila São José (12 famílias), Vila de Santo Antônio da Cachoeira (22 famílias e 6 pescadores associados à Z-10) e Vila Iratapuru (43 famílias e 16 pescadores associados à Z-10). Ressalta-se que a Vila do Iratapuru é a única que fica à montante do eixo da barragem (área do reservatório).

O município de Vitória do Jari conta com a Colônia de Pescadores Z-15, que registra 280 sócios, mas há pescadores deste município filiados à Colônia Z-10 de Laranjal do Jari, por ser esta mais antiga que a de Vitória do Jari.

A pesquisa fez uma estimativa de embarcações por localidade, identificou os principais portos de desembarque pesqueiro, os apetrechos de pesca utilizados, as espécies de peixes encontradas na região, as formas de acondicionamento e de comercialização do pescado.

Especificação das embarcações utilizadas na região:

- barcos de 12 a 16 metros de comprimento e de 1,8 a 4,1 metros de largura. A capacidade de carga varia de 4 a 6 toneladas. Motor a diesel.
- canoas a remo ou motorizadas que possuem de 4 a 8 metros de comprimento e aproximadamente 1 metro de largura. A capacidade de carga é de aproximadamente 500 quilos.

A renda mensal dos pescadores em Laranjal do Jari estaria em torno de 1 a 1,5 salário mínimo. Nas Vilas Padaria, Santo Antônio da Cachoeira e Iratapuru a renda estaria abaixo de um salário mínimo. Em Vitória do Jari o faturamento seria um pouco mais que 1 salário mínimo por mês, segundo o presidente da Colônia Z-15. Em Almeirim a renda estaria por volta de R\$400,00 reais por mês.

Foi identificado que os pescadores recebem o Seguro-defeso, mas muitos não respeitam o período do defeso. O Seguro-defeso constitui o principal política pública para a categoria de pescadores.

O Relatório conclui que a atividade da pesca "(...) mostra-se incapaz de oferecer à maior parte de seus praticantes condições de vida verdadeiramente dignas. Os equipamentos utilizados são rudimentares,

o nível geral das habitações é ruim, as condições de saneamento básico e conseqüentemente de higiene a que estão submetidos são visivelmente precárias ou insalubres, o atendimento a demandas mais sérias por serviços de saúde é insatisfatório e o nível educacional das diversas gerações de pescadores está nitidamente aquém do que se poderia considerar razoável.”

Os poucos financiamentos ofertados para a categoria de pescadores redundaram em inadiplência.

O pouco volume de pescado em comparação com outras áreas da bacia amazônica faz com que a pesca profissional no rio Jari seja “pouco representativa e a maior parte do pescado é consumida na subsistência das famílias moradoras das regiões ribeirinhas”.

O Anexo I do Programa contempla o Questionário Semi-Estruturado aplicado aos pescadores.

Conclusão:

Os trabalhos de caracterização da atividade pesqueira na região do rio Jari apresentaram resultados expressivos sobre esta prática econômica. A realização da pesquisa junto aos pescadores e moradores das vilas da AII possibilitou a compreensão da prática profissional da pesca e a importância que ela assume no contexto da economia local. Verificou-se que a renda média gira em torno de 1 salário mínimo, podendo ser um pouco mais ou um pouco menos, dependendo da região. Na área do rio Jari em que haverá a formação do reservatório a pesca é pouco significativa, sendo suficiente apenas para uma economia de subsistência. A pesca profissional ocorre principalmente na foz do rio Jari, mas a renda, como foi dito, não vai muito além do que um salário mínimo. Os pescadores associados às colônias de pescadores recebem o Seguro-defeso, embora muitos não respeitem a lei. Os pescadores apresentam baixa capacidade de investimentos no setor, o que torna a atividade pouco rentável e quase voltada para a subsistência.

Considerando que na área de intervenção do empreendimento a pesca não é significativa, é de se esperar que o impacto na atividade pesqueira não venha a comprometer a renda e a qualidade de vida da população. Por outro lado, observa-se que há espaço para investimentos e melhoria na atividade pesqueira, já que ela é feita muitas vezes de maneira amadora e com poucos recursos.

Conforme o Cronograma deste PBA, ações voltadas para a implementação de cursos sobre a pesca predatória, sobre os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e sobre os planos de resgate da ictiofauna deveriam ser implantados nos primeiros seis meses de obra. Observa-se que estas atividades não foram executadas.

10) Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo

O objetivo deste Programa é “(...) garantir a valorização do Patrimônio Natural através de ações de divulgação e de qualificação da estrutura física e de recursos humanos, visando à recepção local”.

Conforme o PBA aprovado, as ações previstas deveriam começar pela elaboração do Plano de Trabalho, planejado para o 1º mês de obra e a realização de um Diagnóstico do setor de turismo, para o 4º e 5º meses de obra. Estas atividades não foram realizadas.

O Relatório informa que “As atividades referentes ao Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo da UHE Santo Antônio do Jari iniciarão em fevereiro de 2012, com a elaboração do Plano de Trabalho”.

Conclusão: o Programa não está em conformidade com o PBA aprovado.

11) Programa de Controle e Monitoramento da População Migrante

O Objetivo Geral do Programa de Controle e Monitoramento da População Migrante é o de “contribuir na mitigação e compensação de potenciais impactos sociais e econômicos provocados com a implantação do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari, especificamente os impactos causados pelo fluxo de migrantes durante a realização das obras e a potencial pressão na infra-estrutura e nos serviços oferecidos nos municípios da AII”.

Para atingir os objetivos pretendidos foram planejadas ações voltadas para o aproveitamento da mão-de-obra local, tendo em vista a diminuição do fluxo de migrantes e, conseqüentemente, aliviar a pressão sobre os serviços públicos e de infraestrutura.

O Relatório informa que foram repassadas informações relativas ao início das obras em todas as rádios da região do Vale do Jari, assim como a fixação de faixas informativas e distribuição, nos três municípios da AII, de 2.000 folders e de 2.000 panfletos informativos acerca do início das obras da usina.

No dia 14 de dezembro foi inaugurada a Central de Atendimento, espaço criado em Laranjal do Jari com o objetivo de ser um canal de comunicação do empreendimento com a população. A Central de Atendimento foi uma exigência associada ao Programa de Comunicação, mas que possui uma interface com o Programa de Controle e Monitoramento da População Migrante, justamente por concentrar, num espaço de acesso público, as informações relativas à dinâmica da construção da usina, a oferta de empregos, cursos de capacitação, etc.

Outra atividade associada à obtenção dos objetivos do Programa foi a parceria estabelecida entre o empreendimento e o Sistema Municipal de Emprego – SIME, de Laranjal do Jari e o Sistema Nacional de Emprego – SINE, de Monte Dourado e Vitória do Jari. A contratação de mão-de-obra para o empreendimento passa primeiramente pelo cadastro do trabalhador nestes sistemas.

Conforme informado no Relatório, o número de trabalhadores que manifestaram interesse em trabalhar na usina, entre agosto a dezembro de 2011, foi de 2.458 em Laranjal do Jari, 987 em Vitória do Jari e 1.810 em Monte Dourado. Deste total, apenas 99 seriam oriundos de outras regiões.

Em termos efetivos, foram contratados no primeiro semestre de obras 411 trabalhadores, sendo 79,1% de origem local e 20,9% de outras regiões. Dos 86 funcionários que vieram de fora, 60 são casados e apenas 11 trouxeram famílias (média da composição familiar de 3 pessoas). Todas as famílias que vieram de fora fixaram residência em Monte Dourado/PA.

Vale destacar a realização de cursos de capacitação de mão-de-obra local, que tem como objetivo também contribuir com a redução da migração. Foram capacitadas 142 pessoas até o momento.

Como comprovação das atividades realizadas foram anexadas cópia de *folders* e panfletos de comunicação; Relatório fotográfico (de reuniões com os poderes públicos dos três municípios da AII; dos postos de cadastramento de mão-de-obra em funcionamento; das aulas de capacitação, etc.); Relatório circunstanciado das atividades do SINE/SIME nas Vilas da AID, Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Monte Dourado; foram confeccionados gráficos com a distribuição mensal dos cadastrados por gênero, naturalidade e grau de escolaridade; e cópia de modelo de certificado para aquelas pessoas que fizeram os cursos de capacitação.

Conclusão:

Em linhas gerais o Programa realizou as atividades previstas para os primeiros seis meses de obra, com destaque para o alcance da meta de contratação de pelo menos 68% de mão-de-obra local (neste período foram contratadas 79,1% de mão-de-obra local). A contratação de trabalhadores da região é uma estratégia que visa contribuir para a redução da migração para os municípios da AII e da AID.

Desta forma, até o momento não é possível afirmar que esteja havendo fluxo migratório significativo para a região. Mas esta situação não deve interromper as ações previstas para um possível fluxo de mão-de-obra migrante, principalmente porque à medida que aumentar o número de trabalhadores no canteiro de obras, deverá aumentar o número de trabalhadores de outras regiões. Neste sentido, é preciso garantir que os mecanismos planejados para a inibição e retorno da mão-de-obra não encaixada no empreendimento venham a ser adotados no seu devido momento (diagnóstico sobre correntes migratórias; implantação de postos de assistência social e triagem de trabalhadores não ocupados na construção da usina; criação de uma comissão de acompanhamento entre as partes envolvidas para que haja uma real efetividade na execução das medidas propostas, etc.).

12) Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

O Objetivo deste programa é monitorar alguns indicadores socioeconômicos tendo em vista a avaliação dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento sobre as condições de vida e a qualidade dos serviços públicos.

O Relatório informa que foram realizadas as seguintes atividades:

- reuniões com representantes do poder público dos municípios da área de influência do empreendimento e dos estados do Amapá e Pará, com o objetivo de apresentar os programas ambientais aprovados na licença de instalação e colher subsídios, principalmente quanto às políticas públicas voltadas para a saúde, educação, habitação e segurança pública;
- Aplicação de Questionário junto à população das cidades de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Monte Dourado entre os dias 08 e 27 de agosto de 2011 e;
- Aplicação de Questionário junto aos órgãos públicos dos municípios, gestores municipais e lideranças comunitárias entre os dias 08 e 27 de agosto de 2011.

O Questionário foi aplicado em 245 domicílios, obedecendo ao critério aprovado no PBA, que estipulou uma amostra de 1,5% do total dos domicílios (165 domicílios de Laranjal do Jari, 50 domicílios em Vitória do Jari e 30 domicílios em Monte Dourado).

Os resultados da aplicação do Questionário foram apresentados em gráficos para cada município/distrito e comentados em texto aparte.

1) Área de Educação

1.1 - Monte Dourado. A educação foi elogiada e muitos pais preferem/avaliam que a qualidade da escola pública é melhor do que a da escola privada. Não tem problemas com vagas.

1.2 - Laranjal do Jari. A rede municipal atende 5.558 alunos (811 na Educação Infantil e 4.777 no Ensino Básico); o número de escolas é insuficiente para atender ao número de alunos existentes; a qualidade do ensino foi questionada; há muita violência nas escolas, principalmente no horário noturno.

Na área rural as salas são multisseriadas; a má qualidade do ensino é atribuída às condições físicas das escolas, ao transporte, à metodologia do ensino e a presença de professores que não fazem parte da comunidade (eles se deslocam de outras regiões para dar as aulas nas comunidades rurais). As escolas das Vilas Padaria, Santo Antônio e Iratapuru são estaduais.

1.3 - Vitória do Jari. Conta com uma escola estadual e 11 municipais na área urbana, e atende à 654 alunos na Educação Infantil, 1.346 no Ensino Fundamental e 257 na Educação de Jovens e Adultos – EJA, totalizando 2.382 alunos. Não foi avaliada a qualidade do ensino.

2) Área de Saúde

2.1 - Monte Dourado. O hospital de Monte Dourado só atende a casos de baixa complexidade; não há no distrito Unidades Básicas de Saúde, nem foi implantado o Programa de Agente Básico Comunitário; a grande maioria da população procura o hospital de Laranjal de Jari.

2.2 - Laranjal do Jari. Há cinco Unidades Básicas de Saúde – UBS e o município conta com 181 profissionais da área de saúde. Na área rural foi instalada uma UBS na Vila Padaria e normalmente as comunidades rurais contam com Posto de Saúde. O hospital de Laranjal atende também à população de Vitória do Jari e Monte Dourado.

2.3- Vitória do Jari. Conta com três Unidades Básicas de Saúde – UBS e com 43 profissionais da saúde. Há também uma Unidade de Atendimento do estado do Amapá para média complexidade. A população de Vitória do Jari recorre às instalações de saúde de Laranjal de Jari, Macapá ou Belém.

3) Área de Segurança

3.1 - Monte Dourado. Conta com uma Delegacia de Polícia Civil e um efetivo de 19 policiais militares. O Distrito foi descrito como relativamente calmo, com poucos casos de violência.

3.2 - Laranjal do Jari. Este município conta com Delegacia da Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, vara e promotoria especializada da infância e juventude. Não foi informado o contingente de profissionais da área de segurança. Relatos da população informam que a cidade é violenta, principalmente entre jovens e com mulheres.

3.3 - Vitória do Jari. O município conta com uma Delegacia de Polícia Civil e os dados estatísticos revelam uma cidade de pouca violência, com predomínio dos casos relacionados ao uso e tráfico de drogas.

4) Habitação

4.1 - Monte Dourado. O Distrito possui cerca de 1.500 domicílios, sendo a maioria pertencentes à empresa Jari. Monte Dourado constituiu-se primeiramente numa vila de trabalhadores, cujo planejamento possibilitou uma organização urbanística superior às demais cidades da região. Todas as casas contam com energia elétrica, água tratada e rede de esgoto. Normalmente os moradores - funcionários da Jari/Orsa - não pagam aluguel.

4.2 - Laranjal do Jari. Grande parte da população mora na beira rio ou nas suas proximidades, em palafitas. Em sua maioria as casas são de madeira (52%), têm dois quartos, sala e cozinha. Os principais problemas são a falta de planejamento urbano, saneamento básico e o lixo. O percentual de moradores que pagam aluguel é de 11%, sendo que 83% são proprietários e 6% moram em casas cedidas. A média do aluguel em Laranjal do Jari é de R\$ 248,00.

Nas vilas Padaria, Santo Antônio e Iratapuru apenas uma família paga aluguel (na Vila Iratapuru), 20% moram em casas cedidas e o restante são proprietários das casas. Com relação ao saneamento 47% tem água tratada, 40% tem fossa tratada; 67% das famílias coletam o lixo e queima em local adequado e 33% fazem coleta seletiva. O órgão municipal responsável por habitação não forneceu informações.

4.3 – Vitória do Jari. A cidade é constituída em grande parte de casas de madeira e ocupam a margem esquerda do rio Jari. 90% das famílias moram em casa própria, 3% pagam aluguel e e os demais moram em casa cedida por parentes ou amigos. O valor do aluguel varia em torno de R\$ 100,00. Outras informações solicitadas da prefeitura não foram fornecidas.

O Relatório concluiu que os municípios da AII da UHE Santo Antônio do Jari apresentam carências no que se refere às condições de saúde, habitação, segurança e educação.

Conclusão:

O Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos desenvolveu suas atividades conforme a metodologia aprovada para este PBA. O levantamento de dados socioeconômicos foi importante para caracterizar a situação da região antes do início da obras, possibilitando assim comparações posteriores no monitoramento.

13) Programa de Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico

Este Programa atende à Portaria IPHAN nº 230/2002, e em especial ao Ofício nº 0117/2011 – CNA/DEPAM/IPHAN, por meio do qual foram definidas as seguintes condicionantes:

- Preservação da área do Sítio Arqueológico Monte Dourado I, ao sul da coordenada 21M9.928.820 N 329.380E e parte da área de capoeira, com uma margem de segurança de 20 metros, sinalizada e preservada até que o material arqueológico seja resgatado e o IPHAN manifestar-se sobre o início e execução das obras de engenharia mediante apresentação de relatório parcial ao CNA. Caso haja a utilização de jazidas a serem exploradas como caixa de empréstimo, a execução de obras está condicionada ao levantamento arqueológico prévio, salvamento e monitoramento arqueológico;
- Continuidade da execução do Programa de Arqueologia Preventiva, onde todos os sítios arqueológicos localizados em áreas de risco deverão ser resgatados previamente ao início das obras de engenharia;
- Elaboração do projeto de arqueologia preventiva referente às áreas de reassentamento das populações ribeirinhas;
- Apresentação do desenvolvimento e da metodologia do trabalho de campo ao IPHAN pela coordenação arqueológica, por meio de Relatórios Parciais, para liberação das áreas para início das obras de engenharia e avaliação e eventual proposição de medidas complementares aos programas preventivos desenvolvidos.

Os resultados do Programa foram apresentados no Anexo 3.3.33-1. Consta neste Anexo o Laudo 01/2011 (relativo aos serviços de prospecções arqueológicas na área de empréstimo, estruturas definitivas e de apoio, acesso definitivo margem direita, acesso provisório, acesso definitivo margem esquerda); Laudo 02/2011 (relativo aos serviços de prospecção arqueológicas na área da estrutura de desvio, casa de força secundária e canteiro de apoio).

Conclusão:

Até o momento o IPHAN ainda não se posicionou em relação às atividades desenvolvidas pelo empreendimento.

14) Programa de Educação Patrimonial para a Cultura Material e Imaterial Intangível

Este Programa atende à Portaria IPHAN nº 230/2002, e em especial ao Ofício nº0117/2011 – CNA/DEPAM/IPHAN, de 27/05/2011, por meio do qual foram definidas as seguintes condicionantes:

- Elaboração do Projeto de Educação Patrimonial que incorpore os aspectos antropológicos e etno-históricos, referentes à Área de Influência Direta e indireta do empreendimento;
- Realização de inventário do patrimônio histórico-cultural da área, caracterizando o patrimônio natural, quando este estiver ligado a formas específicas de apropriação

cultural (cultos, festas, festejos) bem como os movimentos culturais e tradicionais e apresentação de medidas de preservação dos mesmos;

- Estudos que viabilizem a implantação de duas casas de memória, preferencialmente entidades públicas, em cada um dos estados federativos abrangidos pela UHE Santo Antônio do Jari (Amapá e Pará);
- Elaboração de um programa para disponibilizar na internet os resultados decorrentes dos estudos, acessível às comunidades do entorno, em salas especiais localizadas nas casas de memória a serem implantadas e desenvolvimento de um Programa de Inclusão Digital de forma que as comunidades da área de influência direta do empreendimento tenham condições de acessar os estudos supracitados.

Conclusão:

Até o momento o IPHAN ainda não se posicionou em relação às atividades desenvolvidas pelo empreendimento para este componente.

15) Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico

“O objetivo geral deste Programa consiste na identificação, delimitação, caracterização e avaliação do Patrimônio Natural e Paisagístico existente na área de entorno da UHE Santo Antônio do Jari e nos municípios de Laranjal do Jari/AP e Almeirim/PA, além da classificação do estado de conservação dos locais, associando-os às características das obras de engenharia do empreendimento e às interferências que estas possam gerar sobre o patrimônio cultural local.”

O primeiro resultado do Programa consistiu de um registro audiovisual de como a região se encontrava antes da instalação do empreendimento (DVD: UHE Santo Antônio do Jari. Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico, Agosto – 2011.).

Conclusão:

Até o momento o IPHAN ainda não se posicionou em relação às atividades desenvolvidas pelo empreendimento para este componente.

16) Programa de Saúde

O Objetivo do Programa é estabelecer um conjunto de medidas que contribuam para mitigar os potenciais impactos sobre a saúde das pessoas decorrentes da construção da UHE Santo Antônio do Jari.

O Programa de Saúde está dividido em 4 Subprogramas, a saber:

1) Subprograma de Saúde da População

Objetivo: Desenvolver ações visando estender, melhorar e qualificar o atendimento de saúde à população na AID e AII do empreendimento, no nível da Atenção Básica.

2) Subprograma de Controle de Vetores

Objetivo: Estabelecer medidas que permitam monitorar e controlar as populações de vetores na AI da UHE Santo Antônio do Jari.

3) Subprograma de Vigilância Epidemiológica

Objetivo: Estabelecer um conjunto de medidas que permitam prevenir e controlar doenças e agravos decorrentes dos impactos da construção da UHE Santo Antônio do Jari.

4) Subprograma de Educação em Saúde

Objetivo: Conceber e promover uma série de ações educativas a fim de sensibilizar e estimular a formação dos agentes da rede de saúde local, a participação da população da AID e de Vitória do Jari, trabalhadores e funcionários da rede de saúde local para a produção do conhecimento sobre a saúde e métodos de prevenção, visando fomentar a integralidade e o controle social da gestão socioambiental do empreendimento.

A empresa Biolex Consultoria Ambiental foi contratada para executar as atividades do Programa de Saúde. Para o Subprograma de Controle de Vetores foi formalizado convênio com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA para execução de campanhas de monitoramento vetorial.

A seguir serão apresentadas as principais ações desenvolvidas no âmbito do Programa. Cabe ressaltar, em primeiro lugar, que as informações prestadas não estão organizadas de modo a contemplar os objetivos, as atividades e os processos de avaliação previstos para cada Subprograma (“Os relatórios

técnicos (...) apresentam as atividades executadas no âmbito do Programa de Saúde e sua aderência às metodologias preconizadas nos respectivos Subprogramas.”). As informações foram organizadas por mês, com descrição das atividades realizadas. Segue abaixo um resumo do que foi informado.

Agosto/setembro (Relatório de Atividade nº 1):

Contratação de uma enfermeira para compor a equipe de saúde.

Montagem de escritório e ponto de apoio logístico para as ações de saúde (onde?).

Reunião com Prefeitos, Secretários de Saúde e Coordenadores de Endemias de Laranjal de Jari, Almeirim/Monte Dourado e Vitória do Jari com o objetivo de prestar informações sobre o Programa de Saúde e estabelecer parcerias com os respectivos entes públicos responsáveis pela saúde nos municípios. As reuniões são registradas numa espécie de Memória de Reunião, que registra as discussões e decisões adotadas em cada município. O nº de participantes nestes encontros foi organizado na Tabela 01 – Demonstrativo do público alvo alcançado (pág. 34), totalizando 769 pessoas neste período nas diversas ações realizadas.

Foram realizadas também reuniões em várias escolas municipais de Laranjal do Jari com o objetivo de divulgar o Programa de Saúde e suas interfaces com a área de saúde. Participaram dessas reuniões o Secretário de Educação e Laranjal, Diretores e Coordenadores de educação nas escolas, o Secret. de Saúde, alguns pais de alunos, alunos e técnicos da Biolex.

No Distrito de Monte Dourado foi realizada **Palestra** sobre os Programas Ambientais e doenças sexualmente transmissíveis (Munguba e Escola Conveniada Monte Dourado).

Outra atividade desenvolvida foi a participação da Biolex nas atividades de Integração de funcionários, colaboradores e empresas prestadoras de serviços da UHE. Nestes eventos a Biolex abordou temas na área de saúde e prevenção, em especial sobre DST.

O Relatório encaminhou cópia de Ofícios da ECE Participações às autoridades públicas solicitando informações do quadro de saúde no municípios e convidando para a participação no Grupo de Trabalho de Saúde.

O Grupo de Trabalho de Saúde (GTS) foi idealizado para acompanhar as ações previstas no Programa e emitir pareceres semestrais sobre o andamento do mesmo. O Grupo de Trabalho, de caráter consultivo, é composto por representantes das Secretarias Estaduais de Saúde do Pará e Amapá, dos conselhos Municipais de Saúde de Almeirim e Laranjal do Jari e dos Conselhos Estaduais de Saúde (Amapá e Pará).

Outubro (Relatório de Atividade nº 2):

Foram mantidas diversas reuniões com autoridades públicas da área de saúde do Distrito de Monte Dourado e dos município de Laranjal e Vitória do Jari. Nestas reuniões são retomadas as discussões dos impactos da obra na área de saúde, os administradores apresentam suas demandas e são definidos acordos e encaminhamentos conforme os objetivos definidos pelo Programa e a realidade vivenciada nos municípios. Merece destaque neste mês a definição de acordos para a implementação do Plano de Ação de Controle de Malária – PACM, que envolve a doação, por parte do empreendedor, de equipamentos e insumos para o combate da Malária. A entrega de materiais e equipamentos do PACM aconteceu no dia 21/10/2011, em Almeirim e no dia 26/10/2011, em Laranjal do Jari.

Ao longo do mês de outubro foram mantidas as Oficinas e ações de Integração voltadas para a temática de saúde aos profissionais da empresa e das terceirizadas que trabalham para o empreendimento. Nestes encontros são apresentados temas como Educação e Saúde, Doenças Endêmicas, DST/AIDS e Animais Peçonhentos.

As ações alcançaram um público de 261 pessoas no mês de outubro.

Foram anexados ao Relatório cópia de correspondências enviadas e recebidas das entidades envolvidas com o Programa; cópia de Relatório de Gestão do Hospital Estadual de Laranjal do Jari, de janeiro a setembro de 2011 – com informações relativas às estatísticas de atendimento Ambulatorial, Internação Hospitalar, Atendimento de Emergência, Atendimento do Serviço Social, Procedimentos Cirúrgicos, Laboratório de Patologia Clínica, Radiologia, Ultra-sonografia, Farmácia, Imunização, Mapa de Morbidade/Casos Notificados, Ocorrência de Parto Hospitalar, Ocorrência de Óbito Hospitalar, Ocorrência de Curetagem Uterina, Recursos Humanos disponíveis, Nº de Encaminhamentos por Especialidades, Procedimentos obstétricos/por médico, Atendimento do Serviço de Psicologia e Relatório de Baixa Complexidade de Laranjal do Jari.

Novembro (Relatório de Atividade nº 3):

Apresentação de vídeo institucional sobre o empreendimento e andamento do Programas Ambientais, com foco no Programa de Saúde, aos profissionais das Equipes da Estratégia da Saúde da Família de Vitória do Jari/AP (07/11/11).

Apresentação do empreendimento e andamento do Programa de Saúde para os profissionais de saúde que atuam em Laranjal do Jari (Diretores de Unidades Básicas de Saúde, Coordenador do Programa de Saúde na Escola do Município, Agente de Educação em Saúde, Agentes Comunitários de Saúde e Técnicos de Enfermagem) (07/11/11).

Apresentação do empreendimento e andamento do Programa de Saúde para colaboradores do Hospital de Monte Dourado/PA e Agentes Comunitários de Saúde da Área Rural de MTD (18/11/11).

Acompanhamento do Ministério da Saúde e Secretarias de Saúde municipais de Laranjal do Jari e Almeirim em vistoria das instalações da usina (23/11/11).

Realização de **Oficina** Continuada em Saúde "Conhecimento do Corpo", em Vitória do Jari, para profissionais de saúde e educação (Agentes comunitários de Saúde, Enfermeiros, Odontólogos, Técnicos em Enfermagem, professores de escolas municipais, Coordenador do Programa de Saúde na Escola (11/11/11)).

Apresentação do empreendimento e do Programa de Saúde para pais de alunos, alunos e professores das Escolas Municipais de Vitória do Jari (E.M Josimar Coutinho, Benedito Lima Penalva, Álvaro Marques Gonçalves, Francisca de Freitas Araújo e Magia da ABC). **Tema** abordado: DST/AIDS e higiene (17, 18, 22 e 23/11/11).

Apresentação do empreendimento e realização de **Oficina** de Saúde nas Escolas Municipais Terezinha Queroga, Vinha de Luz e Paulo Freire de Laranjal do Jari. **Tema** abordado: DST/AIDS e higiene (28 e 29/11).

Realização de **Oficina** de Integração: Como agir na Comunidade, voltado para os funcionários das empresas parceiras (terceirizadas) na construção da usina. **Temas** abordados: Doenças Endêmicas, DST/AIDS e Animais Peçonhentos.

Total de pessoas que participaram dos eventos listados acima: 450.

O Relatório anexa cópia de documentos enviados e recebidos pelo Programa durante o período em pauta e cópia de lista de presença das reuniões e oficinas realizadas.

Dezembro (Relatório de Atividade nº 4):

Participação no Dia Mundial de Combate a AIDS - 01/12/11, em parceria com as Secret. de Saúde de Almeirim/PA (Distrito de Monte Dourado), Vitória e Laranjal do Jari. Foram feitas ações de educação com os funcionários da empresa, pessoas usuárias dos portos de catraia (com doação de *folders*, laços vermelhos e preservativos) e palestras em escolas municipais e nas UBS de Laranjal e Vitória do Jari. Em Vitória do Jari as ações foram conduzidas com os Agentes Comunitários de Saúde. Houve também teste rápido Anti-HIV e programa de rádio para falar do Dia Mundial de Combate a AIDS.

Apresentação do empreendimento e Realização de **Oficina** de Saúde na escola municipal Weber Eider, em Laranjal do Jari (01/12/11). **Tema** abordado: **Palestra** sobre DST/AIDS.

No dia 13/12/11 foi realizada, na Secretaria Municipal de saúde de Laranjal do Jari/AP, a 1ª reunião visando a formação do Grupo de Trabalho que deverá acompanhar e monitorar as ações do Programa de Saúde. Estavam presentes diversas autoridades públicas da área de saúde do distrito de Monte Dourado e dos municípios de Laranjal e Vitória do Jari. A reunião serviu para uma apresentação do empreendimento, dos procedimentos e das ações adotadas no canteiro de obras quanto ao componente saúde. Foram apresentados também o Programa Ambiental de Saúde e o Plano de Controle da Malária.

Inauguração de uma Unidade Básica de Saúde na Comunidade Vila Padaria (17/12/2011). Não foi esclarecida qual foi a participação do empreendimento neste evento. De qualquer forma, a construção da Unidade Básica na Vila é importante para a melhoria do atendimento de saúde de sua população, principalmente porque a Vila está relativamente longe da área urbana de Laranjal do Jari.

Entrega de Mosquiteiros Impregnados na comunidade da Vila Padaria. Foram doados 145 mosquiteiros para rede e 49 para cama. A doação faz parte das medidas do Plano de Ação do Controle de Malária (20/12/11).

Entrega de Mosquiteiros Impregnados na comunidade Iratapuru – Laranjal do Jari. O texto é uma cópia do texto sobre a doação realizada na Vila Padaria.

Oficina de Integração: Como Agir na Comunidade, voltado para funcionários da empresa e terceirizados. **Tema:** Doenças Endêmicas, DST/AIDS e animais peçonhentos.

As atividades do mês de dezembro teria alcançado um público de 17.328 pessoas.

Acompanha o Relatório cópia de documentos enviados e recebidos e lista de presenças dos eventos ocorridos.

A seguir será analisado o Subprograma de Controle de Vetores, cujos dados foram apresentados em relatório próprio.

Subprograma de Controle de Vetores

Anofelinos (Malária)

Para a realização do monitoramento de vetores foram selecionadas 4 localidades para amostragem: Vila de Santo Antônio, Porto Sabão, Vila de Iratapuru e Vila de Itapeuara, sendo as três primeiras localizadas no município de Laranjal do Jari/AP e a última em Monte Dourado/PA.

Em cada uma das quatro áreas foram selecionados 4 pontos para amostragem para a aplicação do método de captura por atração (isca humana) no intra e peridomicílio, com duração de 3 dias, sendo 12h na primeira noite e 4h nas outras duas. O outro método empregado foram as armadilhas de Shannon iluminadas com lâmpião dispostas das 18h às 21h com coletas de 15 minutos a cada hora, contudo não foi informado o número dessas armadilhas e nem em quais e quantos pontos foram utilizadas. Essas informações detalhadas devem ser apresentadas nos próximos relatórios.

Além desses dois métodos que priorizam coleta de indivíduos adultos, foi realizada a pesquisa larvária com conchas entomológicas conforme orientações da Nota Técnica nº 12 – CGPNM/DIGES/SVS/MS.

Nas amostragens na Vila de Santo Antônio, observou-se que apenas a espécie *Anopheles nuneztovari* foi encontrada, tanto nas capturas por atração quanto nas armadilhas de Shannon. Nas conchas entomológicas, a mesma espécie foi a única registrada em apenas 2 criadouros.

Nas amostragens no Porto Sabão e na Vila de Iratapuru, o método de captura por atração e as armadilhas de Shannon registraram duas espécies, *Anopheles darlingi* e *A. nuneztovari*, sendo a primeira a mais representativa no método da captura por atração. Contudo, na Vila de Iratapuru, o método de Shannon teve um índice de coleta muito superior da outra espécie. Quanto à pesquisa larvária, na Vila de Iratapuru foram registradas apenas essas duas espécies, enquanto que em Porto Sabão foram encontradas mais duas espécies: *Anopheles oswaldoi* e *A. triannulatus*.

Nas amostragens na Vila Itapeuara apenas a espécie *A. nuneztovari* foi coletada, e somente na área do peridomicílio. Já a pesquisa larvária registrou também a espécie *A. darlingi*.

De uma forma geral, não observou-se um padrão no horário de atividade, o que pode dificultar a implementação de ações. Em relação aos criadouros, as espécies encontradas na pesquisa larvária foram as mesmas das formas adultas, o que vem garantindo que a população destas espécies sejam mantidas. O tipo de criadouro mais evidenciado foram os igarapés. O Relatório indica que dentre os pontos amostrados, a Vila de Iratapuru é o local que merece maior atenção em relação à malária.

O Relatório sugeriu medidas de controle, conforme consta na tabela abaixo. Entretanto, não é informado que as medidas foram implementadas. Essa informação é de extrema importância.

Atividade de Controle	Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4
Acompanhamento Entomológico	x	x	x	x
Borrifação residual		x	x	x
Controle Biológico				
Educação em Saúde	x	x	x	x
Instalação de PN de malária	x		x	
Manejo Ambiental				
Mosquiteiros Impregnados	x	x	x	x
Tela em portas e janelas				
Termonebulização				

Flebotomíneos (Leishmaniose)

Segundo o Relatório, foram instaladas 3 armadilhas luminosas do tipo CDC em alturas diferentes (solo, 1,5m e copa de árvore) em 4 pontos de amostragem, das 18h às 06h em duas noites consecutivas. Observa-se Relatório não informa quais seriam esses 4 pontos, se são as 4 localidades definidas para o estudo de anofelinos ou ainda 4 pontos em cada uma dessas localidades, contudo, acredita-se serem as 4 localidades: Vila de Santo Antônio, Porto Sabão, Vila de Iratapuru e Vila de Itapeuara. Ademais, foram realizadas buscas intra e peridomiciliar com capturador manual nas paredes no período noturno.

Ao longo dos trabalhos foram registrados 28 indivíduos pertencentes a 10 espécies, sendo a mais abundante *Lutzomyia flaviscutellata*, seguida de *L. infraspinosa*, *L. umbratilis*, e outras 7 espécies representadas por apenas um indivíduo.

Dentre os locais amostrados, a maior riqueza foi encontrada na Vila de Iratapuru. De acordo com a tabela apresentada, nenhuma espécie foi registrada em todos os pontos, sendo que a espécie *Lutzomyia flaviscutellata* foi a única registrada em 3 dos 4 pontos amostrados.

O Relatório não apresenta resultados quanto às buscas realizadas no intra e peridomicílio, então não é possível saber se esse método obteve resultados e quais.

É importante frisar que o Plano de Trabalho previa que seriam realizadas amostragem nas áreas dos alojamentos e canteiro de obras, tendo em vista a presença constante dos trabalhadores.

Triatomíneos (Doença de Chagas)

O método utilizado foi a armadilha com atração animal, que consiste em um tubo de PVC revestido com uma fita dupla face para aprisionar os insetos e contendo uma cobaia em seu interior à qual o inseto não possui acesso. Foram instaladas cerca de 6 armadilhas na copa de palmeiras, ativas do anoitecer ao amanhecer.

Ademais, o Relatório menciona a realização de buscas ativas na vegetação no entorno de habitações e acampamentos, em palmeiras, troncos de árvores e tocas de mamíferos. Contudo, esse método é tratado como se ainda não tivesse sido realizado, mas sim como uma ação futura.

Em relação às habitações, o Relatório afirma a aplicação de métodos como busca ativa no intra e peridomicílio, além de armadilhas de Shannon, entretanto, assim como a busca na vegetação, esses métodos também seriam para uma fase futura. É necessário que seja esclarecido sobre a realização dos trabalhos em campo.

Os trabalhos não registraram indivíduos de triatomíneos. De acordo com o Relatório, a metodologia de armadilhas nas palmeiras é apropriada, contudo, devido à escassez destas no local desse estudo, os resultados foram comprometidos.

Conclusão:

As ações desenvolvidas nos primeiros seis meses de obra buscaram apresentar os Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari para os responsáveis e técnicos da área de saúde dos municípios de Almeirim/Monte Dourado, Laranjal e Vitória do Jari. O foco das reuniões foi a apresentação do Programa de Saúde, buscando com isso definir compromissos e compatibilizar agendas na implantações das ações de saúde sob a responsabilidade do empreendedor.

Neste processo foram consolidadas parcerias para a atuação complementar do empreendimento no setor de saúde, notadamente dentro dos eixos previstos nos 4 subprogramas que compõem o PBA de Saúde. As parcerias com as secretarias estaduais e municipais de saúde são fundamentais para o alcance dos objetivos e metas definidos no Programa, pois há limites de competência em que apenas os profissionais credenciados do sistema de saúde podem atuar. De outro lado, há uma série de medidas que competem apenas ao empreendedor executar e que são necessárias para que os profissionais de saúde consigam desempenhar bem a sua função.

É importante destacar que o controle médico dos trabalhadores, saúde ocupacional e segurança no trabalho estão sendo tratados no Programa Ambiental para Construção – PAC¹. A instalação no canteiro de obras de um Ambulatório resolve em grande parte questões de saúde de baixa complexidade e primeiros socorros. Deste modo, espera-se que uma boa parte das demandas de saúde sejam atendidas no próprio canteiro de obras, diminuindo, portanto, a sobrecarga do setor de saúde, principalmente de Laranjal do Jari, que recebe o fluxo de pacientes dos três municípios da área de influência do empreendimento.

A atividade denominada *Oficina de Integração: Como Agir na Comunidade* se configura como uma ação importante que busca repassar um conjunto de noções básicas de saúde, segurança, meio ambiente, relação com a comunidade etc, para os funcionários do empreendimento e das empresas terceirizadas. Há um ganho significativo quando essas informações são repassadas para trabalhadores de grandes empreendimentos, cujo convívio pode gerar conflitos sociais e prejuízos ambientais. Portanto, na **Oficina** de Integração o Programa de Saúde atua em parceria com outros programas. Os **temas** abordados na área de saúde foram as Doenças Endêmicas, DST/AIDS e animais peçonhentos.

¹As ações do Programa Ambiental para Construção foram analisadas em Parecer à parte.

A doação de Mosquiteiros Impregnantes para as comunidades da Vila Padaria e Iratapuru se configura como uma importante medida preventiva de combate e controle da malária. Esta ação deve ser estendida para as Vilas Santo Antônio e São José.

Ainda em relação ao Plano de Ação de Controle de Malária - PACM, o empreendedor fez doação de equipamentos e materiais de consumo para os municípios de Almeirim e Laranjal do Jari tendo em vista o combate de seus vetores.

Correspondência ECE 182/2012, de 15/02/2012, endereçada ao IBAMA, encaminhou o Plano de Trabalho do Subprograma de Vetores para os municípios de Laranjal do Jari/AP e Almeirim/PA, com foco no combate à malária. Além do Plano, o documento contempla a Pactuação de Metas para o Plano de Ação de Combate da Malária – PACM, onde são discriminadas as responsabilidades do empreendedor e das secretarias estaduais e municipais de saúde dos referidos municípios.

A Vistoria realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde nos dias 23 e 24 de novembro de 2011, para averiguar a Execução do Plano de Ação para o Controle da Malária da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio apresentou as seguintes conclusões:

- Foram notificados, até o momento da vistoria, dois casos positivos de malária nos trabalhadores, entretanto não foi informado qual o procedimento adotado para o bloqueio nos outros trabalhadores, e se foi feita investigação correta;
- O empreendedor deve encaminhar à SVS os resultados das campanhas entomológicas desenvolvidas pelo empreendedor;
- Durante a instalação do canteiro de obras e alojamento é importante a telagem de todas as edificações, para que se faça a barreira física eficiente ao vetor e a borrifação intradomiciliar;
- O empreendedor foi orientado a construir um laboratório com microscopia próprio e certificado pelo LACEN, a fim de não impactar a rede de saúde do município no pico da obra;
- Adotar medidas de controle de vetores e campanhas educativas para os trabalhadores que permanecem no alojamento/canteiro após as 1700hs;
- Ações de Educação em Saúde devem ser realizadas tanto nos canteiros quanto para a população afetada pelo empreendimento;
- É importante a participação do Coordenador do Programa de Saúde do empreendimento nas reuniões dos Conselhos Municipais de Saúde da AID, com o objetivo de estreitar as relações e auxiliar nas devolutivas dos municípios quanto as atividades realizadas no empreendimento;
- Estender a rede de diagnóstico da malária ao município de Almeirim.
(In: Vistoria nº 07 – CGPNM, de 04/12/2011)

Outro foco de atuação do Programa foram as Oficinas voltadas para alunos da rede municipal de ensino, com abordagens centradas no “Conhecimento do Corpo”, DST/AIDS e higiene corporal. Esta temática é importante de ser trabalhada ao longo da construção da usina, pois é fartamente conhecido na literatura sociológica o aumento de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce, associadas, em parte, ao fluxo de mão de obra migrante neste tipo de empreendimento.

Quanto ao Relatório apresentado, algumas considerações devem ser feitas:

A apresentação das informações relativas às atividades desenvolvidas estão desvinculados dos seus respectivos Subprogramas, dificultando a leitura e compreensão do que foi feito em cada um deles e, conseqüentemente, o seu monitoramento. Como é de conhecimento, o PBA aprovado está estruturado em 4 Subprogramas, cada um deles com objetivos, metas e cronogramas distintos. Porém, a estrutura do Relatório mistura todas as informações, dificultando a comparação e análise. Portanto, em relação à apresentação do Relatório de Saúde, faz-se necessário organizar por Subprograma, devendo ser discriminadas as ações realizadas, ou não, com suas justificativas, e contemplar avaliação conforme as metas, indicadores e critérios de monitoramento definidos para cada Subprograma.

Ainda em relação à organização das informações repassadas pelo Relatório, agrupar num mesmo tópico a atividade realizada, sua descrição, fotos, lista de presença, cartilha, folder, *power point*, etc associados àquele evento, de tal forma que ao ler o documento, não seja preciso procurar, por exemplo, a lista de presença em outro tópico que não esse que vem sendo tratado o assunto.

O Relatório não informa qual foi a metodologia dos Cursos, Capacitações e Oficinas realizadas e nem enviou cópia dos materiais de apoio (cartilha, *folder*, *power point*, etc.).

O Relatório não apresenta qualquer análise qualitativa das ações implementadas no período. Como consequência, não se avaliou se os objetivos foram alcançados ou não, prejudicando desta forma o monitoramento do andamento dos Subprogramas.

O Grupo de Trabalho de Saúde (GTS), não foi definido. Foram feitas convocações e uma reunião com as autoridades da área de saúde de Almeirim, Laranjal e Vitória do Jari para discutir o papel e a função do GTS, mas o grupo não foi consolidado e nem foi emitido qualquer parecer de avaliação sobre as ações desenvolvidas. Nova reunião foi marcada para fevereiro de 2012.

No âmbito do Programa de Saúde é preciso definir o conjunto de variáveis da Saúde que deverão ser monitoradas ao longo da construção do empreendimento e que deverão alimentar o banco de dados do Programa de Monitoramento de Aspectos Socioeconômicos e de Apoio aos Municípios.

III – RECOMENDAÇÕES

Após análise dos Relatórios apresentados para os PBAs do Meio Socioeconômico, sugere-se que se faça à *ECE Participações S.A.* as seguintes recomendações:

1) Programa de Comunicação Social – PCS

Recomendações:

Justificar as ações não realizadas do Programa de Comunicação Social, conforme o cronograma aprovado pelo IBAMA, e informar as medidas adotadas para a efetiva execução;

Apresentar análise qualitativa das ações do Programa de Comunicação Social que incorpore os indicadores e os mecanismos de monitoramento aprovados no PBA, de maneira a verificar os resultados efetivos das atividades e ações desenvolvidas pelo Programa;

Em relação à organização das informações no Relatório Semestral (comprovação das atividades realizadas), apresentar na sequência a descrição da atividade, os objetivos, data de realização, sua avaliação, etc. e a respectiva lista de assinatura, registro fotográfico ou videográfico, de modo a facilitar a leitura;

Apresentar o quadro de técnicos que atuam no Programa e suas respectivas formações;

Em relação ao Site do empreendimento, adotar medidas que venham a incorporar as ações relativas a todos os programas desenvolvidos pela empresa e definir um sistema de navegação que garanta o acesso rápido e fácil às informações disponibilizadas no site. Disponibilizar no site o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e o Formulário Eletrônico de Cadastro de Currículos;

Convocar reunião do *Fórum de Acompanhamento Social dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari* conforme cronograma aprovado. Encaminhar ao IBAMA as Atas das Reuniões.

2) Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT

Recomendações:

Em relação à forma de apresentação dos relatórios, contemplar os objetivos, metodologia e os comprovantes de realização das atividades (cartaz, cartilha, panfleto, registro fotográfico, assinaturas etc.) agrupados no mesmo item, ou seja, reunir num mesmo tópico todas as informações relativas à ação ou atividade desenvolvida, de maneira a facilitar a leitura;

Manter as ações de educação ambiental voltadas para os trabalhadores das empresas terceirizadas;

Apresentar os resultados da Avaliação e Monitoramento conforme previstos no programa (indicadores de avaliação qualitativo e quantitativos).

3) Programa de Educação Ambiental – PEA

Recomendações:

Apresentar justificativas para o atraso no cronograma de implantação do Programa de Educação Ambiental;

Encaminhar ao IBAMA (antes de sua implementação) cópia do planejamento dos cursos e oficinas previstos no PBA e/ou Plano de Trabalho (com detalhamento do conteúdo, objetivos, metas, metodologia, indicadores de avaliação e cronograma);

Prever conteúdos no Programa de Educação Ambiental em interface com os resultados dos demais programas ambientais implementados no âmbito do empreendimento (patrimônio pré-histórico, histórico e cultural, saúde, monitoramento de fauna, flora, ictiofauna e vetores, supressão de vegetação, etc.);

Incluir, em especial para a comunidade do Iratapuru e demais moradores da região de onde será feita a supressão de vegetação, alertas e cuidados a serem adotados com o possível aparecimento de animais peçonhentos e demais medidas de alerta e segurança;

Inserir no conteúdo dos cursos e oficinas a serem ministrados a temática lixo e saneamento básico, haja vista que todos os estudos demonstraram a precariedade destes serviços e práticas nos municípios da AID;

Por fim, apresentar análise qualitativa das ações implementadas, levando em consideração os objetivos, metas e os indicadores de monitoramento e avaliação do programa.

4) Plano Ambiental de Conservação e Uso do entorno do Reservatório Artificial – PACUERA

Recomendação:

Apresentar proposta de TR para o PACUERA no prazo 90 dias.

5) Programa de Indenização e Remanejamento da População

Recomendações:

- Apresentar justificativas para as atividades/ações não realizadas e a definição de novas datas para a implantação das mesmas;
- Apresentar análise qualitativa do desenvolvimento do programa com a inclusão dos indicadores e critérios de monitoramento conforme aprovado no PBA.

6) Programa de Capacitação de mão de obra.

Recomendação:

Considera-se adequado o andamento do Programa de Capacitação de Mão de Obra Local para o período de agosto a dezembro de 2011.

7) Programa de Capacitação de Agentes Públicos dos Municípios da AII

Recomendações:

Apresentar justificativa para a não realização das ações previstas e reapresentar Cronograma do Programa.

8) Programa de Apoio aos Municípios

Recomendações:

Apresentar justificativa para a não realização das ações previstas e reapresentar Cronograma do Programa.

9) Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira

Recomendações:

Apresentar justificativas para a não realização dos cursos e campanhas sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna junto ao público de interesse nas diferentes fase das obras;

Apresentar avaliação e monitoramento do Programa, de maneira a verificar o alcance dos objetivos e metas aprovados no PBA (fazer uso dos indicadores de avaliação constantes no PBA).

10) Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo

Recomendações:

Apresentar justificativas para a não implementação do Programa;
Apresentar novo cronograma do Programa.

11) Programa de Controle e Monitoramento da População Migrante

Recomendações:

Justificar as ações não realizadas conforme cronograma do PBA;

Apresentar análise de monitoramento do programa que inclua os indicadores de avaliação, objetivos, metas e interfaces definidos no Programa de Controle e Monitoramento da População Migrante;

Apresentar lista de presença de reuniões com os representantes da administração pública, trabalhadores ou população, com data das reuniões e assuntos tratados.

12) Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

Recomendações:

Apresentar a estrutura do banco de dados com as variáveis de controle que servirão para o monitoramento dos aspectos socioeconômicos.

13) Programa de Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico

Recomendação:

Encaminhar ao Ibama cópia das tratativas e documentos assinados entre o empreendedor e IPHAN.

14) Programa de Educação Patrimonial para a Cultura Material e Imaterial Intangível

Recomendação:

Encaminhar ao Ibama cópia das tratativas e documentos assinados entre o empreendedor e IPHAN.

15) Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico

Recomendação:

Encaminhar ao Ibama cópia das tratativas e documentos assinados entre o empreendedor e IPHAN.

16) Programa de Saúde

Recomendações:

Informar o local do escritório e ponto de apoio logístico para as ações de saúde;

Organizar as informações por Subprograma, devendo ser discriminadas as ações realizadas, ou não, com suas justificativas, e contemplar avaliação conforme as metas, indicadores e critérios de monitoramento definidos para cada Subprograma;

Quanto às informações relativas às atividades realizadas, agrupar num mesmo tópico a sua descrição, fotos, número de participantes, lista de presença, cartilha, *folder*, *power point*, etc. associados àquele evento, de tal forma que ao ler o documento, não seja preciso procurar, por exemplo, a lista de presença em outro tópico que não esse que vem sendo tratado o assunto;

Encaminhar cópia dos materiais de apoio (*cartilha*, *folder*, *power point*, etc.) utilizados nos Subprogramas;

Apresentar análise qualitativa das ações desenvolvidas tendo em vista a metodologia, os objetivos, metas, indicadores e o monitoramento previsto para cada Subprograma;

Consolidar o Grupo de Trabalho de Saúde e apresentar posicionamento do mesmo quanto ao andamento do Programa (prazo 60 dias);

Definir o conjunto de variáveis da Saúde que deverão ser monitoradas ao longo da construção do empreendimento e que deverão alimentar o banco de dados do Programa de Monitoramento de Aspectos Socioeconômicos e de Apoio aos Municípios. Incluir na banco de dados as informações relativas aos dados de saúde coletados no canteiro de obras.

Recomendações do Subprograma de Controle de Vetores:

- Informar sobre a adoção das medidas de controle dos vetores de malária indicadas no 1º Relatório Semestral;
- Realizar amostragens em locais próximos ao canteiro de obras tendo em vista a aglomeração e constante presença dos trabalhadores;
- Em relação às amostragens de triatomíneos, utilizar todas as metodologias previstas no Plano de Trabalho e justificar a não aplicação das metodologias busca ativa nas habitações e uso de armadilhas de Shannon na 1ª campanha.

O prazo de entrega das informações solicitadas neste Parecer é de 30 dias, exceção àqueles cujo prazo encontra-se discriminado nas recomendações do respectivo Programa Básico Ambiental.

À consideração superior,

Ana Patricia Mykito

Ana Patricia Mykito
Analista Ambiental
Mat. 1730428

Luiz Fernando Suffiati

Luiz Fernando Suffiati
Analista Ambiental
Mat. 1572945

DE ACORDO,

EM 22.05.12

Nataniel Simão Della Nina
Coordenador de Licenciamento de Habitações
COMISSÃO DE LICENCIAMENTO
Substituto

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica

RELATÓRIO DE VISTORIA

Brasília, 30 de maio de 2012.

De: Equipe Técnica.

Para: Coordenador de Licenciamento de Energia Hidrelétrica Substituto

Assunto: Vistoria Técnica ao UHE Santo Antônio do Jari, realizada no período de 15 a 18 de maio de 2012.

Processo nº: 02001.000337/2008-06

Apêndice: Relatório Fotográfico.

Introdução

O presente relatório apresenta as atividades desenvolvidas durante a vistoria técnica à UHE Santo Antônio do Jari, realizada no período de 15 a 18 de maio de 2012, com objetivo de acompanhar as obras de implantação do empreendimento e verificar o atendimento às condicionantes das Licenças de Instalação nº 798/2011.

A vistoria foi realizada pelos técnicos da Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas (COHID/DILIC) e por representantes da EDP, empresa contratada pela ECE participações S/A, que acompanharam todo o percurso vistoriado.

O relatório fotográfico segue apensado e visa ilustrar as atividades descritas ao longo desse documento.

Vistoria

A vistoria teve início no dia 15/05/2012 com o deslocamento aéreo da Equipe Técnica de Brasília para Macapá e dessa capital por via terrestre para a cidade de Laranjal do Jari (AP), chegando nesta cidade às 22:00hs.

No dia 16 a equipe se programou para o deslocamento por terra, e depois por barco, até a vila do Iratapuru, localizada a montante do eixo da barragem. No entanto, uma greve de trabalhadores terceirizados da Jari Celulose impediu o trajeto até um local conhecido como "porto sabão", na margem direita do rio Jari. Diante do inesperado, a equipe aproveitou a manhã do dia 16 para conversar com a administradora do Distrito de Monte Dourado, Sr^a. Ana Cláudia Alves de Sales, sobre os possíveis impactos do empreendimento na localidade (Foto 1).

A Sr^a. Ana Cláudia relatou que Almeirim (sede municipal do distrito de Monte Dourado) está sofrendo com a cheia do rio Amazonas e que as autoridades estão concentradas na

EM BRANCO

busca de solução para os problemas do município. Mas adiantou que vai entrar em contato com o Secretário do Meio Ambiente de Almeirim e convidá-lo para que faça uma visita ao canteiro de obras da usina de Santo Antônio. Ressaltou ainda que ela tomou posse como administradora de Monte Dourado em janeiro de 2012 e que a nova administração vai aos poucos tomando pé da situação em que se encontra o distrito.

O analista do IBAMA Luiz Suffiati ressaltou que há uma expectativa positiva em relação aos impactos do empreendimento em Monte Dourado, principalmente porque é a localidade mais estruturada da região e porque a empresa Jari Celulose exerce um controle rigoroso em relação à ocupação do solo urbano e da área rural. Portanto, espera-se que não haja mudanças significativas em Monte Dourado e que os aspectos positivos sejam otimizados.

Na área da saúde a Sr^a. Cláudia informou que o hospital é deficitário, que os médicos não trabalham com dedicação integral e que ele atende apenas aos casos de baixa complexidade. Afirmou também que vem buscando estabelecer parceria com a EDP e com a Jari Celulose para a ativação de alguns setores do antigo hospital, que já foi referência de saúde no Vale do Jari. A reativação do hospital de Monte Dourado pode contribuir para a redução da demanda pelo hospital de Laranjal do Jari, que sofre com a pressão exercida pela população de outros municípios da região.

Na área de educação o principal problema, segundo a administradora, é com as escolas localizadas nas áreas da Jari Celulose. A Secretaria de Educação não pode realizar reformas nos imóveis porque não consegue provar a titularidade do terreno. O técnico da EDP sugeriu o estabelecimento de um Contrato de Comodato com a Jari Celulose, o que, segundo ele, abriria brecha jurídica para a aplicação de recursos públicos nas escolas. A Administradora consentiu em estudar a solução proposta.

O técnico da EDP informou e convidou a Sr^a. Cláudia para a primeira reunião do Fórum de Acompanhamento do empreendimento, que irá se realizar no dia 13/06/2012 em Laranjal do Jari. Acrescentou que o fórum é itinerante e que numa outra oportunidade deverá ser realizado em Monte Dourado e Vitória do Jari. Devem participar da reunião os administradores das três cidades da área de influência do empreendimento, representantes das comunidades ribeirinhas, o Ministério Público dos estados de Amapá e Pará, secretários de saúde, dentre outros.

Ainda no dia 16 de maio as equipes do Ibama e da EDP se deslocaram de barco do distrito de Monte Dourado (PA) até à cachoeira de Santo Antônio do Jari, localizada a jusante do futuro barramento. No percurso inicial foram observadas as cidades de Laranjal do Jari (AP), na margem esquerda do rio, com ocupação irregular da APP, e do outro lado, o distrito de Monte Dourado/PA (Foto 2). Observou-se que muitas famílias construíram suas casas às margens do rio Jari e que as mulheres realizavam suas tarefas domésticas, como lavar roupa, dentro do leito do rio.

Excetuando-se o trecho inicial, verificou-se que há poucos ribeirinhos residindo nas margens do rio Jari. Na maioria do percurso vistoriado observam-se áreas inabitadas e mata ciliar bem preservada. Como a vistoria foi realizada no fim do período chuvoso, a vegetação às margens do rio ainda estava alagada, o que acontece anualmente em função da cheia do rio Jari (Foto 3).

Após aproximadamente 30 minutos de barco rio acima, já nas proximidades da cachoeira Santo Antônio, observou-se a sinalização – instalada de uma margem a outra do rio – alertando para o perigo de explosões no canteiro de obra do empreendimento e criando uma área de segurança para embarcações. Associada aos avisos sonoros emitidos no canteiro de obras, em

EM BRANCO

caso de explosões, toda embarcação fica proibida de entrar na área de segurança (Foto 4). Mais adiante, percorreu-se o trecho de vazão reduzida (TVR), a ser formado após o barramento do rio Jari, finalizando a vistoria na cachoeira de Santo Antônio, que estava com a vazão muito elevada, notando-se a formação de “espuma” nas proximidades, em função do período de chuvas na região (Foto 5).

A vistoria do trecho do rio Jari localizado à montante da cachoeira de Santo Antônio e do futuro barramento foi iniciada no “porto sabão”, localizado na margem direita do rio. Partindo dali, as equipes do IBAMA e EDP se deslocaram até a vila de Iratapuru, comunidade localizada às margens do tributário de mesmo, que deságua na margem esquerda do rio Jari.

Nesta comunidade a equipe conversou rapidamente com o professor da escola primária, que funciona provisoriamente numa casa de madeira e ainda serve de alojamento para o professor – Sr. Denilson. A escola é bem precária, com poucos recursos materiais e didáticos. Num canto da sala ainda existe um mimeógrafo para impressão dos trabalhos escolares das crianças. A biblioteca tem poucos exemplares de material voltado para a idade das crianças. Normalmente o professor tem que ir para Laranjal do Jari pelo menos uma vez por mês para receber o salário. Este imóvel deverá ser removido em função do reservatório.

Na caminhada pela vila observou-se a demarcação da cota 34m nas margens do rio Iratapuru. A princípio, nem todas as casas da vila serão alagadas, mas, segundo a EDP, estuda-se a possibilidade de uma reestruturação completa da vila. O projeto está em estudo e em breve será apresentado para a comunidade para discussão e aprovação. De qualquer forma, alguns imóveis deverão permanecer em seu local de origem devido à qualidade da construção e porque estão fora da área de alagamento. Este é o caso, por exemplo, da cooperativa dos extrativistas, que ficará a cerca de 100 metros da cota de operação do empreendimento (foto 6).

Na sequência a equipe se dirigiu à Escola Municipal São Francisco do Iratapuru, no momento em que dois professores ministravam aulas para 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série do ensino básico. Esta escola apresenta boa estrutura física e não deverá ser impactada pelo empreendimento.

Outro local visitado pela equipe foi o Posto Médico, que funciona provisoriamente em imóvel que era utilizado anteriormente para o processamento das castanhas do Pará. Segundo a técnica de enfermagem de plantão, os casos de malária estão dentro da normalidade, não observando qualquer aumento da incidência da doença. A reestruturação do Posto de Saúde faz parte do Protocolo de Entendimento assinado entre a EDP e a comunidade e deverá ser instalado em novo local.

O Sr. Luiz, condutor do barco que transportou a equipe pelo rio Jari, também morador do Iratapuru, confirmou que parcela significativa da comunidade se encontrava no interior da reserva do Iratapuru, trabalhando na coleta da castanha do Pará. Assim, havia poucas pessoas na vila.

Partindo da Vila de Iratapuru, as equipes de vistoria retornaram ao leito rio Jari, seguindo em direção a área da enseada C1. Durante esse trajeto, uma breve parada foi realizada na residência da Srª. Júlia, moradora da margem esquerda do rio Jari e que deverá ser deslocada em função da formação do reservatório. Porém, a srª. Júlia encontrava-se em Laranjal do Jari, para tratar de questões de saúde. Parentes presentes na residência confirmaram que ainda não foi realizada nenhuma reunião para discutir o remanejamento. Segundo os técnicos da EDP, a proprietária manifestou interesse em permanecer no local, deslocando-se apenas o necessário para a formação do reservatório. Na região do futuro reservatório a equipe se dirigiu para o local da desembocadura do rio Traira, tributário localizado na margem esquerda do rio Jari, mas devido ao grande volume de água e alagamento da vegetação marginal, não foi possível localizar

EM BRANCO

de maneira precisa o seu leito. A vistoria foi finalizada na área da enseadeira C1, onde se observou o barramento e a jusante o antigo leito do rio Jari, local onde foi construída uma estrada que dá acesso ao canteiro de obras e demais instalações como os escritórios, ambulatório, restaurante, etc. Observou-se ainda o aspecto pedregoso do leito do rio Jari na área enseçada, que segundo o relatório semestral enviado ao IBAMA, dificultou as atividades de resgate e salvamento da ictiofauna (Foto 7).

Com relação ao percurso vistoriado, notou-se que o rio Jari estava com velocidade e volume de água bem elevados em função das últimas chuvas. No entanto, segundo a avaliação de moradores locais, a cheia que acontece no rio Amazonas não atingiu a região e considerou-se que nesse ano a precipitação pluviométrica não foi muito abundante na bacia do rio Jari.

Nos trechos vistoriados, a montante e a jusante do futuro barramento, foram observados poucos pescadores, geralmente embarcados. Segundo informações colhidas junto à população, a pesca acontece principalmente na "boca" do rio, na confluência com o rio Amazonas, onde peixes de maior valor comercial como a dourada, o jaú e o surubim são encontrados mais facilmente.

Durante a vistoria no rio Jari não foram observados bancos de macrófitas flutuantes, apenas algumas espécies restritas às margens do rio. É esperada uma maior abundância desses vegetais durante o período de seca, quando nutrientes e estabilidade hidrodinâmica podem favorecer o crescimento desses organismos aquáticos.

No dia 17 pela manhã a equipe técnica se dirigiu de barco à vila de Santo Antônio, localizada nas proximidades da cachoeira de mesmo nome, onde estabeleceu um diálogo com o Sr. João Francisco, líder comunitário da vila. O Sr. João reivindicou a construção de um trecho de estrada de cerca de 400 metros nas proximidades do canteiro de obras, a ser construído na margem esquerda do rio Jari. Segundo ele, o canteiro vai interromper o trajeto que a comunidade faz para a coleta de castanha no interior da mata. Neste sentido, seria uma espécie de compensação pelo dano causado pela instalação do canteiro. O IBAMA ficou de averiguar a necessidade de ASV para o trecho pleiteado pela comunidade.

Outra reivindicação da comunidade é a abertura de uma estrada para ligar a vila à BR 156, um percurso de cerca de 30 km. A EDP está estudando a viabilidade do projeto, mas esta demanda não tem relação com os impactos do empreendimento. Para o Sr. João, a estrada facilitaria o escoamento das castanhas (Foto 8).

Indagado sobre o número de pessoas da vila que estão trabalhando no empreendimento, o líder comunitário disse que tem apenas um, mas que houve a capacitação de serventes a serem contratados para as próximas fases de instalação do empreendimento. Avaliou que a EDP poderia retirar areia - a ser utilizada na construção da barragem - na margem esquerda do rio, contribuindo assim com a navegação da comunidade nos tempos de estiagem, quando as embarcações têm dificuldades para transitar no trecho entre a vila e Laranjal do Jari. Alertou também que a empresa CESB - construtora da obra - terá problemas no transporte dos trabalhadores no período de seca, uma vez que o nível do rio reduz significativamente, possibilitando o trânsito apenas de voadeiras e barcos menores. Atualmente, parte do transporte de trabalhadores para o canteiro de obras é feito por barco, num trajeto que vai de Monte Dourado até um porto instalado na margem direita do rio, nas proximidades do que deverá vir a ser a casa de força da usina (Foto 9).

O Sr. João não soube dizer se o IPHAN está fazendo um levantamento do patrimônio histórico da região. A vila de Santo Antônio possui um papel e uma história significativa para o



EM BRANCO

contexto da região. Sobre a ocupação pretérita resistem ainda algumas estruturas que merecem atenção e pesquisa do órgão responsável.

O Sr. João acompanhou a equipe técnica até ao Posto de Saúde da Vila, onde fomos recebidos pela técnica de enfermagem Alcineide Amaral. Sobre o quadro epidemiológico da comunidade Alcineide disse que não tem notificado casos de malária, que a doença está controlada. Sua principal reclamação foi em relação à dificuldade que tem para se deslocar de Laranjal do Jari para a vila de Santo Antônio. Como não há um transporte público disponível para a população, ela fica dependendo de carona de moradores da região. A EDP esclareceu que infelizmente não pode transportar a técnica de enfermagem nos barcos que transportam os trabalhadores para o canteiro de obras, pois seus barcos e responsabilidades limitam-se aos trabalhadores da usina. Por sua vez, o técnico do IBAMA ponderou que é necessária uma solução definitiva e que esta deve ser buscada junto ao sistema de saúde do município.

Ao final da conversa o Sr. João declarou que a comunidade está apreensiva com o que poderá acontecer com eles, pois até agora “só teriam perdido”. O Sr. Juhei, técnico da EDP, aproveitou a ocasião para informar ao Sr. João a realização do Fórum de Acompanhamento do empreendimento, no dia 13/06/2012, e que a participação de representantes da comunidade neste evento será importante.

A equipe se despediu dos moradores e se dirigiu para a vila da Padaria, localizada também na margem esquerda e mais a jusante da Cachoeira de Santo Antônio. A liderança comunitária – Roberto Gonçalves Bahia, conhecido como Bajara – não se encontrava no local. Diante deste fato se estabeleceu uma conversa informal com alguns residentes que confirmaram a doação de mosquiteiros com inseticida para os moradores da vila. Foi informado que 3 pessoas foram contratadas pelo empreendimento e que 9 fizeram o curso de capacitação oferecido pelo empreendedor.

Conforme a programação da vistoria, haveria uma conversa neste dia com a prefeita de Laranjal do Jari, mas a administradora estava ausente do município. Tentou-se falar com o secretário de saúde, mas este também não se encontrava na cidade. Assim, a equipe retornou para Monte Dourado e, na parte da tarde, visitou as instalações do hospital municipal.

A equipe foi recebida pela enfermeira Jeane, que informou que está havendo uma tentativa de resgatar parcela do que foi um dia o hospital de Monte Dourado. Esclareceu que hoje o hospital trata apenas de problemas de média e baixa complexidade, que as demais estruturas que um dia já funcionaram estão completamente desativadas. O primeiro objetivo deste esforço para “levantar” o hospital está se dando com a reativação das internações. Observou-se que vários setores do prédio estão passando por um processo de reformas. A EDP estabeleceu um convênio com o hospital para o repasse de remédios, alguns equipamentos e apoio financeiro para reformas no prédio. O Sr. Juhei (EDP) ficou de encaminhar ao IBAMA os termos do convênio com o hospital. Uma caminhada da equipe pelas dependências do prédio do hospital foi o suficiente para constatar o seu abandono e avaliar o quanto o hospital perdeu com sua transferência do governo federal para a esfera municipal. A Sra. Jeane informou também que o distrito tem buscado estabelecer parcerias com as grandes empresas da região para o fortalecimento e melhoria dos serviços oferecidos pelo hospital (Foto 10 e 11).

Após esta conversa a equipe técnica se dirigiu para Vitória do Jari para participar do evento de doação de uma ambulância de saúde para o município. Houve uma pequena cerimônia de entrega para o prefeito, que agradeceu à EDP em nome do povo e afirmou que ações desta magnitude contribuem efetivamente para a melhoria da cidade (Foto 12).

EM BRANCO

A equipe se deslocou para Laranjal do Jari às 1800hs e no dia seguinte retornou para Brasília.

Considerações Finais

A vistoria realizada ao empreendimento UHE Santo Antônio permitiu observar o atual estágio de implantação das obras e avaliar o andamento dos Programas Ambientais aprovados por esse Instituto, além de observar as transformações na área decorrentes do período de chuvas na região.

Observou-se que a área vistoriada é bem preservada e que a vazão do rio Jari aumenta significativamente devido ao período chuvoso, alagando a vegetação marginal e permitindo maior mobilidade dos moradores locais através do transporte fluvial. A cachoeira de Santo Antônio do Jari, que no período de estiagem permanece com uma pequena queda d'água, nessa ocasião revelou toda sua beleza cênica.

Em termos sociais nota-se pouca alteração da área de influência direta e indireta do empreendimento. Como a contratação da maior parte dos trabalhadores é da região, não se observa pressão migratória. De outro lado, ainda não foram removidas as poucas famílias residentes na área do futuro reservatório. O maior número de moradores a serem deslocados é da vila do Iratapuru, cuja população aguarda a apresentação do novo projeto urbanístico para a comunidade. Observou-se que há uma expectativa dos moradores quanto à definição da nova estrutura "urbana" e do projeto das casas. Segundo o empreendedor, faltam apenas alguns acertos com o poder público do estado do Amapá para se dar o início às tratativas junto à comunidade a respeito da nova vila.

Avalia-se que o apoio do empreendedor para o restabelecimento de algumas estruturas e doação de materiais para o hospital de Monte Dourado poderá dar início ao fortalecimento da área de saúde no distrito e desafogar um pouco as demandas do hospital de Laranjal do Jari.

Ainda na área da saúde, a doação da EDP de uma ambulância para o município de Vitória do Jari representa uma medida importante, uma vez que a cidade não tem hospital e sua população normalmente se dirige para Laranjal do Jari para questões mais complexas. Também significa que este município da área de influência indireta vem tendo apoio do empreendedor, ainda que seu administrador – Luiz Beirão – solicite a contratação de mais trabalhadores do município para a construção da usina.

Por fim, a ausência da prefeita de Laranjal do Jari não permitiu avaliar a situação do município, mas na conversa com pessoas da cidade não se observou qualquer crítica negativa ao empreendimento. De qualquer forma, o Fórum de Acompanhamento do empreendimento, a ser realizado no dia 13/06/2012, será um momento especial porque estarão presentes representantes de todos os municípios e comunidades para um balanço das ações implementadas até agora.

À consideração superior,


Luiz Fernando Suffiati
Analista Ambiental
Mat.: 1572945


Eliese Cristina de Oliveira
Analista Ambiental
Mat.: 1717120


Rafael Isidoro de Lima Nina
Coordenador de Licenciamento de Atividades
COHOC/SENER/DICIBAMA
Superior

Vinte e
Um 30.05.12

EM BRANCO

Relatório Fotográfico



Foto 1: Reunião com a Administradora do Distrito de Monte Dourado/PA.



Foto 2: Moradias na APP do rio Jari na área urbana de Laranjal do Jari.



Foto 3: Vegetação Alagada nas margens do rio Jari.



Foto 4: Sinalização da área de segurança no rio Jari



Foto 5: Cachoeira de Santo Antônio.



Foto 6: Cooperativa de extrativistas da Vila do Iratapuru.

EM BRANCO



Foto 7: Detalhe da ensecadeira C1



Foto 8: Conversa com líder comunitária da Vila de Santo Antônio.



Foto 9: Ancoradouro no rio Jari nas proximidades do canteiro de obras.



Foto 10: Detalhes de equipamentos do hospital de Monte dourado



Foto 11: Sala de maternidade do hospital de Monte Dourado.



Foto 12: Doação de ambulância para o município de Vitória do Jari.

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
SCEN, Trecho 02, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (061) 3316.1292; Fax: (061) 3307.1328 - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 118/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 31 de maio de 2012.

À Senhora

MARIA CLARA MIGLIACIO

Diretora do Centro Nacional de Arqueologia – CNA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
SEPS 713/913 Sul, Bloco D, 3º Andar
CEP.: 70.390-135 – Brasília/DF
Fone: (61) 2024.6318

Assunto: **UHE Santo Antônio do Jari**

Ref.: **P.A. IBAMA Nº. 02001.000337/2008-06.**

Senhora Diretora,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental referente à UHE Santo Antônio do Jari, localizada na divisa dos Estados do Pará com o Amapá, informo que o IBAMA está analisando os relatórios relativos aos primeiros seis meses de implantação do empreendimento e avaliando o atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 798/2011. A expectativa para finalizar esta avaliação é na primeira quinzena de junho de 2012.
2. Conforme orientações do IPHAN, no que se refere ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, a referida Licença contemplou os seguintes programas:
 - A) Programa de Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico;
 - B) Programa de Educação Patrimonial para a Cultura Material e Imaterial Intangível;
 - C) Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico.
3. Desta forma, venho através deste solicitar manifestação do IPHAN quanto ao atendimento dos programas citados acima, assim como o disposto no Ofício 0117/11/CNA/DEPAM/IPHAN, no que tange às atividades relativas ao patrimônio histórico e arqueológico, especialmente quanto à necessidade de liberação das frentes de obras.

Atenciosamente,

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA

Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas Substituto

EM BRANCU

Fls.: 1656
Proc.: 0337/08
Rubr.: *Agm*

OK



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN - Setor de Clubes Esportivos Norte Trecho 02, Ed. Sede, Bloco C, 1º andar, Brasília/DF - CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx61) 3316.1595 Fax: (0xx61) 3307.1801 - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 308/2011 - CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de maio de 2011.

Ao Senhor
Rogério José Dias
Coordenador de Pesquisa e Licenciamento Arqueológico - CNA/Depam/Iphan
SBN Quadra 2, Edifício Central Brasília - 6º andar
Edifício Sede, Bloco G, 1º andar.
70040-904 - Brasília - DF Fone: (61) 2024.6280 / Fax: (61)2024.6275

Assunto: Licenciamento da UHE Santo Antônio do Jari

Senhor Coordenador,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental do AHE Santo Antônio do Jari, no rio Jari, informo que a solicitação de Licença de Instalação foi analisada por equipe técnica do Ibama e consta como pendência processual a anuência do IPHAN para a instalação do empreendimento. Nesse sentido, solicito posicionamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN quanto aos *Programas de Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico, Educação Patrimonial para a Cultura Material e Imaterial Intangível, e Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico*, propostos no PBA do empreendimento.

Atenciosamente,

ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

EM BRANCO



ECE Participações S.A.

Fis.: 1657
Proc.: 0337/08
Rubr.: Jm

MMA - IBAMA
Documento:
02001.028929/2012-61

Data: 05/06/12

São Paulo, 29 de maio de 2012.

ECE - 302/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: Thomaz Miasaki de Toledo
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Relatório Trimestral de Resgate de Fauna

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 – Condicionante nº 2.1 – Programa Ambiental nº 14

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em atendimento ao Programa Ambiental nº 14 especificado na condicionante 2.1 da LI nº 798/2011 do IBAMA, vem pela presente encaminhar o Relatório Trimestral das Atividades de Resgate de Fauna da UHE Santo Antônio do Jari desenvolvidas no período de 01/01/2012 a 31/03/2012.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.



ECE Participações
Juhei Muramoto

ANEXOS:

Anexo I: Relatório Trimestral das Atividades de Resgate de Fauna da UHE Santo Antônio do Jari desenvolvidas no período de 01/01/2012 a 31/03/2012.

De ordem: *Carla* Em: 05/06/12
Para: *Mônica* *Fonseca*

Simone Araújo
Secretária CGENE

*A analista Ana Patrícia Mykito
para avaliação*

05/06/2012

Mônica
Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Métrica nº 1.423.150
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



ECE Participações S.A.

Fis.: 1658
Proc.: 0337108
Rubr.: Apr

MMA - IBAMA
Documento:
02001.028943/2012-64

Data: 05/06/12

São Paulo, 25 de maio de 2012.

ECE - 305/2012

Ao
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN - Trecho 2 - Edifício Sede do IBAMA - Bloco A
CEP 70.800-200 - Brasília/DF

Atenção: **Thomaz Miasaki de Toledo**
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico
Nº61/2012

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 - Condicionante nº 2.1 - Programa Ambiental nº 15

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em atenção aos esclarecimentos solicitados acerca dos itens 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9 das condicionantes específicas da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 061/2012, vem pela presente encaminhar o Relatório Consolidado de Monitoramento Prévio da Fauna Terrestre, Aquática e Semi Aquática da UHE Santo Antônio do Jari.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos,


ECE Participações
Juhei Muramoto

ANEXOS:

Anexo I: Relatório Consolidado de Monitoramento Prévio da Fauna Terrestre, Aquática e Semi Aquática da UHE Santo Antônio do Jari - Período: Junho/2011 a Abril/2012.

De ordem: *COHID* Em: 11/06/12

Para: *Mônica F. Fonseca*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária COHID/DILIC

A analista *Ana Patrícia Mykita*
para avaliação

Mônica
Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe de Equipe
COHID/COGEN/DILIC/IBAMA

12/06/2012



ECE Participações S.A.

Fls.: 1659

Proc.: 0337/08

Rubr.: *Apm*

MMA - IBAMA

Documento:

02001.028935/2012-18

Data: 05/06/12

São Paulo, 29 de maio de 2012.

ECE - 308/2012

Ao
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN - Trecho 2 - Edifício Sede do IBAMA - Bloco A
CEP 70.800-200 - Brasília/DF

Atenção: Thomaz Miasaki de Toledo
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Relatório Consolidado do Monitoramento Prévio da Ictiofauna

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 - Condicionante nº 2.1 - Programa Ambiental nº 17

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem pela presente encaminhar o Relatório Consolidado de Monitoramento Prévio da Fauna da Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.


ECE Participações
Juhei Muramoto

ANEXOS:

Anexo I: Relatório Consolidado de Monitoramento Prévio da Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari - Período: Agosto/2011 a Dezembro/2011.

De ordem: *Patricia* Em: 05/06/12
Para: *Mônica Fonseca*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À analista *Ana Patrícia Mykito*
para avaliação.

Mônica
Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matricula nº 1.423.150
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

05/06/2012

À analista *Eliete Oliveira*
por pertinência do assunto

Em 06/06/12

Apmykito

Patricia Mykito
Patricia Mykito
Ambiental
1.730.428
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



ECE Participações S.A.

Fis: 1660

Proc: 0337/08

Rubr: Apr

MMA - IBAMA

Documento:

02001.030013/2012-71

Data: 06/06/12

São Paulo, 05 de Junho de 2012.

ECE - 307/2012

Ao

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN - Trecho 2 - Edifício Sede do IBAMA - Bloco A
CEP 70.800-200 - Brasília/DF

Atenção: **Rafael Ishimoto Della Nina**
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas (Substituto)

Assunto: Solicitação de cópia do processo de licenciamento

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem por meio desta solicitar cópia do processo de licenciamento ambiental do empreendimento em referência, composto por 8 volumes, com cerca de 200 páginas cada.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários e deixamos o contato da Sra. Alessandra Soares Medeiros Quesada, telefone (11) 2185.5543, para tratar deste assunto.

Com nossos melhores cumprimentos.


ECE Participações
Juhei Muramoto

De ordem: *in Alho* Em: 12/06/12
Para: *Mônica Fonseca*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC



À Coordenadora André
Andrade, por pertinência.

Mônica
Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

14/06/2012

Autorizo a retirada das
cópias. À Secretária, Lucilene,
para providências

Em 20/06/12,

André Andrade

À AA Ana Patrícia,

pl anexar no processo

Em 21/06/12

André Andrade

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU

Data do documento 25/06/2012	Nº do documento	Nosso Número 0000000019707232	Banco 001	Data do Processamento 25/06/2012	Vencimento 29/06/2012
(-) Valor do documento 353,23	(-) Desconto / Abatimento *****	(-) Outras deduções *****	(+/-) Mora / Multa / Correção *****	(+/-) Outros Acréscimos *****	(-) Valor cobrado 353,23
Nome: ECE PARTICIPAÇÕES S/A CPF/CNPJ: 09.333.996/0001-21 Endereço: Rua Bandeira Paulista, nº 530 - 10º andar SAO PAULO - SP CEP: 04532-001			Informações: Receita: 1287 - 0 - 958410 - Serviços administrativos diversos Unid. Arrecadação: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) Finalidade: Cópia do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.000337/2008-06 - do Empreendimento - UHE Santo Antônio do Jari do volume I a IX, cópia integral.		
LD: 00199.58412 00000.000000 19707.232211 9 537900000035323 Autenticação mecânica					

19707 232211 9 537900000035323

EM BRANCO



ECE Participações S.A.

MMA - IBAMA
Documento:
02001.030204/2012-32

Fis.: 1662
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apex

São Paulo, 12 de junho de 2012.

Data: 13/06/12

ECE - 312/2012

Ao

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: **Rafael Ishimoto Della Nina**
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Requerimento de Autorização para Resgate e Salvamento de Fauna e Ictiofauna

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 – Condicionante nº 2.1 – Programas Ambientais nº 13, 14 e 16

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em atendimento aos Programas Ambientais nº 13, 14 e 16, referentes aos respectivos resgates de Fauna e Ictiofauna, especificados na condicionante 2.1 da LI nº 798/2011 do IBAMA, vem informar que a empresa Neotrópica Tecnologia Ambiental Ltda, CNPJ 06.078.290/0001-72, localizada no município de Goiânia/GO, será responsável pela execução dos Programas de Resgate de Fauna e Ictiofauna da UHE Santo Antonio do Jari inerente as etapas subsequentes de implantação do empreendimento até o enchimento do reservatório.

Para tanto, vimos por meio desta carta solicitar as respectivas Autorizações de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico, para o Resgate e Salvamento da Fauna e da Ictiofauna, de acordo com a IN 146/2007 do IBAMA.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.


ECE Participações
Juhei Muramoto

De ordem: *já solicit* Em: *13/06/12*
Para: *Mônica Fonseca*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

As analistas Ana Patrícia
Mykita e Eliene Oliveira
são avaliadas.

Mônica
Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

14/06/2012



ANEXOS:

ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR/CONSULTORIA

ANEXO IA – CADASTRO TÉCNICO FEDERAL Nº 710146 DA EMPRESA NEOTRÓPICA TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.

ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA FAUNA / ICTIOFAUNA

ANEXO III – CURRÍCULO, CPF, CTF E REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE DA EQUIPE TÉCNICA DE FAUNA E ICTIOFAUNA

ANEXO IV – ART DO CRBIO 6ª REGIÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS (RAFAEL BRAGA DO AMARAL E NAYANA CAROLINA BARBOSA)

ANEXO V – PLANO DE RESGATE DE FAUNA E ICTIOFAUNA

ANEXO VI – RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DE FAUNA

ANEXO VII – CARTA DE ACEITE DE MATERIAL BIOLÓGICO (IEPA)

EM BRANCU



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA
SCEN - Trecho 2, Edifício Sede - Bloco A, Brasília - DF CEP: 70.818-900
URL: <http://www.ibama.gov.br>

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Local: Centro de Informação da UHE Santo Antônio do Jari, em Laranjal do Jari/AP.

Data: 13/06/2012

Horário: 0900hs

Assunto: Aprovação do Estatuto do Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari.

Participantes: Pelo IBAMA: Luiz Fernando Suffiati - Analista Ambiental - Mat. 1572945.
Segue lista de participantes no Anexo I.

1. A reunião para definição e aprovação do Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais ocorreu no dia 13/06/2012, às 0900hs, na Central de Informações do empreendimento, no município de Laranjal do Jari/AP.
2. A constituição do Fórum está associada ao atendimento da Condicionante 2.9 da Licença de instalação nº 798/2011, que solicita:
Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta de instância de acompanhamento social dos programas ambientais, a exemplo de comitês, câmaras ou fóruns de gestão. Contemplar a participação de representantes da sociedade e das prefeituras municipais diretamente afetadas pelo empreendimento. A instância deverá estar instalada e operante, durante toda a etapa construtiva da UHE.
3. Foram convocados para a reunião de constituição do Fórum os representantes dos seguintes órgãos e instituições: Ibama, empreendedor, Ministério Público Estadual das Comarcas de Almeirim/PA, Laranjal do Jari/AP e Vitória do Jari/AP, poder executivo dos três municípios da AID (Almeirim, Laranjal e Vitória do Jari), sociedade civil de cada município da AID, Secretarias Estaduais do Meio Ambiente de cada estado (Amapá e Pará), e representantes das comunidades afetadas. Essa convocação ocorreu em conformidade à proposta de criação do Fórum apresentada pelo empreendedor em 22/07/2011 (Ofício 091/2011).
4. A Reunião seguiu a pauta estabelecida na Convocação: 1) Abertura, 2) Apresentações dos representantes, 3) Apresentação e discussão do Estatuto do Fórum, 4) Aprovação do Estatuto e, 5) Agendamento da próxima reunião.
5. Ao final da reunião foi aprovado o Estatuto. Segue em Anexo a Memória da Reunião, Lista de Presença e cópia em papel da apresentação em *Power Point* contendo o Estatuto aprovado.
6. A próxima reunião ordinária do Fórum ficou marcada para o dia 30/08/2012 e terá como objetivo apresentar o andamento dos programas ambientais para os integrantes do Fórum. Esta reunião já será organizada conforme o Estatuto aprovado.

Ciente, para anexar ao Processo

Em 20/06/12,

Archi Andrades

EM BRANCO

Fls.: 1665
Proc.: 0337/08
Rubr.: Am

ANEXO I

Memória da Reunião para aprovação do Estatuto do Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari

EM BRANCO



ANEXO I

Fls.: 1666
Proc.: 0337108
Rubr.: Ata

UHE Santo Antônio do Jari
Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais
Data: 13/06/2012

Local: Escritório da EDP em Laranjal do Jari

Às 9 horas do dia 13 de junho de 2012, no Escritório da EDP em Laranjal do Jari deu – se inicio a 1º Reunião Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais. Estavam presentes os participantes da lista de presença anexa. Foi feita a apresentação dos Representantes do Empreendedor e representantes das entidades se apresentaram. Representante do Ibama – Luiz Sulfiate esclareceu sobre a importância deste fórum na discussão dos impactos advindos do empreendimento. Tem como expectativa que o fórum seja um espaço de discussão e resolução de problemas, além do conhecimento das ações que são desenvolvidas nos 38 programas ambientais. Afirma que o fórum é um local de oportunidade para as pessoas conheçam as ações e tragam os seus problemas, suas dúvidas. Joao Francisco Gonçalves representante da comunidade Cachoeira do Santo Antônio, se apresenta informando que esta aqui para articular o que é bom para comunidade e para empresa. MPE Almeirim – Aline Martin, afirma que esta assumindo hoje a comarca, e diz que vem de Belo Monte, onde a experiência não foi boa e espera que aqui haja uma parceria no acompanhamento das ações as quais são condicionantes da licença. Sueli Reaja – preocupação com relação a exploração sexual no Vale do Jari, com a chegada da hidrelétrica muitas pessoas viram. Assim a EDP foi convidada para fazer parte da Reaja, ajudando no combate ao problema da exploração. Queremos combater esta exploração que infelizmente exista e espera esta parceria da EDP. Procuradora Municipal da Prefeitura de Almeirim Isla Santana. Na sequencia foi passado um vídeo institucional da UHE Santo Antônio do Jari. Dando seguimento foi apresentada a pauta da reunião (documento anexo) e uma apresentação em pelo colaborador da EDP Jurei Muramoto. O representante do Roberto da Padaria chegou na reunião. Juhei retorna com a palestra sobre a discussão do estatuto de funcionamento do fórum (apresentação anexa). Aline MPE pergunta se não há representante do MPF. Gerente de MA Antônio Luiz responde que não há MPF no município. Eduardo Santarelli da EDP informa que esta é uma apresentação de minuta e, portanto sujeita a considerações e ajustes que sejam julgados necessários. Juhei retoma a apresentação. Foi impresso o estatuto do fórum, apresentado na palestra e entregues aos participantes para discussão. Apresentação de Telmiram, secretaria de MA de Laranjal do Jari. Isla Almeirim solicita que seja esclarecido melhor o ponto do estatuto referente ao caráter consultivo e informativo do fórum. Juhei esclarece que o empreendedor estará avaliando as sugestões apresentadas e dando resposta e esclarecimentos necessários, desde que seja pertinente ao fórum. Importante ressaltar

M 1

EM BRANCO



Fls.: 1667
 Proc.: 0337/08
 Rubr.: Adm

que os assuntos pertinentes, quais sejam o EIA/Rima e programas ambientais. A instancia, do fórum, não é deliberativa para preservar competências em relação ao Ibama e MP presente na participação do fórum. Luiz - Ibama, afirma que a comunidade as vezes solicita respostas imediatas, mas nem sempre é possível. Entretanto o fórum também não é apenas para transmitir informações realizadas, mas sim um momento de discussão e avanços das demandas trazidas pelos integrantes, as quais necessitam de serem levadas a instancias superiores de cada entidade. Antônio Luiz, Gerente de MA da Usina, ressalta que é importante que a pauta seja encaminhada com antecedência nas próximas reuniões para conhecimento prévio de todos. Juhei continua sua explanação para que não haja duvidas em relação ao caráter e objetivos do fórum. Luiz Ibama lembra da importância do conhecimento de todos dos programas ambientais. Lembrando que os programas não são "caixas fechadas", e, portanto estão sujeitos a mudanças dependendo dos acontecimentos, ele é evolutivo, conforme os impactos causados. Temos que ter um olhar critico para verificar se eles estão ou não minimizando os impactos, para que haja as discussões e os devidos encaminhamentos. São apresentados relatórios semestrais para saber o que esta sendo feito. Sueli, Reaja, questiona: então o o fórum não é apenas consultivo, mas também tem um caráter fiscalizador. Luiz Ibama, afirma que é fiscalizatório no sentido de monitorar o acompanhamento das ações implementadas. Juhei EDP rele o estatuto os itens que demonstra os pontos levantados estão previstos no relatório, que é justamente o acompanhamento e avaliação dos estudos ambientais. Nelson EDP, lembra que a competência legal de fiscalização é do Ibama, portanto o caráter do fórum é de monitorar as ações e trazendo para o debate no fórum. Elielson representante da Prefeitura de Laranjal do Jari se apresenta. MPE este fórum irá prestar conta do que esta fazendo ou vai apenas esclarecer duvidas. Juhei, responde que o fórum, de certa forma irá prestar conta, assim como há o aspecto legal de prestação de contar, enviado por meio de relatório ao Ibama. Em relação a sociedade há outras formas de prestação de contas, como jornal, radio e outros grupos de trabalho de outros programas ambientais. Ibama lembra que pode ser solicitado algum ponto especifico que pode ser apresentado desde que solicitado com antecedência, tais como saúde, educação, apoio aos municípios, o que pode ser feito em uma reunião especifica. Juhei se coloca a disposição se for do entendimento do programa. MPE solicita uma copia de todos os programas para acompanhamento. Antônio luiz da EDP lembra que já foi entregue a Promotoria de Almeirim, mas que estará providenciando uma nova copia ao MPE de Ameirim e também aos demais prefeituras. Isla pergunta como terá inicio as discussões, qual será o instrumento legal de formalização para discussão. Juhei acho que qualquer mecanismo,

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

EM BRANCO

um próprio email é valido. Isla acha que uma visita inicial é necessária para que todos tenham conhecimento do empreendimento. Juhei esclarece que existem outros instrumentos de comunicação, não apenas o fórum. Ele é apenas mais um instrumento de comunicação com as comunidades. Ibama lembra da proposta de 10 dias para apresentar a pauta para reunião, assim cada entidade pode colocar suas sugestões em tempo hábil. O fórum é semestral, mas existem os mecanismos de comunicação do dia - dia. Juhei volta aos slides da apresentação, para discussão dos integrantes do fórum. Apesar do caráter itinerante do fórum, a sede do mesmo é na central de atendimento, assim o endereço oficial para encaminhamento de correspondência será o da central de atendimento em Laranjal do Jari. Juhei pergunta se há alguma colocação em relação aos integrantes do fórum. Isla acho importante que os conselhos municipais que são autônomos que podem representar os problemas da comunidade. Juhei entende que cada prefeitura ou entidade pode solicitar a apresentação do conselho, mas não necessariamente ter assento. MPE coloca também a possibilidade de se trazer, caso necessário um técnico de outro estado. Ibama lembra que deve ser feita uma reunião de base com sua instituição e trazer suas demandas. Ricardino, lembra também da importância da reunião de retorno a comunidade do que foi discutido no fórum. Juhei continua lendo o ponto sobre a previsão de convite de outras pessoas interessadas a participação. Voltando aos objetivos sobre as partes interessadas. Roberto da Padaria gostaria de saber por que a Padaria não é considerada afetada, sendo que a maioria da comunidade sofre o impacto ambiental da usina, exemplo a questão da colheita do açaí de verão. Juhei explique que a padaria faz parte do protocolo de entendimento e aparece no processo de licenciamento, e ações são previstas para padaria, mas não é considerada diretamente afetada como as demais. Entretanto apesar de não fazer parte da representação ela sempre será fará presente. Juhei vai para item de disposição geral do estatuto. Nelson EDP coloca que no que ser refere ao tempo de mandato de 01, este deverá ser mais aberto, retirando o mandato de 01 ano, isto é a qualquer momento, desde que formalmente. Esta sugestão foi aceita por todos e modificado na hora com destaque em vermelho. Isla coloca a questão de despesas para deslocamento, no caso principalmente da comunidade e ONG, há dificuldade, e sugere que a empresa arque com estas despesas. Sueli sugere que dependendo do local onde é a reunião a empresa poderá arcar com o transporte. Joao (Cachoeira) lembra que se a reunião for em Vitoria há necessidade de transporte. Roberto (padaria) caso eu não possa participar outro se fará presente. Suley, é muito comum quando a pessoa não pode outro substituir, entretanto é importante lembrar que a rotatividade de pessoas pode atrapalhar o andamento do processo. Sr. Joao concordo que isto

m J [assinatura] [assinatura] [assinatura]

[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

EM BRANCO



dificulta. Juhei, lembra que a Padaria não tem representatividade, assim outro membro da associação seja substituído, entretanto em relação aos representantes terá de ser o titular ou suplente. Sr. Joao, concorda que a rotatividade dificulta os trabalhos. Juhei concorda com o custeio das despesas do traslado com os membros da Cachoeira e Padaria. Já com o Reaja acho que isto não se aplica. Suely esclarece que o Reaja não está vinculado a nenhum órgão público. Ela não chega a ser uma ONG, ela é uma rede de associados e sobrevive de doações para realização das ações. Assim o deslocamento dos membros do Reaja é feito por cada um. Havendo necessidade de uma ajuda no deslocamento. Foi feita a correção incluindo a disposição se necessário de custeio para o Reaja e Comunidades. Parada para café. Retorno das atividades, Luiz coloca sobre a leitura e assinatura da ata de reunião que preferencialmente deve ser feita na própria reunião. Joao da Cachoeira coloca sobre a modificação do estatuto, estabelecendo-se um numero mínimo de aprovação. Luiz Ibama lembrando que o objetivo tem de permanecer, não é tudo que pode ser alterado. Juhei lembra que não há muito como fugir desta regra de sistemática. O que pode gerar discussões maiores são os assuntos de pauta, e não a modificação do estatuto. Nelson EDP afirma que os objetivos são bem amplos e não vê o que pode ser alterado dentro do estatuto. Juhei EDP diz que do ponto de vista do empreendedor é importante que sistemática aprovada funcione, e podemos prever uma brecha para alteração desde que seja consensual por todos. Joao Cachoeira coloca que apenas se for necessário caso seja consenso de todos como o caso do custeio de transporte. Juhei faz a modificação nas disposições gerais, colocando que por unanimidade dos representantes, poderá haver alteração do estatuto. Suely do Reaja, acho que deve ser por maioria e não por unanimidade. Juhei esclarece que esta regra é em relação ao estatuto e não a apresentação da pauta. Em relação a pauta antecipada de 10 dias. Fica definido que as sugestões de pauta dos representantes deve ser encaminhada com 30 dias de antecedência da data da reunião e com 15 dias a convocação da reunião será enviada para todos os membros do fórum via email e ofício. Luiz Ibama coloca a questão da semestralidade. Cada reunião será colocada a periodicidade da próxima reunião (semestral). Foi modificado o estatuto referente a este item nas disposições gerais. Juhei da EDP faz a modificação no estatuto de forma explicita no que tange ao caráter itinerante do fórum, acrescentando desde que haja disponibilidade de local. Secretaria MA de LJ coloca que qualquer membro do fórum poderá solicitar as reuniões extraordinárias a coordenação extraordinária, como será a deliberação desta sessão extraordinária? Juhei da EDP esclarece que o fórum não é instancia única para discussão. Os representantes do fórum poderão solicitar realização de reunião extraordinária, a qual passará por uma avaliação

EM BRANCO

por parte da coordenação geral do fórum da pertinência ou não da convocação da reunião extraordinária. Este texto foi modificado no estatuto. Foi feita alteração do estatuto no item das disposições gerais no que se refere a participação de interessados, desde que enviadas respeitando as preposições de pauta. Demais itens referente as responsabilidades coordenação geral, secretaria executiva e membros do conselho foram repassados e discutidos. A apresentação do estatuto com os devidos ajustes aprovado, nesta reunião, pelas entidades aqui representadas será encaminhada a todos. Encaminhamentos finais: a assinatura dos representantes no estatuto será colhida pela coordenação geral. A formalização dos titulares e suplentes deverá ser até 30 de junho. A primeira reunião ordinária será na data de 30 de agosto de 2012 e a pauta devera ser encaminhada até 30 de julho conforme a ordenação do estatuto. A primeira reunião deverá ser encaminhada para os e-mails: antonio.rodrigues@edpbr.com.br , com copia para Fernanda.santiago@investco.com.br . Dado ao avançado da hora, foi feito a impressão da ata e as 13:35 horas deu-se o encerramento da reunião de constituição do fórum, ficando a a sugestão de localidade da próxima reunião a ser enviada por email. Sem mais deu-se encerrada a reunião.

José Sacramento

Almeida T. Martins

Expedito

Helmutah - Kuein

Juli S. C. Figueira - J.S.C.

Fernando Rodrigues

João Francisco Pereira Gonçalves

Ricardo Soffiati

Quando José Henrique Amfaro

Milton Lourenço

EM BRANCO



Fls: 1671
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apm

UHE Santo Antônio do Jari
Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais
Data: 13/06/2012
Local: Escritório da EDP em Laranjal do Jari

PAUTA

1. **Abertura** (15 min): Exposição da origem e objetivos do Fórum e dos itens de pauta desta primeira reunião, pela EDP e IBAMA;
2. **Apresentações** (15 min): Apresentação dos representantes de cada instituição convidada;
3. **Proposta de Estatuto** (45 min): Apresentação e discussão da proposta de Estatuto do Fórum;
4. **Aprovação do Estatuto** (30 min): Incorporação de ajustes e aprovação do Estatuto do Fórum;
5. **Agendamento da Próxima Reunião** (15 min): Definição de local e data da próxima reunião do Fórum.
6. **Encerramento.**

EM BRANCO

UHE Santo Antônio do Jari
Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais
Data: 13/06/2012
Local: Escritório da EDP em Laranjal do Jari
Lista de Assinatura de Presença

Item	Nome do participante (letra legível)	INSTITUIÇÃO	Telefone	Assinatura	e-mail (Letra legível)
1	Luci Ishida C. Siqueira	REAJA	91387746		luciiis@hotmail.com
2	Olive Januara Teles Martins	MP/Almeirim	9112-8328		olivetm@mp.pa.gov.br
3	João Francisco Benício Gomes	Associação	91358835		Presidente da C. C. N. C. H. C. A.
4	Luiz FERNANDES SUFFIATI	IBAMA/COHID	61-33161575		C-12.SUFFIATI@IBAMA.GOV.BR
5	Isia T. Santana Lima	Prefeit. Almeirim	43.9122.5009		isia.lima@almeirim.pa.gov.br
6	Antonio Luiz Rodrigues	ECE/EDP	9691821265		antonio.rodrigues@edpb.com.br
7	Juhei Muramoto	EDP	(11)91842312		Juhei.muramoto@edpb.com.br
8	MÁRCIA ROIG SPERB	EDP	(11)2185.5574		marcia.sperb@edpb.com.br
9	Francisco Ligia da Silva	MP	(53)81275405		MP42.MELIA@MP.PA.GOV.BR
10	Ricardius Fortalezja	ECE/MA	(96)91692742		ricardius.fortalezja@edpb.com.br
11	Nelson Kajuo Kano	EDP	(11)2185.5531		Nelson.kano@edpb.com.br
12	Adriano Guilherme Fortalezja	EDP	1121855532		adriano.fortalezja@edpb.com.br
13	Thiago José Milhou	EDP	1121855558		Thiago.Milhou@edpb.com.br
14	Wesley Franklin A. da Rocha	EDP	(96)9197-4010		wesley.rocha@edpb.com.br
15	Roberto Teófilo Gomes Baies	EDP	91985370		COMU
16	Roberto Luiz Gomes Baies	PMLS	9132.0468		roberto.baies@gmail.com
17	Wilson Luiz Braga Celano	PMLS	91989830		ecolares.53@gmail.com
18					

EM BRANCO



APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SANTO ANTÔNIO DO JARI

FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Laranjal do Jari (AP), 13 de Junho/2012



Fls.: 1673
Proc.: 0337108
Rubr.: Apr

[Handwritten signatures and initials]
m1 de Jari

EM BRANCO



FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS
UHE Santo Antônio do Jari

Fis.: 1674
Proc.: 0337108
Rubr.: Arma

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "C. Pereira" (signature)
- Middle right: "H. P." (initials)
- Bottom right: "M. P." (signature)
- Far right: "2" (number)
- Far right: "J." (initials)

PAUTA

- **Abertura (15 min):** Exposição da origem e objetivos do Fórum e dos itens de pauta desta primeira reunião, pela EDP e IBAMA;
- **Apresentações (15 min):** Apresentação dos representantes de cada instituição convidada;
- **Proposta de Estatuto (45 min):** Apresentação e discussão da proposta de Estatuto do Fórum;
- **Aprovação do Estatuto (30 min):** Incorporação de ajustes e aprovação do Estatuto do Fórum;
- **Agendamento da Próxima Reunião (15 min):** Definição de local e data da próxima reunião do Fórum.
- **Encerramento.**

EM BRANCO



FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS
UHE Santo António do Jari

Reunião para Constituição do Fórum

Conceito

Fórum: *instância de participação social, de cunho eminentemente consultivo e informativo, objetivando o acompanhamento e a avaliação da implementação dos Programas Ambientais a partir de discussões com representantes sociais locais e regionais.*

Objetivo Geral

O Fórum de Acompanhamento Social dos Programas Ambientais da UHE Santo António do Jari objetiva constituir uma instância consultiva de participação social a ser formada congregando representantes das diferentes partes interessadas envolvidas no processo de implementação do empreendimento.

Fis.: 1675
Proc.: 033768
Rubr.: Assinatura

Handwritten signature
3

EM BRANCO

FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS
UHE Santo Antônio do Jari

Reunião para Constituição do Fórum

O Fórum deverá:

- Congregar a representação das diferentes partes interessadas locais e regionais envolvidas na implementação do empreendimento, entendidas como: instituições públicas municipais; órgão competente de licenciamento; sociedade civil organizada; população atingida; e empreendedor; e
- Ter caráter consultivo e informativo, centrando-se na informação, discussão e avaliação das ações ambientais dos diversos Programas e Planos ambientais em curso e previstos para a UHE Santo Antônio do Jari, devendo os trabalhos serem regidos pelo que estipula o Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA e os Programas Ambientais aprovados pelo IBAMA.

Fls.: 1676
Proc.: 0337108
Rubr.: Am



M A P L S
4



EM BRANCO

Reunião para Constituição do Fórum

Constituição do Colegiado

- 1 (um) representante do IBAMA;
- 1 (um) representante do empreendedor;
- 1 (um) representante do Ministério Público Estadual da Comarca de Almeirim, no Estado do Pará;
- 1 (um) representante do Ministério Público Estadual da Comarca de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá;
- 1 (um) representante do Ministério Público Estadual da Comarca de Vitória do Jari, no Estado do Amapá;
- 3 (três) representantes dos Poderes Executivos Municipais, sendo 1 (um) de cada municipalidade integrante da Área de Influência Direta (AID), a saber: Prefeitura Municipal de Almeirim, Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e Prefeitura Municipal de Vitória do Jari;
- 3 (três) representantes da sociedade civil organizada, sendo 1 (um) de cada município integrante da Área de Influência Direta (AID), a saber: Almeirim, Laranjal do Jari e Vitória do Jari;
- 2 (dois) representantes das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, sendo 1 (um) de cada estado: Amapá e Pará;
- 2 (dois) representantes das Comunidades Diretamente Afetadas, sendo 1 (um) de Iratapuru e 1 (um) de Santo Antônio da Cachoeira.

Fls: 1677
Proc: 0337108
Rubr: Jari

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp and several illegible signatures.

EM BRANCO



FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS
UHE Santo António do Jari

Fis.: 1678
Proc.: 0337108
Rubr.: Assim

Reunião para Constituição do Fórum

Disposições Gerais

- Os custos das despesas de deslocamento e alimentação de cada participante nas reuniões do Fórum deverão ser arcados pela respectiva entidade que representam, exceto no caso das representações das comunidades diretamente afetadas e do representante do REAJA (sociedade civil) que serão de responsabilidade do empreendedor;
- O empreendedor será responsável pelos recursos para a realização das reuniões do Fórum, e por organizá-las, através de sua assessoria de comunicação social;
- Propõe-se que a Coordenação e a Secretaria Executiva do Fórum sejam desempenhadas pelo empreendedor, pelo fato deste ter conhecimento aprofundado e integrado dos programas que compõem o Plano Básico Ambiental e por ser responsável legal pela implementação dos mesmos;
- Os membros do Colegiado deverão ser indicados formalmente pelas respectivas entidades ou instituições com direito de representação, podendo ser substituído a qualquer momento conforme decisão das mesmas.

EM BRANCO

Reunião para Constituição do Fórum

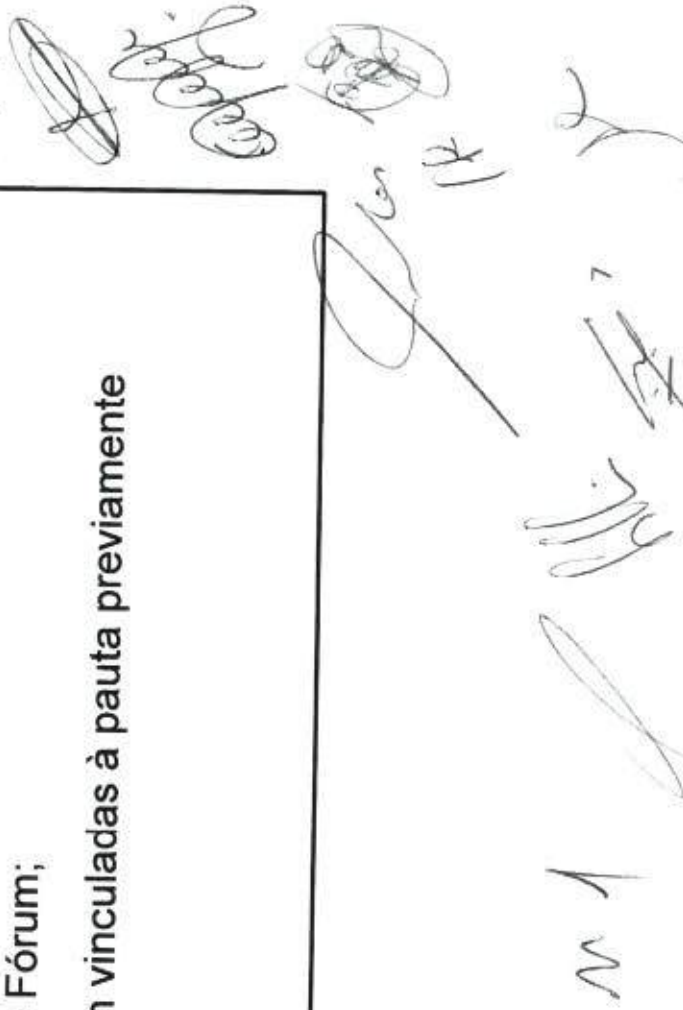
Responsabilidades da Coordenação Geral

- Agendar, convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum;
- Estabelecer o local para a realização das reuniões;
- Determinar a leitura das atas e dos expedientes, preferencialmente ao final da reunião;
- Tomar as providências aprovadas nas reuniões do Fórum;
- Receber e expedir documentos de interesse do Fórum;
- Cuidar para que as questões discutidas estejam vinculadas à pauta previamente definida.

Fls: 1679

Proc: 0337108

Rubr: Aprm

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature with '14' below it, and several other initials and signatures on the right side of the page.

EM BRANCO



FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS
UHE Santo António do Jari

Reunião para Constituição do Fórum

Responsabilidades da Secretaria Executiva

- Secretariar as reuniões, lavrar as atas, coletar as assinaturas e expedir cópias das atas aos participantes;
- Sistematizar as informações;
- Convocar os membros participantes e apoiar a Coordenação;
- Elaborar e encaminhar toda a correspondência pertinente ao Fórum;
- Manter organizada e arquivada toda a documentação expedida e recebida.

Fis.: 1680
Proc.: 0337/08
Rubr.: Assm

[Handwritten signatures and initials]

EM BRANCO

Reunião para Constituição do Fórum

Responsabilidades dos Membros do Colegiado

- Comparecer às reuniões;
- Debater as matérias em discussão;
- Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Coordenador Geral e ao Secretário Executivo;
- Solicitar vistas de relatórios técnicos de andamento protocolados pelo empreendedor junto ao órgão ambiental;
- Apresentar relatórios e pareceres técnicos dentro de prazos fixados por ocasião da reunião do Fórum na qual forem solicitados;
- Participar de reuniões de grupos específicos criados pelo Fórum;
- Propor temas e assuntos para próximas reuniões do Fórum.

Fls.: 1681
Proc.: 0337/08
Rubr.: AdmM1  9 (P) y

EM BRANCO

FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS
UHE Santo Antônio do Jari

edp

Reunião para Constituição do Fórum

Disposições Gerais

- As reuniões deverão ocorrer com periodicidade semestral, podendo ocorrer reuniões extraordinárias quando convocadas pela Coordenação Geral;
- Os representantes poderão solicitar a realização de reunião extraordinária, a qual será avaliada pela Coordenação Geral e, caso julgada pertinente, será acatada;
- Ao final de cada reunião ordinária, será definida a data e o município da próxima reunião ordinária;
- O Fórum terá um caráter itinerante em relação aos municípios integrantes da AID da UHE Santo Antônio do Jari, ocorrendo as reuniões nas sedes municipais de Laranjal do Jari e Vitória do Jari e no Distrito de Monte Dourado, em caráter seqüencial, desde que haja disponibilidade de local;
- A Coordenação deverá dar publicidade da data e do local da realização das reuniões do Fórum, no bojo do Programa de Comunicação Social, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data agendada para sua realização;

Fls.: 1682
Proc.: 0337108
Rubr.: Apm





EM BRANCO

FÓRUM SOCIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS
UHE Santo Antônio do Jari

Reunião para Constituição do Fórum

Disposições Gerais

- A reunião terá duração de três horas, salvo por deliberação excepcional aprovada pelos participantes;
- As reuniões serão sempre registradas em ata, a qual será assinada pelos membros titulares e terá anexada a respectiva lista de presença;
- As entidades ou instituições poderão enviar as sugestões de pauta para a Coordenação Geral em até 30 dias de antecedência da data da reunião. Por sua vez, a Coordenação Geral deverá devolver a proposta de pauta consolidada, juntamente com a convocação, em até 15 dias de antecedência da data da reunião;
- Qualquer interessado poderá participar das reuniões, com direito de voz, a convite dos representantes do Fórum mediante solicitação prévia encaminhada como proposição de pauta à Coordenação Geral, respeitando o estatuto geral de funcionamento do Fórum;
- Qualquer alteração nas disposições deste Estatuto, para inclusão, supressão ou modificação, só poderá ocorrer após decisão unânime dos integrantes do colegiado (representantes) do Fórum.

Fls.: 1683

Proc.: 0337/08

Rubr.: Apm





EM BRANCO



**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 10/2012 – COHID/DILIC/IBAMA

Brasília, 18 de junho de 2012.

DOS TÉCNICOS:

Ana Patrícia Mykito – Analista Ambiental – COHID/DILIC/IBAMA
Daniela da Costa Moraes – Analista Ambiental – COHID/DILIC/IBAMA
Júlio César Raposo Ferreira – Analista Ambiental – COHID/DILIC/IBAMA

PARA: Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas

ASSUNTO: Vistoria de acompanhamento das obras da UHE Santo Antônio do Jari – divisa AP/PA

PERÍODO: 21 de maio a 25 de maio de 2012

1. INTRODUÇÃO

A UHE Santo Antônio do Jari está sendo implantada no rio Jari, que divide os Estados do Amapá e Pará. Os municípios de Laranjal do Jari/AP, Vitória do Jari/AP e Monte Dourado/PA são afetados pelo empreendimento. A empresa EDP é responsável pelo empreendimento, enquanto a Cesbe Engenharia e Empreendimentos S.A. está a frente da construção.

A Equipe Técnica da COHID/DILIC vistoriou a área em duas semanas, divididas em duas subequipes. Na semana do dia 14 a 18 de maio de 2012, foram vistoriados os aspectos relativos a socioeconomia e ictiofauna. Entre os dias 21 a 25 de maio de 2012, foram observados o andamento das obras e as condições do meio físico, fauna terrestre e flora. A vistoria foi realizada no período de vazante.

Este Relatório de Vistoria apresenta os aspectos observados durante a 2ª vistoria técnica.

2. DA VISTORIA

Os aspectos observados ao longos da vistoria estão divididos em subtemas, de modo a facilitar o entendimento das obras do aproveitamento e dos impactos nos meios físico e biótico como um todo.

2.1 - Canteiro Administrativo

No canteiro administrativo, foram vistoriados o refeitório, os alojamentos e as áreas de lazer, o ambulatório, a Central de Triagem de Resíduos, a Estação de Tratamento de Água (ETA), a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e o Pátio de Madeira.

[assinatura]
1/27 *[assinatura]*

a) Refeitório e Caixa de Gordura

Com relação ao refeitório, informou-se que inicialmente foram construídos dois refeitórios distintos, um administrativo e outro destinado aos trabalhadores, conforme informado no Plano Ambiental de Construção (PAC). No entanto, optou-se por desativar o refeitório administrativo. Atualmente, as refeições são realizadas todas em um único refeitório, alternando os turnos.

Ao lado do refeitório, numa caixa implantada no solo e revestida de concreto, instalou-se a caixa de gordura do refeitório (Foto 01), na qual são destinados parte dos resíduos produzidos no refeitório, sendo o efluente líquido encaminhado para a ETE. Informou-se que o volume da caixa é em torno de 24 m³ e que ainda não houve demanda para limpeza da caixa. Não existe empresa de limpeza contratada ainda, o que está previsto para ocorrer quando houver demanda da limpeza.

No entanto, como um bom planejamento requer de antemão que a empresa de destinação final do resíduo produzido na obra seja conhecida, recomenda-se que seja realizada a contratação o mais rápido possível, visto que todos os resíduos e efluentes dentro do canteiro de obras devem ser descartados adequadamente (item 1.2.a do Ofício nº 529/2011/DILIC/IBAMA). Deverá também ser enviada a Licença de Operação da empresa contratada.

b) Alojamentos e Áreas de Lazer

Atualmente, cerca de 750 pessoas trabalham na construção da usina. Os alojamentos abrigam atualmente de 250 a 270 pessoas, originárias do município de Vitória do Jari, já que os residentes de Laranjal do Jari locomovem-se por barcos fornecidos pela Cesbe.

Próximos ao alojamento, encontram-se as áreas de lazer compostas por dois campos de futebol, salas de jogos com televisão (canal de esportes), sala de cinema (canal de filmes e novelas), salão de cabeleleiro, centro religioso, entre outros. As instalações podem ser utilizadas a qualquer hora do dia, tanto pelo turno diurno quanto noturno. Implantou-se uma caixa de sugestões anônima (Foto 02), nos alojamentos e no refeitório, para acompanhamento do nível de satisfação dos trabalhadores e, conseqüentemente, executar as modificações necessárias.

c) Ambulatório

O ambulatório é climatizado e limpo, com local específico para armazenamento dos resíduos de saúde, trancados e manuseados pela própria equipe do ambulatório (Foto 03). Os resíduos de saúde, classificados como resíduos perigosos, não são encaminhados para a Central de Triagem de Resíduos. Eles são diretamente coletados pela empresa responsável pela destinação final (Clean Gestão Ambiental), em Belém.

Foi informado que não houve treinamento específico para o manuseio de resíduos perigosos, porém a equipe é formada por pessoas com experiência de trabalho em hospitais. Faz-se necessário que, quando adicionados novos membros à equipe, sejam realizados treinamentos prévios para manuseio adequado dos resíduos de saúde.

Atualmente, o ambulatório possui apenas um leito para abrigar todos os trabalhadores (cerca de 700, com pico de 1.400), com previsão para instalar mais um nos próximos meses.

Foi informado que os principais encaminhamentos de trabalhadores para o ambulatório é devido a acidentes que resultam em feridas e machucados de fácil tratamento. Não foram relatados, até o momento, acidentes mais perigosos. No entanto, caso ocorram, os casos mais preocupantes deverão ser enviados ao Hospital de Monte Dourado.

Quando questionada, a enfermeira presente no Ambulatório informou que a campanha contra DSTs, em especial a AIDS, foi feita em dezembro de 2011 e há previsão de realização de outra campanha no mês seguinte (junho/julho de 2012). Essas campanhas contemplam palestras e distribuição de preservativos. Contudo, observou-se que não havia a presença de uma caixa contendo preservativos disponíveis para os trabalhadores, sendo necessário solicitar à enfermeira. Ressalta-se que muitas vezes os trabalhadores ficam intimidados frente às enfermeiras, e para tanto, sugere-se que seja disponibilizada uma caixa para que os trabalhadores obtenham os preservativos de maneira mais fácil e discreta, a exemplo do que foi feito no posto de saúde na Vila de Iratapuru.

d) Central de Triagem de Resíduos

A Central de Triagem de Resíduos recebe os resíduos provenientes do canteiro de obras, com exceção dos resíduos de saúde (armazenados no próprio ambulatório até a destinação final), dos resíduos

orgânicos (destinados ao aterro sanitário), dos óleos do Canteiro Industrial (armazenados no Estoque de Óleo) e dos resíduos de madeira (armazenados no Pátio de Madeira).

Os resíduos na Central são armazenados em depósitos diferentes, de acordo com sua classificação (plástico, vidro, metais, papéis e resíduos perigosos) e sem contato com o solo. Os resíduos perigosos são trancados em um local específico (Foto 04).

A segregação dos resíduos estava sendo realizada por dois trabalhadores, com o uso do EPI. Os resíduos estavam expostos em cima de uma lona (Foto 05), em semi-contato com o solo. A porta referente aos resíduos perigosos estava destrancada, justificando-se que os resíduos ainda estavam sendo separados. Porém, os resíduos em questão não eram perigosos.

Também foi observada uma significativa quantidade de resíduos que não estavam segregados expostos sem proteção da chuva e próximos à vegetação, incluindo-se isopores, sacolas plásticas de cimento e uma lata com a inscrição "Resíduos Perigosos" (Foto 06) contendo copo plástico e EPI descartado. Próximo à vegetação, encontraram-se restos de materiais de construção (Foto 07) com uma placa escrito "Material para Reuso", também exposto a céu aberto, sem proteção da chuva e próximo ao contato com o solo.

Com base no observado, considera-se que a separação dos resíduos ao longo do canteiro não está sendo realizada adequadamente. O local para segregação dos resíduos deverá ser readequado, sendo realizado em local coberto e sem contato direto com o solo ou vegetação, como por exemplo em cima de uma mesa ou balcão específico para a atividade e num galpão. A segurança deve-se à proteção do solo em caso de chuvas e ao isolamento em relação à vetores e animais terrestres de pequeno porte.

Recomenda-se também que o local de armazenamento dos resíduos perigosos seja trancado durante todo o tempo, assim como foi verificado no local de armazenamento de resíduos de saúde no ambulatório, e que seja construído um local protegido de chuva e vetores para serem armazenados os materiais para reuso e reciclagem, separadamente.

Por fim, observa-se que cerca de 90% dos resíduos produzidos em obras são passíveis de reciclagem (Guia para Elaboração de Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, CREA-PR, 2009), devendo essa atividade ser incentivada ao máximo.

e) Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)

A ETE compacta está instalada no canteiro de obras, próxima ao refeitório e alojamentos (Foto 08). Segundo informado, a ETE funciona somente entre 11h às 16h/17h, com exceção do soprador (aeração para a atividade aeróbia) e do bombeamento do lodo os quais funcionam 24h.

A ETE trata efluentes sanitários e do refeitório, sendo composta por tanque de lodo, decantadores, tanque anaeróbio, tanque aeróbio, cloração, filtros entre outros. O lodo é recirculado no sistema, através de bombeamento, para decomposição aeróbia do efluente de entrada na Estação.

Após o efluente ser filtrado (etapa final), são feitas coletas para análises trimestrais dos parâmetros de controle de qualidade. A coleta é realizada com material cedido pelo laboratório contratado para análise (Multianálises), por funcionários da Cesbe com a utilização de EPI específico, conforme informado. São realizadas, no mínimo, as análises dos seguintes parâmetros: temperatura, pH, OD, DBO, coliformes termotolerantes. Como a ETE foi instalada depois do fechamento do 1º Relatório Semestral, devem ser encaminhadas ao Ibama todas as análises realizadas desde sua instalação, através de laudos laboratoriais assinados por técnico responsável, assim como a Licença de Operação da empresa contratada para análise (Multianálises ou outra).

Após a filtragem, o efluente desce por canalização até um recipiente de concreto (Foto 09). Segundo informado, o cálculo da vazão do efluente de entrada, tratado e lançado no rio Jari é feito aplicando-se uma conta matemática em cima da leitura do nível do efluente observado levantando-se a tampa de concreto.

Recomenda-se que um leitor de vazão seja instalado na ETE, após o tratamento final do efluente e antes de seu lançamento, para medir a vazão de lançamento do efluente no rio Jari e permitir seu enquadramento dentro da vazão outorgada, observando o disposto no Parágrafo 1º da Resolução ANA Nº 747/2011.

Além de ser observada frequentemente, a vazão deve ser anotada e constar no laudo laboratorial de qualidade do efluente realizado pelo laboratório. Devem ser encaminhados nos Relatórios Semestrais enviados ao Ibama, além dos laudos laboratoriais com as vazões e parâmetros analisados, relatório fotográfico de coleta e da vazão medida no medidor no ato da coleta.

O ponto de lançamento do efluente localiza-se nas proximidades do Canteiro Industrial (Foto 10, Ponto 118 do GPS).

f) Estação de Tratamento de Água – ETA

A água utilizada para ingestão humana e cozinha dentro do canteiro de obras é captada do rio Jari, de acordo com a Outorga de Recursos Hídricos, emitida pela Agência Nacional de Águas (ANA). Para os demais usos, são utilizados caminhões pipas. O empreendedor não soube informar a origem da água presente nos caminhões pipa. No entanto, foi informado que foi pedida à ANA uma nova outorga para captação de recursos hídricos para ser usada para uso comum dentro do canteiro (lavagem de materiais, bentoneiras, umidificação do solo, entre outros).

A captação de água do rio Jari é feita através de duas bombas, nas proximidades da Ensecadeira C1 (Foto 11), controlada por um medidor de vazão (Foto 12) na entrada da ETA. Após a entrada, é adicionado cloro e sulfato (Foto 13) à água. O tratamento ainda consiste em tanque de floculação, dois decantadores, tanque de contato e de equalização e filtros (Foto 14). Após a filtragem, amostras para determinar a qualidade da água são coletadas. Foi informado que são realizadas análises diárias de pH e cloro, tanto na água filtrada como na bruta.

Da mesma forma que para ETE, como a ETA foi instalada depois do fechamento do 1º Relatório Semestral, devem ser encaminhadas ao Ibama todas as análises realizadas desde sua instalação, através de laudos laboratoriais assinados por técnico responsável, assim como a Licença de Operação da empresa contratada para análise (Multianálises ou outra).

g) Pátio de Madeira Empilhada e Depósito de Galhada

No Pátio de Madeira são armazenados lenha e as toras suprimidas das áreas de vegetação (Foto 15). As galhadas relativas às ASV's de números 560/2011 e 566/2011 de áreas de supressão localizadas à margem direita do Rio Jari estão sendo dispostas na área de jazida de argila do Canteiro Administrativo (cota 95 metros, não alagada) para serem enterradas (Foto 16, Ponto 076 do GPS), e aquelas relativas à ASV nº 574/2011 dessa mesma margem serão espalhadas em leiras nos limites da área de supressão para atrair avifauna, conforme informado no Documento ECE-212/2012. A madeira utilizada nas construções do canteiro é fornecida pelo Grupo Orsa.

A madeira oriunda de supressão está organizada por estado de origem (Pará ou Amapá) e de acordo com a respectiva ASV e lote (Foto 17), precisando ainda ser separada por destinação e separar as espécies protegidas e as com maior índice de IVI no inventário florestal. O romaneio deverá ser feito de acordo com a IN nº 06/2009 e recomendações desta coordenação presentes nesse e demais relatórios/pareceres relativos aos programas ambientais e solicitações de autorização de supressão.

No entanto, considerando as ASVs emitidas que condicionam o desmate ao aproveitamento econômico da matéria florestal suprimida, faz-se necessário que o empreendedor justifique qual o uso pretendido e/ou destinação final que será dada para a madeira suprimida empilhada, tanto na área do canteiro principal como na do futuro canteiro de obras secundário (margem esquerda do rio Jari), e àquela objeto de futura supressão.

2.2 - Canteiro Industrial

a) Central de Concreto Convencional (CCV) e Central de Concreto (CCR)

Atualmente, a CCV (Foto 20) encontra-se em funcionamento e a CCR (Foto 19) está em construção. O responsável pelo funcionamento da CCV explicou o processo de fabricação do concreto convencional que passa por um teste de prova realizado em laboratório anexo. A Foto 18 apresenta a visão geral das Centrais de Concreto.

As água residual da lavagem das betoneiras é tratada num sistema composto por três decantadores e um filtro (Foto 21). O material decantado (concreto residual) é destinado à área de botafora, enquanto a água está prevista para recircular no sistema. No entanto, quando questionado como recirculará essa água, o responsável não soube responder. Este fato é preocupante, visto que, além de ser um forte poluente, o projeto de tratamento desse efluente gerado não parece estar completo.

Ressalta-se que a água do sistema não pode ser lançada diretamente em nenhum corpo hídrico sem prévio tratamento, de acordo com a Resolução Conama Nº 357/05 e demais legislações pertinentes.

O responsável também não soube informar qual água será utilizada para lavagem das betoneiras, se aquela que recirculará no sistema ou se a água prevista para ser captada pela nova outorga, quando autorizada.

Portanto, recomenda-se que seja apresentado o projeto da captação e tratamento do efluente gerado pela lavagem de betoneiras dentro do canteiro de obras, com destinações adequadas de acordo com a legislação federal e estadual, justificando como e se o efluente recircula no sistema ou se é utilizado novamente para a lavagem de betoneiras. Caso não seja utilizado para lavagem, deve ser justificado como as betoneiras são lavadas.

Caso, no futuro, a água a ser utilizada para lavagem de betoneiras seja proveniente de captação de corpo hídrico, devidamente outorgada pelo órgão competente, deverá ser informada qual será a destinação final da água resultante do sistema composto por decantadores e filtro utilizado atualmente.

b) Oficina Mecânica e Rampa de Lavagem

Na rampa de lavagem, são lavados os caminhões e equipamentos utilizados na oficina mecânica com água bruta captada do rio, de acordo com informações fornecidas na vistoria. A previsão é que uma nova captação seja utilizada para lavagem dos caminhões, assim como das betoneiras nas Centrais de Concreto, após outorga emitida pelo órgão competente.

A captação dos efluentes da rampa de lavagem e da oficina dá-se por canaletas até uma caixa separadora de água/óleo (Foto 22). O óleo, através de tubulação, é destinado a uma caixa de concreto, onde é armazenado em tambores (Foto 23) para posterior transporte e destinação por empresa adequada. A água é encaminhada, por tubulação, para lançamento direto no rio Jari (Foto 24, Ponto 075 do GPS). De acordo com a responsável da Cesbe, uma amostra do efluente lançado é coletado e analisado trimestralmente pela empresa Multianálises.

No entanto, conforme visto na Foto 24, uma espuma branca está sendo despejada diretamente no rio Jari, provavelmente devido à presença de detergente usados na lavagem. Observa-se que este tratamento é, geralmente, utilizado apenas preliminarmente, já que somente separa a fração da água do óleo.

Com base no exposto, as seguintes medidas são recomendadas para o efluente lançado no rio Jari, advindo da caixa separadora de água e óleo da Rampa de Lavagem:

- Interrupção imediata do lançamento do efluente em quaisquer corpos d'água. O efluente deverá ser armazenado e descartado de outra forma, sem contaminação de corpos d'água e solo, a qual deverá ser informada ao Ibama;
- Encaminhar ao Ibama todos os laudos laboratoriais, assinados pelo responsável técnico, emitidos desde a implantação do sistema, ou seja, desde o início das limpezas na Rampa de Lavagem. Deverá ser encaminhada também a Licença de Operação do laboratório e a certificação competente do técnico responsável, caso seja um laboratório ou técnico diferente daqueles já encaminhados (A.H. Castro);
- Realizar nova coleta no local, incluindo nas análises, entre outros parâmetros pertinentes, os componentes do detergente industrial utilizado nas lavagens. Deverá ser encaminhado ao Ibama relatório específico das análises, com os laudos laboratoriais assinados pelo técnico competente, identificação da(s) causa(s) da formação da espuma e relatório fotográfico da coleta anexado, incluindo data e hora da coleta;
- Justificar se esse lançamento no rio Jari está previsto em outorga da ANA, já que as coordenadas geográficas desse ponto de lançamento não estão presentes na Resolução ANA Nº 747/2011;
- O lançamento do efluente no rio Jari só será liberado após autorização do Ibama, de acordo com análise técnica do órgão após recebimento e análise do relatório específico;
- Caso seja concluído que a espuma branca é resultante da ação do detergente utilizado, ou outra causa que esteja contaminado o corpo hídrico, deverá ser realizado outro tipo de tratamento do efluente gerado na Rampa de Lavagem ou adicionado um tratamento complementar à caixa separadora de água e óleo. Tal tratamento deverá ser informado ao Ibama.

Observou-se também a formação de uma crosta no leito seco do rio (Foto 25), logo a montante do ponto de lançamento do efluente da Rampa de Lavagem, nas coordenadas S 00° 39' 01.9" e W 052° 31' 21.1".

De acordo com uma análise visual, a crosta parece ser formada por óleo derramado. De fato, próximo a esse ponto do rio, encontra-se um Estoque de Óleo (Foto 27). Questionada em relação à crosta, a

responsável não soube responder a origem, mas informou que aparece ocasionalmente e afirmou que o Estoque de Óleo é ligado por canaletas até uma caixa separadora de água e óleo que encontra-se vazia e é preenchida apenas em caso de vazamento do Estoque. No entanto, a crosta localiza-se próxima ao ponto de lançamento dessa caixa separadora advinda do Estoque de Óleo (Foto 26).

Portanto, recomenda-se: (1) coleta de material no ponto nas coordenadas informadas; (2) análise, em dois laboratórios distintos, do material coletado; (3) encaminhamento ao Ibama de relatório específico, contendo os laudos laboratoriais assinados por técnico correspondente, a Licença de Operação dos laboratórios, CTF do técnico e inscrição no órgão de classe (caso pertinente), relatório fotográfico da coleta das amostras, análise das causas da formação da crosta e medidas mitigadoras a serem tomadas..

Nesses 2 locais de lançamento do efluente advindo da Rampa de Lavagem e do Estoque de Óleo, a água encontrava-se parada configurando-se num potencial criadouro de larvas de mosquitos vetores de doenças endêmicas. Quando questionados, funcionários da Cesbe informaram que a empresa HCastro foi contratada para fazer o controle de vetores dentro do Canteiro de Obras, contudo, o Ibama não recebeu esses relatórios. Ademais, foi informado que próximo à central de carpintaria foi registrada a proliferação de vetores no mês anterior, mas que a situação estaria sob controle e foi registrada e monitorada pela empresa contratada HCastro. Portanto, solicita-se que sejam encaminhados ao Ibama os relatórios do controle de vetores dentro do canteiro de obras, e que, caso não existam, sejam incluídos pontos de monitoramento nos locais citados: lançamento do efluente da rampa de lavagem e do estoque de óleo e próximo à central de carpintaria.

c) Posto de Abastecimento

No posto de abastecimento, está presente um tanque de diesel, com volume de 15 mil litros, dentro de uma bacia de contenção (Foto 28). Os procedimentos em caso de emergência, como por exemplo vazamentos de combustível, foram detalhados no Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Plano de Ação Emergencial (PAE), encaminhados através do Doc 094/2011.

Foi informado que um novo tanque de combustível está em processo de licenciamento junto a SEMA/PA.

d) Outros Aspectos no Canteiro de Obras

A área na margem do rio na qual ocorreu a deposição de areia retirada das escavações no leito do rio, informadas no 1º Relatório Semestral, não foi vistoriada visto que o material não encontra-se mais na margem. O material, atualmente, está depositado no Pátio de Manobra, próximo a CCR e CCV.

A Central de Britagem também não foi vistoriada, pois estava desativada temporariamente.

Foram vistoriadas as obras do circuito hidráulico, composto pela tomada d'água e casa de força principal (Foto 29 e Foto 30).

Ao longo do canteiro administrativo e industrial, foram observadas obras de drenagem e de contenção de taludes sendo realizadas (Foto 31 e Foto 32).

Foram observadas também uma melhora na sinalização dos acessos dentro do canteiro, principalmente indicando curvas. É importante observar que não foram abertos novos acessos para o canteiro de obras, sendo utilizados, tanto no canteiro principal como previstos para o canteiro secundário, apenas aqueles já existentes.

2.3 – Programas do Meio Físico

Alguns aspectos dos programas ambientais do meio físico, assim como temas que se relacionam ou interagem com o meio, foram observados e/ou vistoriados:

- Programa de Monitoramento Climato-Meteorológico: na área do canteiro de obras administrativo, próximo aos escritórios, foi implantada uma das estações climatológicas previstas no Programa (Foto 33). De acordo com o informado, a outra estação foi implantada na Estação Ecológica do Jari e ambas estações já estão gerando dados por telemetria, os quais serão apresentados no 2º Relatório Semestral. Os dados serão disponibilizados à Estação Ecológica;
- Programa de Monitoramento Sismológico: De acordo com o informado, a estação sismológica já encontra-se no canteiro, mas a previsão de instalação é somente para o começo de 2013.

Amr

Recomenda-se que seja instalado o mais rápido possível, com o objetivo de levantar o máximo de dados de monitoramento pré-enchimento.

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático: foi observado, protegido e trancado com cadeado, o piezômetros de número 17 (Foto 34). Segundo o informado, no dia anterior tinham sido realizadas coletas nos piezômetros para as campanhas de qualidade de água subterrânea, sendo alguns parâmetros medidos com uma sonda multiparâmetros e os demais encaminhados para laboratório em São Paulo. Os resultados serão apresentados no 2º Relatório Semestral;
- Item 1.7.e do Ofício N° 529/2011/DILIC/IBAMA: Foram instalados, em 16.05.2012, os piezômetros na Vila de Santo Antônio (Foto 35), solicitados pelo item. Os piezômetros, numerados como 25 e 26, serão anexados a malha amostral do Programa de Monitoramento do Lençol Freático e utilizados para a modelagem hidrodinâmica do comportamento do lençol freático prevista na Condicionante 2.6 da Licença de Instalação N° 798/2011. Recomenda-se que seja encaminhado no próximo Relatório Semestral, um mapa atualizado das baterias dos piezômetros que compõem o Programa;
- Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico: uma estação hidrossedimentológica automática, com medições pluviométricas e fluviométricas por telemetria, foi instalada na vila de Santo Antônio (Foto 36). A estação está em fase de teste e aguarda aprovação da ANA (Resolução 03/2010, da ANA e ANEEL). Enquanto isso, a coleta de dados do Programa está ocorrendo de forma manual, conforme informado no 1º Relatório Semestral;
- Programa solicitado para o controle de proliferação de plantas aquáticas e de vetores de doenças no rio Traíra (Ofício N° 241/2012/CGENE/DILIC/IBAMA): foi observada a fitofisionomia que deverá ser suprimida para manter a qualidade da água em níveis aceitáveis com o enchimento do reservatório. Recomenda-se que faça parte do escopo do programa análises de parâmetros de qualidade de água, pelo menos, num ponto na foz do rio Traíra antes da mistura do rio Traíra com o rio Jari e um ponto logo após a mistura completa (no rio Traíra ou Jari, dependendo da direção do fluxo da mistura). Deve-se utilizar como auxílio o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras, editado pela Agência Nacional de Águas (ANA, 2011);
- Programa de Monitoramento Limnológico: observou-se o ponto de coleta no rio Traíra (Foto 37). O local de coleta é próximo à margem e embaixo de uma ponte, cerca de 2,3km da foz, conforme informado no 1º Relatório Semestral. Informou-se que é o mesmo ponto do tributário onde ocorre o monitoramento de ictiofauna. De acordo com o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras (ANA, 2011), e a NBR9898, devem ser evitadas as coletas em locais próximos às margens, com água estagnada e perto de pontes para as análises de qualidade de água, já que estes locais não são considerados representativos. Portanto, recomenda-se que sejam incluídos novos pontos amostrais para o Programa de Monitoramento Limnológico no rio Traíra, necessariamente próximo à foz para monitorar a contribuição do tributário para o rio Jari. Este ponto pode ser coincidente com algum ponto de monitoramento que venha a fazer parte do Programa a ser implantado para o rio Traíra;
- Modelagem de Qualidade de Água: foram observadas as ilhas que deverão ser desmatadas para a manutenção da qualidade de água. Com relação aos resíduos de madeira, foi informado que o solo é rochoso e raso, não sendo possível enterrar os resíduos no local. O empreendedor está em fase de elaboração de um estudo para propor a forma de descarte do resíduo que será gerado;
- Marcos de cota d'água: foram observados os marcos da cota 30m no Porto Sabão (Ponto 091 do GPS) e no módulo Tapeuara de Rapeld da margem direita (Foto 38), assim como a cota 30m e 34m na Vila de Iratapuru. Segundo o informado, a cota 30m é somente a cota de operação, porém os deslocamentos da população atingida serão realizados até a cota 34m. Segundo o empreendedor, a cota 34m inclui o estudo de remanso.

2.5 – Vila de Santo Antônio

Durante a vistoria na Vila de Santo Antônio, foi observada a área do futuro canteiro de obras na margem esquerda do rio Jari (2º canteiro de obras), além do local utilizado pelas equipes de resgate de fauna como Núcleo do Apoio Veterinário (NAV).

De acordo com o informado, a via de acesso principal (Foto 39) atualmente utilizada pela comunidade fará parte do canteiro de obras, enquanto uma via secundária será melhorada, inclusive com sistema de drenagem, para servir de acesso para a população (Foto 40).

Considerando o vistoriado no canteiro principal, recomenda-se que seja encaminhado ao Ibama um relatório específico contendo: (1) todas as atividades que serão realizadas no 2º canteiro; (2) as instalações, as estruturas e os equipamentos que serão implantados e utilizados; (3) todos os resíduos e efluentes que serão gerados em cada instalação e estrutura do canteiro; (4) o sistema de captação e armazenamento de todos os resíduos e efluentes gerados; (5) o sistema de tratamento ou a destinação final para todos os resíduos e efluentes gerados, incluindo o nome das empresas responsáveis e licenças de operação emitidas, caso já não tenham sido encaminhadas anteriormente; (6) quando cabível, a destinação provisória dos resíduos e efluentes gerados no canteiro até conclusão de implantação do sistema de tratamento previsto; (7) a destinação da galhada, toras e demais resíduos de madeira gerados pela supressão da vegetação local; (8) outorgas ou outros documentos requeridos ou a serem requeridos para uso de recursos neste canteiro, caso preciso; (9) cronograma da obra para o canteiro secundário, destacando-se o período de conclusão das estruturas de tratamento de resíduos e efluentes gerados; (10) layout geral do canteiro; e (11) atividades previstas de recuperação da via de acesso para a comunidade da Vila de Santo Antônio, incluindo cronograma da recuperação relacionado com a instalação do canteiro secundário. O relatório deve ser organizado de acordo com estes itens ou por instalação e estrutura implantada.

Em relação ao Núcleo de Apoio Veterinário (NAV), durante a vistoria foi possível apenas a observação da casa utilizada para este fim (Foto 41, Ponto 114 do GPS), pois este já foi desativado. Esta estrutura não estava prevista no PBA e foi utilizada para receber os animais provenientes do resgate durante a supressão na margem esquerda, de forma complementar ao Centro de Triagem de Fauna localizado junto ao canteiro de obras principal (margem direita).

Ainda em relação ao resgate de fauna na margem esquerda, o Ibama questionou a empresa sobre a soltura destes animais, uma vez que de acordo com o 1º Relatório Semestral, haveria áreas de soltura definidas apenas na margem direita. Tal fato não foi explicado satisfatoriamente e será abordado no parecer técnico que analisará o referido Relatório Semestral.

2.4 - Vistoria Fluvial e Cachoeira de Santo Antônio

A vistoria fluvial seguiu até a cachoeira de Santo Antônio (Ponto 105 do GPS). Segundo o informado, a vazão da cachoeira estava entre 1.300 a 1.400 m³/s.

2.5 - Centro de Triagem (Base de Resgate de Fauna)

O Centro de Triagem localiza-se próximo ao Canteiro de Obras, contudo sua entrada é independente (Ponto 077 do GPS), o que garante uma certa distância dos trabalhadores e dos possíveis impactos sonoros advindos do Canteiro.

O local está em obras, devido às recorrentes solicitações do Ibama para que a estrutura seja melhorada para atender aos animais, conforme proposto no PBA aprovado. Em anexo é possível verificar a planta do Centro de Triagem, segundo a empresa.

De acordo com informações obtidas no local, a estrutura que serviu compartilhadamente ao escritório e ao atendimento médico-veterinário será dividida em duas salas: cozinha para preparo do alimento dos animais e escritório. Para a cozinha estão previstos: fogão, pia, geladeira e armário. Ao lado desta estrutura já existente, será construído o banheiro, cujo espaço estava definido durante a vistoria no local.

A estrutura existente destinada ao recinto de animais está sendo ampliada (Foto 42) de forma a acrescentar 3 recintos, totalizando 7 recintos. O primeiro recinto será transformado em 6 tanques para a recepção de serpentes. O último recinto terá uma área telada para aves (solário), além de incubadora para filhotes da avifauna.

Assim como na vistoria realizada em dezembro, o Ibama demonstrou preocupação com a temperatura nos recintos nos dias mais quentes, pois são de madeira e cobertos com telha de amianto. Foi sugerida a utilização de palha na tela acima dos recintos, de forma a amenizar o calor.

Entre a estrutura do escritório e a dos recintos, está sendo construída uma terceira estrutura (Foto 43) que será composta de 3 salas: depósito para o material de resgate (caixas, sacos, ganchos), sala de atendimento médico-veterinário e sala de necrópsia.

O Ibama destacou a necessidade de uma mesa de inox apropriada para a realização dos procedimentos, que até o momento não existia no Centro de Triagem. A empresa informou que está providenciando a compra dos equipamentos.

Foi informado que será de responsabilidade da empresa contratada, a obtenção de materiais como alimento, medicamentos, equipamentos para a realização do resgate/transporte dos animais e outros. Também foi afirmado que será colocada pedra brita no local do Centro de Triagem que no momento está apenas com terra.

A previsão de conclusão da obra é em breve. Salienta-se que para a emissão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico é indispensável a conclusão do Centro de Triagem. Esta Autorização tem por objetivo permitir o resgate de fauna durante as atividades de supressão da vegetação e/ou de enchimento do reservatório.

2.6 – Módulo de Amostragem da Biota

Dentre os 4 módulos amostrais da biota, foi vistoriado o módulo Itapeoara (Ponto 097 do GPS), localizado próximo ao final do reservatório, na margem direita do Rio Jari. Segundo informações da empresa, a equipe de herpetofauna havia finalizado a campanha no dia anterior e naquele dia começaria a campanha de pequenos mamíferos.

Foi informado que em cada um dos módulos há 3 entradas (A, B e C) a partir do rio, as quais são sinalizadas através de fitas rosas. Contudo, ainda que sem fitas era possível identificar a entrada devido à abertura na mata.

No local, observou-se o módulo Itapeoara na altura dos 2.600 metros, onde havia uma parcela com armadilhas de interceptação e queda (*pitfall trap*) para a herpetofauna. O interesse nessas armadilhas surgiu devido ao fato de que no 1º Relatório Semestral foi descrita a dificuldade de instalação destas em alguns módulos amostrais devido à topografia da região.

Durante a observação no módulo, foi possível identificar a demarcação deste através de etiquetas identificadoras nos piquetes, contudo, não foi possível identificar a distância entre os piquetes.

Durante a observação da parcela (Ponto 098 do GPS) foi possível a identificação da mesma através de fitas cor-de-rosa ao longo desta, além de o local estar bem demarcado devido ao constante caminhamento realizado na parcela (Foto 44). Não havia a demarcação da linha central da parcela, pois o barbante com esse objetivo estava arrebentado no local.

Ainda na parcela foram vistas etiquetas de identificação dos locais dos pares das armadilhas de pequenos mamíferos (Sherman e Tomahawk). No momento da ida da equipe do Ibama, a equipe de amostragem havia disposto as armadilhas (Foto 45 e Foto 46), e no momento da volta estas estavam armadas, iscadas e devidamente dispostas nos arredores da parcela em diferentes alturas nas árvores (Foto 47 e Foto 48).

Aproximadamente aos 100 m da parcela, em um local ao lado estavam instaladas as armadilhas de interceptação e queda (*pitfall traps*) para a herpetofauna (Ponto 100 do GPS). A instalação estava correta, com baldes grandes e cercas guia de lona preta ligando os baldes. Contudo apenas um dos baldes estava devidamente tampado (Foto 49 e Foto 50), evitando que acidentalmente animais caíam na armadilha e venham a morrer, pois a amostragem deste grupo faunístico durante esta campanha já foi encerrada. Ademais, ressalta-se que na maioria dos baldes não havia um pedaço de isopor dentro, porém, como a campanha havia sido encerrada, não é possível inferir se os baldes possuíam isopor durante as amostragens. Vale lembrar que o objetivo do isopor é permitir a sobrevivência dos animais dentro da armadilha no caso de chuvas fortes, comuns no bioma Amazônia.

Por fim, destaca-se que os módulos são em demasia próximos ao rio Jari (Foto 51). Ainda que a equipe técnica tenha vistoriado uma parte do módulo mais próxima ao rio, foi informado que o ponto mais distante do módulo situa-se a 800m do rio Jari, uma vez que o módulo é paralelo ao rio e não perpendicular, o que poderia demonstrar um possível efeito gradiente da distância do rio em relação à fauna nas parcelas dos módulos.

2.7 – Centro de Apoio - Vila de Iratapuru

Em visita à Vila de Iratapuru foi vistoriada a estrutura que será reformada e utilizada como Centro de Apoio para o resgate de fauna durante a supressão da vegetação na Vila de Iratapuru e o resgate durante o enchimento (Foto 52 e Foto 53). O local é atrás do Posto de Saúde da Vila de Iratapuru e espaçoso, sendo apropriado ao seu objetivo.

Até o momento da vistoria ainda não haviam sido iniciadas as obras de reforma. Salienta-se que para a realização do resgate de fauna durante a supressão da vegetação na Vila de Iratapuru, é indispensável a conclusão do Centro de Apoio.

Ainda na Vila de Iratapuru foi possível a observação das demarcações das Cotas 30m e 34m (Pontos 094 e 095 do GPS). Porém as demarcações da Cota 34m estavam sem a placa metálica identificadora, mas não foi possível saber se estas foram retiradas ou caíram.

2.8 – Acidentes com a Fauna e Saúde dos Trabalhadores

Os acidentes com a fauna são divididos em duas linhas: atropelamento de fauna e acidentes com animais peçonhentos.

Em relação aos atropelamentos de fauna, foram observadas placas de sinalização ao longo dos acessos internos e externos ao canteiro de obras (Foto 54).

Em relação aos acidentes com animais peçonhentos, foram observadas placas de advertência para os trabalhadores, como por exemplo, próximo à Central de Triagem de Resíduos (Foto 55). Segundo informações obtidas junto à enfermeira presente no Ambulatório do Canteiro, foi informado que o acidente mais comum tem sido com escorpiões.

2.9 – Porto Sabão

Em vistoria ao local do Porto Sabão, foi informado que com o enchimento do reservatório, este será realocado. A empresa foi informada sobre a necessidade de supressão da vegetação na área do futuro Porto por questões de segurança, navegabilidade e beleza cênica. Segundo a empresa, a supressão da vegetação está prevista para uma área a jusante do Porto, mas não abrange sua área. Foi informado que novo pedido de Autorização de Supressão da Vegetação será protocolado no Ibama.

Observou-se na vistoria que a Ilha da Baleia, local onde não está prevista supressão da vegetação, encontra-se bem à frente do Porto Sabão. A vegetação da Ilha da Baleia é bastante alta, atingindo aproximadamente 15 m de altura (Foto 56) em alguns locais. Conforme a cota durante o dia da vistoria, neste local o nível da água deverá subir cerca de 6m com o enchimento do reservatório, o que mostra perfeitamente que copas das árvores ficarão emersas formando paliteiros. Ressalta-se que a formação de paliteiros em frente ao Porto Sabão pode ser preocupante no que tange à navegabilidade, segurança e beleza cênica. Sugere-se que a empresa apresente documento técnico acerca desta questão para a tomada de decisões.

2.10 – Programa de Supressão de Vegetação

Foram observados alguns locais onde foi realizada a supressão, como o local ao lado da Ensecadeira “D” Ponto “072ensed” e a área suprimida próxima a Vila Santo Antônio (Foto 57 e Foto 58, Ponto 110 do GPS), onde será construído mais um canteiro de obra. Foi observado que foram suprimidas cerca de 50 ha, conforme Relatório Semestral de Supressão de Vegetação, página 11/104, o que é um total inferior ao que foi solicitado nas 3 ASV’s (560, 566 e 574/2011) já emitidas, que foi 157,81 ha e toda madeira e lenha que deveriam estar sendo destinadas ainda se encontram empilhadas nos pátios sem previsão do aproveitamento econômico conforme estabelecido em condicionante das ASV’s onde se lê:

“Propiciar o aproveitamento econômico da matéria prima florestal, quando couber, assim como de sementes e mudas para utilização na recomposição da vegetação, sobretudo no tocante às espécies com maiores índices de valor de importância (IVI) relacionadas no Inventário Florestal e presentes na listagem de espécies ameaçadas elaborada pelo MMA (Instrução Normativa MMA nº

6/2008) ou na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN de 2006, além de espécies raras, endêmicas, ameaçadas de extinção e protegidas por legislação federal ou dos Estados do Pará e Amapá.”

No caso da supressão em questão, cabe o aproveitamento econômico da matéria prima florestal. Sendo assim, deverá ser entregue, juntamente com a solicitação de AUMPF, um planejamento relativo à destinação da matéria prima florestal (tora e lenha) baseado em levantamento mostrando a capacidade dos empreendimentos e/ou população da região absorverem essa matéria prima.

Observou-se que em todas as áreas onde houve supressão de vegetação até agora foi realizada destoca, conforme definido na Lei nº 3824/60 e em condicionante das ASV's emitidas para a ECE Participações S/A relativas ao AHE Santo Antônio do Jari. No entanto, o empreendedor já disse que considera inviável tecnicamente realizar a destoca nas áreas a serem suprimidas localizadas dentro do futuro reservatório (objeto de supressão futura ainda a ser autorizada) pois além do acesso restrito das máquinas aos locais de supressão (alguns se encontram em ilhas fluviais do Rio Jari) alegam que haverá maior impacto se houver destoca nessas áreas devido ao revolvimento de camadas do solo e que a contribuição da material lenhoso remanescente na qualidade da água não seria tão significativa devido ao fato da maior parte deste se encontrar enterrado (raízes). O empreendedor precisa, em todo caso, oficializar ao Ibama sua justificativa técnica para o não cumprimento da condicionante prevista em lei não revogada.

Foi informado pelo Empreendedor que ele não lembra se houve comunicação formal do início das atividades de supressão, o que deveria ter sido feito conforme condicionantes das ASV's.

Em relação aos locais onde não está prevista a supressão da vegetação, destaca-se a Ilha da Baleia (Ponto “Baleia” e 086 do GPS), a qual pode configurar-se em um local preocupante no que tange ao resgate da fauna terrestre, uma vez que o afugentamento de animais não é uma opção. Durante a vistoria foi possível perceber que a vegetação é bem preservada e fechada, o que dificulta a atividade das equipes de resgate da fauna.

Por outro lado, foi possível perceber que há pequenos riachos que intermedeiam a Ilha da Baleia, o que facilitaria o deslocamento das equipes através de barcos, caso estes sejam navegáveis no momento que antecede o enchimento do reservatório. Entretanto, para uma análise mais aprofundada e tomada de decisão é necessário que seja apresentado um documento técnico de estudo da área da Ilha da Baleia, avaliando a necessidade de supressão da vegetação, abertura de corredores para deslocamento das equipes de resgate, navegabilidade nos riachos durante as diferentes épocas do ano e outras medidas mitigadoras, como realização intensa de resgate de fauna em momento anterior ao enchimento do reservatório.

2.11 – Programa de Resgate de Germoplasma Vegetal

Observou-se que não houve solicitação de AUMPF, no caso do transporte para fora da área do empreendimento, para matéria prima florestal de espécies constantes dos Anexos CITES ou na Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção objeto do Programa de Resgate de Germoplasma Vegetal. Tais ações estão previstas na legislação relativa ao transporte de produtos florestais (IN nº 112/2006). Não foi comprovado também o recebimento do material descrito no relatório semestral deste programa. Além da declaração do responsável pelo viveiro do IEPA apresentada é necessária a comprovação da entrada do material no IEPA relativo às duas campanhas realizadas e campanhas vindouras com a devida descrição, conforme consta nos relatórios da empresa de consultoria, para que se constate a efetiva realização do programa.

2.12 – Programa de Reposição Florestal

Observou-se que ainda não estão sendo realizadas as atividades de reposição florestal além da produção de mudas pelo Viveiro da Orsa Florestal que devem ser utilizadas no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e no Programa de Reposição Florestal (Foto 59 e Foto 60; Ponto “Orsa” do GPS). Tais atividades devem ser realizadas ainda no período de vigência das ASV's e são condicionantes para a emissão das AUMPF's. Todo o transporte de matéria prima florestal para fora da área do empreendimento tem como requisito a AUMPF contendo a descrição do produto, espécies e volume destes, baseado na qual poderá ser emitido o DOF.

2.13 – Outros programas ambientais do componente Flora

Considerações relativas a outros programas ambientais do componente flora serão feitas na análise do 1º Relatório Semestral.

3. CONCLUSÃO

A vistoria ocorreu dentro do prazo determinado, sendo possível cumprir as metas e sanadas as dúvidas que a Equipe Técnica do Ibama encontrou nas análises do 1º Relatório Semestral.

No entanto, foram identificados vários problemas relacionados às atividades no canteiro de obras e no andamento dos Programas.

Abaixo são feitas algumas recomendações, contudo, alguns assuntos serão abordados no parecer técnico que analisará o 1º Relatório Semestral. Observa-se que alguns cronogramas dos programas do meio físico, que necessitam de coletas de dados de equipamentos importados, foram adiantados, incorporando um maior número de dados para o monitoramento.

4. RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, a equipe técnica recomenda as seguintes ações a serem cumpridas pelo Empreendedor:

- Realizar, em até 60, a contratação da empresa de limpa fossa que será responsável pelo descarte final dos resíduos da casa de gordura do refeitório. A licença de operação da empresa deverá ser encaminhada ao Ibama;
- Intensificar as campanhas de educação ambiental dentro do canteiro de obras que tratem da necessidade do descarte adequado dos resíduos antes de serem encaminhados à Central de Resíduos;
- Readequar a área de segregação dos resíduos na Central de Resíduos, no prazo de 60 dias. O local deve ser coberto, sem contato direto com o solo ou vegetação, protegido de chuvas, vetores e animais de pequeno porte, como um galpão;
- Implantar, em até 60 dias, um local específico para armazenamento do material para reuso e reciclagem. O local deve ser coberto, sem contato direto com o solo ou vegetação, protegido de chuvas e de animais de pequeno porte;
- Encaminhar ao Ibama, em até 10 dias, todos os laudos laboratoriais do efluente tratado na ETE e da água tratada na ETA, desde sua implantação (fevereiro 2012) até um mês antes da data da vistoria (abril de 2012), assim como a Licença de Operação do laboratório, caso diferente da previamente encaminhada (A.H. Castro). Os laudos de abril em diante deverão ser encaminhados nos próximos relatórios semestrais;
- Implantar, em até 30 dias, um leitor de vazão na ETE após o tratamento final do efluente e antes do seu lançamento no rio Jari, com o objetivo de medir a vazão lançada no corpo d'água. A vazão deverá ser anotada no ato da coleta do efluente para análise e fazer parte do laudo laboratorial de análise de qualidade do efluente. Encaminhar nos Relatórios Semestrais laudos laboratoriais com as vazões e parâmetros analisados, incluindo relatório fotográfico;
- Informar a origem da água utilizada para usos não nobres, ou seja, a água utilizada na obra para usos gerais, com exceção do consumo humano e do refeitório;
- Justificar, em até 30 dias, o uso pretendido e/ou destinação final que será dada para a madeira suprimida empilhada, tanto na área do canteiro principal como na do futuro canteiro de obras secundário (margem esquerda do rio Jari), e àquela objeto de futura supressão a ser autorizada;
- Apresentar, em até 30 dias, o projeto da captação e tratamento do efluente gerado pela lavagem de betoneiras no canteiro industrial. Justificar se o efluente recircula no sistema (e como) ou se é utilizado novamente para a lavagem de betoneiras. Caso o efluente não seja

reutilizado para lavagem de betoneiras: (i) informar qual a destinação final do efluente do tratamento utilizado (decantadores e filtro); e (ii) informar qual água é utilizada para lavagem das betoneiras atualmente. Caso o efluente seja reutilizado para lavagem de betoneiras: (i) informar como ocorre a recirculação no sistema, visto que não foi observada na vistoria a presença de bombas;

- Caso hoje seja utilizada a água recirculada para lavagem das betoneiras e futuramente seja prevista utilizar a captação de corpo hídrico para a lavagem de betoneiras, mediante outorga, informar, em até 30 dias, qual a previsão de destinação final da água resultante do sistema de tratamento utilizado atualmente (decantadores e filtro);
- Com relação ao efluente da caixa separadora de água/óleo advinda da rampa de lavagem lançado diretamente no rio Jari, devem ser tomadas as seguintes medidas: (1) Interrupção imediata do lançamento do efluente em quaisquer corpos d'água. O efluente deverá ser armazenado e descartado de outra forma, sem contaminação de corpos d'água e solo, a qual deverá ser informada num documento específico ao Ibama no prazo de 10 dias, incluindo relatório fotográfico do novo sistema de armazenamento ou descarte; (2) Encaminhar ao Ibama, 10 dias todos os laudos laboratoriais do efluente, assinados pelo técnico responsável, emitidos desde a implantação do sistema, ou seja, desde o início das limpezas na Rampa de Lavagem. Deverá ser encaminhada também a Licença de Operação do laboratório e a ART do técnico responsável, caso seja um laboratório ou técnico diferente daqueles já encaminhados (A.H. Castro); (3) Realizar, em até 10 dias, nova coleta no local para análise, incluindo nas análises, entre outros parâmetros pertinentes, os componentes do detergente industrial utilizado nas lavagens. O laboratório deverá ser acreditado pelo INMETRO; (4) Encaminhar ao Ibama, em 30 dias, relatório específico, incluindo laudos laboratoriais das análises, documento da acreditação do laboratório pelo INMETRO, identificação e análise das causas da formação da espuma e relatório fotográfico da coleta, incluindo data e hora da coleta; (5) Justificar, no relatório a ser encaminhado, se esse lançamento no rio Jari está previsto em outorga da ANA, já que as coordenadas geográficas desse ponto de lançamento não estão presentes na Resolução ANA Nº 747/2011; (6) O lançamento do efluente no rio Jari só será liberado após autorização do Ibama, de acordo com análise técnica do órgão após recebimento do relatório específico; e (7) Caso seja concluído que a espuma branca é resultante da ação do detergente utilizado, ou outro contaminante, deverá ser realizado outro tipo de tratamento do efluente gerado na Rampa de Lavagem ou adicionado um tratamento complementar à caixa separadora de água e óleo. Deverá ser encaminhado ao Ibama projeto e previsão de implantação de tal tratamento (cronograma);
- Com relação à crosta formada próxima ao ponto de lançamento da caixa separadora de água/óleo advinda do estoque de óleo do canteiro industrial (coordenadas geográficas coordenadas S 00° 39' 01.9" e W 052° 31' 21.2"), as seguintes medidas deverão ser tomadas: (1) Coletar, no prazo de até 10 dias, por laboratório acreditado pelo INMETRO, material da crosta formada no leito seco do rio identificada em vistoria em presença das equipes do Ibama, EDP e Cesbe; (2) Encaminhar ao Ibama, em até 30 dias, relatório específico, contendo os laudos de análises assinados por técnico responsável, a ART do técnico responsável, o documento da acreditação do laboratório pelo INMETRO, análise das causas de formação da crosta e relatório fotográfico da coleta e da análise em laboratório;
- Instalar, em até 45 dias, a estação sismológica do Programa de Monitoramento Sismológico, de modo a levantar o máximo de dados de monitoramento pré-enchimento;
- Com relação ao programa solicitado para o controle de proliferação de plantas aquáticas e de vetores de doenças no rio Traíra, devem fazer parte do escopo análises de parâmetros de qualidade de água, pelo menos, num ponto na foz do rio Traíra antes da mistura com o rio Jari e um ponto logo após a mistura completa (no rio Traíra ou Jari, dependendo da direção do fluxo da mistura). Deve-se utilizar, como auxílio para a escolha dos locais de coleta, o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras, editado pela Agência Nacional de Águas (ANA, 2011);
- Incluir, na próxima campanha do Programa de Monitoramento Limnológico, novo ponto amostral para o rio Traíra, necessariamente próximo à foz para monitorar a contribuição do tributário para o rio Jari. Este ponto pode ser coincidente com algum ponto de monitoramento

que venha a fazer parte do Programa de controle de proliferação de plantas aquáticas e de vetores de doenças no rio Traíra, a ser implantado;

- Encaminhar, no próximo Relatório Semestral, um mapa atualizado das baterias dos piezômetros que compõem o Programa de Monitoramento do Lençol Freático, incluindo os adicionados na Vila de Santo Antônio;
- Com relação ao Canteiro de Obras Secundário (margem esquerda do rio Jari), encaminhar, em até 45 dias, um relatório específico contendo: (1) todas as atividades que serão realizadas no canteiro; (2) as instalações, estruturas e equipamentos que serão implantados e utilizados; (3) todos os resíduos e efluentes que serão gerados em cada instalação e estrutura do canteiro; (4) o sistema de captação e armazenamento de todos os resíduos e efluentes gerados; (5) o sistema de tratamento ou a destinação final para todos os resíduos e efluentes gerados, incluindo o nome das empresas responsáveis e licenças de operação emitidas, caso já não tenham sido encaminhadas anteriormente; (6) quando cabível, a destinação provisória dos resíduos e efluentes gerados no canteiro até conclusão da implantação do sistema de tratamento previsto; (7) a destinação da galhada, toras e demais resíduos de madeira gerados pela supressão da vegetação local, levando-se em conta o prazo da recomendação específica sobre Plano de Destinação de Matéria Prima Florestal; (8) outorgas ou outros documentos a serem requeridos para uso de recursos neste canteiro, caso preciso; (9) cronograma da obra para o canteiro secundário, destacando-se o período de conclusão das estruturas de tratamento de resíduos e efluentes gerados; (10) *layout* geral do canteiro, em escala compatível para a visualização das estruturas e instalações a serem implantadas; e (11) atividades previstas de recuperação da via de acesso para a comunidade da Vila de Santo Antônio, incluindo cronograma da recuperação relacionado com a instalação do canteiro. O relatório deve ser organizado de acordo com estes itens ou por instalação e estrutura implantada;
- Disponibilizar no Ambulatório do Canteiro de Obras Principal uma caixa com preservativos à disposição dos trabalhadores da obra;
- Encaminhar ao Ibama, em até 30 dias, os relatórios descrevendo as atividades do controle de vetores dentro do canteiro de obras e seus resultados. No âmbito desta atividade, caso não existam, incluir pontos de monitoramento nos seguintes locais: lançamento do efluente da rampa de lavagem e do estoque de óleo e próximo à central de carpintaria.
- No Centro de Triagem da Fauna localizado no canteiro de obras, em até 30 dias, utilizar palha na tela acima dos recintos, de forma a amenizar o calor destes;
- Os baldes das armadilhas de interceptação e queda devem ser fechados assim que as amostragens forem finalizadas a cada campanha, e devem possuir isopor em seu interior de forma a prevenir o afogamento de animais durante fortes chuvas;
- Apresentar, no prazo de 30 dias, solicitação de autorização supressão de vegetação complementar para a região do Porto Sabão de forma a atender os quesitos de navegabilidade, segurança e beleza cênica do futuro porto;
- Em relação à Ilha da Baleia, deve ser apresentado documento técnico, em até 60 dias, abordando as seguintes questões: (i) Formação de paliteiros em frente ao Porto Sabão: estudar a necessidade de supressão da vegetação de forma a contemplar os critérios beleza cênica, navegabilidade e segurança para os futuros usuários do Porto Sabão; (ii) Resgate de fauna na Ilha da Baleia: com o intuito de mitigar o impacto que o enchimento do reservatório causará sobre a fauna terrestre, estudar a necessidade de supressão da vegetação, abertura de corredores para deslocamento das equipes de resgate, navegabilidade nos riachos durante as diferentes épocas do ano e outras medidas mitigadoras, como realização intensa de resgate de fauna em momento anterior ao enchimento do reservatório;
- Realizar, em até 45 dias, a organização madeira empilhada no pátio por destinação, separando as protegidas e/ou ameaçadas de extinção, conforme Anexos CITES e Lista Oficial da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção (IN nº 06 de 23 de setembro de 2008) e as espécies de maior IVI, de acordo com o Inventário Florestal. Tal atividade deverá ser realizada antes da solicitação de AUMPF que, por sua vez, deverá ser feita no prazo de vigência da respectiva ASV;
- Encaminhar ao Ibama, no prazo de 30 dias, antes da solicitação de AUMPF relativas às ASV's já emitidas até o momento, um Plano de Destinação de Matéria Prima Florestal devidamente

- justificado e baseado em levantamento mostrando a capacidade dos empreendimentos e/ou população da região absorverem essa matéria prima;
- Encaminhar ao Ibama, no prazo de 15 dias, justificativa técnica para a não realização de destocas nas áreas a serem suprimidas, contrariando o que dispõe a Lei nº 3824/60, para que essa possibilidade possa ser considerada antes do início de novas atividades de supressão;
 - Comunicar, sempre com uma antecedência mínima de 10 dias, todo início de atividade de supressão, conforme condicionante constante nas ASV's emitidas;
 - Solicitar à devida Superintendência Estadual do Ibama a emissão de AUMPF para o caso de transporte para fora da área do empreendimento de material botânico e/ou vegetativo de espécies da flora brasileira constantes nos Anexos CITES e/ou na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, principalmente as que são objeto do Programa de Resgate de Germoplasma Vegetal;
 - Apresentar, no prazo de 15 dias, uma declaração (recibo) assinado pelo responsável pelo viveiro do IEPA contendo a descrição de todo material recebido relativo ao Programa de Resgate de Germoplasma Vegetal com os nomes científicos e populares, o respectivo material coletado, a quantidade deste material de cada campanha realizada. O empreendedor deve adotar esse procedimento para as próximas campanhas.

5. CARGA HORÁRIA DA VISTORIA

A vistoria à UHE Santo Antônio do Jari foi realizada entre os dias 21.05 e 25.05 de 2012. Devido às dificuldades de logística e impossibilidade de voos até Monte Dourado/PA nas datas previstas, os dias 21.05 e 25.05 corresponderam à deslocamento (aéreos e terrestres). Assim, foram realizadas horas extras de trabalho, isto é, além das 8 horas diárias.

Portanto, foram contabilizadas as seguintes horas adicionais:

- 21.05.2012 – Início da vistoria às 08h e final às 22h15 com a chegada da equipe em Laranjal do Jari/AP por transporte terrestre. Descontada 1h referente ao almoço, foram feitas 5h15min extras;
- 22.05.2012 – Início da vistoria às 8h com encontro com empreendedor no hotel de Laranjal do Jari/AP e final às 20h com o retorno ao hotel. Descontada 1h referente ao almoço, foram feitas 3h extras;
- 23.05.2012 – Início da vistoria às 8h com encontro com empreendedor no hotel de Laranjal do Jari/AP e final às 19h com a volta ao hotel. Descontada 1h referente ao almoço, foram feitas 2h extras; e
- 24.05.2012 – Início da vistoria às 8h com encontro com empreendedor no hotel de Laranjal de Jari/AP e final às 18h30min com a chegada no hotel. Descontada 1h referente ao almoço, foi feita 1h30min extra; e
- 25.05.2012 – Início da vistoria às 6h do dia encontro com empreendedor no hotel de Laranjal de Jari/AP, para deslocamento até Macapá/AP, e final às 20h45min com a chegada do voo Macapá/Belém/Brasília. Descontada 1h referente ao almoço, foram feitas 5h45min extras.

Assim, foram realizadas ao todo 17h30min extras.

6. TABELA DE PONTOS GEORREFERENCIADOS

Pontos Georreferenciados da Vistoria ao AHE Santo Antônio do Jari – 21 a 25 de maio de 2012			
Pontos	Descrição	Latitude	Longitude
Baleia	Interior Ilha Baleia	-00 37' 42.19933"	-52 30' 47.35298"
Orsa	Viveiro da Orsa Florestal	-00 50' 49.23958"	-52 31' 08.74069"
072ensed	Ensecadeira "D" – Área já suprimida ao lado	-00 38' 46.43060"	-52 31' 13.17885"
075	Fundo da Rampa de Lavagem	-00 39' 01.97054"	-52 31' 21.04598"
076	Vista de depósito de galhada	-00 38' 22.52383"	-52 31' 54.99547"
077	Centro de Triagem de Fauna	-00 38' 35.39875"	-52 32' 08.65463"
078	Escritório – Canteiro Administrativo	-00 38' 24.92211"	-52 32' 04.18425"
086	Margem Ilha Baleia	-00 37' 48.94759"	-52 30' 49.80920"
097	Acesso a parcela de monit. de fauna	-00 35' 01.86547"	-52 39' 03.81186"
098	Picada monitoramento de fauna – P2600	-00 35' 02.09992"	-52 39' 06.35860"
100	Picada/caminho para <i>pitfall</i>	-00 35' 07.47705"	-52 39' 08.42949"
105	Cachoeira de Santo Antônio do Jari	-00 38' 40.81298"	-52 30' 29.19267"
110	Área suprimida – futuro canteiro secundário	-00 38' 32.97541"	-52 30' 20.43659"
118	Ponto de saída de efluentes da ETE	-00 39' 12.48007"	-52 31' 25.75805"

7. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Foto 1 – Caixa de Gordura do Refeitório



Foto 2 – Caixa de Sugestões do Canteiro de Obras



Foto 3 – Armazenamento dos Resíduos de Saúde do Ambulatório



Foto 4 – Armazenamento dos Resíduos Perigosos na Centra de Resíduos



Foto 5 – Separação dos Resíduos na Central de Resíduos



Foto 6 – Resíduos Expostos à Chuva e Próximos à Vegetação



Foto 7 – Resíduos Reutilizáveis Expostos a Céu Aberto e Sem Proteção



Foto 8 – Estação de Tratamento de Esgoto Compacta (ETE)

[Handwritten signature]



Foto 9 – Caixa de Concreto que Recebe o Efluente Tratado após a Filtragem, antes de ser lançado no Rio Jari



Foto 10 – Ponto de Lançamento do Efluente no Rio Jari



Foto 11 – Bombas de captação de água no rio Jari



Foto 12 – Medidor de vazão na entrada da estação de tratamento de água (ETA)



Foto 13 – Painel de controle da ETA e adição de cloro e sulfato na água captada



Foto 14 – Visão geral da ETA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Foto 15 – Pátio de Madeira e Lenha



Foto 16 – Galhadas das ASV N° 560/2011 e 566/2011, disposta na Área de jazida do canteiro administrativo (Cota 95m)



Foto 17 – Separação da madeira suprimida somente por Estado de origem (Pará ou Amapá), por ASV e por lote



Foto 18 – Visão geral das centrais de concreto

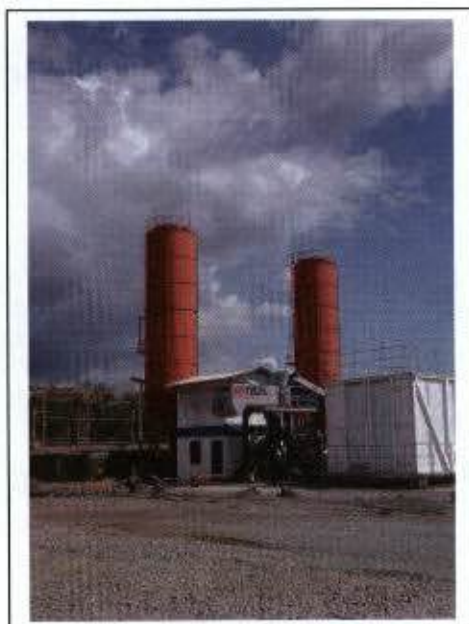


Foto 19 – Central de concreto (CCR) ainda em implantação

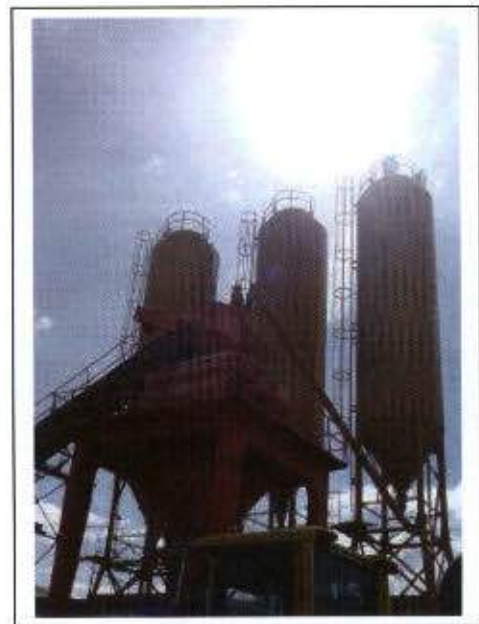


Foto 20 – Central de concreto convencional (CCV) em funcionamento



Foto 21 – Sistema de tratamento da água de lavagem das betoneiras (decantadores e filtro)



Foto 22 – Caixa de separação água/óleo advinda da Rampa de Lavagem



Foto 23 – Caixa de Concreto que armazena o óleo Separado



Foto 24 – Efluente lançado diretamente no rio Jari após a separação do óleo na Caixa Separadora de Água/Óleo: presença de espuma, indicativa da presença de detergente industrial



Foto 25 – Formação de crosta no leito seco do rio Jari, indicio de óleo derramado

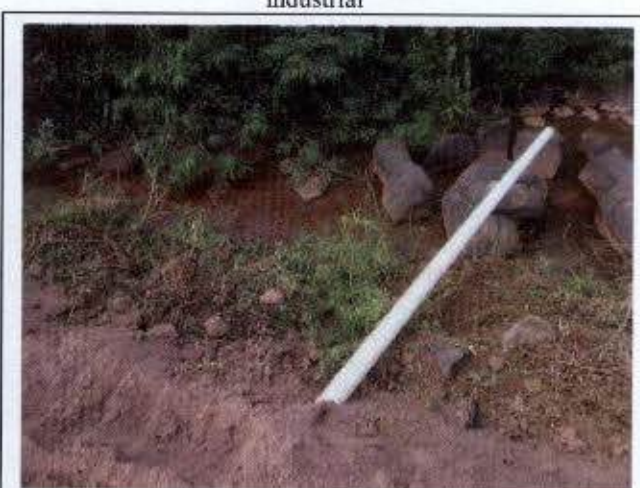


Foto 26 – Ponto de lançamento no rio Jari do efluente da Caixa Separadora de Água/Óleo advinda do Estoque de Óleo

Si

Am
SEP



Foto 27 - Estoque de óleo



Foto 28 - Posto de abastecimento



Foto 29 - Obras do Circuito Hidráulico



Foto 30 - Obras do Circuito Hidráulico

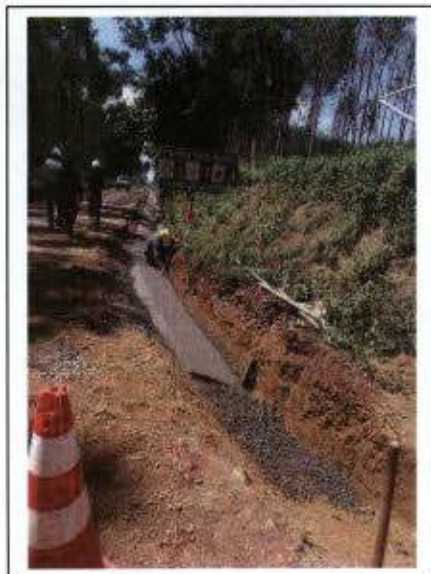


Foto 31 - Obras de drenagem próximo a ETA e alojamentos



Foto 32 - Obras de contenção de talude próximas à Ensecadeira C1



Foto 33 – Estação Climatológica implantada no canteiro administrativo



Foto 34 – Piezômetro 17 (Programa de Monitoramento do Lençol Freático)



Foto 35 – Piezômetro na Vila de Santo Antônio



Foto 36 – Estação Hidrossedimentológica Automática em teste na Vila de Santo Antônio

[Handwritten signature]

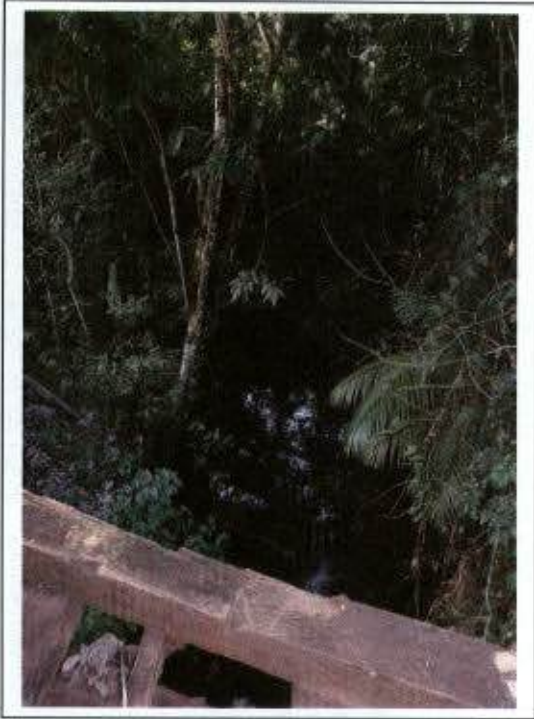


Foto 37 – Ponto amostral do Programa de Monitoramento Limnológico, na margem do rio Traíra e próximo à ponte



Foto 38 – Marco de cota 30m observado no módulo Itapeoara de Rapeld (margem direita)



Foto 39 – Via de Acesso principal à vila de Santo Antônio que será inutilizada com a construção do Canteiro de Obras Secundário (margem esquerda do rio Jari)



Foto 40 – Via de acesso secundário à vila de Santo Antônio que será melhorada para uso da população da vila

[Assinatura]

[Assinatura]



Foto 41 – Casa que foi utilizada para o Núcleo de Apoio Veterinário (NAV), na Vila de Santo Antônio



Foto 42 – Ampliação do Centro de Triagem de Fauna (Base de Resgate) do canteiro de obras



Foto 43 – Construção da terceira estrutura no Centro de Triagem de Fauna



Foto 44 – Parcela de amostragem de fauna e sua identificação (fita cor-de-rosa) no módulo Itapeora



Foto 45 – Armadilha de fauna disposta no solo



Foto 46 – Armadilha de fauna disposta no solo

Handwritten signature or mark in the bottom left corner.



Foto 47 – Armadilha de fauna armada em árvore



Foto 48 – Armadilha de fauna armada em árvore e iscada



Foto 49 – Balde tampado do Pitfall



Foto 50 – Balde sem tampa do Pitfall



Foto 51 – Distância do módulo Itapeoara ao rio Jari



Foto 52 – Estrutura na Vila de Iratapuru que servirá de Centro de Apoio para o resgate de fauna



Foto 53 – Visão externa da estrutura Estrutura na Vila de Iratapuru que servirá de Centro de Apoio para o resgate de fauna



Foto 54 – Placa de sinalização de prevenção de acidentes com fauna



Foto 55 – Placa de advertência sobre possibilidade de acidentes com animais peçonhentos na Central de Resíduos



Foto 56 – Vegetação alta da Ilha da Baleia, denotando possibilidade de formação de palteiros com o enchimento do reservatório



Foto 57 – Local de Supressão na Vila de Santo Antônio



Foto 58 – Local de Supressão na Vila de Santo Antônio

Amor
JPP

Fls.: 1697

Proc.: 0337/08

Rubr.: *Apm*



Foto 59 – Viveiro da Orsa Florestal



Foto 60 – Viveiro da Orsa Florestal

7. EQUIPE TÉCNICA

Ana Patricia Mykito

Ana Patricia Mykito

Mat. 1730428

Analista Ambiental – COHID/DILIC/IBAMA

Daniela da Costa Moraes

Daniela da Costa Moraes

Mat. 1727554

Analista Ambiental – COHID/DILIC/IBAMA

Júlio César Raposo Ferreira

Júlio César Raposo Ferreira

Mat. 1513197

Analista Ambiental – COHID/DILIC/IBAMA

DE ACORDO -

em 18.06.12

Nina

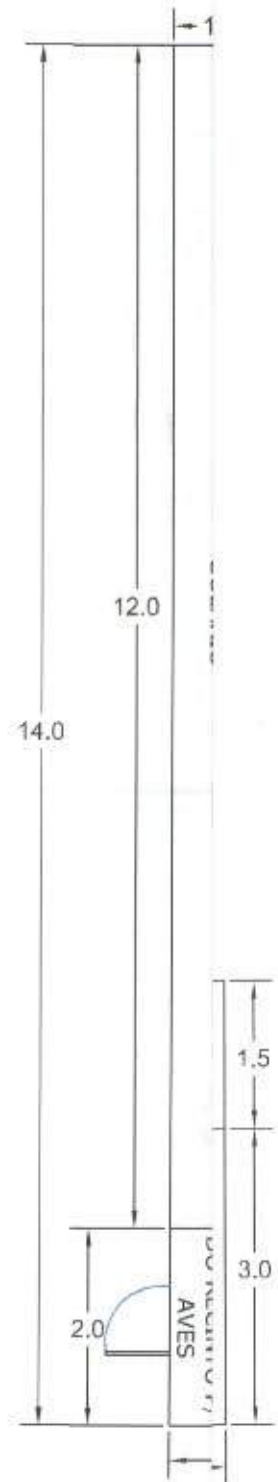
Nina
Analista Ambiental de Licenciamento de Atividades
COHID/DILIC/IBAMA
Substituto

EM BRANCO

Fis.: 1698

Proc.: 0339108

Rubr.: Apr



- DIVISÓRIA A SER IMPLANTADA
- EDIFICAÇÃO EXISTENTE
- EDIFICAÇÃO A SER CONSTRUÍDA



UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI
PROGRAMA AMBIENTAL

PLANTA DO CENTRO DE TRAGEM

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1595, Fax: (61) 3316-1178 - <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 141 /2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 20 de junho de 2012.

Ao Senhor
Juhei Muramoto
Consórcio Amapá Energia
Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar
Itaim Bibi - São Paulo/SP
CEP: 04532-001
Tel: (11) 2185-5576 Fax: (11) 2185-5100

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Vistoria nº 10/2012 – COHID/DILIC/IBAMA
Ref.: Processo IBAMA nº 02001.000337/2008-06 – AHE Santo Antônio do Jari

Prezado Senhor,

1. Em andamento ao processo de licenciamento ambiental do AHE Santo Antonio do Jari, encaminho o Relatório de Vistoria nº 10/2012 – COHID/DILIC/IBAMA.
2. Informo que as recomendações constantes do item 4 do relatório de vistoria supracitado devem ser atendidas dentro do prazo discriminado no mesmo.

Atenciosamente,

ANDRÉ DE LIMA ANDRADE
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Anexo: Relatório de Vistoria nº 10/2012 – COHID/DILIC/IBAMA

EM BRANCO



São Paulo, 19 de junho de 2012.

Fls.: 1700
Proc.: 0337108
Rubr.: Assm

MMA - IBAMA
Documento:
02001.032349/2012-78
Data: 20/06/12

ECE 313/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Dr. Rafael Ishimoto Della Nina
MD Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco C
Brasília - DF
CEP: 70-800-200

Assunto: Processo N.º 02001.000337/2008-06
UHE Santo Antônio do Jari

Ref.: Condicionante 2.3 da Licença de Instalação n.º 798/2011
Ofício N.º 238/2012/CGENE/DILIC/IBAMA, de 13/04/2012

Senhor Coordenador,

A ECE PARTICIPAÇÕES S.A., titular da concessão federal para a construção e operação da UHE Santo Antônio do Jari, em atenção ao Ofício em referência, vem por meio desta informar que as etapas construtivas do empreendimento, com as implicações sobre a vazão do rio Jari, foram apresentadas a esse IBAMA através da carta ECE 032/2011, protocolo n.º 02001.018928/2011-27 de 06/04/2011, após reunião técnica datada de 01/04/2011.

Dentre os anexos da referida carta está o desenho SAJ-PB-046 onde é informado que entre o 8º mês do ano 2 de construção e o 5º mês do ano 3 toda a vazão do rio Jari será desviada para os 650 m de extensão compreendidos entre as enseadeiras "B" e "D". Assim, nesse período não haverá vazão na cachoeira principal, sendo toda vazão natural do rio Jari desviada para outras quedas secundárias existentes no trecho entre as enseadeiras "B" e "D". Este desvio não alterará a vazão do rio Jari no futuro trecho de vazão reduzida.

Salienta-se que, alterações da vazão da cachoeira na fase de obras foram previstas no EIA-RIMA do empreendimento no IMP n.º 34 – "Alteração do Patrimônio Cênico / Natural", página 110 do Capítulo 10.2 – "Identificação e Avaliação dos Impactos".

Cabe lembrar ainda, que a construção da enseadeira "B" (montante da cachoeira principal) é necessária para a construção da Casa de Força Secundária, onde serão instalados os dispositivos hidráulicos da vazão ecológica, bem como, para a escavação em rocha do canal que possibilitará a distribuição da vazão ecológica ao longo da cachoeira principal na fase de operação do empreendimento.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

ECE PARTICIPAÇÕES S.A.
Juhei Muramoto

De ordem:

in. Pedro Em: 27/06/12

Para:

Mônica Fonseca

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À AA Ana Patrícia,

pl análise, em conjunto

da equipe. Em 27/06/12,

André Andrad



ECE Participações S.A.

Fls.: 1701
Proc.: 0337108
Rubr.: Apr

MMA - IBAMA
Documento:
02001.032350/2012-01
Data: 20/08/12

São Paulo, 19 de Junho de 2012.

ECE - 315/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: **Rafael Ishimoto Della Nina**
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas (Substituto)

Assunto: Novo programa de controle de proliferação de plantas aquáticas e de vetores de doenças para a área do segmento 26 (rio Traíra).

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 – Condicionante nº 2.5

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem por meio desta solicitar aditamento de prazo para resposta ao Ofício nº 241/2012/CGENE/DILIC/IBAMA, especificamente no que se refere à proposta de um novo programa de controle de proliferação de plantas aquáticas e de vetores de doenças para a área do segmento 26 (rio Traíra).

Tal solicitação justifica-se pelo fato de que, neste momento, estamos dando andamento à elaboração da nova modelagem matemática exigida pelo ofício mencionado e cujas conclusões pretendemos considerar quando da proposta desse novo programa ambiental.

Desta forma, visando conciliar tais ações, solicitamos desse IBAMA o aditamento do prazo para entrega deste novo programa ambiental na data de 20/10/2012.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.

ECE Participações
Juhei Muramoto

De ordem: *ia. l. l. l.* Em: 27/06/12

Para: *Márcia Romão*

Sirone Araújo de Souza
Secretaria CGENE/DILIC

À Ana Patrícia,

al discussão na equipe

e elaboração de minuta de

resposta.

Em 27/06/12,

André André



ECE Participações S.A.

Fis.: 1702
Proc.: 0337108
Rubr.: Apex

MMA - IBAMA
Documento:
02001.030364/2012-81

Data: 21/06/2012

São Paulo, 21 de junho de 2012.

ECE - 316/2012

Ao

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A
CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: **Rafael Ishimoto Della Nina**
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Requerimento de Autorização para Resgate e Salvamento de Fauna e Ictiofauna (documentos adicionais)

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 – Condicionante nº 2.1 – Programas Ambientais nº 13, 14 e 16

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em referência às solicitações feitas por meio da Carta ECE - 312/2012, a saber, emissão das Autorizações de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico, para o Resgate e Salvamento da Fauna e da Ictiofauna, encaminhamos os documentos adicionais listados como anexos.

Aproveitamos para esclarecer que as substituições dos biólogos de campo Flávio Cardoso Poli e Sidney Gomes F. Junior, inicialmente listados na equipe técnica, pelas biólogas Juliana Farina e Elaine Cristina Bornancin, tornaram-se necessárias devido a imprevistos profissionais de ambos.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.



ECE Participações
Juhei Muramoto

De ordem: in Albas Em: 22/06/12
Para: Mônica Fontella

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A AA Ana Patrícia,

pl conferências da documentação
e análise para

emissão da Ad. resgate

da Fauna específica

para a área correspondente

à ASU válida.

Bm 27/06/12,

André André



ECE Participações S.A.

Fls.: 1703
Proc.: 0337108
Rubr.: Apm

ANEXOS (Carta ECE - 316/2012):

ANEXO I – CTF DO EMPREENDEDOR (ECE PARTICIPAÇÕES S.A.)

ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA FAUNA / ICTIOFAUNA (atualizada)

ANEXO III – CURRÍCULO, CPF, CTF E REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE DAS BIÓLOGAS JULIANA FARINA e ELAINE CRISTINA BORNANCIN

ANEXO IV – CARTA DE ANUÊNCIA DE SOLTURA DE FAUNA (JARI CELULOSE S.A.)

ANEXO V – RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO DE FAUNA UHE SANTO ANTONIO DO JARI – ECE/EDP-SP-MA-002/12

EM BRANCO

Fis.: 1709
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apm

ANEXO I – CTF DO EMPREENDEDOR (ECE PARTICIPAÇÕES S.A.)

EM BRANCO

Fls.: 1705

Proc.: 0337108

Rubr.: Am

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis				
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE				
Nr. de Cadastro:	CPF/CNPJ:	Emitido em:	Válido até:	
3631900	09.333.996/0001-21	19/06/2012	19/09/2012	
Nome/Razão Social/Endereço ECE PARTICIPAÇÕES S/A Rua Bandeira Paulista, nº 530 - 10º andar Itaim Bibi SAO PAULO/SP 04532-001				
Este certificado comprova a regularidade no <p style="text-align: center;">Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras</p> <p>Obras civis / construção de barragens e diques</p>				
Observações: 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente; 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.		A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem juízo de valor de qualquer espécie.		
		Autenticação pnv8.3vby.qvpa.acwi		

[Imprimir tela](#) [Fechar janela](#)

EM BRANCO

Fls.: 1706
Proc.: 0337108
Rubr.: Apr

**ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA FAUNA /
ICTIOFAUNA (atualizada)**

EM BRANCO

ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO EQUIPE TÉCNICA FAUNA / ICTIOFAUNA

Equipe Técnica de Fauna

Profissional	Formação	Função	CPF	CTF	Link CL ¹	Nº Conselho	Email
Nayana Carolina Barbosa	Bióloga	Coordenação	980.459.031-04	5144536	http://lattes.cnpq.br/0858331651112125	76.047/04-D	nayana@neotropica.net
Juliana Farina	Bióloga	Biólogo de Campo	001.254.531-75	4905273		70.715/04-D	Ju.farina.bio@hotmail.com
Elaine Cristina Bornancin	Bióloga	Biólogo de Campo	057.332.299-69	3631900		83.012/07-D	elainebornancin@yahoo.com.br

¹ Link de acesso ao Currículo Lattes.

Equipe Técnica de Ictiofauna

Profissional	Formação	Função	CPF	CTF	Link CL ¹	Nº Conselho	Email
Rafael Braga do Amaral	Biólogo	Coordenação	834.349.711-87	2.351.913	http://lattes.cnpq.br/2963271106881985	44605/04-D	rafael.braga70@yahoo.com.br
Pedro Henrique de F. B. Borges	Biólogo	Biólogo de Campo	018.213.911-52	5.060.900	http://lattes.cnpq.br/5297537365828479	70.209/04-D	pedro@sevenmiles.com.br
Murilo Luiz e C. Santana	Biólogo	Biólogo de Campo	020.126.381-55	4.341.672	http://lattes.cnpq.br/0434573587445104	80786/04-D	murilloluiz@gmail.com

¹ Link de acesso ao Currículo Lattes.

UNIT 1: THE HISTORY OF THE WORLD

Topic	Notes
1.1. The Beginning of Time	...
1.2. The Prehistoric Era	...
1.3. The Ancient World	...
1.4. The Middle Ages	...
1.5. The Renaissance	...
1.6. The Enlightenment	...
1.7. The Industrial Revolution	...
1.8. The Modern World	...
1.9. The 20th Century	...
1.10. The Future	...



Fis.: 1708
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apr

**ANEXO III – CURRÍCULO, CPF, CTF E REGISTRO NO CONSELHO DE
CLASSE DAS BIÓLOGAS JULIANA FARINA e ELAINE CRISTINA
BORNANCIN**

EM BRANCO

CURRICULUM VITAE
JULIANA FARINA



Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3526580199001278>

Fls.: 1709
Proc.: 0337/08
Rubr.: Am

DADOS PESSOAIS

Nome Juliana Farina
Nascimento 10/12/1981 - Descalvado/SP - Brasil
Endereço Rua Armogaste Silveira nº 197 Qd. 8 Lt. 08 Conjunto Castelo Branco
Telefones 62- 3093-3905 // 9269-5013 // 8143-0589
Habilitação AB
Email ju.farina.bio@hotmail.com

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

Especialização em Análise e Gestão Ambiental.

Faculdade Araguaia, FARA, Goiânia, Brasil

Concluindo em fevereiro/2012.

Título da Tcc: Potencial tóxico da água tratada do rio Meia Ponte

Orientador: Ms. Jose de Souza

Licenciada e Bacharelada em Biologia.

Universidade Anhanguera, Goiânia - Go, Brasil

Título da Tcc: Educação sexual aplicada no Ensino fundamental na Escola Pequenos Gênios

Orientadora: Márcia Inês da Silva

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2012 Curso de curta duração em Saneamento, Saúde Pública e Meio Ambiente. Scientia Educação e Pesquisa, SCEP, Brasil

2011 Curso de Capacitação em Educação Ambiental para o Ordenamento do Turismo nos rios Araguaia e Crixás-açu. ICMbio/MMA/RAN

- 2010** Curso sobre Negócios e Oportunidades no Mercado em Biotecnologia.
Oswaldo Cruz, OCR, Brasil
- 2009** Extensão universitária em libras.
Universidade Anhanguera, UNI-ANHANGUERA, Brasil
- 2009** Curso de Monitoramento de Fauna Silvestre.
Naturae Consultoria Ambiental, NATURAE, Goiania, Brasil
- 2009** Curso de Manejo com serpentes.
Naturae Consultoria Ambiental, NATURAE, Goiania, Brasil
- 2007** Curso sobre O Aquecimento Global – Uma verdade inconveniente.,
Universidade Anhanguera, UNI-ANHANGUERA, Brasil.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Naturae Consultoria Ambiental - NATURAE

Vínculo institucional

2011 - Atual Atividade: Resgate de fauna na Usina Hidrelétrica de Estreito/
Maranhão. Atividade Desenvolvida: Resgate, biometria,
marcação e soltura na Uhe de Estreito/Ma.

2. Escola Santana

Vínculo institucional

2010 - 2011 Professora de Ciências na Escola Santana. Ensino Fundamental.

3. C T E - Centro Tecnológico de Engenharia - C T E

Vínculo institucional

2008 - 2008 Estagiária de biologia. Atividade desenvolvida: Resgate de ictiofauna na Usina Hidrelétrica de PCH Planalto, Chapadão do Sul / Mato Grosso do Sul.

4. Parque Zoológico de Goiania - PQZOOGO

Vínculo institucional

2007 - 2008 Estagiária de biologia. Atividade desenvolvida: Manejo, enriquecimento de recintos, auxiliar de necropsias e etc.

5. Escola Pequenos Gênios

Vínculo Institucional

2006 - 2007 Estágio supervisionado na Escola Pequenos Gênios.
Ensino Fundamental e Médio

6. Trabalhos de conclusão de curso de graduação

Marcia Inês. Educação Sexual Aplicada no Ensino Fundamental da Escola Pequenos Gênios. 2008. Curso (biologia) - Universidade Anhanguera

7. Orientações e Supervisões em Andamento

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. José de Souza. Potencial Tóxico na água tratada do rio Meia Ponte. 2012. Monografia (Análise e Gestão Ambiental) - Faculdade Araguaia

REFERÊNCIA PESSOAL - JULIANA FARINA

Prof. M.Sc. José de Souza Filho

Biólogo CRBio 57219 04-D

Mestre em Biologia Celular e Molecular

Doutorando em Biologia Animal pela UnB

Departamento de Genética e Morfologia-GEM

Laboratório de Genética Toxicológica, IB, bloco F, térreo

Campus Darcy Ribeiro Asa Norte

CEP 70919970

Tel: (061) 8264-8445 // (062) 8418-7771

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/2933698727928436>

Marcus Augusto Buononato

Graduação em Ciências Biológicas .

Organização Santamarense de Educação e Cultura, OSEC, Brasil.

Gerente operacional da Systema Naturae Consultoria Ambiental Ltda.

Trabalhou no Instituto Butantan.

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/0011003060788587>

Tel:062- 8412-9092

Fls.: 1711

Proc.: 0337/08

Rubr.: am



Ministério do Meio Ambiente
**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
 Renováveis**



**CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
 CERTIFICADO DE REGULARIDADE**

Nr. de Cadastro:	CPF/CNPJ:	Emitido em:	Válido até:
4905273	001.254.531-75	19/06/2012	19/09/2012

Nome/Razão Social/Endereço

juliana farina
 rua armogaste silveira n. 197 qd. 08 lt. 08
 conjunto castelo branco
 GOIANIA/GO
 74413-180

Este certificado comprova a regularidade no

Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras

Uso de Recursos Naturais / comercialização de fauna silvestre nativa e exótica, partes produtos e subprodutos

Observações:

- 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente;
- 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema;
- 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente.
- 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.

A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem juízo de valor de qualquer espécie.

Autenticação

4amc.1vld.ma7t.mj53

[Imprimir tela](#) [Fechar janela](#)

11/11/20

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

RECEIVED

EM BRANCO

Fls.: 1712
Proc.: 0337108
Rubr.: Agm

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM FÉ PÚBLICA

COLAÇÃO DE GRAU: **11/09/2009**

PELA: **UNI-ANHANGUERA/GO**



TIPO SANGÜÍNEO
FATOR RH:

O-

POLEGAR DIREITO



Juliana Farina
ASSINATURA DO PROFISSIONAL

LEI N° 6.206 DE 07/05/75

Faint, illegible markings or text in the top left corner.

EMBR

Fis.: 1713
Proc.: 0337/08
Rubr.: Am

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA
CRBio- 04

CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL DE BIÓLOGO

REG. Nº: **70715/04-D** HOMOLOGADO: **08/11/2010** EXPEDIDA: **11/11/2010 -MG**
NOME: **JULIANA FARINA**
FILIAÇÃO: **HAMILTON CACERE FARINA**
NILDA APARECIDA DE LOURDES FARINA
NACIONALIDADE: **BRASILEIRA** NATURAL DE: **DESCALVADO - SP**
NASCIDO(A): **10/12/1981** CIC: **001.254.531-75**
REG. GERAL: **4225844** ORGÃO EXPEDIDOR: **DGPC - GO**

Roberto Corio Araujo
PRESIDENTE DO CRBio

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

EM BRANCO

**CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 4ª REGIÃO - CRBio04**

Av. Amazonas 298 - 15º Andar - Centro - Belo Horizonte/MG CEP: 30.180-001

Tel. (31) 3207.5000 - Fax. (31) 3207.5001 - Atendimento externo de 9h às 17h

Home page : www.crbio04.gov.br E-mail: crbio04@crbio04.gov.br

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

O Conselho Regional de Biologia – 4ª Região (MG, GO, DF, TO) certifica que o(a) Biólogo(a) **JULIANA FARINA**, registrado(a) neste CRBio04 sob nº **070715/04-D**, tem situação regular junto à Tesouraria, não sofre processo administrativo e está no pleno exercício de seus direitos perante esta Autarquia Federal, órgão fiscalizador do exercício profissional do Biólogo.

A aceitação desta certidão está condicionada à [verificação](http://www.crbio04.gov.br) da sua autenticidade na Internet, no endereço "www.crbio04.gov.br".

Certidão emitida às 15:36:14 do dia 19.06.2012 (horário de Brasília)

Número de Controle: 5644.1123.5410.1580

Certidão emitida gratuitamente - Valido até: 17.09.2012

ATENÇÃO: QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O PRESENTE DOCUMENTO

EM BRANCO

Elaine Cristina Bornancin

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Brasileira, Solteira, 27 anos

Endereço: Rua Dr. Hamilton Portugal Pereira, 504 - Curitiba/Paraná

Telefone: (41) 3261-2736 / (41) 9605-5117

E-mail para contato: elainebornancin@yahoo.com.br

Formação Acadêmica/Titulação

- 2008 - 2011** Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia).
Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil
Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- 2003 - 2007** Graduação em Ciências Biológicas.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- 1999 - 2002** Ensino Médio
Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-PR
-

Atuação profissional

1. INTERCOOP – Cooperativa Interdisciplinar de Serviços Técnicos

Atividades

11/2011 – Atual: Atividades de resgate e aproveitamento científico da fauna para implantação da UHE Mauá, Rio Tibagi, Estado do Paraná. ART Nº: 07-0034/12.

2. Hori Consultoria Ambiental

Atividades

01/2011 – 02/2011 Monitoramento de fauna referente a construção da UHE Mauá. Local: Telêmaco Borba – Paraná. (*Área de trabalho: Assistente de Mastofauna*)

3. JGP Gestão Ambiental

Atividades

11/2009 - 12/2009 Levantamento faunístico para EIA/RIMA referente a construção da Linha de Transmissão Madeira, no rio Guaporé. Local: Vila Bela da Santíssima Trindade – Mato Grosso. *Consultor assistente (Mastofauna)*

7/2010 - 07/2010 Levantamento faunístico para EIA/RIMA referente a ampliação da Linha de Transmissão Tucuruí, no rio Xingu. Local: Porto de Moz - Pará
Consultor assistente (Mastofauna)

Outras experiências relevantes

1. **FACIMED - Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal**

Atividades

02/2012 – 03/2012 Professora substituta do curso de graduação em Ciências Biológicas. Disciplinas ministradas: Biologia do Desenvolvimento, Fisiologia Comparada, Anatomia Comparada dos Vertebrados, Ecologia Tropical, Ecologia Geral, Ecologia II, Seminários Interdisciplinares.

2. **Secretaria de Estado da educação – Governo do Paraná**

Atividades

06/2011 – 07/2011 Professora de Biologia para o Ensino Médio. Colégio Estadual Prieto Martinez. Contratada em Regime Temporário pelo Estado do Paraná

3. **Universidade de São Paulo - USP**

Atividades

01/2008 – 07/2008 Técnica de Laboratório, Regime: Dedicção Exclusiva .

Informações relevantes

- Posso curso de direção off-road (Técnica 4X4 - Condução Fora de Estrada).
- Participei de cursos de contenção, acondicionamento e transporte de vertebrados para atividades de resgate de fauna.
- Posso bons conhecimentos em estatística e geoprocessamento, incluindo o uso do software ArcMap®.
- Idiomas: Inglês avançado e Espanhol intermediário.
- Disponibilidade integral para viagens.



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Nr. de Cadastro:	CPF/CNPJ:	Emitido em:	Válido até:
2244852	057.332.299-69	18/06/2012	18/09/2012

Nome/Razão Social/Endereço

Elaine Cristina Bornancin
R. Dr. Hamilton Portugal Pereira, 504
Cajuru
CURITIBA/PR
82980-120

Este certificado comprova a regularidade no

Cadastro de Instrumentos de Defesa Ambiental

Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0

Ecosistemas Terrestres e Aquáticos

Observações:

- 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente;
- 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema.
- 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente.
- 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e flunísticos.

A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem juízo de valor de qualquer espécie.

Autenticação

sy6k.5nk1.3hhc.axe3

[Imprimir tela](#) [Fechar janela](#)

EM BRANCO

Fls.: 17/17
Proc.: 0337108
Rebr.: *Agm*



EM BRANCO

Fis.: 1718
Proc.: 0327108
Rubr.: Agm



Conselho Regional de Biologia - 7ª Região

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 170 - Conj 307
Centro - Curitiba / Paraná - Brasil
CEP: 80020-915 - Telefax(0XX) 41-3079.0077
e-mail: sab@crbio-7.gov.br



CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA

O Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07-PR, certifica que o(a) profissional abaixo, encontra-se regularmente registrado(a) neste Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 6.684/1979, possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Número Certidão: **713-07/NET** Emissão: **19/06/2012**

Nome: **ELAINE CRISTINA BORNANCIN**

Registro CRBio-07-PR Nº: **83012/07-D**

Registrado(a) desde: **28/11/2011**

Filiação: **CARLOS ROBERTO BORNANCIN**

AGLAINE CORDEIRO DE CARVALHO BORNANCIN

Data de Nascimento: **23/09/1984**

Carteira de Identidade: **8.560.695-6** CPF: **05733229969**

Naturalidade: **CURITIBA**

Situação: **ATIVO DEFINITIVO**

Graduação.

LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIENCIAS BIOLOGICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data da Colação de Grau: **24/04/2008** Diplomação: **23/04/2008**

Certificamos para os devidos fins, que o(a) Biólogo(a) ELAINE CRISTINA BORNANCIN Registrado neste CRBio-07-PR, sob o nº 83012/07-D, encontra-se em dia com suas obrigações junto a este Conselho para o exercício de 2012. Estamos quite com todas as exigências legais deste Conselho, órgão fiscalizador do exercício profissional do Biólogo.

Certidão emitida às 19:32H do dia 19/06/2012.

Certidão Válida por um mês, a partir da Data de Emissão.

Consulte nosso site (<http://www.crbio-7.gov.br>) para validar a autenticidade desta Certidão.

19/06/2012 19:32

OFFICE OF THE DISTRICT ATTORNEY

EM BRANCO

Fis.: 1719

Proc.: 0337108

Rubr.: Apm

**ANEXO IV – CARTA DE ANUÊNCIA DE SOLTURA DE FAUNA (JARI
CELULOSE S.A.)**

Page _____
Date _____
Time _____

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE BUREAU OF THE
INTERNAL SECURITY DIVISION

EM BRANCO



Fls.: 1720
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apur

Monte Dourado, 19 de junho de 2012.

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro por meio desta que a **Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.**, legítima proprietária dos imóveis do entorno do empreendimento UHE Santo Antonio do Jari, tanto das terras localizadas no estado do Amapá como daquelas localizadas no estado do Pará, tem ciência da necessidade de realização de operações de resgate de fauna durante a supressão da vegetação e do enchimento do reservatório, estando de acordo e dando anuência quanto a soltura de animais nas áreas do entorno do empreendimento.


Augusto Praxedes Neto
Representante Legal
Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A.

EMBRANCO

Fis.: 1721
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apm

**ANEXO V – RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO DE
FAUNA UHE SANTO ANTONIO DO JARI – ECE/EDP-SP-MA-
002/12**

EM BRANCO



ECE PARTICIPAÇÕES S.A
USINA HIDRELÉTRICA SANTO ANTÔNIO DO JARI

RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO DE FAUNA
UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI - ECE/EDP-SP-MA-002/12

JUNHO/2012



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO.....	3
2. CENTRO DE APOIO DE FAUNA.....	4
3. AVALIAÇÃO.....	5
4. REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	6



Fls.: 1723
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apr

1. APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

De acordo com o planejado e descrito no Programa de Resgate de Fauna, levando em consideração as características da área afetada pelo empreendimento e das áreas do entorno, foi implantado na Vila Iratapuru um Centro de Apoio, que funcionará como área de triagem para animais resgatados no trecho superior da área de influência, bem como o atendimento de emergência de espécimes resgatados nessa área. Caso necessário à permanência de animal resgatado por mais tempo em tratamento, ou seja, necessidade de intervenção médica-veterinária, o animal será transferido para o Centro de Triagem no Canteiro de Obras onde receberá o atendimento necessário.

As instalações CA serão destinadas ao atendimento veterinário de urgência de animais que sejam resgatados longe do Centro de Triagem, portanto, têm caráter provisório, permanecendo apenas durante o período de instalação do empreendimento.



2. CENTRO DE APOIO DE FAUNA

Com a previsão do início das atividades de supressão da vegetação e posteriormente o enchimento do reservatório da UHE Santo Antonio do Jari, foi implantado na Vila Iratapuru, que está localizada a aproximadamente 14 km a montante do barramento, cujo acesso é realizado apenas pelo rio Jari, uma estrutura de apoio para as atividades de resgate de fauna.

Com uma área de 74m² construída em alvenaria o Centro de Apoio dispõe de duas salas, sendo um escritório equipadas com moveis (mesa de escritório, cadeiras e armário) e a outra para atendimento/procedimento médico veterinário com mesa de atendimento veterinário, pia e bancada para a manipulação da fauna resgatada, além de banheiros e área coberta para uso da equipe de resgate.

Os Centros de Apoio e de Triagem de Fauna são locais onde os animais são identificados, catalogados, registrados e medidos, recebendo assistência médico-veterinária e alimentação condizente. Após o período mais curto possível os animais serão encaminhados para seu destino final (soltura ou encaminhamento a instituições). Vale resaltar que a edificação já existente foi disponibilizada pela associação comunitária da Vila Iratapuru para implantação do CA.



Fis.: 1724
Proc.: 0337108
Rubr.: Agm

3. AVALIAÇÃO.

Conforme apresentado, as instalações existentes do Centro de Apoio de Fauna estão em conformidade com o proposto no Projeto Básico Ambiental - Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório, capítulo 6.4.5.6.6. Implantação do Centro de Apoio (CT).

Atendendo assim, todos os requisitos necessários para o seu funcionamento e operacionalidade com condições necessárias ao manejo e manutenção, por curto prazo, da fauna resgatada.

4. REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 1A: Vista geral da área externa do Centro de Apoio da Vila Iratapuru.



Foto 1B: Vista geral da área externa do Centro de Apoio da Vila Iratapuru.



Foto 1C: Vista da área interna do A.C., com destaque para os móveis.



Foto 1D: Vista da sala de atendimento veterinário com pia.



Foto 1E: Vista da área interna do banheiro do A.C.



Foto 1F: vista da entrada do Centro de Apoio.



ECE Participações S.A.

Fis.: 1725
Proc.: 0337108
Rubr.: Jpm

MMA - IBAMA
Documento:
02001.033318/2012-34
Data: 29/06/12

São Paulo, 27 de junho de 2012.

ECE - 318/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A - CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: **Rafael Ishimoto Della Nina**
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Requerimento de Autorização para Resgate e Salvamento de Fauna e Ictiofauna (documentos adicionais)

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 – Condicionante nº 2.1 – Programas Ambientais nº 13, 14 e 16

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em referência às solicitações feitas por meio das Cartas ECE-312/2012 e ECE-316/2012, a saber, emissão das Autorizações de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico, para o Resgate e Salvamento da Fauna e da Ictiofauna, vem encaminhar os documentos adicionais listados como anexos.

Aproveitamos para solicitar a substituição da bióloga de campo Elaine Cristina Bornancin, inicialmente listada na equipe técnica, pela bióloga Camila Moreira Barreto Gomes, devido a um imprevisto profissional ocorrido.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.


ECE Participações
Juhei Muramoto

ANEXOS (Carta ECE - 318/2012):

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DA BIÓLOGA JULIANA FARINA

ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA FAUNA / ICTIOFAUNA (atualizada)

ANEXO III – CURRÍCULO, DECLARAÇÃO DE APTIDÃO, CTF E REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE DA BIÓLOGA CAMILA MOREIRA BARRETO GOMES

De ordem: *André* Em: 03/07/12
Para: *André Andreoli*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À AA Ana Patricia,

El senhe unento e control

Em obloniz.

André Andreoli



ECE Participações S.A.

Fis.: 1726
Proc.: 0337108
CÓPIA

MMA - IBAMA
Documento:
02001.033318/2012-34

Data: 29/06/12

São Paulo, 27 de junho de 2012.

Favor devolver esta cópia Protocolada no Endereço
abaixo:
Rua bandeira Paulista, nº 530, 10º Andar, Itaim, São
Paulo - SP, CEP 04.532-001.

ECE - 318/2012

Ao
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN - Trecho 2 - Edifício Sede do IBAMA - Bloco A - CEP 70.800-200 - Brasília/DF

Atenção: Rafael Ishimoto Della Nina
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Requerimento de Autorização para Resgate e Salvamento de Fauna e Ictiofauna (documentos adicionais)

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 - Condicionante nº 2.1 - Programas Ambientais nº 13, 14 e 16

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em referência às solicitações feitas por meio das Cartas ECE-312/2012 e ECE-316/2012, a saber, emissão das Autorizações de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico, para o Resgate e Salvamento da Fauna e da Ictiofauna, vem encaminhar os documentos adicionais listados como anexos.

Aproveitamos para solicitar a substituição da bióloga de campo Elaine Cristina Bornancin, inicialmente listada na equipe técnica, pela bióloga Camila Moreira Barreto Gomes, devido a um imprevisto profissional ocorrido.

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.

ECE Participações
Juhei Muramoto

ANEXOS (Carta ECE - 318/2012):

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DA BIÓLOGA JULIANA FARINA

ANEXO II - IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA FAUNA / ICTIOFAUNA (atualizada)

ANEXO III - CURRÍCULO, DECLARAÇÃO DE APTIDÃO, CTF E REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE DA BIÓLOGA CAMILA MOREIRA BARRETO GOMES

CÓPIA

EM BRANCO

Fis.: 1727
Proc.: 0337108
Rubr.: Apm

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DA BIÓLOGA JULIANA FARINA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EM BRANCO

Fis.: 1728
Proc.: 0337108
Rubr.: Apr

Goiânia, 27 de junho de 2012

Declaração de Aptidão Individual

Eu, JULIANA FARINA, portadora do RG 4225844, CPF: 001.254.531-75 e CTF: 4905273, declaro-me apto para atuar como Bióloga do resgate de fauna do UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI, tendo participado com função equivalente em 2011 no resgate de fauna na UHE de Estreito/Maranhão. Nesta atividade foram realizados resgate e o monitoramento de fauna. Também participei em 2008 de um resgate de ictiofauna na UHE PCH Planalto em Chapadão do Sul/ Mato Grosso do Sul.



Juliana Farina

Bióloga

Especialista em Análise e Gestão Ambiental

CRbio 70715-4

EM BRANCO

Fis: 1729
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apm

**ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA FAUNA /
ICTIOFAUNA (atualizada)**

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

EM BRANCO

ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO EQUIPE TÉCNICA FAUNA / ICTIOFAUNA

Equipe Técnica de Fauna

Profissional	Formação	Função	CPF	CTF	Link CL ¹	Nº Conselho	Email
Nayana Carolina Barbosa	Bióloga	Coordenação	980.459.031-04	5.144.536	http://lattes.cnpq.br/0858331651112125	76.047/04-D	navana@neotropica.net
Juliana Farina	Bióloga	Biólogo de Campo	001.254.531-75	4.905.273		70.715/04-D	Ju.farina.bio@hotmail.com
Camila Moreira Barreto Gomes	Bióloga	Biólogo de Campo	268.952.598-48	2.557.718		44910/04-D	Camila.biologia@hotmail.com

¹ Link de acesso ao Currículo Lattes.

Equipe Técnica de Ictiofauna

Profissional	Formação	Função	CPF	CTF	Link CL ¹	Nº Conselho	Email
Rafael Braga do Amara	Biólogo	Coordenação	834.349.711-87	2.351.913	http://lattes.cnpq.br/2963271106861985	44605/04-D	rafael.braga70@yahoo.com.br
Pedro Henrique de F. B. Borges	Biólogo	Biólogo de Campo	018.213.911-52	5.060.900	http://lattes.cnpq.br/5297537365828479	70.209/04-D	pedro@sevenmiles.com.br
Murilo Luiz e C. Santana	Biólogo	Biólogo de Campo	020.126.381-55	4.341.672	http://lattes.cnpq.br/0434573587445104	80786/04-D	murilloluiz@gmail.com

¹ Link de acesso ao Currículo Lattes.

Fis.: 1730
 Proc.: 0337108
 Rubr.: Apm

EM BRANCO

Fls.: 1731
Proc.: 0337108
Rubr.: Adm

**ANEXO III – CURRÍCULO, DECLARAÇÃO DE APTIDÃO, CTF E REGISTRO
NO CONSELHO DE CLASSE DA BIÓLOGA CAMILA MOREIRA
BARRETO GOMES**

EM BRANCO

Fis.: 1732
Proc.: 0337/08
Rubr.: Am



Camila Moreira Barreto Gomes

Bióloga, CRBio nº 44910/04-D, CTF/IBAMA 2557718, Graduada pelo Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP/ULBRA (2005). Especialização Incompleta em Educação Ambiental pelo SENAC/ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Atualmente Consultora Ambiental, Experiência em escritórios de Consultoria Ambiental atuando com Resgate de Fauna Silvestre durante fase Supressão da vegetação e fase Enchimento em Usinas Hidrelétricas; Monitoramento e Levantamento de Herpetofauna, Ictiofauna com Coleta de dados Limnológicos. Atuou em Criadouro Conservacionista - Projeto Terraquarium - Centro de Convivência e Educação Ambiental do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA e IECOS - Instituto Ecos do Cerrado – Brasil no Projeto Aratama (Mantenedor da Fauna Silvestre registrado pelo IBAMA); Atendendo no que se refere ao manejo dos animais silvestres quanto à reabilitação, alimentação, higienização, enriquecimento ambiental dos recintos (avifauna, mastofauna, herpetofauna) e Serviços administrativos; como Monitora em Educação Ambiental de Escolas da Rede Pública, Privada e Comunidade em geral. Tem interesse especial em Ecologia de Ecossistemas terrestres e aquáticos. **(Texto informado pelo autor)**

Última atualização em 03/04/2012

Endereço para acessar este CV: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico): <http://lattes.cnpq.br/6139631291849141>

Dados Pessoais

Nome Camila Moreira Barreto Gomes
Filiação Antônio de Jesus Gomes e Elizabeth Moreira Barreto Gomes
Nascimento 02/04/1978 - São Paulo/SP – Brasil
Carteira de Identidade 1036193 SSP/TO - TO - 13/07/2006
CPF 26895259848

Endereço residencial Caixa Postal 32, Guaraí, Tocantins – Brasil
Telefone: (0055) (63) 92322678 (Brasil)
ou
Rua da Caneja, Propriedade Anibal de J. Gomes, Montemor, Loures, Portugal
Telefone: (0035) (1) 912672515 (Portugal)

Endereço eletrônico e-mail para contato : camila.biologia@hotmail.com
e-mail alternativo : camillambgomes@gmail.com.br

Formação Acadêmica/Titulação

Graduação incompleto(a) em Medicina Veterinária.
Fundação Universidade Federal do Tocantins, UFT, Palmas, Brasil
Ano de interrupção: 2009

Especialização incompleto(a) em Educação Ambiental.
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial / SENAC, SENAC, Brasil
Título: sem título
Ano de interrupção: 2006

2002 - 2005 Graduação em BIOLOGIA.
Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, CEULP/ULBRA, Brasil
Bolsista do(a): Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA

Graduação incompleto(a) em Biologia.
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, FFCL, Sao Jose Do Rio Pardo, Brasil
Orientador: transferência para CEULP/ULBRA
Bolsista do(a): Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Jose do Rio Pardo - S.P.
Ano de interrupção: 2001

Formação complementar

2011 Curso de curta duração em Inglês Instrumental.
Professora Particular de Línguas, PROF. PARTICULAR, Brasil

- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Como falar em público.
ENGEBIO - Engenharia e Consultoria Ambiental L.T.D.A., ENGEBIO, Brasil
- 2007 - 2007** Curso de curta duração em Manejo e Conservação de Recursos Naturais.
Portal Biologia, Portal da Educação (Instituição Associada a ABED), ABED, Brasil
Palavras-chave: Manejo e conservação
- Curso de curta duração incompleto(a) em Inglês - Basic II.
Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA, CEULP/ULBRA, Brasil
Ano de interrupção: 2006
- 2006 - 2006** Curso de curta duração em Inglês - Basic I.
Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, CEULP/ULBRA, Brasil
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em Educação Ambiental para Criadouro Conservacionista.
Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, CEULP/ULBRA, Brasil
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em Ecologia, manejo e conservação de aves.
Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, CEULP/ULBRA, Brasil
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em Algas: Diversidade e Potencial.
55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência., SBPC, Brasil
- 2002 - 2003** Curso de curta duração em Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI).
Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, CEULP/ULBRA, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Fitosociologia.
Conselho Regional de Biologia 4ª Região, CRBIO4, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Seleção de matrizes, coleta de sementes e produção.
Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, SEPLAN, Brasil
- 1998 - 1998** Curso de curta duração em Informática Básica – Excel 5.0.
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial–Departamento Regional de S. P., SENAE, Brasil
- 1998 - 1998** Curso de curta duração em Informática Básica – Introdução – DOS.
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial–Departamento Regional de S. P., SENAE, Brasil
- 1998 - 1998** Curso de curta duração em Informática Básica – Windows 3.11 – Word 6.0.
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial–Departamento Regional de S. P., SENAE, Brasil

Atuação profissional

1. MAPINGUARI Consultoria Ambiental LTDA. - MAPINGUARI

Vínculo institucional

2011 - Atual Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

Atividades

12/2011 - Atual Serviço Técnico Especializado, MAPINGUARI Consultoria Ambiental LTDA.

Especificação:

Levantamento da ICTIOFAUNA da área de Influência da Rio Novo Mineração LTDA. para Elaboração do EIA/Estudo de Impacto Ambiental, no município de Guarantã do Norte – Mato Grosso

2. Instituto Ecos do Cerrado do Brasil - IECOS

Vínculo institucional

2011 - 2012 Vínculo: Prestadora de serviços , Enquadramento funcional: Bióloga, Coordenadora Administrativa , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

06/2011 - 12/2011 Serviço Técnico Especializado, Projeto Aratama (Mantenedor da Fauna Silvestre, registrado pelo IBAMA)

Especificação:

Bióloga e Coordenadora Administrativa, Execução do Projeto ARATAMA (Mantenedor da Fauna Silvestre registrado pelo IBAMA), atendendo no que se refere ao manejo dos animais silvestres quanto à alimentação, higienização, enriquecimento ambiental dos rec

3. SUSTENTÁVEL Engenharia e Meio Ambiente - SUSTENTÁVEL

Vínculo institucional

2011 - 2011 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

Atividades

04/2011 - 07/2011 Serviço Técnico Especializado, SUSTENTÁVEL Engenharia e Meio Ambiente

Especificação:

Levantamento da Herpetofauna da área de Influência do rio Mearim, no município do Barra do Corda-MA, para Elaboração do EIA/RIMA do empreendimento da PCH Coco (Pequena Central Hidrelétrica Coco)

04/2011 - 04/2011 Serviço Técnico Especializado, SUSTENTÁVEL Engenharia e Meio Ambiente

Especificação:

Execução do Resgate de Ictiofauna na área diretamente afetada da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE ESTREITO), localizadas no Rio Tocantins, município de Estreito-MA, durante o Enchimento da bacia de acumulação.

4. ECOPALMAS - Consultoria e Assessoria em Meio Ambiente LTDA. - ECOPALMAS

Vínculo institucional

2011 - 2011 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

Atividades

01/2011 - 02/2011 Serviço Técnico Especializado, ECOPALMAS - Consultoria e Assessoria em Meio Ambiente LTDA.

Especificação:

Levantamento da ICTIOFAUNA da área de Influência da Rio Novo Mineração LTDA. para Elaboração do EA/Estudo Ambiental, no município de Almas - Tocantins

5. LIMIAR Tecnologia Ambiental - LIMIAR

Vínculo institucional

2010 - 2010 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

2010 - 2010 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

Atividades

11/2010 - 12/2010 Serviço Técnico Especializado, LIMIAR Tecnologia Ambiental

Especificação:

Execução do Resgate de Fauna na área diretamente afetada da Pequena Central Hidrelétrica AREIA (PCH AREIA), localizadas nos Rios Areia e Palmeiras, divisa dos municípios de Dianópolis e Novo Jardim-TO, durante o Enchimento da bacia de acumulação.

08/2010 - 09/2010 Serviço Técnico Especializado, LIMIAR Tecnologia Ambiental

Especificação:

Execução do Resgate de Fauna na área diretamente afetada da Pequena Central Hidrelétrica ÁGUA LIMPA (PCH ÁGUA LIMPA), localizadas no Rio Palmeiras, divisa dos municípios de Dianópolis e Novo Jardim-TO, durante o Enchimento da bacia de acumulação.

6. NATIVA DO TOCANTINS - Projeto e Empreendimentos rurais LTDA. - NATIVA

Vínculo institucional

2010 - 2011 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

2010 - 2010 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

Atividades

12/2010 - 01/2011 Serviço Técnico Especializado, NATIVA DO TOCANTINS - Projeto e Empreendimentos rurais LTDA.

Especificação:

Elaboração do EIA/RIMA do Empreendimento ITAQUARI - Florestamento e Reflorestamento.

Levantamento da MASTOFAUNA de PEQUENO PORTE do Projeto de Silvicultura, para a implantação da floresta de Eucalipto, nos municípios de Brejinho de Nazaré e Peixe-TO.

08/2010 - 08/2010 Serviço Técnico Especializado, NATIVA DO TOCANTINS - Projeto e Empreendimentos rurais LTDA.

Especificação:

Elaboração do EIA/RIMA do Empreendimento ITAQUARI - Florestamento e Reflorestamento.

Levantamento da ICTIOFAUNA do Projeto de Silvicultura, para a implantação da floresta de Eucalipto, nos municípios de Brejinho de Nazaré e Peixe-TO.

7. NEOTRÓPICA - Tecnologia Ambienttal - NEOTRÓPICA

Vínculo institucional

2009 - 2010 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga , Carga horária: 44, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

06/2009 - 03/2010 Serviço Técnico Especializado, NEOTRÓPICA - Tecnologia Ambienttal

Especificação:

Execução do Resgate de Fauna na área do reservatório do AHE SALTO (Aproveitamento Hidrelétrico de Salto), Fase 1-supressão vegetal e Fase 2-enchimento, nos municípios de Itarumã à Caçu-GO.

06/2009 - 03/2010 Serviço Técnico Especializado, NEOTRÓPICA - Tecnologia Ambienttal

Especificação:

Execução do Resgate de Fauna na área do reservatório do AHE SALTO DO RIO VERDINHO (Aproveitamento Hidrelétrico de Salto do Rio Verdinho), Fase 1-supressão vegetal e Fase 2-enchimento, nos municípios de Itarumã à Caçu-GO.

8. ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A. - ENGEBIO

Vínculo institucional

2008 - 2008 Vínculo: Consultor Ambiental , Enquadramento funcional: Bióloga , Carga horária: 44, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

07/2008 - 07/2008 Serviço Técnico Especializado, ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A

Especificação:

Execução do Programa Básico Ambiental de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna e Qualidade de Água da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Sítio Grande-BA, no Município de São Desidério-BA.

07/2008 - 07/2008 Serviço Técnico Especializado, ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A

Especificação:

Execução do Programa Básico Ambiental de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Areia e Água Limpa, no Município de Dianópolis-TO.

06/2008 - 06/2008 Serviço Técnico Especializado, ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A

Especificação:

Execução do Programa Básico Ambiental de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna do Projeto de Irrigação do Córrego São João, no município de Porto Nacional-TO.

04/2008 - 04/2008 Serviço Técnico Especializado, ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A

Especificação:

Execução do Programa Básico Ambiental de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna e Qualidade de Água da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Sítio Grande-BA, no Município de São Desidério-BA.

04/2008 - 05/2008 Serviço Técnico Especializado, ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A

Especificação:

Execução do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental na Linha de Transmissão Sudeste-Nordeste / TERNA Participações. Área de influência do Programa: Municípios dos Estados do Maranhão, Tocantins e Goiás.

02/2008 - 02/2008 Serviço Técnico Especializado, ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A

Especificação:

Diagnóstico Ictiofaunístico da Ponte Rio Araguaia, abrangendo os Municípios: Xambioá-TO à São Geraldo do Araguaia-PA.

02/2008 - 02/2008 Serviço Técnico Especializado, ENGEBIO - Engenharia e Consultoria L.T.D.A

Especificação:

Execução do Programa Básico Ambiental de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna do Projeto de Irrigação Manuel Alves, Dianópolis-TO.

9. COSTA & RAMOS - Peixes Ornamentais L.T.D.A (Aquashowaquarismo) - COSTA & RAMOS

Vínculo institucional

2010 - 2010 Vínculo: Responsável Técnica , Enquadramento funcional: Bióloga , Carga horária: 6, Regime: Parcial

Atividades

07/2010 - 11/2010 Serviço Técnico Especializado, COSTA & RAMOS - Peixes Ornamentais L.T.D.A (Aquashowaquarismo)

Especificação:

Bióloga, Responsável Técnica, Orientação do Manejo, Acondicionamento/Instalação, Higienização, Alimentação e Biologia de filhotes da espécie Trachemys dorbigni (Tigre d'água) .

10. BEZERRA & CIA L.T.D.A (ARCA VETERINÁRIA) - ARCA VET.

Vínculo institucional

2010 - 2010 Vínculo: Prestador de serviços , Enquadramento funcional: Bióloga , Carga horária: 36, Regime: Parcial

Atividades

04/2010 - 08/2010 Serviço Técnico Especializado, BEZERRA & CIA L.T.D.A (ARCA VETERINÁRIA)

Especificação:

Bióloga, Análises Clínicas Veterinárias de animais Silvestres e domésticos (Laboratorista); Recepção, manejo e liberação de Animais Silvestres.

11. Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA - CEULP/ULBRA

Vínculo institucional

2002 - 2008 Vínculo: Funcionária , Enquadramento funcional: Auxiliar Administrativo , Carga horária: 44, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

- 10/2005 - 10/2005** Treinamento, Diretoria Regional de Educação de Palmas / Secretaria de Estado da Educação
Especificação:
Monitora de Oficinas no Programa de Formação Continuada de Professores da Rede Estadual de Ensino da Educação. Carga horária: 12h
- 04/2005 - 04/2005** Treinamento, Diretoria Regional de Educação de Palmas / Secretaria de Estado da Educação
Especificação:
Monitora de Oficinas (MICROSCOPIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL) no Programa de Formação Continuada dos Professores da Rede Estadual de Ensino da Educação
- 10/2004 - 10/2004** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
VII Exposição das Profissões - EXPRO do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, como monitora. Carga horária: 14h
- 10/2003 - 10/2003** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
I Semana da Biologia do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA. Carga horária: 14h
- 10/2003 - 10/2003** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
VI Exposição das Profissões - EXPRO do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, como monitora. Carga horária: 12h
- 09/2003 - 09/2003** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
Dia do Biólogo - Ilustrações Botânicas. Carga horária: 04h
- 08/2003 - 09/2003** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
4ª Mostra da Ciência e Cultura do Centro Educacional Martinho Lutero/ULBRA, como monitora (oficinas de relatórios e avaliadora). Carga horária: 18h
- 08/2003 - 08/2003** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
FENEPALMAS- Feira de Negócios de Palmas (pesquisa de opinião). Carga horária: 04h
- 04/2003 - 02/2008** Direção e Administração, TERRAQUARIUM - CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Cargos Ocupados:
Auxiliar Administrativo - Monitora em EDUCAÇÃO AMBIENTAL de Escolas da Rede Pública e Privada, Comunidade em geral; Monitoramento da Alimentação, Higienização e Ambientalização dos recintos dos Animais Silvestres do Criadouro Conservacionista - TERRA
- 03/2003 - 06/2003** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
4ª Mostra da Ciência e Cultura do Centro Educacional Martinho Lutero/ULBRA, como monitora (sensibilização e oficinas de projetos). Carga horária: 28h
- 10/2002 - 10/2002** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
V Exposição das Profissões - EXPRO do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, como monitora. Carga horária: 20h
- 08/2002 - 12/2002** Extensão Universitária, Coordenação de Biologia, Extensão de Biologia
Especificação:
Exposição Matas Ciliares e Queimadas do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, como monitora. Carga horária: 68h

- 04/2002 - 04/2003** Estágio, Setor TERRAQUARIUM - Centro de Convivência e Educação Ambiental
Estágio:
Monitoria em Educação Ambiental. Carga horária: 94h
- 04/2002 - 04/2003** Estágio, Setor TERRAQUARIUM - Centro de Convivência e Educação Ambiental
Estágio:
Atividades com o grupo de Terceira Idade. Carga horária: 100h
- 04/2002 - 04/2003** Estágio, Setor TERRAQUARIUM - Centro de Convivência e Educação Ambiental
Estágio:
Pesquisas bibliográficas sobre animais e plantas. Carga horária: 71h
- 04/2002 - 04/2003** Estágio, Setor TERRAQUARIUM - Centro de Convivência e Educação Ambiental
Estágio:
Trabalho no Herbário do Terraquarium. Carga horária: 103h
- 04/2002 - 03/2003** Estágio, Setor TERRAQUARIUM - Centro de Convivência e Educação Ambiental
Estágio:
Montagem de Exposição - Museu de História Natural. Carga horária: 147h
- 04/2002 - 04/2003** Estágio, Setor TERRAQUARIUM - Centro de Convivência e Educação Ambiental
Estágio:
Tabulações de dados de Trabalhos Científicos. Carga horária: 595h
- 04/2002 - 04/2003** Estágio, Setor TERRAQUARIUM - Centro de Convivência e Educação Ambiental
Estágio:
Organização de materiais e atividades de campo. Carga horária: 340h

12. Fundação ULBRA (TO) - FULBRA

Vínculo institucional

2004 - 2006 Vínculo: Prestadora de serviços , Enquadramento funcional: Bióloga, Regime: Parcial

Atividades

02/2006 - 02/2006 Serviço Técnico Especializado, FULBRA
Especificação:
Bióloga, Assistente de Campo do Projeto Plano de uso dos Lagos do Parque Estadual do Cantão para a pesca esportiva - segunda fase. Em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia /INPA para a realização dos estudos sobre a ictiofauna.

06/2004 - 06/2004 Serviço Técnico Especializado, FULBRA
Especificação:
Assistente de Campo do Projeto Corredores Ecológicos do Araguaia em parceria com o Instituto Ecológico e Conservação Internacional do Brasil pra a realização do inventário de fauna do entorno do Parque Estadual do Cantão - TO.

Áreas de atuação

1. Ecologia de Ecossistemas
2. Educação Ambiental

Idiomas

Inglês Compreende Pouco , Escreve Pouco, Lê Pouco

Prêmios e títulos

- 2004 Trabalho apresentado na IV de Jornada de Iniciação Científica apresentando o Segundo lugar na Área de Ciências Agrárias - Título: Estudo Fitossociológico de diferentes Regiões do Cerrado - TO, Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

- GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., Danilo Wilson da Mota Santos, MACHADO, N., MOURA, A.S. de
1. Acompanhamento do desenvolvimento de ninhego de *Pulsatrix perspicillata* (Strigiformes: Strigidae) durante processo de supressão de vegetação em aproveitamento hidrelétrico.. *Atualidades Ornitológicas* (Impresso). , v.163, p.06 - 09, 2011.
 2. Determinação de enterobactérias de mamíferos silvestres em criadouro conservacionista. *Revista de Biologia e Ciências da Terra.* , v.11, p.74 - 80, 2011.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. LEITE, C. A. O., GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., FALEIRO JUNIOR, S. G.
A herpetofauna registrada na área de influência da Pequena Central Hidrelétrica Areia, Tocantins In: IX Congresso Latino Americano de Herpetologia, Sociedade Brasileira de Herpetologia, 2011, Curitiba.
IX Congresso Latino Americano de Herpetologia, Sociedade Brasileira de Herpetologia. , 2011.
Palavras-chave: Herpetofauna, Biodiversidade, PCH Areia, Resgate
2. LEITE, C. A. O., FALEIRO JUNIOR, S. G., GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G.
A Herpetofauna registrada na área de influência durante a fase de enchimento da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Água Limpa, Tocantins. In: IX Congresso Latino Americano de Herpetologia, Sociedade Brasileira de Herpetologia, 2011, Curitiba.
IX Congresso Latino Americano de Herpetologia, Sociedade Brasileira de Herpetologia. , 2011.
Palavras-chave: Herpetofauna, Biodiversidade, Cerrado, Resgate
3. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., SOUSA, R. P., OLIVEIRA, S. A., MARTINS, M. A. O., BOVO, M. T. K., XAVIER, A. C. L., FEITOSA, H. M.
Aspectos Ambientais Associados ao Consumo de Água no Município de Palmas – Tocantins. In: 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência, 2005, Fortaleza - CE.
57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2005.
Palavras-chave: Água, Educação Ambiental, Ambiente
4. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., SOUSA, R. P., SOUSA, R. P., ROCHA, C. M., FEITOSA, H. M., MARTINS, M. A. O.
Características, Opiniões e Aspirações dos Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Biologia do CEULP/ULBRA, Tocantins 2005. In: 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência, 2005, Fortaleza - CE.
57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2005.
Palavras-chave: Ensino, Biologia
5. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., ROCHA, C. M., OLIVEIRA, S. A., BEZERRA, L. M.
Desenvolvimento e Adaptação de Filhotes de Serpentes da Espécie *Crotalus Durissus Terrificus* (Cascavel) nascidos em Cativeiro no Terraquarium – Centro de Convivência e Educação Ambiental / Museu de História Natural / Criadouro Conservacionista do CEULP/ULBRA In: 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência, 2005, Fortaleza - CE.
57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2005.
Palavras-chave: Serpentes, Comportamento, Desenvolvimento
6. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., BEZERRA, L. M., BOVO, M. T. K., SOUSA, R. P., XAVIER, A. C. L., JORGE, A. R., SILVA, A. R., SILVA, R. A.
Estudo de Enterobactérias em um grupo de animais selvagens mantidas no Criadouro Conservacionista (Terraquarium Centro de Convivência e Educação Ambiental do CEULP/ULBRA)-Palmas-To In: 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência, 2005, Fortaleza - CE.
57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2005.
Palavras-chave: Animais Selvagens, Enterobactérias, Criadouro Cons
7. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., SOUSA, R. P., MARTINS, M. A. O., SOUSA, R. P., XAVIER, A. C. L., BOVO,

M. T. K.

Mostra de Ciências da Escola Municipal Monsenhor Pedro Pereira Piagem Palmas-TO, sob o ponto de vista dos professores envolvidos no evento In: 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência, 2005, Fortaleza - CE.

57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2005.
Palavras-chave: Mostra de Ciências, Avaliação, Desenvolvimento.

8. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., BEZERRA, L. M., SPINDLER, S. S., BOVO, M. T. K., XAVIER, A. C. L., SOUSA, R. P., SOUSA, A. M. F., FEITOSA, H. M., CAMPOS, L. S.
Adaptação de *Philodryas olfersis*, *Chironius quadricarinatus* e *Thamnodynastes hipoconya* em cativeiro. In: 56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência., 2004, Cuiabá - MT.
56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2004.
Palavras-chave: Cobras-cipó, Criadouro conservacionista, Animais

9. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., SOUSA, R. P., PARENTE, D. S., CASTRO, N. M., JORGÉ, A. R., MARTINS, M. A. O., BOVO, M. T. K., XAVIER, A. C. L., SANTOS, M. C.
Perfil do Fumante Palmense. In: 56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência., 2004, Cuiabá - MT.
56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2004.
Palavras-chave: Tabagismo, Saúde Pública, Campanhas Preventivas

10. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., SOUSA, R. P., OLIVEIRA, R. A., RODRIGUES, M. C. C., LIMA, M. L. M., BEZERRA, L. M., BATISTA, K. S., MIRANDA, E. A.
Semana do Meio ambiente: conhecer para Preservar In: 56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência., 2004, Cuiabá - MT.
56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2004.
Palavras-chave: Educação ambiental, Exposições temporárias, Semana

11. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., BEZERRA, L. M.
Análise Comportamental de Filhotes de *Cercopithecus thomasi* (Raposa-Cinzenta), Nascidos em Criadouro Conservacionista Terraquarium – Centro de Convivência e Educação Ambiental/ Museu de História Natural do CEULP/ULBRA In: 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência, 2003, Recife - PE.
55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2003.
Palavras-chave: Análise do comportamento, Cercopithecus thomasi, Instinto

12. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., SOUSA, R. P., BOVO, M. T. K., CASTRO, N. M.
Avaliação do Estado Nutricional de crianças das séries iniciais da Rede Pública e a importância da interferência da comunidade/escola. In: 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência, 2003, Recife - PE.
55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência. , 2003.
Palavras-chave: Nutrição, Desenvolvimento, Crescimento

13. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A.
Características, Opiniões e Aspirações dos acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia do CEULP/ULBRA. In: 4º Encontro Nacional de Biólogos, 2º Encontro de Biólogos do CRBio4, 1º Encontro de Biólogos em Ouro Preto., 2002, Ouro Preto - MG.
4º Encontro Nacional de Biólogos, 2º Encontro de Biólogos do CRBio4, 1º Encontro de Biólogos em Ouro Preto. , 2002.
Palavras-chave: Ensino, Biologia

14. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A.
Conhecimento Etnobotânico: perfil da população de São Félix do Tocantins. In: 4º Encontro Nacional de Biólogos, 2º Encontro de Biólogos do CRBio4, 1º Encontro de Biólogos em Ouro Preto., 2002, Ouro Preto - MG.
4º Encontro Nacional de Biólogos, 2º Encontro de Biólogos do CRBio4, 1º Encontro de Biólogos em Ouro Preto. , 2002.
Palavras-chave: Etnobotânica

15. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A.
Terraquarium: Centro de Convivência e Educação Ambiental – Museu de História Natural do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) In: 4º Encontro Nacional de Biólogos, 2º Encontro de Biólogos do CRBio4, 1º Encontro de Biólogos em Ouro Preto., 2002, Ouro Preto - MG.
4º Encontro Nacional de Biólogos, 2º Encontro de Biólogos do CRBio4, 1º Encontro de Biólogos em Ouro Preto. , 2002.
Palavras-chave: Educação ambiental, Criadouro conservacionista

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., PAULA, SILVA, G. G.
A Atuação do Docente de Ciências / Biologia em Escolas Públicas: do Ideal a Realidade In: V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA, 2007, Palmas - TO.
V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA. , 2007.

Palavras-chave: Condições subjetivas-objetivas, Ensino, Biologia.

2. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., PAULA,
A Relação entre Gestão Escolar e o Processo de Ensino-Aprendizagem em Escolas da Rede Pública de Ensino na cidade de Palmas, Tocantins. In: V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA, 2007, Palmas - TO.
V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA. , 2007.
Palavras-chave: Gestão escolar, Qualidade de ensino e Aprendizagem
3. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., BEZERRA, L. M.
Acompanhamento do Desenvolvimento Físico de Filhotes de *Cerdocyon thous* (Linnaeus, 1766) através da Morfometria In: V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA, 2007, Palmas - TO.
V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA. , 2007.
Palavras-chave: Cerdocyon thous; Morfometria; Cativeiro
4. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., PAULA,, SILVA, G. G.
Formação do Professor Educador Biólogo no curso de Licenciatura do CEULP / ULBRA In: V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA, 2007, Palmas - TO.
V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA. , 2007.
Palavras-chave: Ensino, Biologia, Perfil do acadêmico
5. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., ROCHA, C. M., OLIVEIRA, S. A., BEZERRA, L. M.
Desenvolvimento e Adaptação de Filhotes de Serpentes da Espécie *Crotalus Durissus Terrificus* (Cascavel) nascidos em Cativeiro no Terraquarium – Centro de Convivência e Educação Ambiental / Museu de História Natural / Criadouro Conservacionista do CEULP/ULBRA In: VI Congresso Científico, V Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2005, Palmas - TO.
VI Congresso Científico, V Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA. , 2005.
Palavras-chave: Serpentes, Comportamento, Desenvolvimento
6. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., SOUSA, R. P., OLIVEIRA, S. A., XAVIER, A. C. L., SOUSA, R. P., MARTINS, M. A. O., BOVO, M. T. K.
Mostra de Ciências da Escola Municipal Monsenhor Pedro Pereira Piagem Palmas-TO, sob o ponto de vista dos alunos e professores envolvidos no evento. In: VI Congresso Científico, V Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2005, Palmas -TO.
VI Congresso Científico, V Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA. , 2005.
Palavras-chave: Mostra de Ciências, Avaliação, Desenvolvimento.
7. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., COELHO, M. C. B.
Estudo Fitossociológico de diferentes grupos na região do Cerrado – TO In: IV Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2004, Palmas,TO.
IV Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA. , 2004.
Palavras-chave: Fitossociologia, desmatamento
8. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., PARENTE, D. S., SOUSA, R. P., MARTINS, M. A. O., JORGE, A. R., CASTRO, N. M., BOVO, M. T. K., SANTOS, M. C.
Perfil do Fumante Palmense. In: IV Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2004, Palmas - TO.
IV Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA. , 2004.
Palavras-chave: Tabagismo, Saúde Pública, Campanhas Preventivas
9. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., CASTRO, N. M., SOUSA, A. M. F., JORGE, A. R., PARENTE, D. S., JORGE, V. R., SOUSA, R. P., OLIVEIRA, M. G. L. S., SILVA, R. A.
Grau de Satisfação dos visitantes no Terraquarium durante a Exposição sobre Queimadas e Matas Ciliares. In: III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2003, Palmas, TO.
III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA. , 2003.
Palavras-chave: Educação ambiental, Exposições temporárias
10. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., SOUSA, R. P., BOVO, M. T. K., WETMANN, A.
Papel dos pais e da Escola em acompanhar e orientar os Educandos para a vida e sociedade. In: III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2003, Palmas - TO.
III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA. , 2003.
Palavras-chave: Acompanhamento familiar, família na escola
11. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A.
Perfil Sócio-Econômico dos Acadêmicos ingressos em 2003 no curso vespertino de Licenciatura em Biologia do CEULP/ULBRA.

In: III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2003, Palmas, TO.

III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA., 2003.

Palavras-chave: Ensino, Biologia

12. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., OLIVEIRA, S. A., ARMUDI, M. R., LACERDA, E.E.C.
Terraquarium 3ª Idade: Vida, Dignidade E Esperança. In: III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA, 2003, Palmas, To.
III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA., 2003.
Palavras-chave: Idoso, 3ª idade, Melhor idade
13. GOMES, C.M.B. ou ROCHA, C.M.B.G., SOUSA, R. P., ALVES, R. M., BOVO, M. T. K., WETMANN, A.
A importância da Educação Ambiental como prevenção as Queimadas. In: II Comitê Nacional de Perícias em Meio Ambiente, 2002, Palmas, TO.
II Comitê Nacional de Perícias em Meio Ambiente., 2002.
Palavras-chave: Educação Ambiental, queimadas

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação de Poster / Painel no(a) **V Congresso Científico e VII Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas / ULBRA**, 2007. (Congresso)
Acompanhamento do Desenvolvimento Físico de Filhotes de *Cerdocyon thous* (Linnaeus, 1766) através da Morfometria.
2. **II Congresso Científico e III Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins**, 2007. (Congresso).
3. **III Simpósio Acadêmico de Biologia do Centro Universitário Luterano de Palmas/ ULBRA**, 2007. (Simpósio).
4. **Workshop: Elaboração de projetos e captação de recursos - Fundação ULBRA**, 2007. (Outra).
5. **I Simpósio Acadêmico de Biologia do CEULP/ULBRA**, 2006. (Simpósio).
6. Apresentação de Poster / Painel no(a) **VI Congresso Científico, V Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA**, 2005. (Congresso)
Desenvolvimento e Adaptação de Filhotes de Serpentes da Espécie *Crotalus Durissus Terrificus* (Cascavel) nascidos em Cativeiro no Terraquarium – Centro de Convivência e Educação Ambiental/Museu de História Natural/ Criadouro Conservacionista do CEULP/ULBRA.
7. Apresentação de Poster / Painel no(a) **57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência**, 2005. (Congresso)
Desenvolvimento e Adaptação de Filhotes de Serpentes da Espécie *Crotalus Durissus Terrificus* (Cascavel) nascidos em Cativeiro no Terraquarium – Centro de Convivência e Educação Ambiental/Museu de História Natural/ Criadouro Conservacionista do CEULP/ULBRA.
8. **Elaboração de Instrumento de Pesquisa, Análise e Interpretação de Dados**, 2005. (Oficina).
9. **Normas da ABNT – Caderno 66**, 2005. (Oficina).
10. **Elaboração de Monografias**, 2005. (Oficina).
11. **Gestão Ambiental em Unidades de Conservação - 11ª Semana do Meio Ambiente**, 2005. (Seminário).
12. **II Conferência Estadual de Meio Ambiente do Tocantins, II Conferência Nacional de Meio Ambiente**, 2005. (Outra).
13. **II Seminário Ambiental**, 2005. (Seminário).
14. Apresentação de Poster / Painel no(a) **56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência.**, 2004. (Congresso)
Adaptação de *Philodryas olfersis*, *Chironius quadricarinatus* e *Thamnodynastes hipoconya* em cativeiro..
15. Apresentação de Poster / Painel no(a) **IV Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA**, 2004. (Congresso)
Estudo Fitossociológico de diferentes grupos na região do Cerrado – TO.
16. **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar**, 2004. (Seminário).
17. **Diagnóstico Laboratorial em animais domésticos e silvestres**, 2004. (Seminário).

18. Apresentação de Poster / Painel no(a) **55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pra o Progresso da Ciência**, 2003. (Congresso)
Análise Comportamental de Filhotes de *Cercopithecus Thous* (Raposa-Cinzenta), Nascidos em Criadouro Conservacionista Terraquarium – Centro de Convivência e Educação Ambiental/ Museu de História Natural do CEULP/ULBRA.
19. Apresentação de Poster / Painel no(a) **III Congresso Científico, III Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA**, 2003. (Congresso)
Grau de Satisfação dos visitantes no Terraquarium durante a Exposição sobre Queimadas e Matas Ciliares..
20. Apresentação de Poster / Painel no(a) **4º Encontro Nacional de Biólogos, 2º Encontro de Biólogos do CRBio4, 1º Encontro de Biólogos em Ouro Preto.**, 2002. (Congresso)
Terraquarium: Centro de Convivência e Educação Ambiental – Museu de História Natural do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
21. **II Jornada de Iniciação Científica do Centro Universitário Luterano de Palmas/ULBRA**, 2002. (Congresso).
22. **I Jornada de Biologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Pardo-S.P./FFCL**, 2000. (Outra).

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	2
Trabalhos publicados em anais de eventos	28

Eventos

Participações em eventos (congresso)	10
Participações em eventos (seminário)	4
Participações em eventos (simpósio)	2
Participações em eventos (oficina)	3
Participações em eventos (outra)	3

Outras informações relevantes

1. Artigos Científicos ENVIADOS em análise para publicação em Periódicos:

*Revista Ciência Animal Brasileira. Título:Determinação de enterobactérias da avifauna presente em Criadouro conservacionista.

Goiânia, 27 de junho de 2012

Declaração de Aptidão Individual

Eu, CAMILA MOREIRA BARRETO GOMES DA ROCHA, portadora do RG: 1036193-SSP-TO CPF: 268.952.598-48 e CTF: 2557718 declaro-me apto para atuar como Bióloga do resgate de fauna do UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI, tendo participado com função equivalente em Resgate de Fauna na PCH ÁGUA LIMPA, PCH AREIA, AHE SALTO DO RIO VERDINHO, AHE SALTO.

CAMILA MOREIRA BARRETO GOMES DA ROCHA



BIÓLOGA
CRBio: 44910/04-D

EM BRANCO

 <p style="text-align: center;">Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</p>  <p style="text-align: center;">CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE</p>			
Nr. de Cadastro:	CPF/CNPJ:	Emitido em:	Válido até:
2557718	268.952.598-48	21/06/2012	21/09/2012
Nome/Razão Social/Endereço Camila Moreira Barreto Gomes CAIXA POSTAL 32 FAZENDA ÁGUA FRIA GUARAITO 77700-000			
Este certificado comprova a regularidade no <p style="text-align: center;">Cadastro de Instrumentos de Defesa Ambiental</p> <p>Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0</p> Educação Ambiental Ecossistemas Terrestres e Aquáticos			
Observações: 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente; 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.		A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem juízo de valor de qualquer espécie. <p style="text-align: center;">Autenticação</p> <p style="text-align: center;">98eu.6n6t.2lzh.pamh</p>	

Form with multiple sections and faint text, possibly a document or report. The text is mostly illegible due to fading.

EM BRANCO

Fls.: 1740
Proc.: 0337/08
Fabr.: Am

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA
CRBio-04

CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL DE BIÓLOGO

2ª Via

REG. Nº: 44910/04-D HOMOLOGADO: 6/11/2006 EMITIDA: 9/6/2010 -MG

NOME: CAMILA MOREIRA BARRETO GOMES

FILIAÇÃO: ANTONIO DE JESUS GOMES
ELIZABETH MOREIRA B GOMES

NACIONALIDADE: BRASILEIRA NATURAL DE: SAO PAULO - SP

NASCIMTO(A): 2/4/1978 CIC: 268.952.598-48

REG. GERAL: 1036193 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP - TO

Roberto Loni Arag
PRESIDENTE DO CRBio

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM FÉ PÚBLICA

COLAÇÃO DE GRAU: 22/8/2005 PELA: ULBRA - PALMAS

TIPO SANGÜÍNEO
FATOR RH:

O+

POLEGAR DIREITO



Camila Moreira Barreto Gomes
ASSINATURA DO PROFISSIONAL

LEI N 5.206 DE 07/05/75

EM BRANCC



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 4ª REGIÃO - CRBio04

Av. Amazonas, 298 - 15º Andar - Centro - Belo Horizonte/MG CEP: 30.180-001
Tel. (31) 3207.5000 - Fax. (31) 3207.5001 - Atendimento externo de 9h às 17h
Home page : www.crbio04.gov.br E-mail: crbio04@crbio04.gov.br

Fls.: 1741
Proc.: 0337/08
Rubr.: Am

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

O Conselho Regional de Biologia – 4ª Região (MG, GO, DF, TO) certifica que o(a) Biólogo(a) **CAMILA MOREIRA BARRETO GOMES**, registrado(a) neste CRBio04 sob nº **044910/04-D**, tem situação regular junto à Tesouraria, não sofre processo administrativo e está no pleno exercício de seus direitos perante esta Autarquia Federal, órgão fiscalizador do exercício profissional do Biólogo.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação da sua autenticidade na Internet, no endereço "www.crbio04.gov.br".

Certidão emitida às 21:54:50 do dia 21.06.2012 (horário de Brasília)

Número de Controle: 2452.6508.8285.1063

Certidão emitida gratuitamente - Valido até: 19.09.2012

ATENÇÃO: QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O PRESENTE DOCUMENTO

EM BRANCO



Fis.: 1742
Proc.: 0332108
Ref.: Aprm

MMA - IBAMA
Documento:
02001.033319/2012-89
Data: 29/06/12

ECE Participações S.A.

São Paulo, 28 de Junho de 2012.

ECE-321/2012

Ao

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A - CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: **Rafael Ishimoto Della Nina**
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Requerimento de Autorização para Resgate e Salvamento de Fauna

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06
LI nº 798/2011 – Condicionante nº 2.1 – Programas Ambientais nº 13, 14 e 16

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem por meio desta solicitar a Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico, para o Resgate e Salvamento da Fauna, visando realizar o resgate de fauna durante as atividades de supressão da vegetação, na área de 107,9335 hectares referente às Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV nº 560/2011, 566/2011 e 574/2011). Assim, segue anexo o mapa SAJ-CIV-GE-TPV044 que descreve as áreas com vegetação ainda a ser suprimida na região do canteiro de obras da UHE Santo Antonio do Jari.

Informamos que a documentação necessária ao processo de autorização, referente à equipe técnica da empresa Neotrópica Tecnologia Ambiental Ltda., CNPJ 06.078.290/0001-72, contratada para realizar este resgate e salvamento de fauna encontra-se protocolada junto ao IBAMA por meio das cartas ECE 312/2012, ECE 316/2012 e ECE 318/2012.

Agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.



ECE Participações
Juhei Muramoto

ANEXOS (Carta ECE – 321/2012):

ANEXO I – Mapa das Áreas de Supressão SAJ-CIV-GE-TPV044

De ordem: *André André* Em: 03/07/12

Para: *André André*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À SA Ana Patrícia,

pl anexar no processo.

Em obediência,

André André

Fis.: 1743
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apac

ANEXO I – Mapa das Áreas de Supressão SAJ-CIV-GE-TPV044

100
100

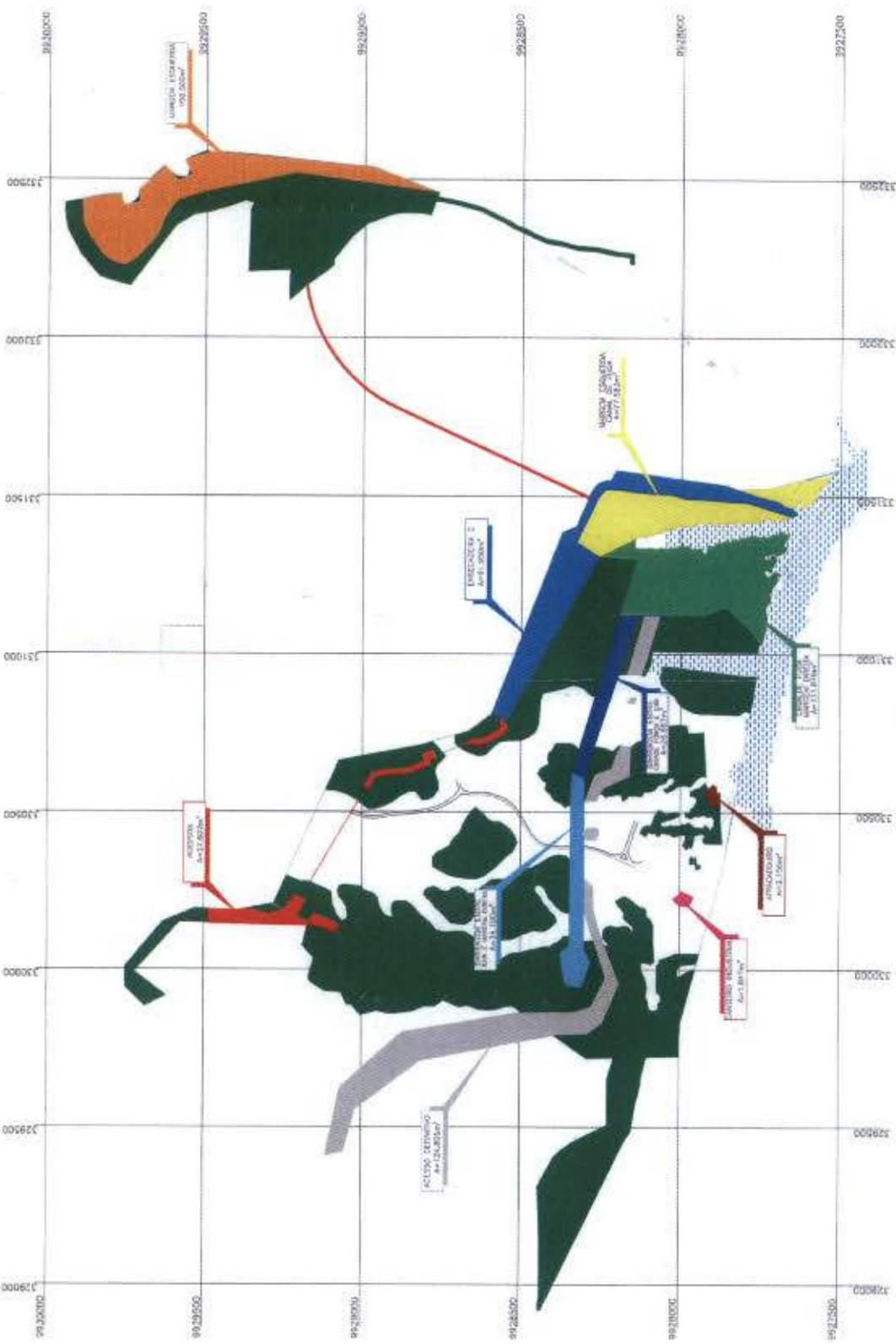
EM BRANCO

Rubr.: Apex



OBRA: UHE SANTO ANTONIO DO JARI
 MUNICÍPIO: MONTE DOURADO / ALMEIRIM - PA
 ESCALA: 1:12000
 DATA:
 MAPA DAS ÁREAS DE SUPRESSÃO
 1º Quilômetro SAL-CM-GE-TPV04H
 R0

[Handwritten Signature]
 Resp. Técnico



LEGENDA

ÁREAS DE SUPRESSÃO	1:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	2:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	3:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	4:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	5:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	6:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	7:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	8:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	9:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	10:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	11:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	12:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	13:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	14:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	15:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	16:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	17:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	18:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	19:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	20:12000

LEGENDA

ÁREAS DE SUPRESSÃO	1:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	2:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	3:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	4:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	5:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	6:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	7:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	8:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	9:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	10:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	11:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	12:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	13:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	14:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	15:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	16:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	17:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	18:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	19:12000
ÁREAS DE SUPRESSÃO	20:12000

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas

NOTA TÉCNICA nº 53/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 29 de junho de 2012.

Do Analista: Ana Patrícia Mykito

Para: Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Análise da solicitação de emissão de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico através da Carta ECE-321/2012, para realização de resgate de fauna terrestre no AHE Santo Antônio do Jari

Processo nº: 02001.000337/2008-06

I. INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem o objetivo de avaliar a solicitação da Correspondência ECE-321/2012, de junho de 2012, acerca da emissão de nova *Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* em substituição à de nº 207/2011, a qual foi emitida em 09/08/2011 e expirou em 09/04/2012. A referida Autorização foi solicitada no intuito de realizar o resgate de fauna terrestre durante as atividades de supressão da vegetação no AHE Santo Antônio do Jari.

A correspondência supracitada menciona que a documentação foi apresentada ao Ibama através dos documentos ECE-312/2012, ECE-316/2012 e ECE-318/2012, em junho de 2012. Portanto, estes também são objetos de análise desta Nota Técnica.

Segundo informações prestadas na correspondência ECE-312/2012, a empresa contratada para a execução do *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório* é a Neotrópica Tecnologia Ambiental Ltda. Acrescenta-se que a referida correspondência apresenta também documentação da equipe responsável pelo resgate de ictiofauna, contudo não é objeto de análise desta Nota Técnica, tendo em vista a solicitação da carta ECE-321/2012.

II. ANÁLISE

a. Metodologia

O documento enviado através da correspondência ECE-312/2012, possui Plano de Trabalho (Anexo V) para as atividades de resgate. Contudo, o empreendimento AHE Santo Antônio do Jari já possui o Plano de Trabalho para o resgate da fauna, visto que a metodologia a ser utilizada nas atividades foi descrita no *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório* do PBA do AHE Santo Antônio do Jari, o qual foi analisado através do Parecer Técnico nº 44/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O referido PBA foi aprovado e as exigências constam na Licença de Instalação nº 798/2011 e no Ofício nº 529/2011 – DILIC, os quais devem ser cumpridos. Dessa forma, o Plano de Trabalho enviado pela correspondência ECE-312/2012 não foi analisado.

Ressalta-se que o responsável pelo empreendimento AHE Santo Antônio do Jari perante o Ibama é a ECE Participações S.A., a qual deve cumprir o PBA aprovado e exigir que suas contratadas o cumpram, independente de eventuais novos contratos que possam vir a ocorrer durante a instalação do empreendimento.

Portanto, é de suma importância registrar que as atividades de resgate de fauna devem seguir o Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório do PBA aprovado conforme consta na Licença de Instalação nº 798/2011, no Parecer Técnico nº 44/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e no Ofício nº 529/2011 – DILIC.

No que tange aos locais onde a atividade de resgate de fauna será executada, a correspondência ECE-321/2012 solicitou a *Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* para possibilitar a execução das atividades de supressão da vegetação nas áreas já autorizadas através das ASVs nº 560/2011, 566/2011 e 574/2011. Segundo a documentação apresentada ainda restam 107,6335 ha a serem desmatados sob permissão das ASVs citadas.

Portanto, sugere-se que o resgate de fauna seja permitido somente nas áreas discriminadas nas referidas ASVs, uma vez que a empresa solicitou ao Ibama a emissão de ASV para outras áreas, mas a documentação encontra-se em análise. Caso nova ASV venha a ser emitida, outra *Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* deverá ser solicitada para as atividades de resgate nessas áreas.

Em relação à marcação dos animais, o PBA aprovado indica:

Grupo faunístico	Marcação
Herpetofauna	Marcação de escamas ventrais e elastômeros
Mastofauna de pequeno porte	Brincos
Avifauna	Anilhas
Quirópteros	Anilhas
Quelônios	Cortes na carapaça

Sugere-se que sejam autorizadas as marcações acima elencadas, com a ressalva de utilização de anilhas preferencialmente do Cemave.

Em relação aos petrechos a serem utilizados para a captura e transporte dos animais, o PBA lista: laço, gancho, pinção, puçás, sacos de pano, redes de captura e caixas de contenção e transporte. Sugere-se que estes petrechos sejam permitidos.

Os animais capturados que estiverem em boas condições de saúde serão soltos nas áreas de soltura. O PBA fez a indicação de duas áreas, sendo uma na margem direita e outra na margem esquerda do rio Jari, contudo, essa indicação foi preliminar e está sujeita a alterações. Considerando que a região no entorno do empreendimento é bastante preservada, é possível que, para melhor logística, a empresa selecione outros locais para realizar a soltura dos animais. Visto que até o momento não foi apresentado ao Ibama documento localizando áreas de soltura diferentes daquelas indicadas no PBA, sugere-se que a empresa utilize as áreas de soltura constantes no PBA e que, caso alguma alteração ocorra, deve ser apresentado mapa com a nova localização acompanhado de justificativa técnica. Vale destacar que, conforme consta no item 1.18 'a' do Ofício nº 529/2011 – DILIC, a soltura dos animais resgatados deve respeitar o critério margem do rio, ou seja, o animal deve ser solto na mesma margem em que foi capturado.

Ainda no âmbito das áreas de soltura, destaca-se que a correspondência ECE-316/2012, em seu Anexo IV, apresentou carta da Jari Celulose S.A., proprietária dos imóveis no entorno do empreendimento nos estados do Pará e Amapá, permitindo a soltura de animais em suas terras.

Em relação ao número de animais a serem coletados, o PBA não trata do assunto. Sugere-se que os números indicados na Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011 sejam mantidos: “Captura ilimitada de fauna para translocação ou tratamento médico. Serão capturados, principalmente, animais com menor mobilidade (répteis, anfíbios e pequenos mamíferos) ou animais com dificuldades de locomoção (feridos, filhotes), além de ninhos e ovos. Coleta somente de animais eventualmente encontrados mortos e serpentes peçonhentas.” A destinação do material coletado é analisada no item “b. Documentação” desta Nota Técnica.

Os animais que necessitem de atendimento médico veterinário, conforme consta no PBA, serão encaminhados ao Centro de Triagem de Fauna, localizado no canteiro de obras do empreendimento em questão. Ao longo do processo de licenciamento, o Ibama solicitou diversas vezes a adequação da estrutura do Centro de Triagem de Fauna, uma vez que em vistorias e nos relatórios observou-se que não estava sendo suficiente para realizar os atendimentos médico-veterinários dos animais provenientes do resgate.

Na vistoria realizada em maio/2012 (Relatório de Vistoria nº 10/2012 – COHID/DILIC/IBAMA), observou-se que o Centro de Triagem da Fauna estava passando por uma reforma. O documento ECE-

Am

312/2012, apresentado ao Ibama em junho de 2012, traz em seu Anexo VI um relatório sobre essas adequações realizadas nas estruturas.

Foi informado que uma estrutura já existente foi reformada e dividida em dois ambientes para funcionar como escritório e sala de preparo de alimentos. Ao lado, foi construído um banheiro com fossa séptica e filtro anaeróbico. Ao lado do banheiro foi instalada uma caixa d'água de mil litros com tubulação para atender ao banheiro e aos lavatórios do Centro de Triagem. A energia elétrica e a água tratada são captadas do canteiro administrativo.

Em relação aos recintos para a fauna, são em número de 7. Um deles, destinado à herpetofauna, possui 6 tanques; e outro, destinado às aves, foi subdividido em uma sala de incubação e solário. Os outros 5 recintos possuem 6 m² e são destinados a mamíferos.

A terceira edificação é composta por almoxarifado com 6m², além de sala de atendimento veterinário com 12m² a qual possui comunicação com a sala de necrópsia, de 9m². Por fim, o relatório apresenta fotos das estruturas descritas e dos equipamentos adquiridos além de planta do Centro de Triagem..

Observa-se que é necessário que seja informado qual empresa será responsável pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos da fossa séptica. Deverá ser apresentada a licença de operação da empresa, devidamente regularizada para este tipo de resíduo. Além disso, conforme descrito no Relatório de Vistoria nº 10/2012 – COHID/DILIC/IBAMA, sugere-se que seja colocada palha na tela acima dos recintos de fauna, de forma a amenizar o calor.

Portanto, com base no documento ECE-312/2012 apresentado ao Ibama, acredita-se que, após a reforma e ampliação, o Centro de Triagem teve sua estrutura melhorada estando adequado para a recepção dos animais resgatados. Contudo, é necessário que a equipe técnica do Ibama realize vistoria no local para verificação.

b. Documentação

O documento ECE-312/2012 apresenta, em seu Anexo VII, cópia da Carta de Aceite de Material Biológico emitida pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA, o qual será a instituição receptora dos exemplares provenientes do *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório* do AHE Santo Antônio do Jari. A referida carta do IEPA descreve como deve ser preparado o material biológico para depósito na coleção científica.

Tendo em vista que foi apresentada a cópia da Carta de Aceite do Material Biológico do IEPA, a empresa deve encaminhar ao Ibama o original ou cópia autenticada. Também deve ser apresentada ao Ibama a Declaração de Recebimento original ou autenticada, emitida pela instituição de depósito, contendo o número de espécimes recebidos associando ao número de campo de cada indivíduo. Em momento posterior, deve ser apresentada listagem emitida pela instituição receptora do material contendo o número de tombamento dos animais recebidos.

A documentação enviada através das correspondências ECE-312/2012, ECE-316/2012 e ECE-318/2012 para emissão da *Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* consta nas tabelas a seguir.

b.1 Responsáveis

	Responsável	CNPJ ou CPF	CTF e Certificado de Regularidade
Empreendedor: ECE Participações S.A.	Juhei Muramoto	09.333.996/0001-21	3631900 – válido até 19/09/2012
Consultoria: Neotrópica Tecnologia Ambiental Ltda.	Rodrigo Roriz	06.078.290/0001-72	710146 – válido até 16/08/2012

Amm

b.2 Profissionais

A documentação dos profissionais havia sido apresentada através da correspondência ECE-312/2012. Contudo, a equipe foi alterada através das correspondências ECE-316/2012 e ECE-318/2012.

	CPF	CTF e Certificado de Regularidade	Formação e Função	ART
Coordenadora:				
Nayana Carolina Barbosa	980.459.031-04	5144536 – válido até 16/08/2012	bióloga	Cópia apresentada – ART nº 257/12 CRBio - 06
Técnicos:				Declaração de Aptidão
Juliana Farina	001.254.531-75	4905273 – válido até 19/09/2012	bióloga	Cópia apresentada
Camila Moreira Barreto Gomes	268.952.598-48	2557718 – válido até 21/09/2012	bióloga	Cópia apresentada

A partir do exposto nas tabelas acima, observa-se que a empresa deve apresentar original ou cópia autenticada da ART do coordenador dos trabalhos de campo e das Declarações de Aptidão Individual dos técnicos. A documentação é necessária ao processo, contudo não é impeditivo para a emissão da *Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* e, neste caso, deverá ser solicitada como condicionante.

Faz-se a ressalva de que o PBA, no item 6.4.5.9 – *Equipe de Implementação*, prevê que cada frente de supressão contará com um biólogo e dois assistentes para a realização do resgate de fauna. Dessa forma, considerando o tamanho da equipe solicitada pela empresa (3 profissionais), o desmatamento poderá ser realizado em, no máximo, 3 frentes de supressão simultaneamente. Caso necessário, a alteração da equipe ou inclusão de profissionais deve ser solicitada oficialmente ao Ibama pelo empreendedor.

c. Avaliação do Atendimento às Condicionantes da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011

Conforme mencionado anteriormente, a empresa não solicitou a renovação da Autorização nº 207/2011, contudo, para a emissão de nova Autorização para a realização das atividades de resgate de fauna, faz-se necessária a checagem do atendimento àquelas condicionantes.

1. Condições Gerais

1.1 Válida somente sem emendas ou rasuras

1.2 O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:

- a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da Autorização;
- c) Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.3 A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2 a)" e "1.2 b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;

1.4 O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização.

A renovação somente poderá ser concedida após o recebimento e análise do relatório especificado no item 2.3 abaixo.

Não houve pedido de renovação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011.

2. Condições Específicas:

2.1 Durante o resgate de fauna devem ser realizados os seguintes procedimentos:

- a) Os ninhos de abelhas intactos localizados na área e que estiverem em locais acessíveis deverão ser translocados ou enviados aos meliponários cadastrados mais próximos da região.
- b) No mínimo, um membro da equipe deverá estar presente durante todo o processo de supressão da vegetação para realizar o salvamento de algum indivíduo observado durante o desmate.
- c) A captura, soltura, coleta e/ou transporte de animais só poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta Autorização. Qualquer alteração na equipe deverá ser comunicada oficialmente ao Ibama.
- d) Esta Autorização só é válida para transporte de animais e/ou material que estejam identificados individualmente.

Em relação à solicitação do item 'a', observa-se que os relatórios apresentados até o presente momento, através das correspondências 133/2011 (atividades entre junho e agosto de 2011), CAE 178/2012 (atividades entre agosto e dezembro de 2011), e ECE-302/2012 (atividades de janeiro a março de 2012), não abordam o assunto. Sugere-se que a empresa seja questionada sobre a adoção desta prática, caso os ninhos de abelhas tenham sido encontrados.

As solicitações dos itens 'b', 'c' e 'd' demandam idas ao local para checagem, e nas duas vistorias realizadas não foi possível realizar a verificação, visto que durante a vistoria de maio de 2012 não estavam ocorrendo atividades de resgate de fauna. Já durante a vistoria realizada em novembro/dezembro de 2011, haviam diversos itens a serem vistoriados referentes a todos os meios, e no âmbito da fauna, foi dado maior foco e atenção ao Centro de Triagem.

Contudo, em relação ao item 'b', os relatórios apresentados pelas correspondências CAE 178/2012 e ECE-302/2012 informam que membros da equipe de resgate fizeram o acompanhamento de todas as frentes de supressão.

2.2 Em até 30 (trinta) dias após o término da vigência desta Autorização, a coordenação do projeto deverá encaminhar relatório impresso e digital contendo:

- a) caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento com descrição dos tipos de fitofisionomia. Os tipos de fitofisionomias das áreas de soltura deverão ser mapeados, com indicação dos seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, além de indicação das áreas de soltura;
- b) detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria;

- c) lista das espécies encontradas destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção do MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadores de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive as domésticas, e as migratórias;
- d) para os indivíduos observados durante o afugentamento: nome científico, área amostral, fitofisionomia, coordenadas planas de referência, data;
- e) para todos os indivíduos translocados: os nomes das áreas e coordenadas planas de captura e de soltura, horário da captura e da soltura, sexo, estado reprodutivo, dados sanitários;
- f) para todos os indivíduos destinados a tratamento médico: nome científico, data de entrada e saída, situação de entrada e destinação;
- g) todos os indivíduos capturados e translocados deverão ser marcados de acordo com as metodologias autorizadas por esta autorização;
- h) anexo digital editável das planilhas solicitadas em 2.2c, 2.2d, 2.2e, 2.2f;
- i) o prazo estabelecido no item 2.2 acima poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama;
- j) o coordenador geral deve assinar um documento ao final do relatório se responsabilizando pelo seu conteúdo

Ressalta-se que, através da Portaria Ibama nº 12 de 05/08/2011, as *Autorizações de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* passaram a ser emitidas pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama, sendo anteriormente responsabilidade da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFLO).

No âmbito do processo de licenciamento ambiental, os relatórios de acompanhamento dos Programas Ambientais são exigidos, sendo esta exigência contida na Condicionante 2.2 da Licença de Instalação nº 798/2011 no caso do AHE Santo Antônio do Jari. Para o programa de resgate de fauna, a frequência de envio dos relatórios é trimestral.

A seguir tem-se o texto da Condicionante 2.2 da LI: "*Apresentar relatórios relativos ao Planos, Programas e Projetos, com periodicidade semestral, com exceção ao Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório, cujo relatório deverá ser entregue trimestralmente. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando: sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.*"

Informa-se que em relação aos relatórios trimestrais do Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório, a empresa encaminhou o primeiro relatório na data de 02/09/2011 pela correspondência 133/2011 (atividades entre junho e agosto de 2011), enquanto o segundo relatório trimestral foi encaminhado pela CAE 178/2012 junto ao Relatório Semestral (atividades entre agosto e dezembro de 2011), e o terceiro relatório trimestral foi entregue em 05/06/2012 pela correspondência ECE-302/2012 (atividades de janeiro a março de 2012).

Dessa forma, os relatórios vem sendo entregues a entende-se que a condicionante está em atendimento. Contudo, o conteúdo e mérito desses relatórios encontram-se em análise.

Assin

2.3 Deverá ser encaminhados relatórios parciais anuais no mês de setembro contendo todos os itens listados no item 2.2.

Conforme descrito no item anterior, a Condicionante 2.2 da Licença de Instalação nº 798/2011 exige o envio dos relatórios do programa de resgate de fauna em frequência trimestral, sendo que a empresa apresentou até o momento 3 relatórios.

2.4 Deverá ser protocolado, dentro de 30 dias contados a partir da assinatura desta Autorização, uma declaração assinada pelo engenheiro responsável pela obra informando a conclusão da construção do Centro de Recepção de Fauna – Provisório sob pena de suspensão da Autorização.

Conforme mencionado nesta Nota, através da Portaria Ibama nº 12 de 05/08/2011, as *Autorizações de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* passaram a ser emitidas pela Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC) do Ibama, sendo anteriormente responsabilidade da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFLO).

O documento exigido na condicionante não foi enviado à DILIC/IBAMA e, após consulta à CGFAP/DBFLO, foi informado que este setor também não recebeu a documentação exigida pela condicionante. Destaca-se o vencimento do prazo em 09 de setembro de 2011, 30 dias após a emissão da Autorização.

No âmbito das estruturas do Centro de Triagem da Fauna localizado no canteiro de obras do AHE Santo Antônio do Jari, informa-se que a equipe técnica da DILIC realizou vistoria em novembro/dezembro de 2011 constatando que a estrutura existente não atendia ao PBA e não estava a contento para a recepção dos animais provenientes do resgate (maiores detalhes encontram-se no Relatório de Vistoria nº 14/2011 – COHID/DILIC/IBAMA).

Diante disso, foi enviado à empresa uma notificação através do **Ofício nº 1.234/2011 – DILIC/IBAMA**, em 16/12/2012, para que fosse apresentado em 45 dias relatório comprovando a conclusão da implantação do Centro de Triagem conforme PBA aprovado. O **Relatório de Vistoria nº 14/2011 – COHID/DILIC/IBAMA** contendo as solicitações acerca do Centro de Triagem também foi enviado ao empreendedor através do **Ofício nº 208/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA** para que fosse atendido.

Em resposta aos Ofícios nº 1.234/2011 – DILIC/IBAMA e nº 208/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, a empresa protocolou em 30/01/2012 o documento CAE 176/2012. Contudo, o relatório fotográfico demonstra que as estruturas existentes eram as mesmas das observadas durante a vistoria realizada em novembro/dezembro de 2011. Neste documento também foi informado que maiores informações seriam apresentadas junto ao 1º Relatório Semestral de acompanhamento dos programas ambientais.

Em 06/02/2012, a empresa protocolou a correspondência CAE 178/2012 contendo o referido Relatório Semestral. No âmbito do *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório*, observa-se que o Centro de Triagem de Fauna é denominado por “Centro de Triagem Provisório - CTP”, corroborando que a estrutura não estava finalizada.

Ainda, em 12/03/2012, a **Nota Técnica nº 25/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA** verificou o atendimento ao Relatório de Vistoria nº 14/2011 – COHID/DILIC/IBAMA e Ofício nº 208/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, concluindo que o Centro de Triagem ainda precisava ter sua implantação concluída e que nova vistoria no local era necessária. Essa Nota foi enviada ao empreendedor através do **Ofício nº 68/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**.

Em 20/04/2012, considerando que a empresa solicitou a emissão de ASVs em março de 2012, a **Nota Técnica nº 39/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA** destacou veementemente a necessidade de adequação do Centro de Triagem da Fauna para a realização das atividades de resgate, as quais são imprescindíveis para a supressão da vegetação. Tal Nota Técnica foi enviada à empresa através do **Ofício nº 266/2012 – CGENE/DILIC/IBAMA**.

Contudo, devido a demandas de outros empreendimentos, a equipe técnica do Ibama retornou ao local somente em maio/2012, quando se observou que o Centro de Triagem da Fauna estava passando por uma reforma, conforme descrito no item "a. Metodologia" desta Nota Técnica.

De acordo com que foi citado anteriormente nesta Nota, o documento ECE-312/2012, de junho de 2012, descreve a reforma realizada para adequação das estruturas. Com base no documento apresentado ao Ibama, acredita-se que, após a reforma e ampliação, o Centro de Triagem teve sua estrutura melhorada estando adequado para a recepção dos animais resgatados. Contudo, é necessário que a equipe técnica do Ibama realize vistoria no local para verificação.

Há de se considerar que o prazo para atendimento da condicionante aqui analisada era setembro de 2011 e o relatório contendo a reforma no Centro de Triagem foi apresentado em junho de 2012. Por outro lado, os relatórios apresentados nos documentos CAE 178/2012 e ECE-302/2012 informam sobre a implantação do Núcleo de Apoio Veterinário na margem esquerda do rio Jari (comunidade de Santo Antônio), o qual teve função complementar ao Centro de Triagem, fazendo com que a demanda de atendimento veterinário fosse dividida entre essas duas estruturas. Além disso, segundo informações do último relatório do programa de resgate da fauna (ECE-302/2012) de junho de 2012, foram atendidos 26 animais no total, sendo 12 animais no Centro de Triagem e 14 animais no Núcleo de Apoio Veterinário (página 37).

Dessa forma, conclui-se que não há como inferir se animais deixaram de receber atendimento veterinário devido à estrutura provisória no Centro de Triagem, ou se houve prejuízo ambiental. Entretanto, as informações apresentadas pela empresa nos relatórios citados (correspondência 133/2011, CAE 178/2012 e ECE-302/2012) levam a acreditar que as atividades foram executadas com êxito.

Diante da dúvida de ocorrência ou não de dano ambiental explanada nesta Nota Técnica, porém considerando o prazo não atendido da Condicionante nº 2.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011, sugere-se que seja encaminhado à Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO do Ibama, a qual detém a atribuição para proceder a aplicação da penalidade prevista na legislação, se julgar cabível.

III. CONCLUSÃO

Conclui-se que não há óbices à emissão da *Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico*, desde que as recomendações contidas neste parecer sejam solicitadas ao empreendedor. Portanto, são listados abaixo os petrechos, técnicas de marcação, número de animais coletáveis, local da atividade, prazo de validade, destinação do material e condicionantes específicas.

No que tange à Condicionante nº 2.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011, sugere-se que a questão seja encaminhada à Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Ibama, a qual detém a atribuição para proceder a aplicação da penalidade prevista na legislação, se julgar cabível.

Ademais, destaca-se que é de suma importância que a equipe técnica do Ibama acompanhe a instalação do empreendimento AHE Santo Antônio do Jari através de realização de vistorias frequentes, em especial no que se refere às estruturas do Centro de Triagem da Fauna, as quais não foram observadas em campo após o término da reforma, necessitando assim de verificação no local.

Validade e áreas:

As áreas para a realização do resgate de fauna serão aquelas que possuem desmatamento autorizado pelas ASVs nº 560/2011, 566/2011 e 574/2011. Considerando que estas possuem validade até 08/08/2012, 19/08/2012 e 22/09/2012 respectivamente, sugere-se que a validade da *Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico* contemple a data de validade do último prazo dentre as ASVs.

Petrechos:

Laço, gancho, pinção, puçás, sacos de pano, redes de captura e caixas de contenção e transporte.

Amw

Técnicas de marcação:

Marcação de escamas ventrais e elastômeros (herpetofauna); brincos (pequenos mamíferos); anilhas, preferencialmente do Cemave (avifauna); cortes na carapaça (quelônios) e anilhas (quirópteros).

Número de animais coletáveis:

Captura ilimitada de fauna para translocação ou tratamento médico. Serão capturados, principalmente, animais com menor mobilidade (répteis, anfíbios e pequenos mamíferos) ou animais com dificuldades de locomoção (feridos, filhotes), além de ninhos e ovos. Coleta somente de animais eventualmente encontrados mortos e serpentes peçonhentas.

Destinação do material:

Animais vivos: Centro de Triagem da Fauna localizado no canteiro de obras e áreas de soltura localizadas nos municípios de Almeirim/PA e Vitória do Jari/AP.

Animais mortos: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA.

Condicionantes específicas:

1. A metodologia deve seguir o disposto no *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório* conforme o PBA aprovado pelo Ibama e Licença de Instalação nº 798/2011.

2. A equipe de resgate de fauna para acompanhamento das frentes de supressão deve ser composta minimamente de um biólogo e dois assistentes, conforme consta no PBA aprovado.

3. A frequência de envio dos relatórios ao Ibama deve ser trimestral conforme estabelecido no *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório* do PBA. Anexo aos relatórios deve ser enviada uma declaração do coordenador das atividades se responsabilizando pelo conteúdo apresentado.

4. Deve ser utilizada palha na tela acima dos recintos de fauna, de forma a amenizar o calor.

5. Em até 20 (vinte) dias, apresentar documento informando se as áreas de soltura indicadas no PBA serão utilizadas ou se foi necessária a seleção de outras áreas. No caso de utilização de áreas diferentes das indicadas no PBA, apresentar localização destas em mapa e justificativa técnica para a escolha.

6. A soltura dos animais resgatados deve respeitar o critério margem do rio, ou seja, o animal deve ser solto na mesma margem em que foi capturado, conforme consta no item 1.18 'a' do Ofício nº 529/2011 – DILIC.

7. Em até 20 (vinte) dias, apresentar original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a. Declaração de Aptidão Individual dos técnicos;
- b. ART do coordenador;
- c. Declaração de Aceite do material biológico emitida pela instituição receptora.

8. Em até 20 (vinte) dias, apresentar documento esclarecendo sobre a adoção dos procedimentos exigidos quando do encontro de ninhos de abelhas, conforme consta na Condicionante nº 2.1 'a' da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011: “*Os ninhos de abelhas intactos localizados na área e que estiverem em locais acessíveis deverão ser translocados ou enviados aos meliponários cadastrados mais próximos da região*”.

9. Em até 20 (vinte) dias, informar a empresa responsável pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos da fossa séptica do Centro de Triagem da Fauna. Deverá ser apresentada a licença de operação da empresa, devidamente regularizada para este tipo de resíduo.

10. Em até 60 (sessenta) dias contados do final do prazo de validade desta autorização, encaminhar a Declaração de Recebimento original ou autenticada, emitida pela instituição de depósito, contendo o número de espécimes recebidos associando ao número de campo de cada indivíduo. Esse

prazo poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama.

11. Em até 120 (cento e vinte) dias contados do final do prazo de validade desta autorização, encaminhar listagem emitida pela instituição receptora do material contendo o número de tombamento dos animais recebidos. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama.

À consideração superior.

Ana Patricia Mykito

Ana Patricia Mykito
Analista Ambiental
Mat. 1.730.428

De acordo. À DIRE, para a emissão da Autorização.

Em 29/06/12,

André Andrade

De acordo.

A DIRE,
29/06/12

Thamaz Mizuki de Toledo
Thamaz Mizuki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de
Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
 COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA Nº 02001.003883/2007-18	AUTORIZAÇÃO Nº 207/2011	VALIDADE OITO MESES PARTIR DA ASSINATURA	
ATIVIDADE	<input type="checkbox"/> LEVANTAMENTO	<input type="checkbox"/> MONITORAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> RESGATE/SALVAMENTO
TIPO	<input checked="" type="checkbox"/> RECURSOS FAUNÍSTICOS	<input type="checkbox"/> RECURSOS PESQUEIROS	
EMPREENDIMENTO: UHE SANTO ANTÔNIO DO JARÍ			
EMPREENDEDOR: ECE PARTICIPAÇÕES S.A.			
CNPJ: 09.333.996/0001-21		CTF: 3631900	
ENDEREÇO: RUA JERÔNIMO DA VEIGA, 45, 9º ANDAR - ITAIM - SÃO PAULO/SP - 04.536-000			
CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: SETE SOLUÇÕES E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA.			
ENDEREÇO: AV. GETÚLIO VARGAS, 1420 - 16º ANDAR - BELO HORIZONTE/MG - 30.112-021			
CNPJ/CPF: 02.052.511/0001-82		CTF: 233317	
COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: BRENO PERILLO NOGUEIRA			
CPF: 751.975.026-49		CTF: 197744	
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:			
Resgate de fauna somente na área do canteiro de obras.			
Marcação autorizada: Brinco metálico (pequenos mamíferos não voadores), anilha CEMAVE (avifauna), microchip, elastômero e corte de escamas (herpetofauna).			
Captura ilimitada de fauna para translocação ou tratamento médico. Serão capturados, principalmente, animais com menor mobilidade (répteis, anfíbios e pequenos mamíferos) ou animais com dificuldades de locomoção (feridos, filhotes etc), além de ninhos e ovos.			
Coleta: somente de animais eventualmente encontrados mortos e serpentes peçonhentas.			
ÁREAS AMOSTRAIS: ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO SOMENTE NA ÁREA DO CANTEIRO DE OBRAS.			
PETRECHOS: PUÇÁS, PINÇÃO, CAMBÃO, GANCHO, REDE, GAIOLAS E CAIXAS DE TRANSPORTES.			
ANIMAIS VIVOS: CENTRO DE RECEPÇÃO DE FAUNA PROVISÓRIO LOCALIZADO NO CANTEIRO DE OBRAS DO EMPREENDIMENTO E ÁREAS DE SOLTURAS LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE ALMEIRIM/PA E VITÓRIA DO JARÍ/AP.			
ANIMAIS MORTOS: INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ - IEPA.			
DESTINAÇÃO DO MATERIAL: ESTADO DO AMAPÁ - IEPA.			
AS CONDICIONANTES DESTA AUTORIZAÇÃO ESTÃO LISTADAS NA(S) FOLHA(S) EM ANEXO.			
LOCAL E DATA DE EMISSÃO:		AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):	
Brasília, 09 de agosto de 2011		 Maria Nilda Augusta Vieira Leite Coordenador Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros CGFAPIC/FLORIANA SUBSTITUTA	



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.003883/2007-18

AUTORIZAÇÃO
Nº 207/2011

VALIDADE
OITO MESES PARTIR DA ASSINATURA

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE:

1. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3. COLETA/TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 03/2003 E ANEXOS CITES;
4. COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5. EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6. ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.

Observação: As autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a coleta de material biológico referente ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.

EQUIPE TÉCNICA:

NOMES

EDUARDO LIMA SÁBATO
JOSUÉ PEREIRA DA SILVA
FILIPE AUGUSTO MAXIMIANO
EDUARDO COSTA ÁVILA
BRUNO PÉRICLES GOMES DE OLIVEIRA

CPF/CTF:

809.697.416-34/227524
053.476.286-77/1986734
013.654.696-03/1869839
013.444.676-36/1784819
080.035.896-14/5289989

AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):

Maria Nilda Bete

Maria Nilda Augusta Vieira Leite

Coordenadora Geral de Autorização de
Uso e Gestão de Fauna e Recurso Pesqueiros
CGFAP/DBFLO/IBAMA
SUBSTITUTA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.003883/2007-18

AUTORIZAÇÃO
Nº 207/2011

VALIDADE
OITO MESES PARTIR DA ASSINATURA

CONDICIONANTES

1 Condicionantes Gerais:

- 1.1. Válida somente sem emendas e/ou rasuras;
- 1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra;
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2.a)" e "1.2.b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
- 1.4. O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização;
A renovação somente poderá ser concedida após o recebimento e análise do relatório especificado no item 2.3 abaixo.

2 Condicionantes Específicas:

- 2.1. Durante o resgate de fauna devem ser realizados os seguintes procedimentos:
 - a) **os ninhos de abelhas intactos localizados na área e que estiverem em locais acessíveis deverão ser translocados ou enviados aos meliponários cadastrados mais próximos da região.**
 - b) no mínimo, um membro da equipe deverá estar presentes durante todo o processo de supressão de vegetação para realizar o salvamento de algum indivíduo observado durante o desmate.
 - c) A captura, soltura, coleta e/ou transporte de animais só poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta Autorização. Qualquer alteração na equipe deverá se comunicada oficialmente ao IBAMA .



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA Nº 02001.003883/2007-18	AUTORIZAÇÃO Nº 207/2011	VALIDADE OITO MESES PARTIR DA ASSINATURA
---	----------------------------	---

d) e) Esta autorização só é válida para transporte de animais e/ou material que estejam identificados individualmente.

2.2. Em até 30 dias após o término da vigência desta autorização, a coordenação do projeto deverá encaminhar relatório impresso e digital contendo:

- a) caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de fitofisionomias. Os tipos de fitofisionomias das áreas de soltura deverão ser mapeados, com indicação dos seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, além de indicação das áreas de soltura.
- b) detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos que foram adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.
- c) lista das espécies encontradas destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção do MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadores de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas, e as migratórias.
- d) Para os indivíduos observados durante o afugentamento: nome científico, área amostral, fitofisionomia, coordenadas planas de referência, data.
- e) Para todos os indivíduos translocados: os nomes das áreas e coordenadas planas de captura e de soltura, número da marcação, espécie, data de captura e soltura, habitat de captura e soltura, horário da captura e da soltura, sexo, estado reprodutivo, dados sanitários.
- f) Para todos os indivíduos destinados a tratamento médico: nome científico, data de entrada e saída, situação de entrada e saída e destinação.
- g) Todos os indivíduos capturados e translocados deverão ser marcados de acordo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA Nº 02001.003853/2007-18	AUTORIZAÇÃO Nº 207/2011	VALIDADE OITO MESES PARTIR DA ASSINATURA
---	----------------------------	---

com as metodologias autorizadas por esta autorização.

- n) Anexo digital editável das planilhas solicitadas em 2.2c, 2.2d, 2.2e, 2.2f.
 - o) O prazo estabelecido no item 2.2 acima poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo IBAMA;
 - p) O coordenador geral deve assinar um documento ao final do relatório se responsabilizando pelo seu conteúdo.
- 2.3. Deverá ser encaminhados relatórios parciais anuais no mês de setembro contendo todos os itens listados no item 2.2.
- 2.4. Deverá ser protocolado, dentro de 30 dias contados a partir da assinatura deste autorização, uma declaração assinada pelo engenheiro responsável pela obra informando a conclusão da construção do Centro de Recepção de Fauna – Provisório sob pena de suspensão da autorização.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA Nº 02001.000337/2008-06	AUTORIZAÇÃO Nº 106/2012	VALIDADE 03 (três) meses a partir da data da assinatura
--	-----------------------------------	---

ATIVIDADE LEVANTAMENTO MONITORAMENTO RESGATE/SALVAMENTO

TIPO RECURSOS FAUNÍSTICOS RECURSOS PESQUEIROS

EMPREENDIMENTO: UHE Santo Antônio do Jari - AP/PA

EMPREENDEDOR: ECE Participações S.A.

CNPJ: 09.333.996/0001-21 **CTF:** 3631900

ENDEREÇO: Rua Bandeira Paulista, nº 530, Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04.532-001

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: Neotrópica Tecnologia Ambiental Ltda.

CNPJ/CPF: 06.078.290/0001-72 **CTF:** 710146

ENDEREÇO: Rua 125, nº 30, Setor Sul - Goiânia/GO - CEP 74.093-070

COORDENADOR(A) GERAL DA ATIVIDADE: Nayana Carolina Barbosa

CPF: 980.459.031-04 **CTF:** 5144536

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Resgate de fauna durante a supressão da vegetação.

Captura ilimitada de fauna para translocação ou tratamento médico. Serão capturados, principalmente, animais com menor mobilidade (répteis, anfíbios e pequenos mamíferos) ou animais com dificuldades de locomoção (feridos, filhotes), além de ninhos e ovos.

Coleta somente de animais eventualmente encontrados mortos e serpentes peçonhentas.

Marcação autorizada: marcação de escamas ventrais e elastômeros (herpetofauna); brincos (pequenos mamíferos); anilhas, preferencialmente do Cemave (avifauna); cortes na carapaça (quelônios) e anilhas (quirópteros).

ÁREAS:

Esta Autorização permite o resgate de fauna somente em áreas cujo desmate foi autorizado pelas ASV nº 560/2011, ASV nº 566/2011 e ASV nº 574/2011, as quais abrangem áreas próximas ao canteiro de obras do AHE Santo Antônio do Jari.

PETRECHOS:

Laço, gancho, pinção, puçás, sacos de pano, redes de captura e caixas de contenção e transporte.

DESTINAÇÃO DO MATERIAL:

Animais vivos: Centro de Triagem da Fauna localizado no canteiro de obras e áreas de soltura localizadas nos municípios de Almeirim/PA e Vitória do Jari/AP.

Animais mortos: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA.

AS CONDICIONANTES DESTA AUTORIZAÇÃO ESTÃO LISTADAS NA(S) FOLHA(S) EM ANEXO.

LOCAL E DATA DE EMISSÃO: Brasília, 29 JUN 2012	UTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO): Gisela Damm Forattini Diretora de Licenciamento Ambiental DILIC/IBAMA Diretora
--	---



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA	AUTORIZAÇÃO	VALIDADE
Nº 02001.000337/2008-06	Nº 106/2012	03 (três) meses a partir da data da assinatura

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE

1. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3. COLETA/TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 03/2003 E ANEXOS CITES, BEM COMO AS INs MMA 05/04 e 52/05;
4. COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5. EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6. ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.

Observação: As Autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a captura e/ou coleta de material biológico referente ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.

EQUIPE TÉCNICA:

NOMES:	CPF / CTF:
Juliana Farina	001.254.531-75 / 4905273
Camila Moreira Barreto Gomes	268.952.598-48 / 2557718

AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):


Crisela Damini Forattini
Diretora de Licenciamento Ambiente
DILIC/IBAMA
Diretora



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA Nº 02001.000337/2008-06	AUTORIZAÇÃO Nº 106/2012	VALIDADE 03 (três) meses a partir da data da assinatura
---	----------------------------	--

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1. Esta autorização é válida somente sem emendas e/ou rasuras.
- 1.2. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. A ocorrência de situações descritas nos itens '1.2.a' e '1.2.b' acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente.
- 1.4. Os animais e/ou materiais para transporte devem estar identificados individualmente.
- 1.5. O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização.
- 1.6. Qualquer alteração na equipe técnica deverá ser solicitada oficialmente ao Ibama.
- 1.7. As equipes em campo deverão estar de posse de autorização válida durante a execução das atividades de resgate que envolvam ações de captura, coleta e transporte de animais.
- 1.8. As atividades de captura, soltura, coleta e transporte de animais só poderá ser realizada com presença de algum membro da equipe técnica designada por esta autorização.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. A metodologia deve seguir o disposto no *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório* conforme o PBA aprovado pelo Ibama e Licença de Instalação nº 798/2011.
- 2.2. A equipe de resgate de fauna para acompanhamento das frentes de supressão deve ser composta minimamente de um biólogo e dois assistentes, conforme consta no PBA aprovado.
- 2.3. A frequência de envio dos relatórios ao Ibama deve ser trimestral conforme estabelecido no *Programa de Resgate da Fauna Durante a Supressão da Vegetação e Enchimento do Reservatório* do PBA. Anexo aos relatórios deve ser enviada uma declaração do coordenador das atividades se responsabilizando pelo conteúdo apresentado.
- 2.4. Deve ser utilizada palha na tela acima dos recintos de fauna, de forma a amenizar o calor.
- 2.5. Em até 20 (vinte) dias, apresentar documento informando se as áreas de soltura indicadas no PBA serão utilizadas ou se foi necessária a seleção de outras áreas. No caso de utilização de áreas diferentes das indicadas no PBA, apresentar localização destas em mapa e justificativa técnica para a escolha.

[assinatura]



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA	AUTORIZAÇÃO	VALIDADE
Nº 02001.000337/2008-06	Nº 106/2012	03 (três) meses a partir da data da assinatura

- 2.6. A soltura dos animais resgatados deve respeitar o critério margem do rio, ou seja, o animal deve ser solto na mesma margem em que foi capturado, conforme consta no item 1.18 'a' do Ofício nº 529/2011 – DILIC/IBAMA.
- 2.7. Em até 20 (trinta) dias, apresentar original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - a. Declaração de Aptidão Individual dos técnicos;
 - b. ART do coordenador;
 - c. Declaração de Aceite do material biológico emitida pela instituição receptora.
- 2.8. Em até 20 (vinte) dias, apresentar documento esclarecendo sobre a adoção dos procedimentos exigidos quando do encontro de ninhos de abelhas, conforme consta na Condicionante nº 2.1 'a' da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011: “*Os ninhos de abelhas intactos localizados na área e que estiverem em locais acessíveis deverão ser translocados ou enviados aos meliponários cadastrados mais próximos da região*”.
- 2.9. Em até 20 (vinte) dias, informar a empresa responsável pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos da fossa séptica do Centro de Triagem da Fauna. Deverá ser apresentada a licença de operação da empresa, devidamente regularizada para este tipo de resíduo.
- 2.10. Em até 60 (sessenta) dias contados do final do prazo de validade desta autorização, encaminhar a Declaração de Recebimento original ou autenticada, emitida pela instituição de depósito, contendo o número de espécimes recebidos associando ao número de campo de cada indivíduo. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama.
- 2.11. Em até 120 (cento e vinte) dias contados do final do prazo de validade desta autorização, encaminhar listagem emitida pela instituição receptora do material contendo o número de tombamento dos animais recebidos. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama.

Recebido em 22/07/2012
[Assinatura]

[Assinatura]



ECE Participações S.A.

Fis: 1755
Proc: 033408
Ref: Apr

MMA - IBAMA
Documento:
02001.033317/2012-90

Data: 29/06/12

São Paulo, 27 de Junho de 2012.

322
ECE - 321/2012

Ao
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco A - CEP 70.800-200 – Brasília/DF

Atenção: Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto

Assunto: Atendimento ao Parecer Técnico nº 063/2012 encaminhado pelo Ofício nº 340/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Ref.: UHE Santo Antônio do Jari
Processo Nº 02001.000337/2008-06

Prezado Senhor,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09333996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, dando prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento em referência, vem por meio desta solicitar que as recomendações do Parecer Técnico nº 063/2012, encaminhado via o Ofício nº 340/2012/COHID/CGENE/ DILIC/IBAMA, sejam apresentadas juntamente com o 2º Relatório Semestral, cuja data prevista para entrega é 15/08/2012.

Aproveitamos para encaminhar anexas as cópias dos convênios referentes ao Programa de Saúde, firmados com os municípios de Laranjal do Jari (AP), Almeirim (PA) e Vitória do Jari (AP).

Sem mais para o momento colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Com nossos melhores cumprimentos.


ECE Participações
Juhei Muramoto

Obs.: Resposta do IBAMA: Ofício Nº 178/12 - COHID... 12.07.12



ECE Participações S.A.

322

Anexos (carta ECE - 321/2012)

1. Termo de Convênio n.º 002/2012 - Programa de Saúde - município de Almeirim/PA;
2. Termo de Convênio n.º 015/2012 - Programa de Saúde - município de Laranjal do Jari/AP;
3. Termo de Convênio n.º 015/2012 - Programa de Saúde - município de Vitória do Jari/AP;

De ordem: *Y. Polij* Em: 03/07/12

Para: *Andréi Medeiros*

Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A AA Ana Patrícia,

re/ elaboração de

resposta aceitando a proposta

da empresa. Sugiro que a

data de 15/08 também

seja utilizada para fins

de resposta às ponderações

do Parecer de análise do

Relatório Semestral, em elaboração

Em ordem,

Andréi Medeiros

TERMO DE CONVÊNIO

N.º 002/2012

Termo de Convênio n.º 002/2012 que entre si celebram a **ECE PARTICIPAÇÕES S.A.** e o **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM - PA**, objetivando o cumprimento de compromissos estabelecidos no "Projeto Básico Ambiental 36 – Programa de Saúde", como medida compensatória dos impactos sociais na área da Saúde, nas regiões diretamente afetadas pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, conforme legislação em vigor.

De um lado, **ECE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade de propósito específico com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar, conjunto 102, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.333.996/0001-21, por seus representantes ao final assinados, doravante designada simplesmente **ECE**, e de outro, o **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno com sede administrativa na Rodovia Almeirim Panaicá, nº 510 - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.139.464/0001-05, representado pelo Sr. Chefe do Poder Executivo Municipal José Botelho dos Santos, brasileiro, casado, CPF nº 032.053.982-20, RG nº 1396 TRT 8ª Região, doravante designado simplesmente **CONVENIADO**, com a anuência da **CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS**, com sede no município de Curitiba, Estado de Paraná, na Rua João Negrão, nº 2.226, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.487.222/0001-42, por seus representantes ao final assinados, doravante designada simplesmente **ANUENTE**.

Têm, entre si justo e contratado, o presente instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Convênio tem por objeto:

- a) o repasse de equipamentos hospitalares a ser realizado pela **ECE** ao **CONVENIADO** visando o reforço da assistência à saúde da população do município de Almeirim, em decorrência do aumento populacional provocado pela mão-de-obra migrante atraída pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Santo Antônio do Jari);
- b) o repasse financeiro para a contratação de 01 microscopista e 01 agente de endemia em cumprimento ao Plano de Ação de Controle de Malária - PACM, firmado entre a **ECE** e o **CONVENIADO** 15/03/2011.

Parágrafo primeiro: O reforço da assistência à saúde da população é definido no Projeto Básico Ambiental n.º 36 – Programa de Saúde, estando, as atividades

Edson R. T. Sampaio
Gestor Jurídico
EDEP
151

José Botelho dos Santos
Prefeito de Almeirim - PA

EM BRANCO

discriminadas, no "Plano de Trabalho" (Anexo I) - Cronograma de Desembolso, fazendo parte integrante deste Convênio;

Parágrafo segundo: O presente Convênio absorve o Convênio N.º 001 / 2011 / PMA / SEMSA firmado entre o ANUENTE e o CONVENIADO em 31/08/2011, assumindo a responsabilidade dos repasses financeiros da ANUENTE ao CONVENIADO.

Fica estabelecido, ainda, que, com a assinatura do presente instrumento, o Convênio N.º 001 / 2011 / PMA / SEMSA fica rescindido de pleno direito, sem qualquer penalidade para o ANUENTE o ou CONVENIADO, devido à absorção do seu objeto com o do presente CONVÊNIO, rescisão, esta, que o ANUENTE e o CONVENIADO expressamente efetivam no presente ato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Constituem obrigações da ECE:

- a) Efetuar a transferência dos equipamentos hospitalares e recursos financeiros para o **CONVENIADO**, necessários ao fiel cumprimento das atividades de sua responsabilidade e previstas neste Convênio, absorvendo os repasses da **ANUENTE** ao **CONVENIADO** assumidos no Convênio N.º 001 / 2011 / PMA / SEMSA, na forma estabelecida no Plano de Trabalho;
- b) Designar, por escrito, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura deste, um Representante Geral para todos os Convênios firmados entre a **ECE** e o **CONVENIADO**, e um Representante Específico para o presente Convênio, tecnicamente subordinado ao primeiro, que será o interlocutor das ações previstas no objeto do mesmo;
- c) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente instrumento;

II – Constituem Obrigações do **CONVENIADO**;

- a) Executar todas as atividades inerentes à implantação do objeto deste Convênio, detalhadas no Plano de Trabalho;
- b) Não Utilizar os recursos recebidos da **ECE** em finalidade diversa estabelecida neste Convênio;
- c) Facilitar o acompanhamento dos trabalhos e a atuação fiscalizadora por parte dos técnicos da **ECE**, facultando-lhes, sempre que solicitado, acesso a todos e quaisquer documentos e/ou informações relacionadas ao objeto deste Convênio;
- d) Restituir o valor transferido, devidamente corrigido, acrescido de juros legais e correção monetária, conforme legislação vigente aplicável, a partir da data do seu recebimento, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas quando os recursos que não forem utilizados, em sua totalidade, na execução das atividades, quando da última prestação de contas;

1006 Botelho dos Santos
Prefeito de Almarim - PA

Edson R. J. Sampaio
Gestor Jurídico
2/5DP

EM BRANCO

- f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;
- g) Citar expressamente a contribuição da **ECE** nos trabalhos quando promover a divulgação das ações do objeto deste Convênio;
- h) Designar, por escrito, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura deste, um Coordenador responsável por todas as ações necessárias à consecução do objeto deste Convênio, o qual deverá participar, juntamente com os técnicos da **ECE**, das Reuniões de Avaliação frente aos Órgãos Ambientais Fiscalizadores;
- i) Contratar, com recursos deste Convênio, os serviços discriminados no Plano de Trabalho, sendo que os profissionais contratados pelo **CONVENIADO**, não terão qualquer vínculo com a **ECE**, ficando a cargo do **CONVENIADO** a integral responsabilidade no que se refere a todos os direitos desses profissionais, mormente os trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE DOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários para a contratação do microscopista e do agente de endemias, no montante de R\$ 114.759,00 (cento e quatorze mil setecentos e cinquenta e nove reais), serão repassados pela **ECE** ao **CONVENIADO** em conformidade com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho anexo e parte integrante do presente.

Parágrafo 1º: Os recursos referentes à primeira parcela do Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (Anexo I) serão liberados em até 20 (vinte) dias após a data da assinatura deste Convênio. As parcelas subsequentes serão liberadas no 5º (quinto) dia útil do mês, para tanto, o **CONVENIADO** deverá apresentar um documento de cobrança com dez dias de antecedência da data do pagamento, sendo já acertado que a efetivação do pagamento ocorrerá na primeira sexta-feira subsequente ao vencimento da parcela, sem que isto acarrete quaisquer tipos de sanções;

Parágrafo 2º: O repasse dos recursos financeiros será realizado em 41 (quarenta e uma) parcelas mensais, conforme Cronograma de Desembolso, sendo que ao ser efetivado o Convênio, as parcelas retroativas ao mês de agosto/2011, serão desembolsadas no primeiro pagamento, conforme consta no "Plano de Trabalho – Cronograma de Desembolso";

Parágrafo 3º: Os equipamentos hospitalares a serem doados, descritos no "Plano de Trabalho – Relação de Equipamentos Hospitalares a Serem Doados", deverão ser entregues no prazo máximo de 6 (seis) meses após a data da assinatura deste Convênio;

Parágrafo 4º: Os recursos financeiros destinados pela **ANUENTE** ao **CONVENIADO** por meio de CONVÊNIO Nº 001 / 2011 / PMA / SEMSA firmado entre as partes no

Jose Boudinho Almeida
Professora de Alameda - PA

Edson R T Sampaio
Gestor Jurídico
EDP
3/5

EM BRANCO

âmbito da assistência básica à saúde, em 02/09/2011 serão deduzidos dos valores a serem repassados, conforme Plano de Trabalho;

Parágrafo 6º: É vedado ao **CONVENIADO**:

- i) Transferir os recursos recebidos a qualquer órgão público ou atividade não descrita no Plano de Trabalho e/ou conta não vinculada ao Convênio, mesmo a título de controle;
- ii) Inclusão, tolerância ou admissão, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, nos casos de utilização dos recursos recebidos em finalidade não estabelecida neste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REAJUSTES

Anualmente, na data de aniversário da assinatura do presente Convênio, o valor do saldo remanescente para o pagamento do microscopista e do agente de endemias será reajustado monetariamente pelo IGP-M / FVG Índice Geral de Preço do Mercado.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUSPENSÃO DOS REPASSES:

Fica avençado entre as partes que, caso o **CONVENIADO** deixe de cumprir quaisquer obrigações constantes deste instrumento, a **ECE** poderá suspender o repasse dos valores constantes no Plano de Trabalho, até que a obrigação que deu origem à suspensão do repasse seja adimplida pelo **CONVENIADO**.

Parágrafo único: A **ECE** não poderá, de forma alguma, ser responsabilizada, civil ou criminalmente, por qualquer evento que venha a ocorrer em decorrência da suspensão do repasse dos recursos financeiros por culpa única e exclusiva do **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

O **CONVENIADO** realizará junto a **ECE**, Prestação de Contas dos valores objeto do Plano de Trabalho, sob forma de relatório contábil, até o último dia útil da cada mês ou quando solicitado pela **ECE**. A não apresentação do referido relatório poderá suspender os pagamentos até a devida apresentação da Prestação de Contas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e, ainda, por infração de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E MODIFICAÇÕES:

O presente Convênio entra em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado e/ou alterado, mediante a assinatura de respectivo "Termo Aditivo".

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]

Edson R. Sampaio
Gestor Jurídico
EDP
4/5

João Bordinho dos Santos
Secretário de Administração - PA

EM BRANCO

CLÁUSULA NONA – NOVAÇÃO:

Qualquer tolerância, de parte a parte, em relação a qualquer uma das cláusulas do presente instrumento, não importará em precedente, novação ou alteração da mesma, cujo cumprimento continuará exigível, em todos os seus termos, a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO:

Fica eleito o foro da comarca de Almeirim – PA, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Convênio.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.


Almeirim, 13 de Abril de 2012

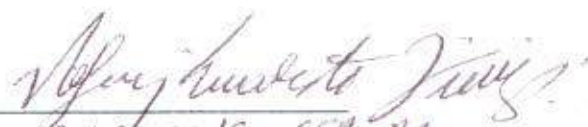

ECE PARTICIPAÇÕES S.A.


CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS


JOSÉ BOTELHO DOS SANTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM – PA

Testemunhas:

1ª: 
R.G.: 358.713.942-04
CPF: 2455670-55/PA

2ª: 
R.G.: 227.0019-55-PA
CPF: 130905741-53

Edson R. T. Sampaio
Gestor Jurídico
EDP

03/01/2011
10:00:00
10:00:00

EM BRANCO

TERMO DE CONVÊNIO - N.º 002/2012

PLANO DE TRABALHO

REFORÇO A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Saúde é parte integrante do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Santo Antônio do Jari). Este Programa tem como base o diagnóstico da situação de saúde realizado nas Áreas de Influência Direta e Indireta.

O Objetivo geral do Programa de é estabelecer um conjunto de medidas que contribuam para mitigar os potenciais impactos sobre a saúde das pessoas decorrentes da construção da UHE Santo Antônio do Jari..

O Programa se fundamenta em experiências nacionais e internacionais relacionados aos impactos sobre a saúde humana decorrentes da construção de aproveitamentos hidrelétricos e foi elaborado a partir das informações coletadas em campo durante o levantamento socioeconômico e de infra-estrutura de combate e monitoramento de malária na região, contando com os seguintes subprogramas:

- Subprograma de Saúde da População;
- Subprograma de Controle de Vetores;
- Subprograma de Vigilância Epidemiológica; e
- Subprograma de Educação em Saúde.

Os aspectos relativos ao controle médico dos trabalhadores, saúde ocupacional e segurança no trabalho estão tratados no Programa Ambiental para Construção - PAC.

O Programa de Saúde da UHE Sto Antonio do Jari prevê, entre outros, o repasse de recursos financeiros para o fortalecimento da assistência, no nível da Atenção Básica nas unidades de saúde dos municípios que terão suas populações aumentadas em decorrência da construção do empreendimento,

Para a definição do valor do repasse financeiro, utiliza-se a metodologia empregada pelo Ministério da Saúde para o repasse de recursos federais previstos pelo SUS - Sistema Único de Saúde aos municípios, onde a principal referencia é per capita, (que tem no número de habitantes/usuários a base para os cálculos). Esta metodologia vem sendo historicamente adotada em empreendimentos de infra-estrutura hidrelétrica no país e encontra-se de acordo com a NOAS-01/02 (Norma Operacional de Assistência à Saúde) de fevereiro de 2002, MS.

A determinação/estimativa do aumento populacional provocado pela construção da hidrelétrica leva-se em conta a estimativa de vagas a serem preenchidas por trabalhadores migrantes nos

INSTRUCTIONS FOR FORM 1042-INT

GENERAL INFORMATION

WHAT IS FORM 1042-INT?

WHO MUST FILE?

Form 1042-INT is used to report income from U.S. sources that is subject to withholding and is not reported on a U.S. return. It is filed by the withholding agent, such as a U.S. employer, a U.S. financial institution, or a U.S. government agency. The withholding agent must file Form 1042-INT for each payee who is a resident alien, a nonresident alien, or a foreign partnership.

Form 1042-INT is also used to report income from U.S. sources that is not subject to withholding and is not reported on a U.S. return. This includes income from U.S. sources that is exempt from withholding, such as interest on U.S. government securities, and income from U.S. sources that is not subject to withholding because of a tax treaty.

HOW TO FILE

FILE WITH THE IRS

FILE WITH THE STATE

FILE WITH THE STATE



Form 1042-INT is used to report income from U.S. sources that is subject to withholding and is not reported on a U.S. return. It is filed by the withholding agent, such as a U.S. employer, a U.S. financial institution, or a U.S. government agency. The withholding agent must file Form 1042-INT for each payee who is a resident alien, a nonresident alien, or a foreign partnership.

Form 1042-INT is also used to report income from U.S. sources that is not subject to withholding and is not reported on a U.S. return. This includes income from U.S. sources that is exempt from withholding, such as interest on U.S. government securities, and income from U.S. sources that is not subject to withholding because of a tax treaty.

EM BRANCO

empregos diretos e indiretos, o estado civil desses empregados e a composição familiar dos empregados (diretos e indiretos) acompanhados por famílias. Salienta-se que para o estado civil considera-se empregados solteiros/desacompanhados das famílias e empregados casados/acompanhados das famílias (estes com composição familiar média de 4, segundo estimativas do IBGE, 2000 para região norte).

Assim, a determinação do aumento populacional para o cálculo do valor do recurso para fortalecimento do Sistema de Saúde dos municípios que terão suas populações aumentadas em decorrência da construção da UHE Sto Antonio do Jari esta embasada nos seguintes critérios:

A. Estimativa de empregos diretos preenchidos por migrantes

O EIA-RIMA e o PBA estabelecem que o empreendedor deverá priorizar a contratação de mão-de-obra local, limitando a 32% de trabalhadores migrantes.

O histograma atualizado de mão-de-obra do empreendimento considera que no pico das obras o número de trabalhadores será de 1407.

Desta forma, aplicando o fator limitador de 32% de mão-de-obra migrante sobre o número máximo de trabalhadores teremos um aumento máximo de 450 pessoas/trabalhadores diretos na população.

B. Estimativa de empregos indiretos preenchidos por migrantes

Considerando que para cada emprego direto será gerado 1 emprego indireto, podemos adotar o mesmo critério para a estimativa de aumento populacional gerado pelos empregos diretos, ou seja, 450 pessoas/trabalhadores indiretos na população

C. Estado civil dos empregados diretos e indiretos

Os registros históricos de estado civil de empregados em obras de hidrelétricas (diretos e indiretos) apontam para um percentual de 80 % de empregados solteiros/desacompanhados e apenas 20% de casados/acompanhados pela família. Este percentual é decorrente do curto período das obras, ou mesmo de algumas atividades das obras.

D. Composição familiar

Considera-se a composição média familiar de 4 pessoas (IBGE , 2000 para região norte). Desta forma, aplicando os critérios acima teremos que além do aumento de pessoas/trabalhadores diretos e indiretos teremos ainda o incremento máximo de 540 pessoas advindas das famílias dos empregados diretos e indiretos casados/acompanhados.

Salienta-se que a aplicação destes critérios indicará a população migrante estimada. Os dados reais poderão ser acompanhados pelo histograma de mão-de-obra real e pelo monitoramento da população migrante (Programa Ambiental N°28).

R

f

Vicente
[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

EM BRANCO

2. DADOS DA ENTIDADE PROPONENTE

Nome:		CNPJ/MF:	
Prefeitura Municipal de Almeirim		05.139.464/0001-05	
		Esfera Administrativa:	
		Municipal	
Endereço:			
Rodovia Almeirim Panaicá, nº 510 - Centro			
Cidade:	UF	CEP	DDD/Fone/Fax
ALMEIRIM	PA	68240-000	93-3737.2356

3. DADOS BANCÁRIOS PARA ATENDER O OBJETO:

SAÚDE	
Proponente:	
Prefeitura Municipal de Almeirim / Secretaria Municipal da Saúde de Almeirim	
Denominação da C/C:	
Fundo Municipal de Saúde de Almeirim	
Banco:	N.º do Banco
Banco do Brasil S.A.	001
Agência:	N.º Conta Corrente:
1014-6	8.606-1

4. DESCRIÇÃO:

Título	Período de Execução	
	Início	Término
Reforço Financeiro às Ações de Saúde do Município de Almeirim	1º de agosto de 2011	31 de dezembro de 2014
Identificação do Objeto:		
Reforço, através de repasse financeiro e doação de materiais e equipamentos, a serem efetuados pela ECE à Prefeitura Municipal de Almeirim (PA), visando a assistência à saúde da população atraída (migrante) pela construção da UHE Santo Antônio do Jari, dentro das atividades previstas no Programa Ambiental de Saúde (PA-36).		

A

S. S.

Apur

3/11

15/11/2014
14:00

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
15/11/2014
16/11/2014
17/11/2014
18/11/2014
19/11/2014
20/11/2014
21/11/2014
22/11/2014
23/11/2014
24/11/2014
25/11/2014
26/11/2014
27/11/2014
28/11/2014
29/11/2014
30/11/2014
31/11/2014

EM BRANCO

5. DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO MIGRANTE EM ALMEIRIM

Período		HISTOGRAMA GERAL	Número de Trabalhadores do Canteiro de Obras / Monte Dourado	POPULAÇÃO MIGRANTE (32%)				Total da População Migrante
				Número de Trabalhadores Diretos Solteiros no Canteiro de Obras	Número de Familiares dos Trabalhadores Diretos	Número de Trabalhadores Indiretos (32%)	Número de Familiares dos Trabalhadores Indiretos (20% x 3)	
ago/11	mês 1	115	115	29	0	0	0	115
set/11	mês 2	192	192	49	0	0	0	192
out/11	mês 3	243	243	62	0	0	0	243
nov/11	mês 4	261	261	67	0	0	0	261
dez/11	mês 5	260	260	67	0	0	0	260
jan/12	mês 6	269	269	69	0	0	0	269
fev/12	mês 7	281	281	72	0	0	0	281
mar/12	mês 8	311	311	80	0	0	0	311
abr/12	mês 9	354	354	91	0	0	0	354
mai/12	mês 10	410	410	105	0	0	0	410
jun/12	mês 11	599	599	153	0	0	0	599
jul/12	mês 12	851	680	218	0	0	0	680
ago/12	mês 13	972	680	249	0	0	0	680
set/12	mês 14	1176	680	301	0	0	0	680
out/12	mês 15	1124	680	288	0	0	0	680
nov/12	mês 16	1192	680	305	0	0	0	680
dez/12	mês 17	1235	680	316	0	0	0	680
jan/13	mês 18	1238	680	317	0	0	0	680
fev/13	mês 19	1393	680	357	0	0	0	680
mar/13	mês 20	1407	680	360	0	0	0	680
abr/13	mês 21	1360	680	348	0	0	0	680
mai/13	mês 22	1061	680	272	0	0	0	680
jun/13	mês 23	974	680	249	0	0	0	680
jul/13	mês 24	1105	680	283	0	0	0	680
ago/13	mês 25	974	680	249	0	0	0	680
set/13	mês 26	711	680	182	0	0	0	680
out/13	mês 27	594	594	152	0	0	0	594
nov/13	mês 28	625	625	160	0	0	0	625
dez/13	mês 29	831	680	213	0	0	0	680
jan/14	mês 30	835	680	214	0	0	0	680
fev/14	mês 31	595	595	152	0	0	0	595
mar/14	mês 32	412	412	105	0	0	0	412
abr/14	mês 33	346	346	89	0	0	0	346
mai/14	mês 34	292	292	75	0	0	0	292
jun/14	mês 35	246	246	63	0	0	0	246
jul/14	mês 36	223	223	57	0	0	0	223
ago/14	mês 37	177	177	45	0	0	0	177
set/14	mês 38	137	137	35	0	0	0	137
out/14	mês 39	95	95	24	0	0	0	95
nov/14	mês 40	80	80	20	0	0	0	80
dez/14	mês 41	60	60	15	0	0	0	60

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.

EM BRANCO

6. CÁLCULO DOS VALORES

Os cálculos dos valores seguem as Portaria 1634/GM, de 12/09/2001 - MS; PORTARIA 1101, de 12/06/2002 - MS e Portaria n.º 373/GM, de 27/02/2002 - MS e de acordo com a portaria nº 650/GM, de 28/03/2006, mediante revisão das diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica.

O valores tiveram ainda como base, os recebidos pelo município de Laranjal do Jarí do Ministério da Saúde no período de antecedência da instalação da hidrelétrica, 2009 e 2010 respectivamente.

Parâmetros utilizados:

- Piso de Atenção Básica – PBA FIXO;
- Piso de Atenção Básica – PBA Variável;
- Farmácia Básica;
- Vigilância Sanitária;
- Teto financeiro em Vigilância em Saúde -TFVS;
- Incentivo à Saúde Bucal;
- Piso estratégico: Levantamento de risco de Vigilância Sanitária;
- Piso estratégico: Levantamento de risco de Vigilância Sanitária, Produtos e Serviços;
- Piso fixo da Promoção e Vigilância da Saúde;
- Recursos humanos: Piso médio salarial na região do empreendimento;
- Média das AIHs (Clínicas Cirúrgica, Obstétrica, Médica e Pediátrica)

[Assinaturas manuscritas]

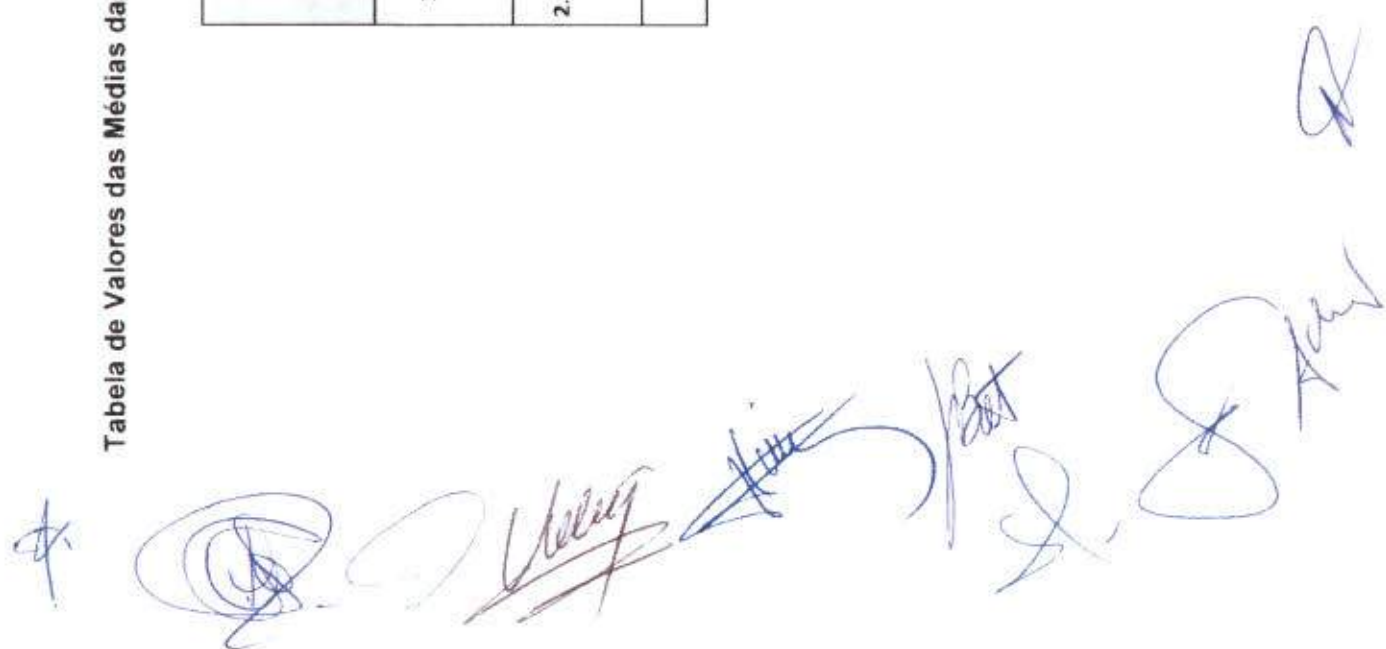
EM BRANCO

EMI BRANCO

Tabela de Valores das Médias das AIHs (Clínica Cirúrgica, Obstétrica, Médica, Pediátrica), utilizada para o cálculo do repasse da Média Complexidade

Médias das AIHs (Clínicas cirúrgica, Obstétrica, Médica, Pediátrica)	
Fonte: Relatório de Faturamento de AIH - Competência Novembro de 2011 - Funvale - Fundação Hospitalar Vale do Jari	
1. Reforço Financeiro para o Atendimento de média Complexidade - Autorização de Internação Hospitalar - AIH (Média)	R\$ 308,23
2. Reforço Financeiro aos Serviços de média Complexidade - M1 - Valor per capta	R\$ 0,45
TOTAL	R\$ 308,68

Fis.: 1767
Proc.: 0337108
Rubr.: admn



1970
1971
1972

EM BRANCO

Tabela do Cálculo dos Valores do Repasse para a Contratação de 1 Agente de Endemias e 1 Microscopista

Profissional (40 horas semanais)	Número de Profissionais	Número de Meses	Total por Profissional / Mês	Valor do Repasse
Contratação de Agente de Endemias	1	41	R\$ 1.244,00	R\$ 51.004,00
Contratação de Microscopista	1	41	R\$ 1.555,00	R\$ 63.755,00
TOTAL				R\$ 114.759,00

EM BRANCO

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

CONVÊNIO DE SAÚDE - ALMEIRIM - PA CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO								
Período		A (*) Total de Repasse Baixa Complexidade Fundo a Fundo	B (*) Total de Repasse Média Complexidade	C Total de Repasse Contratação de 1 Agente de Endemias e 1 Microscopista	Total Repasse (A+B+C)	Repasse Convênio CESBE	Sub-Total C com Dedução do Repasse CESBE	Total Repasses Mensais
ago/11	mês 1	R\$ 640,26	R\$ 266,24	R\$ 2.799,00	R\$ 3.705,50			-
set/11	mês 2	R\$ 1.068,96	R\$ 444,50	R\$ 2.799,00	R\$ 4.312,46			-
out/11	mês 3	R\$ 1.352,90	R\$ 562,57	R\$ 2.799,00	R\$ 4.714,47			-
nov/11	mês 4	R\$ 1.453,12	R\$ 604,24	R\$ 2.799,00	R\$ 4.856,36	(R\$ 17.412,10)	R\$ 4.979,90	-
dez/11	mês 5	R\$ 1.447,55	R\$ 601,93	R\$ 2.799,00	R\$ 4.848,48			-
jan/12	mês 6	R\$ 1.497,66	R\$ 622,76	R\$ 2.799,00	R\$ 4.919,42			-
fev/12	mês 7	R\$ 1.564,47	R\$ 650,54	R\$ 2.799,00	R\$ 5.014,01			-
mar/12	mês 8	R\$ 1.731,49	R\$ 720,00	R\$ 2.799,00	R\$ 5.250,49			-
abr/12	mês 9	R\$ 1.970,90	R\$ 819,55	R\$ 2.799,00	R\$ 5.589,44	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 7.778,90
mai/12	mês 10	R\$ 2.282,68	R\$ 949,19	R\$ 2.799,00	R\$ 6.030,87	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jun/12	mês 11	R\$ 3.334,93	R\$ 1.386,74	R\$ 2.799,00	R\$ 7.520,68	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jul/12	mês 12	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
ago/12	mês 13	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
set/12	mês 14	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
out/12	mês 15	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
nov/12	mês 16	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
dez/12	mês 17	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jan/13	mês 18	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
fev/13	mês 19	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
mar/13	mês 20	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
abr/13	mês 21	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
mai/13	mês 22	R\$ 3.786,42	R\$ 1.574,48	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,90	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jun/13	mês 23	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jul/13	mês 24	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
ago/13	mês 25	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
set/13	mês 26	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
out/13	mês 27	R\$ 3.307,10	R\$ 1.375,17	R\$ 2.799,00	R\$ 7.481,26	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
nov/13	mês 28	R\$ 3.479,69	R\$ 1.446,94	R\$ 2.799,00	R\$ 7.725,63	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
dez/13	mês 29	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jan/14	mês 30	R\$ 3.785,90	R\$ 1.574,27	R\$ 2.799,00	R\$ 8.159,17	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
fev/14	mês 31	R\$ 3.312,66	R\$ 1.377,48	R\$ 2.799,00	R\$ 7.489,15	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
mar/14	mês 32	R\$ 2.293,81	R\$ 953,82	R\$ 2.799,00	R\$ 6.046,63	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
abr/14	mês 33	R\$ 1.926,36	R\$ 801,02	R\$ 2.799,00	R\$ 5.526,38	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
mai/14	mês 34	R\$ 1.625,71	R\$ 676,01	R\$ 2.799,00	R\$ 5.100,72	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jun/14	mês 35	R\$ 1.369,61	R\$ 569,51	R\$ 2.799,00	R\$ 4.738,12	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
jul/14	mês 36	R\$ 1.241,55	R\$ 516,27	R\$ 2.799,00	R\$ 4.556,82	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
ago/14	mês 37	R\$ 985,45	R\$ 409,77	R\$ 2.799,00	R\$ 4.194,22	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
set/14	mês 38	R\$ 762,75	R\$ 317,17	R\$ 2.799,00	R\$ 3.878,92	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
out/14	mês 39	R\$ 528,91	R\$ 219,93	R\$ 2.799,00	R\$ 3.547,85	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
nov/14	mês 40	R\$ 445,40	R\$ 185,21	R\$ 2.799,00	R\$ 3.429,61	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
dez/14	mês 41	R\$ 334,05	R\$ 138,91	R\$ 2.799,00	R\$ 3.271,96	R\$ 0,00	R\$ 2.799,00	R\$ 2.799,00
SubTotal		R\$ 104.318,77	R\$ 43.378,24	R\$ 114.759,00	R\$ 262.456,01	(R\$ 17.412,10)	R\$ 97.346,90	R\$ 97.346,90
TOTAL GERAL								

(*) Obs.: Não haverá repasse financeiro mensal dos valores referentes à Baixa e Média Complexidade, descritos nas colunas A e B da tabela Cronograma de Desembolso, já que estes valores totais serão complementados pela ECE para a aquisição de equipamentos hospitalares a serem doados para o Hospital de Monte Dourado.

EM BRANCO

7.1 RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM DOADOS

Os valores totais referentes aos repasses mensais da Baixa e da Média Complexidade, descritos respectivamente nas colunas A e B da tabela Cronograma de Desembolso, serão complementados pela ECE para a aquisição dos equipamentos hospitalares solicitados pelo Município de Almeirim (PA), conforme descrito na tabela abaixo (RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES), e que serão doados ao Hospital Municipal de Monte Dourado, nos termos do Convênio nº 002/2012.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	
ITEM	QUANTIDADE / DESCRIÇÃO
1	1 (UMA) AUTOCLAVE HOSPITALAR - Autoclave hospitalar SERCON 100 lts - 41x41x60 cm
2	1 (UM) DETECTOR FETAL PORTÁTIL DM 410
3	2 (DOIS) DETECTORES FETAL DM 550
4	7 (SETE) CENTRAIS DE AR - 18000 BTUS
5	9 (NOVE) MESAS ESCRIVANINHAS
6	9 (NOVE) CADEIRAS SECRETÁRIA
7	9 (NOVE) CADEIRAS FIXAS
8	1 (UMA) Calandra 2 Rolos 260mm x 2,50m
9	1 (UMA) CENTRAL DE AR - 21000 BTUS
10	1 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL 8 BOCAS
11	1 (UM) DEONIZADOR
12	1 (UM) BANHO MARIA 37°
13	1 (UM) LEUCOTRON, CONTADOR DIFERENCIAL DE CÉLULAS - CHD 2000 - TS ou TP
14	1 (UM) BISTURI ELÉTRICO BP 400 digital
15	10 (DEZ) FRIGOBARES
16	15 (QUINZE) JOGOS DE CADEIRAS LONGARINHAS 4 LUGARES
17	2 (DUAS) LHB-50 Lavadoras Horizontal Hospitalar c/ Barreira 50 KG
18	2 (DUAS) EC-50 Centrifugas Tripé 50 KG
19	2 (DOIS) CARROS ROUPARIA ATÉ 500 L
20	2 (DUAS) CADEIRAS PARA COLETA DE SANGUE
21	3 (TRÊS) COMPUTADORES COM MONITOR
22	4 (QUATRO) CENTRAIS DE AR DE 12000 BTUS
23	4 (QUATRO) CARROS DE LIMPEZA MULTI USO TOMKI 1021
24	6 (SEIS) GELADEIRAS 280 L

EM BRANCO

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante do proponente, declaro estar de acordo com o plano de trabalho aqui apresentado.

ALMEIRIM, 13/04/2012 Abraão Corrêa Pantoja

Local e Data

Secretário Municipal de Saúde
Almeirim

Prefeitura Municipal de Almeirim
Decreto: 124/2011
Abraão Corrêa Pantoja
Secretário Municipal de Saúde

APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Aprovado:

ALMEIRIM, 13/04/2012 Abraão Corrêa Pantoja

Local e Data

Presidente

Conselheiros:

Presidente do Conselho dos Docentes CEFSAUS
Milha do Rosário

[Handwritten signatures and initials]

EM BRANCO

TERMO DE CONVÊNIO - N.º 015/2012

PLANO DE TRABALHO

REFORÇO A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Saúde é parte integrante do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Santo Antônio do Jari). Este Programa tem como base o diagnóstico da situação de saúde realizado nas Áreas de Influência Direta e Indireta.

O Objetivo geral do Programa é estabelecer um conjunto de medidas que contribuam para mitigar os potenciais impactos sobre a saúde das pessoas decorrentes da construção da UHE Santo Antônio do Jari.

O Programa se fundamenta em experiências nacionais e internacionais relacionados aos impactos sobre a saúde humana decorrentes da construção de aproveitamentos hidrelétricos e foi elaborado a partir das informações coletadas em campo durante o levantamento socioeconômico e de infra-estrutura de combate e monitoramento de malária na região, contando com os seguintes subprogramas:

- Subprograma de Saúde da População;
- Subprograma de Controle de Vetores;
- Subprograma de Vigilância Epidemiológica; e
- Subprograma de Educação em Saúde.

Os aspectos relativos ao controle médico dos trabalhadores, saúde ocupacional e segurança no trabalho estão tratados no Programa Ambiental para Construção - PAC.

O Programa de Saúde da UHE Sto Antonio do Jari prevê, entre outros, o repasse de recursos financeiros para o fortalecimento da assistência, no nível da Atenção Básica nas unidades de saúde dos municípios que terão suas populações aumentadas em decorrência da construção do empreendimento,

Para a definição do valor do repasse financeiro, utiliza-se a metodologia empregada pelo Ministério da Saúde para o repasse de recursos federais previstos pelo SUS - Sistema Único de Saúde aos municípios, onde a principal referencia é per capita, (que tem no número de habitantes/usuários a base para os cálculos). Esta metodologia vem sendo historicamente adotada em empreendimentos de infra-estrutura hidrelétrica no país e encontra-se de acordo com a NOAS-01/02 (Norma Operacional de Assistência à Saúde) de fevereiro de 2002, MS.

A determinação/estimativa do aumento populacional provocado pela construção da hidrelétrica leva-se em conta a estimativa de vagas a serem preenchidas por trabalhadores migrantes nos empregos diretos e indiretos, o estado civil desses empregados e a composição familiar dos



EM BRANCO

empregados (diretos e indiretos) acompanhados por famílias. Salienta-se que para o estado civil considera-se empregados solteiros/desacompanhados das famílias e empregados casados/acompanhados das famílias (estes com composição familiar média de 4, segundo estimativas do IBGE, 2000 para região norte).

Assim, a determinação do aumento populacional para o cálculo do valor do recurso para fortalecimento do Sistema de Saúde dos municípios que terão suas populações aumentadas em decorrência da construção da UHE Sto Antonio do Jari esta embasada nos seguintes critérios:

A. Estimativa de empregos diretos preenchidos por migrantes

O EIA-RIMA e o PBA estabelecem que o empreendedor deverá priorizar a contratação de mão-de-obra local, limitando a 32% de trabalhadores migrantes.

O histograma atualizado de mão-de-obra do empreendimento considera que no pico das obras o número de trabalhadores será de 1407.

Desta forma, aplicando o fator limitador de 32% de mão-de-obra migrante sobre o número máximo de trabalhadores teremos um aumento máximo de 450 pessoas/trabalhadores diretos na população.

B. Estimativa de empregos indiretos preenchidos por migrantes

Considerando que para cada emprego direto será gerado 1 emprego indireto, podemos adotar o mesmo critério para a estimativa de aumento populacional gerado pelos empregos diretos, ou seja, 450 pessoas/trabalhadores indiretos na população

C. Estado civil dos empregados diretos e indiretos

Os registros históricos de estado civil de empregados em obras de hidrelétricas (diretos e indiretos) apontam para um percentual de 80 % de empregados solteiros/desacompanhados e apenas 20% de casados/acompanhados pela família. Este percentual é decorrente do curto período das obras, ou mesmo de algumas atividades das obras.

D. Composição familiar

Considera-se a composição média familiar de 4 pessoas (IBGE, 2000 para região norte). Desta forma, aplicando os critérios acima teremos que além do aumento de pessoas/trabalhadores diretos e indiretos teremos ainda o incremento máximo de 540 pessoas advindas das famílias dos empregados diretos e indiretos casados/acompanhados.

Salienta-se que a aplicação destes critérios indicará a população migrante estimada. Os dados reais poderão ser acompanhados pelo histograma de mão-de-obra real e pelo monitoramento da população migrante (Programa Ambiental Nº28).

2. DADOS DA ENTIDADE PROPONENTE


Nome:		CNPJ/MF:	
Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari		23.066.905/0001-60	
		Esfera Administrativa:	
		Municipal	
Endereço:			
Av. Tancredo Neves, S/N			
Cidade:	UF	CEP	DDD/Fone/Fax
Laranjal do Jari	AP		

3. DADOS BANCÁRIOS PARA ATENDER O OBJETO:

SAÚDE	
Proponente:	
Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari / Secretaria Municipal da Saúde de Laranjal do Jari	
Denominação da C/C:	
Fundo Municipal de Saúde de Laranjal do Jari	
Banco:	N.º do Banco
Caixa Econômica Federal	104
Agência:	N.º Conta Corrente:
3574	Operação 006/ CC 7-7

4. DESCRIÇÃO:

Título	Período de Execução	
Reforço Financeiro às Ações de Saúde do Município de Laranjal do Jari	Início	Término
	1º de agosto de 2011	31 de dezembro de 2014
Identificação do Objeto:		
Reforço, através de repasse financeiro, a ser efetuado pela ECE à Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, visando a assistência à saúde da população atraída (migrante) pela construção da UHE Santo Antônio do Jari, dentro das atividades previstas no Programa Ambiental de Saúde (PA-36).		



Form with multiple rows and columns, containing faint text and possibly a signature or stamp area.

Form with multiple rows and columns, containing faint text and possibly a signature or stamp area.

EM BRANCC

5. DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO MIGRANTE EM LARANJAL DO JARI

Período	HISTOGRAMA GERAL	Número de Trabalhadores do Canteiro de Obras / Monte Dourado	POPULAÇÃO MIGRANTE (32%)				Total da População Migrante	
			Número de Trabalhadores Diretos Casados (20% dos 32%)	Número de Familiares dos Trabalhadores Diretos Casados	Número de Trabalhadores Indiretos (32%)	Número de Familiares dos Trabalhadores Indiretos (20% x 3)		
ago/11	mês 1	115	115	7	22	37	22	88
set/11	mês 2	192	192	12	37	61	37	147
out/11	mês 3	243	243	16	47	78	47	187
nov/11	mês 4	261	261	17	50	84	50	200
dez/11	mês 5	260	260	17	50	83	50	200
jan/12	mês 6	269	269	17	52	86	52	207
fev/12	mês 7	281	281	18	54	90	54	216
mar/12	mês 8	311	311	20	60	100	60	239
abr/12	mês 9	354	354	23	68	113	68	272
mai/12	mês 10	410	410	26	79	131	79	315
jun/12	mês 11	599	599	38	115	192	115	460
jul/12	mês 12	851	680	54	163	272	163	654
ago/12	mês 13	972	680	62	187	311	187	746
set/12	mês 14	1176	680	75	226	376	226	903
out/12	mês 15	1124	680	72	216	360	216	863
nov/12	mês 16	1192	680	76	229	381	229	915
dez/12	mês 17	1235	680	79	237	395	237	948
jan/13	mês 18	1238	680	79	238	396	238	951
fev/13	mês 19	1393	680	89	267	446	267	1070
mar/13	mês 20	1407	680	90	270	450	270	1081
abr/13	mês 21	1360	680	87	261	435	261	1044
mai/13	mês 22	1061	680	68	204	340	204	815
jun/13	mês 23	974	680	62	187	312	187	748
jul/13	mês 24	1105	680	71	212	354	212	849
ago/13	mês 25	974	680	62	187	312	187	748
set/13	mês 26	711	680	46	137	228	137	546
out/13	mês 27	594	594	38	114	190	114	456
nov/13	mês 28	625	625	40	120	200	120	480
dez/13	mês 29	831	680	53	160	266	160	638
jan/14	mês 30	835	680	53	160	267	160	641
fev/14	mês 31	595	595	38	114	190	114	457
mar/14	mês 32	412	412	26	79	132	79	316
abr/14	mês 33	346	346	22	66	111	66	266
mai/14	mês 34	292	292	19	56	93	56	224
jun/14	mês 35	246	246	16	47	79	47	189
jul/14	mês 36	223	223	14	43	71	43	171
ago/14	mês 37	177	177	11	34	57	34	136
set/14	mês 38	137	137	9	26	44	26	105
out/14	mês 39	95	95	6	18	30	18	73
nov/14	mês 40	80	80	5	15	26	15	61
dez/14	mês 41	60	60	4	12	19	12	46

Eu *AR*

Paulo

Adm

EM BRANC.

6. CÁLCULO DOS VALORES

Os cálculos dos valores seguem as Portaria 1634/GM, de 12/09/2001 - MS; PORTARIA 1101, de 12/06/2002 - MS e Portaria n.º 373/GM, de 27/02/ 2002 - MS e de acordo com a portaria nº 650/GM, de 28/03/2006, mediante revisão das diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica.

O valores tiveram ainda como base, os recebidos pelo município de Laranjal do Jari do Ministério da Saúde no período de antecedência da instalação da hidrelétrica, 2009 e 2010 respectivamente.

Parâmetros utilizados:

- Piso de Atenção Básica – PBA FIXO;
- Piso de Atenção Básica – PBA Variável;
- Farmácia Básica;
- Vigilância Sanitária;
- Teto financeiro em Vigilância em Saúde -TFVS;
- Incentivo à Saúde Bucal;
- Piso estratégico: Levantamento de risco de Vigilância Sanitária;
- Piso estratégico: Levantamento de risco de Vigilância Sanitária, Produtos e Serviços;
- Piso fixo da Promoção e Vigilância da Saúde;
- Recursos humanos: Piso médio salarial na região do empreendimento.



EM BRANCO

Tabela de Cálculo dos Valores dos Parâmetros Financeiros que o SUS adota para repasse aos Municípios per capta (FUNDO A FUNDO - Atenção Básica)

Período	1. Valor Piso de Atenção Básica - PBA Fixo R\$ 18,00	2. Valor Piso de Atenção Básica - PBA Variável R\$ 2,80	3. Valor Farmácia Básica R\$ 5,10	4. Valor Vigilância Sanitária R\$ 1,45	5. Valor do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS R\$ 8,82	6. Valor Incentivo a Saúde Bucal R\$ 2,70	7. Valor Piso Estratégico: Levantamento de Risco de Vigilância Sanitária - VS R\$ 0,43	8. Valor Piso Estratégico: Levantamento de Risco de Vigilância Sanitária - VS Produtos e Serviços R\$ 0,40	9. Valor Piso Fixo de Promoção e Vigilância da Saúde - PFPVS R\$ 27,31
ago/11	R\$ 132,48	R\$ 37,54	R\$ 63,44	R\$ 10,67	R\$ 10,67	R\$ 19,87	R\$ 3,16	R\$ 2,94	R\$ 201,00
set/11	R\$ 221,18	R\$ 34,41	R\$ 67,67	R\$ 17,82	R\$ 105,92	R\$ 13,18	R\$ 5,28	R\$ 4,92	R\$ 335,59
out/11	R\$ 279,94	R\$ 43,55	R\$ 73,32	R\$ 22,55	R\$ 134,06	R\$ 41,99	R\$ 6,99	R\$ 6,22	R\$ 424,73
nov/11	R\$ 300,67	R\$ 46,77	R\$ 85,19	R\$ 24,23	R\$ 142,99	R\$ 45,10	R\$ 7,18	R\$ 6,88	R\$ 456,19
dez/11	R\$ 299,52	R\$ 46,59	R\$ 84,86	R\$ 24,13	R\$ 143,44	R\$ 44,93	R\$ 7,16	R\$ 6,56	R\$ 454,44
jan/12	R\$ 309,89	R\$ 48,20	R\$ 87,80	R\$ 24,96	R\$ 148,40	R\$ 46,48	R\$ 7,40	R\$ 6,89	R\$ 470,17
fev/12	R\$ 323,71	R\$ 50,36	R\$ 91,72	R\$ 26,08	R\$ 155,02	R\$ 48,56	R\$ 7,73	R\$ 7,19	R\$ 471,14
mar/12	R\$ 358,27	R\$ 55,73	R\$ 101,51	R\$ 28,86	R\$ 171,57	R\$ 54,74	R\$ 8,56	R\$ 7,96	R\$ 543,58
abr/12	R\$ 407,61	R\$ 63,44	R\$ 115,53	R\$ 32,85	R\$ 195,29	R\$ 61,17	R\$ 9,74	R\$ 9,06	R\$ 618,74
mai/12	R\$ 472,32	R\$ 71,47	R\$ 133,82	R\$ 38,05	R\$ 226,19	R\$ 70,85	R\$ 11,24	R\$ 10,50	R\$ 716,61
jun/12	R\$ 600,05	R\$ 107,34	R\$ 195,53	R\$ 53,59	R\$ 330,46	R\$ 103,31	R\$ 16,48	R\$ 13,33	R\$ 1.046,96
jul/12	R\$ 980,35	R\$ 152,50	R\$ 277,77	R\$ 78,97	R\$ 469,48	R\$ 147,05	R\$ 23,42	R\$ 21,79	R\$ 1.487,41
ago/12	R\$ 1.319,74	R\$ 174,18	R\$ 317,26	R\$ 90,40	R\$ 536,33	R\$ 187,96	R\$ 26,75	R\$ 24,88	R\$ 1.688,90
set/12	R\$ 1.354,75	R\$ 210,74	R\$ 383,85	R\$ 109,14	R\$ 548,78	R\$ 203,21	R\$ 37,36	R\$ 30,11	R\$ 2.055,46
out/12	R\$ 1.294,85	R\$ 201,42	R\$ 356,87	R\$ 104,31	R\$ 620,09	R\$ 194,23	R\$ 30,93	R\$ 28,77	R\$ 1.904,57
nov/12	R\$ 1.273,18	R\$ 213,65	R\$ 389,07	R\$ 110,62	R\$ 657,60	R\$ 205,98	R\$ 32,40	R\$ 30,52	R\$ 2.083,43
dez/12	R\$ 1.422,72	R\$ 221,31	R\$ 404,08	R\$ 114,63	R\$ 681,32	R\$ 213,41	R\$ 33,09	R\$ 31,62	R\$ 2.158,58
jan/13	R\$ 1.426,18	R\$ 221,95	R\$ 414,68	R\$ 114,89	R\$ 687,98	R\$ 213,93	R\$ 34,07	R\$ 31,69	R\$ 2.163,83
fev/13	R\$ 1.604,74	R\$ 249,63	R\$ 454,66	R\$ 129,77	R\$ 768,49	R\$ 240,71	R\$ 38,34	R\$ 35,66	R\$ 2.434,74
mar/13	R\$ 1.610,86	R\$ 252,23	R\$ 459,28	R\$ 130,57	R\$ 776,21	R\$ 243,33	R\$ 38,72	R\$ 36,02	R\$ 2.459,21
abr/13	R\$ 1.585,72	R\$ 244,90	R\$ 444,90	R\$ 126,21	R\$ 750,28	R\$ 235,03	R\$ 37,43	R\$ 34,82	R\$ 2.372,06
mai/13	R\$ 1.222,48	R\$ 190,55	R\$ 346,34	R\$ 98,47	R\$ 585,38	R\$ 188,16	R\$ 29,40	R\$ 27,16	R\$ 1.854,62
jun/13	R\$ 1.172,05	R\$ 174,54	R\$ 317,91	R\$ 90,19	R\$ 537,34	R\$ 164,31	R\$ 26,80	R\$ 24,93	R\$ 1.702,40
jul/13	R\$ 1.272,96	R\$ 198,02	R\$ 380,57	R\$ 102,54	R\$ 609,61	R\$ 190,94	R\$ 30,41	R\$ 28,28	R\$ 1.931,36
ago/13	R\$ 1.127,05	R\$ 174,54	R\$ 317,93	R\$ 90,39	R\$ 537,34	R\$ 168,31	R\$ 26,40	R\$ 24,93	R\$ 1.702,40
set/13	R\$ 819,07	R\$ 127,41	R\$ 232,07	R\$ 65,98	R\$ 327,70	R\$ 102,64	R\$ 16,35	R\$ 18,20	R\$ 1.242,73
out/13	R\$ 688,29	R\$ 106,44	R\$ 191,88	R\$ 55,12	R\$ 272,70	R\$ 86,35	R\$ 13,35	R\$ 13,21	R\$ 1.038,22
nov/13	R\$ 700,00	R\$ 117,00	R\$ 204,00	R\$ 58,00	R\$ 344,40	R\$ 108,50	R\$ 12,20	R\$ 16,00	R\$ 1.092,40
dez/13	R\$ 927,31	R\$ 148,92	R\$ 271,24	R\$ 77,32	R\$ 436,45	R\$ 143,29	R\$ 22,87	R\$ 21,27	R\$ 1.452,48
jan/14	R\$ 961,92	R\$ 149,53	R\$ 272,54	R\$ 77,49	R\$ 460,65	R\$ 144,23	R\$ 22,98	R\$ 21,38	R\$ 1.439,45
fev/14	R\$ 685,44	R\$ 106,62	R\$ 194,13	R\$ 55,22	R\$ 326,25	R\$ 102,82	R\$ 16,37	R\$ 15,23	R\$ 1.039,90
mar/14	R\$ 474,82	R\$ 73,83	R\$ 134,48	R\$ 38,23	R\$ 227,29	R\$ 71,13	R\$ 11,34	R\$ 10,55	R\$ 740,11
abr/14	R\$ 348,59	R\$ 62,00	R\$ 112,93	R\$ 31,11	R\$ 190,88	R\$ 59,79	R\$ 8,52	R\$ 8,06	R\$ 604,75
mai/14	R\$ 336,38	R\$ 57,33	R\$ 95,31	R\$ 27,30	R\$ 161,09	R\$ 50,46	R\$ 8,04	R\$ 7,48	R\$ 510,37
jun/14	R\$ 263,39	R\$ 44,08	R\$ 80,29	R\$ 22,83	R\$ 135,71	R\$ 42,51	R\$ 6,77	R\$ 6,30	R\$ 439,97
jul/14	R\$ 216,90	R\$ 36,96	R\$ 67,29	R\$ 20,59	R\$ 123,02	R\$ 38,53	R\$ 6,24	R\$ 5,71	R\$ 381,77
ago/14	R\$ 225,90	R\$ 37,72	R\$ 57,77	R\$ 16,47	R\$ 97,65	R\$ 30,50	R\$ 4,67	R\$ 4,53	R\$ 309,87
set/14	R\$ 252,82	R\$ 24,55	R\$ 44,72	R\$ 12,71	R\$ 75,58	R\$ 23,67	R\$ 3,77	R\$ 3,51	R\$ 239,43
out/14	R\$ 109,44	R\$ 17,02	R\$ 31,07	R\$ 8,82	R\$ 32,41	R\$ 15,42	R\$ 4,91	R\$ 4,43	R\$ 216,04
nov/14	R\$ 92,16	R\$ 14,24	R\$ 26,11	R\$ 7,42	R\$ 48,33	R\$ 13,62	R\$ 4,20	R\$ 2,05	R\$ 139,83
dez/14	R\$ 95,12	R\$ 10,79	R\$ 19,58	R\$ 5,57	R\$ 33,00	R\$ 10,37	R\$ 3,65	R\$ 1,54	R\$ 124,87
Total	R\$ 29.509,74	R\$ 4.590,40	R\$ 8.361,09	R\$ 2.377,17	R\$ 14.131,89	R\$ 4.426,46	R\$ 704,95	R\$ 655,77	R\$ 44.772,83

Fls.: 1777
 Proc.: 033768
 Rubr.: Anu

[Handwritten signatures and initials]

EM BRANCO

Tabela de Cálculo dos Valores de Recursos Humanos à Atenção Básica - Equipe Médica de PSF - Programa de Saúde da Família (uma equipe)

Profissional (40 horas semanais)	Número de Profissionais	Valor Mensal	INSS (20%)	Salário + INSS	Número de Meses	13 Salário Proporcional Mensal	1/3 Férias	Total por Profissional/Mês	Total por Profissional (41) meses	Valor do Repasse
Médico	1	R\$ 7.000,00	20%	R\$ 8.400,00	41	R\$ 583,33	R\$ 194,44	R\$ 9.177,78	R\$ 376.288,89	R\$ 376.288,89
Enfermeiro	1	R\$ 5.000,00	20%	R\$ 6.000,00	41	R\$ 416,67	R\$ 138,89	R\$ 6.555,56	R\$ 268.777,78	R\$ 268.777,78
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	1	R\$ 1.000,00	20%	R\$ 1.200,00	41	R\$ 83,33	R\$ 27,78	R\$ 1.311,11	R\$ 53.755,56	R\$ 53.755,56
Agente Comunitário de Saúde (4 a 6)	6	R\$ 700,00	20%	R\$ 840,00	41	R\$ 58,33	R\$ 19,44	R\$ 917,78	R\$ 225.773,33	R\$ 225.773,33
TOTAL Repasse Atenção Básica										R\$ 924.595,56

Tabela do Cálculo dos Valores do Repasse para a Contratação de 2 Agentes de Endemias e 1 Microscopista (Plano de Ação de Controle de Malária, através de Ata de Reunião de Pactuação firmado em 22/02/2011)

Profissional (40 horas semanais)	Número de Profissionais	Número de Meses	Total por Profissional / Mês	Valor do Repasse
Contratação de Agente de Endemias Laranjal do Jari (Vila da Padaria)	1	41	R\$ 1.181,84	R\$ 48.455,44
Contratação de Agente de Endemias Laranjal do Jari (Vila de Iratapuru)	1	41	R\$ 1.181,84	R\$ 48.455,44
Contratação de Microscopista Laranjal do Jari (Área Urbana)	1	41	R\$ 1.130,15	R\$ 46.336,15
TOTAL				R\$ 143.247,03

Fis.: 1778

Proc.: 033708

Rubr.: *Assm*

7/10

[Handwritten signatures and initials]

EM BRANC

Tabela do Cálculo dos Valores do Repasse para a Aquisição de Materiais para os Agentes de Saúde

Auxílio no Monitoramento da População Migrante

Material dos Agentes de Saúde de Laranjal do Jarí (ficha A)	Número de Profissionais	Valor unitário	Valor Total
Mochilas	120	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
Tênis	120	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00
Camiseta	240	R\$ 28,00	R\$ 6.720,00
Bonés	240	R\$ 10,00	R\$ 2.400,00
Termômetro	120	R\$ 10,00	R\$ 1.200,00
Protetor solar	240	R\$ 10,00	R\$ 2.400,00
Sombriinha	120	R\$ 20,00	R\$ 2.400,00
Lanterna	120	R\$ 20,00	R\$ 2.400,00
Total			R\$ 37.920,00



Handwritten notes and a checkmark in the top left corner.

EM BRANCO

Faint vertical text on the right side of the page, possibly a page number or reference code.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CONVÊNIO DE SAÚDE - LARANJAL DO JARI - AP									
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO									
Periodo	A Total de Repasse Baixa Complexidade Fundo a Fundo	B Total de Repasse Baixa Complexidade Atenção Básica (Equipe Médica)	C Total de Repasse Contratação de 2 Agentes de Endemias e 1 Microscopista	D Total de Repasse Aquisição de Materiais para Agentes de Saúde	Total Repasse (A+B+C+D)	Repasse Convênio CESBE	Sub-Total com Dedução do Repasse CESBE	Total Repasses Mensais	
ago/11	mês 1	R\$ 491,72	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.536,66	(R\$ 4.800,00)	R\$ 21.736,66	-
set/11	mês 2	R\$ 820,96	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.865,90	(R\$ 4.800,00)	R\$ 22.065,90	-
out/11	mês 3	R\$ 1.039,03	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.083,97	(R\$ 4.800,00)	R\$ 22.283,97	-
nov/11	mês 4	R\$ 1.115,99	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.160,94	(R\$ 4.800,00)	R\$ 22.360,94	-
dez/11	mês 5	R\$ 1.111,72	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.156,66	(R\$ 4.800,00)	R\$ 22.356,66	-
jan/12	mês 6	R\$ 1.150,20	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.195,14	(R\$ 4.800,00)	R\$ 22.395,14	-
fev/12	mês 7	R\$ 1.201,51	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.246,45	(R\$ 4.800,00)	R\$ 22.446,45	-
mar/12	mês 8	R\$ 1.329,79	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 37.920,00	R\$ 65.294,73	R\$ 0,00	R\$ 65.294,73	-
abr/12	mês 9	R\$ 1.543,65	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.558,59	R\$ 0,00	R\$ 27.558,59	R\$ 248.499,04
mai/12	mês 10	R\$ 1.753,09	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.798,04	R\$ 0,00	R\$ 27.798,04	R\$ 27.798,04
jun/12	mês 11	R\$ 2.561,23	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 28.606,17	R\$ 0,00	R\$ 28.606,17	R\$ 28.606,17
jul/12	mês 12	R\$ 3.038,74	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 29.683,68	R\$ 0,00	R\$ 29.683,68	R\$ 29.683,68
ago/12	mês 13	R\$ 4.156,12	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 30.201,06	R\$ 0,00	R\$ 30.201,06	R\$ 30.201,06
set/12	mês 14	R\$ 5.028,39	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 31.073,33	R\$ 0,00	R\$ 31.073,33	R\$ 31.073,33
out/12	mês 15	R\$ 4.806,04	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 30.850,99	R\$ 0,00	R\$ 30.850,99	R\$ 30.850,99
nov/12	mês 16	R\$ 5.096,80	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 31.141,74	R\$ 0,00	R\$ 31.141,74	R\$ 31.141,74
dez/12	mês 17	R\$ 5.280,66	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 31.325,60	R\$ 0,00	R\$ 31.325,60	R\$ 31.325,60
jan/13	mês 18	R\$ 5.293,49	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 31.338,43	R\$ 0,00	R\$ 31.338,43	R\$ 31.338,43
fev/13	mês 19	R\$ 5.956,25	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 32.001,19	R\$ 0,00	R\$ 32.001,19	R\$ 32.001,19
mar/13	mês 20	R\$ 6.016,11	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 32.061,05	R\$ 0,00	R\$ 32.061,05	R\$ 32.061,05
abr/13	mês 21	R\$ 5.815,14	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 31.860,08	R\$ 0,00	R\$ 31.860,08	R\$ 31.860,08
mai/13	mês 22	R\$ 4.517,06	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 30.582,01	R\$ 0,00	R\$ 30.582,01	R\$ 30.582,01
jun/13	mês 23	R\$ 4.164,67	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 30.209,61	R\$ 0,00	R\$ 30.209,61	R\$ 30.209,61
jul/13	mês 24	R\$ 4.724,80	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 30.769,74	R\$ 0,00	R\$ 30.769,74	R\$ 30.769,74
ago/13	mês 25	R\$ 4.164,67	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 30.209,61	R\$ 0,00	R\$ 30.209,61	R\$ 30.209,61
set/13	mês 26	R\$ 3.040,12	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 29.085,06	R\$ 0,00	R\$ 29.085,06	R\$ 29.085,06
out/13	mês 27	R\$ 2.579,85	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 28.584,79	R\$ 0,00	R\$ 28.584,79	R\$ 28.584,79
nov/13	mês 28	R\$ 2.672,40	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 28.717,34	R\$ 0,00	R\$ 28.717,34	R\$ 28.717,34
dez/13	mês 29	R\$ 3.553,22	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 29.598,16	R\$ 0,00	R\$ 29.598,16	R\$ 29.598,16
jan/14	mês 30	R\$ 3.570,33	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 29.615,27	R\$ 0,00	R\$ 29.615,27	R\$ 29.615,27
fev/14	mês 31	R\$ 2.544,12	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 28.589,07	R\$ 0,00	R\$ 28.589,07	R\$ 28.589,07
mar/14	mês 32	R\$ 1.761,65	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.806,59	R\$ 0,00	R\$ 27.806,59	R\$ 27.806,59
abr/14	mês 33	R\$ 1.479,44	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.524,38	R\$ 0,00	R\$ 27.524,38	R\$ 27.524,38
mai/14	mês 34	R\$ 1.248,55	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.293,49	R\$ 0,00	R\$ 27.293,49	R\$ 27.293,49
jun/14	mês 35	R\$ 1.051,86	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 27.096,80	R\$ 0,00	R\$ 27.096,80	R\$ 27.096,80
jul/14	mês 36	R\$ 953,51	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.998,45	R\$ 0,00	R\$ 26.998,45	R\$ 26.998,45
ago/14	mês 37	R\$ 756,82	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.801,76	R\$ 0,00	R\$ 26.801,76	R\$ 26.801,76
set/14	mês 38	R\$ 585,79	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.630,73	R\$ 0,00	R\$ 26.630,73	R\$ 26.630,73
out/14	mês 39	R\$ 406,20	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.451,15	R\$ 0,00	R\$ 26.451,15	R\$ 26.451,15
nov/14	mês 40	R\$ 342,07	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.387,01	R\$ 0,00	R\$ 26.387,01	R\$ 26.387,01
dez/14	mês 41	R\$ 256,55	R\$ 22.551,11	R\$ 3.493,83	R\$ 0,00	R\$ 26.301,49	R\$ 0,00	R\$ 26.301,49	R\$ 26.301,49
SubTotal	R\$ 109.530,32	R\$ 924.595,56	R\$ 143.247,03	R\$ 37.920,00	R\$ 1.215.292,90	(R\$ 33.600,00)	R\$ 1.181.692,90	R\$ 1.181.692,90	
TOTAL GERAL									

[Handwritten signatures and initials]

EM BRANCO

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante do proponente, declaro estar de acordo com o plano de trabalho aqui apresentado.

Laranjal do Jari - AP

Local e Data

[Assinatura]

Secretário Municipal de Saúde de
Laranjal do Jari

APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Aprovado:

Local e Data

[Assinatura]
Presidente

Conselheiros:

Jacqueline Brasil
Luzia dos Santos Soares

[Assinatura]
10/10

EM BRANCO

TERMO DE CONVÊNIO

N.º 015/2012

Termo de Convênio n.º 015/2012 que entre si celebram a **ECE PARTICIPAÇÕES S.A.** e o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI - AP**, objetivando o reforço da assistência à saúde da população do município de Vitória do Jari, em consonância com o "**Projeto Básico Ambiental 36 – Programa de Saúde**", como medida compensatória dos impactos sociais na área da Saúde, nas regiões diretamente afetadas pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, conforme legislação em vigor.

De um lado, **ECE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade de propósito específico com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar, conjunto 102, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.333.996/0001-21, por seus representantes ao final assinados, doravante designada simplesmente **ECE**, e de outro, o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI**, pessoa jurídica de direito público interno com sede administrativa na Passarela José Simeão de Souza, nº 4.591, Bairro Prainha – Vitória do Jari (AP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.720.553/0001-19, representado pelo Sr. Chefe do Poder Executivo Municipal Luiz de França Magalhães Barroso, brasileiro, casado, CPF nº 101.146.293-15, RG nº 005253/AP, doravante designado simplesmente **CONVENIADO**.

Têm, entre si justo e contratado, o presente instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Convênio tem por objeto a doação de 01 (uma) ambulância e móveis diversos para 02 (duas) UBS – Unidades Básicas de Saúde, conforme relação apresentada no "Plano de Trabalho" (Anexo I), a ser realizada pela **ECE** ao **CONVENIADO** visando o reforço da assistência à saúde da população do município de Vitória do Jari, em decorrência de eventual aumento populacional provocado pela mão-de-obra migrante atraída pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Santo Antônio do Jari);

Parágrafo primeiro: O reforço da assistência à saúde da população é definido no Projeto Básico Ambiental n.º 36 – Programa de Saúde, estando, as atividades

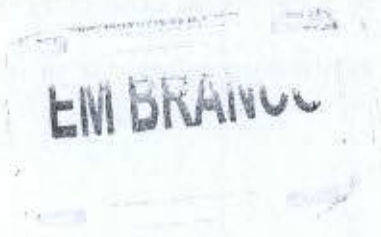
 Several handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page. On the right side, there is a printed name and title: "Edson R. T. Sampaio Gestor Jurídico EDP 1/3".

CONFIDENTIAL

SECRET

The following information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization. This information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization. This information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization.

The following information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization. This information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization. This information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization.



The following information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization. This information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization. This information is being furnished to you for your information only. It is not to be disseminated outside your organization.

discriminadas, no "Plano de Trabalho" (Anexo I), fazendo parte integrante deste Convênio;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Constituem obrigações da ECE:

- a) Efetuar a doação de 01 (uma) ambulância e de móveis para 02 (duas) UBS – Unidades Básicas de Saúde, conforme relação apresentada no "Plano de Trabalho" (Anexo I);
- b) Designar, por escrito, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura deste, um Representante para o presente Convênio, que será o interlocutor das ações previstas no objeto do mesmo;
- c) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente instrumento;

II – Constituem Obrigações do **CONVENIADO**;

- a) Manter e zelar pelos recursos recebidos da ECE;
- b) Não utilizar os recursos recebidos da ECE em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- f) Citar expressamente a contribuição da ECE nos trabalhos quando promover a divulgação das ações do objeto deste Convênio;
- g) Designar, por escrito, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura deste, um Coordenador responsável por todas as ações necessárias à consecução do objeto deste Convênio, o qual deverá participar, juntamente com os técnicos da ECE, das Reuniões de Avaliação frente aos Órgãos Ambientais Fiscalizadores;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO:

Até 10 (dez) dias após a entrega da ambulância e dos equipamentos previstos no Plano de Trabalho (Anexo I), o **CONVENIADO** deverá apresentar um **TERMO DE QUITAÇÃO**, em que conste expressamente o cumprimento das obrigações da ECE previstas no presente **CONVÊNIO**.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente Convênio entra em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se na data de entrega dos recursos, conforme cronograma constante do "Plano de Trabalho" (Anexo I) ou emissão do termo de quitação mencionado na cláusula terceira.



Edson R. T. Sampaio
Gestor Jurídico
EDP

EM BRANCO

CLÁUSULA QUINTA – NOVAÇÃO:

Qualquer tolerância, de parte a parte, em relação a qualquer uma das cláusulas do presente instrumento, não importará em precedente, novação ou alteração da mesma, cujo comprimento continuará exigível, em todos os seus termos, a qualquer tempo.

CLÁUSULA SEXTA – FORO:

Fica eleito o foro da comarca de Vitória do Jari – AP, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Convênio.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Vitória do Jari, 13 de Abril de 2012.



ECE PARTICIPAÇÕES S.A.


PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI – AP

Testemunhas:

1ª: Carla de Guilherme Fontenelle
R.G.: 9345113-3
CPF: 083424528-55

2ª: Roberto Sérgio P. da
R.G.: 2671138
CPF: 355751442-68


Edson R. T. Sampaio
Gestor Jurídico
TEDP
3/3

EM BRANCO

TERMO DE CONVÊNIO - N.º 015/2012

PLANO DE TRABALHO

REFORÇO A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Saúde é parte integrante do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Santo Antônio do Jari). Este Programa tem como base o diagnóstico da situação de saúde realizado nas Áreas de Influência Direta e Indireta.

O Objetivo geral do Programa é estabelecer um conjunto de medidas que contribuam para mitigar os potenciais impactos sobre a saúde das pessoas decorrentes da construção da UHE Santo Antônio do Jari.

O Programa se fundamenta em experiências nacionais e internacionais relacionados aos impactos sobre a saúde humana decorrentes da construção de aproveitamentos hidrelétricos e foi elaborado a partir das informações coletadas em campo durante o levantamento socioeconômico, contando com os seguintes subprogramas:

- Subprograma de Saúde da População;
- Subprograma de Controle de Vetores;
- Subprograma de Vigilância Epidemiológica; e
- Subprograma de Educação em Saúde.

Os aspectos relativos ao controle médico dos trabalhadores, saúde ocupacional e segurança no trabalho estão tratados no Programa Ambiental para Construção - PAC.

O Programa de Saúde da UHE Santo Antonio do Jari prevê, entre outros, o repasse de recursos para o fortalecimento da assistência, no nível da Atenção Básica nas unidades de saúde dos municípios que terão suas populações aumentadas em decorrência da construção do empreendimento.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stamp for Edson R. T. Sampaio, Gestor Jurídico EDP.

Edson R. T. Sampaio
Gestor Jurídico
EDP

1/3

1973
1974
1975

SECRET & CONTROL BOARD

SECRET BOARD

SECRET BOARD CONTROL BOARD

SECRET BOARD

SECRET BOARD CONTROL BOARD

SECRET BOARD CONTROL BOARD

SECRET BOARD CONTROL BOARD

EM BRANCU

2. DADOS DA ENTIDADE PROPONENTE

Nome:		CNPJ/MF:	
Prefeitura Municipal de Vitória do Jari		09.333.996/0001-21	
		Esfera Administrativa:	
		Municipal	
Endereço:			
Passarela José Simeão de Souza, nº 4.591			
Cidade:	UF	CEP	DDD/Fone/Fax
VITÓRIA DO JARI	PA		

3. DADOS BANCÁRIOS PARA ATENDER O OBJETO:

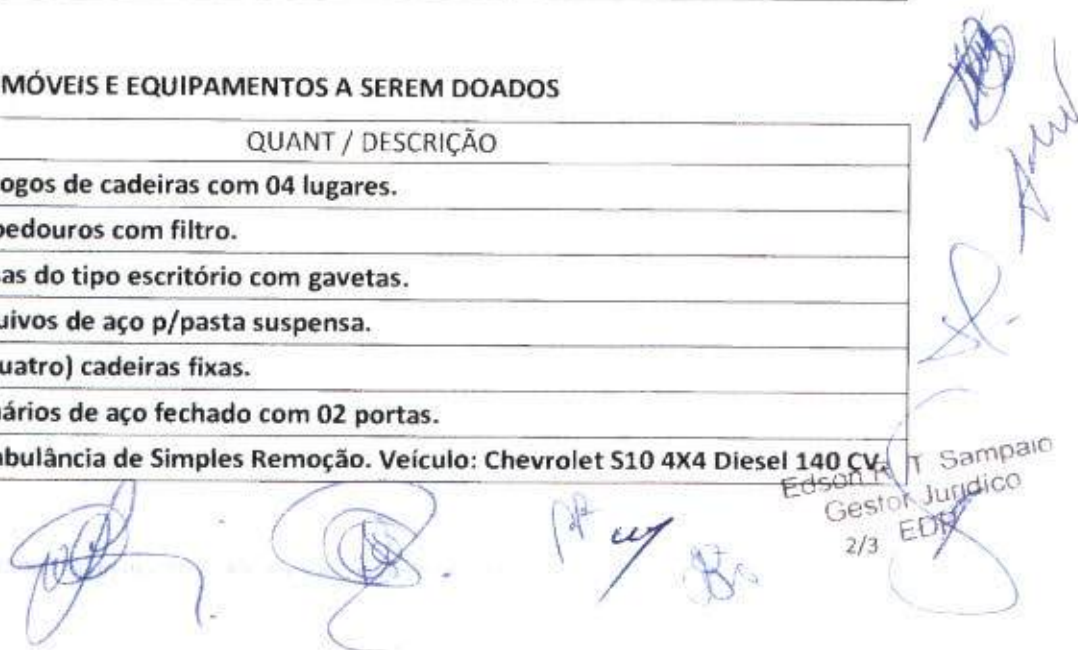
SAÚDE	
Proponente:	
Prefeitura Municipal de Vitória do Jari / Secretaria Municipal da Saúde de Vitória do Jari	
Denominação da C/C:	
Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari	
Banco:	N.º do Banco
NA	NA
Agência:	N.º Conta Corrente:
NA	NA

4. DESCRIÇÃO:

Título
Reforço às Ações de Saúde do Município de Vitória do Jari
Identificação do Objeto:
Reforço, através de doação de móveis diversos para 02 (duas) UBS – Unidades Básicas de Saúde e 01 ambulância, a ser efetuado pela ECE à Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, visando a assistência à saúde da população atraída (migrante) pela construção da UHE Santo Antônio do Jari, dentro das atividades previstas no Programa Ambiental de Saúde (PA-36). Prazo de Entrega: até 6 (seis) meses a partir da data de assinatura do Convênio.

5. RELAÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DOADOS

ITENS	QUANT / DESCRIÇÃO
1	04 (quatro) jogos de cadeiras com 04 lugares.
2	02 (dois) bebedouros com filtro.
3	10 (dez) mesas do tipo escritório com gavetas.
4	06 (seis) arquivos de aço p/pasta suspensa.
5	24 (vinte e quatro) cadeiras fixas.
6	06 (seis) armários de aço fechado com 02 portas.
7	01 (uma) Ambulância de Simples Remoção. Veículo: Chevrolet S10 4X4 Diesel 140 CV.



 Edson T. Sampaio
 Gestor Jurídico
 2/3 ED

EM BRANCO

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante do proponente, declaro estar de acordo com o plano de trabalho aqui apresentado.

Vitória Jari 10/04/14

Local e Data

Roberto Augusto P. Nei

Secretário Municipal de Saúde de Vitória do Jari

APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Aprovado:

Vitória do Jari 13 de Abril 2014

Local e Data

Conselho da C. S. M. do Jari

Presidente

Conselheiros:

Augusto Almeida da Silva
ISAAC R. OLIVEIRA DA SILVA

Edson R. T. Sampaio
Gestor Jurídico
EPP
[Signature]

EM BRANCO

TERMO DE CONVÊNIO

N.º 015/2012

Termo de Convênio n.º 015/2012 que entre si celebram a **ECE PARTICIPAÇÕES S.A.** e o **MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI**, objetivando o cumprimento de compromissos estabelecidos no "**Projeto Básico Ambiental 36 – Programa de Saúde**", como medida compensatória dos impactos sociais na área da Saúde, nas regiões diretamente afetadas pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, conforme legislação em vigor.

De um lado, **ECE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade de propósito específico com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar, conjunto 102, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.333.996/0001-21, por seus representantes ao final assinados, doravante designada simplesmente **ECE**, e de outro, o **MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI**, pessoa jurídica de direito público interno com sede administrativa na Av. Tancredo Neves, S/N, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.066.905/0001-60, representado pela Sra. Chefe do Poder Executivo Municipal Euricélia Melo Cardoso, brasileira, casada, CPF nº 466.697.012-68, RG nº 281.435 SSP/AP, doravante designado simplesmente **CONVENIADO**, com a anuência da **CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS**, com sede no município de Curitiba, Estado de Paraná, na Rua João Negrão, nº 2.226, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.487.222/0001-42, por seus representantes ao final assinados, doravante designada simplesmente **ANUENTE**.

Têm, entre si justo e contratado, o presente instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Convênio tem por objeto:

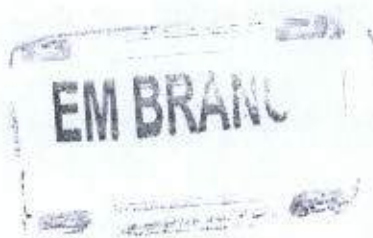
- a) o repasse financeiro a ser realizado pela **ECE** ao **CONVENIADO** visando o reforço da assistência à saúde da população do município de Laranjal do Jari, em decorrência do aumento populacional provocado pela mão-de-obra migrante atraída pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Santo Antônio do Jari);



DATE: 10/15/54

TO: SAC, NEW YORK
FROM: SAC, NEW YORK
SUBJECT: [Illegible]

[Illegible typed text]



[Illegible typed text]

- b) o repasse financeiro para a contratação de 01 microscopista e 02 agentes de endemias em cumprimento ao Plano de Ação de Controle de Malária - PACM, firmado entre a **ECE** e o **CONVENIADO** em 22/02/2011.

Parágrafo primeiro: O reforço da assistência à saúde da população é definido no Projeto Básico Ambiental n.º 36 – Programa de Saúde, estando, as atividades discriminadas, no “Plano de Trabalho” (Anexo I) - Cronograma de Desembolso, fazendo parte integrante deste Convênio;

Parágrafo segundo: O presente Convênio absorve o Convênio N.º 001 / 2011 / PMLJ / SEMSA firmado entre o ANUENTE e o CONVENIADO em 31/08/2011, assumindo a responsabilidade dos repasses financeiros da ANUENTE ao CONVENIADO.

Fica estabelecido, ainda, que, com a assinatura do presente instrumento, o Convênio N.º 001 / 2011 / PMLJ / SEMSA fica rescindido de pleno direito, sem qualquer penalidade para o ANUENTE o ou CONVENIADO, devido à absorção do seu objeto com o do presente CONVÊNIO, rescisão, esta, que o ANUENTE e o CONVENIADO expressamente efetivam no presente ato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I - Constituem obrigações da **ECE**:

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros para o **CONVENIADO**, necessários ao fiel cumprimento das atividades de sua responsabilidade e previstas neste Convênio, absorvendo os repasses da **ANUENTE** ao **CONVENIADO** assumidos no Convênio n.º 001 / 2011 / PMLJ / SEMSA, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho;
- b) Designar, por escrito, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura deste, um Representante Geral para todos os Convênios firmados entre a **ECE** e o **CONVENIADO**, e um Representante Específico para o presente Convênio, tecnicamente subordinado ao primeiro, que será o interlocutor das ações previstas no objeto do mesmo;
- c) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente instrumento;
- d) Enviar, semestralmente, os dados do monitoramento da população migrante (Programa Ambiental n.º 31), a fim de acompanhar a efetividade da previsão do aumento populacional;

II – Constituem Obrigações da **CONVENIADO**:

- a) Executar todas as atividades inerentes à implantação do objeto deste Convênio, detalhadas no Plano de Trabalho;

EM BRANCO

- b) Movimentar os recursos financeiros liberados pela **ECE**, em conta específica constante no Plano de Trabalho;
- c) Não utilizar os recursos recebidos da **ECE** em finalidade diversa estabelecida neste Convênio;
- d) Facilitar o acompanhamento dos trabalhos e a atuação fiscalizadora por parte dos técnicos da **ECE**, facultando-lhes, sempre que solicitado, acesso a todos e quaisquer documentos e/ou informações relacionadas ao objeto deste Convênio;
- e) Restituir o valor transferido, devidamente corrigido, acrescido de juros legais e correção monetária, conforme legislação vigente aplicável, a partir da data do seu recebimento, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas quando os recursos que não forem utilizados, em sua totalidade, na execução das atividades, quando da última prestação de contas;
- f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;
- g) Citar expressamente a contribuição da **ECE** nos trabalhos quando promover a divulgação das ações do objeto deste Convênio;
- h) Designar, por escrito, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura deste, um Coordenador responsável por todas as ações necessárias à consecução do objeto deste Convênio, o qual deverá participar, juntamente com os técnicos da **ECE**, das Reuniões de Avaliação frente aos Órgãos Ambientais Fiscalizadores;
- i) Contratar, com recursos deste Convênio, os serviços discriminados no Plano de Trabalho, sendo que os profissionais contratados pela **CONVENIADO**, não terão qualquer vínculo com a **ECE**, ficando a cargo da **CONVENIADO** a integral responsabilidade no que se refere a todos os direitos desses profissionais, mormente os trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos necessários para execução dos objetos deste Convênio, no montante de R\$ 1.215.292,90 (um milhão, duzentos e quinze mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa centavos), serão repassados pela **ECE** ao **CONVENIADO** em conformidade com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho anexo e parte integrante do presente.

Parágrafo 1º: O valor total do presente Convênio poderá ser reajustado, mediante Termo Aditivo, caso comprovada distorções entre os valores da população migrante estimada, utilizada para a composição do valor do presente instrumento, e a população migrante real, apurada pelo histograma da obra e pelos

EM BRANCO

resultados do Programa Ambiental n.º 31 – Controle e Monitoramento da População Migrante;

Parágrafo 2º: Os recursos referentes à primeira parcela do Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (Anexo I) serão liberados em até 20 (vinte) dias após a data da assinatura deste Convênio. As parcelas subsequentes serão liberadas no 5º (quinto) dia útil do mês, para tanto, o CONVENIADO deverá apresentar um documento de cobrança com dez dias de antecedência da data do pagamento, sendo já acertado que a efetivação do pagamento ocorrerá na primeira sexta-feira subsequente ao vencimento da parcela, sem que isto acarrete quaisquer tipos de sanções;

Parágrafo 3º: O repasse dos recursos será realizado em 41 (quarenta e uma) parcelas mensais, conforme Cronograma de Desembolso, sendo que ao ser efetivado o Convênio, as parcelas retroativas ao mês de agosto/2011, serão desembolsadas no primeiro pagamento, conforme consta no "Plano de Trabalho – Cronograma de Desembolso";

Parágrafo 4º: Os valores apresentados no Plano de Trabalho são estimados, podendo ser remanejados entre si, e, em hipótese alguma, poderão ultrapassar o montante total previsto no caput desta cláusula;

Parágrafo 5º: Os reajustes dos valores obedecerão ao "Piso de Atenção Básica – PAB" e "Programa de Saúde da Família – PSF", todos do Ministério da Saúde, publicado no Diário Oficial da União (DOU), concedidos pelo CONVENIADO, de acordo com o enquadramento de cada contratado;

Parágrafo 6º: Os recursos financeiros destinados pela **ANUENTE** ao **CONVENIADO** por meio de CONVÊNIO Nº 001/2011/PMLJ/SEMSA firmado entre as partes no âmbito da assistência básica à saúde, em 31/08/2011, serão deduzidos dos valores a serem repassados, conforme Plano de Trabalho;

Parágrafo 7º: É vedado ao **CONVENIADO**:

i) Transferir os recursos recebidos a qualquer órgão público ou atividade não descrita no Plano de Trabalho e/ou conta não vinculada ao Convênio, mesmo a título de controle;

ii) Inclusão, tolerância ou admissão, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, nos casos de utilização dos recursos recebidos em finalidade não estabelecida neste Convênio.



... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

EM BRANCO

... ..

CLÁUSULA QUARTA – DOS REAJUSTES

Anualmente, na data de aniversário da assinatura do presente Convênio, o valor do saldo remanescente dos valores para o pagamento da Médica, Microscopista e Agentes de Endemias será reajustado monetariamente pelo IGP-M / FVG Índice Geral de Preço do Mercado.

Parágrafo único: O saldo remanescente dos valores referentes à Atenção Básica serão reajustados, mediante aditivo, sempre que o Ministério da Saúde promover reajustes na tabela dos repasses.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUSPENSÃO DOS REPASSES:

Fica avençado entre as partes que, caso o **CONVENIADO** deixe de cumprir quaisquer obrigações constantes deste instrumento, a **ECE** poderá suspender o repasse dos valores constantes no Plano de Trabalho, até que a obrigação que deu origem à suspensão do repasse seja adimplida pelo **CONVENIADO**.

Parágrafo único: A **ECE** não poderá, de forma alguma, ser responsabilizada, civil ou criminalmente, por qualquer evento que venha a ocorrer em decorrência da suspensão do repasse dos recursos financeiros por culpa única e exclusiva do **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

O **CONVENIADO** realizará junto a **ECE**, Prestação de Contas dos valores objeto do Plano de Trabalho, sob forma de relatório contábil, quando solicitado pela **ECE**. A não apresentação do referido relatório poderá suspender os pagamentos até a devida apresentação da Prestação de Contas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e, ainda, por infração de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E MODIFICAÇÕES:

O presente Convênio entra em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado e/ou alterado, mediante a assinatura de respectivo "Termo Aditivo".

CLÁUSULA NONA – NOVAÇÃO:

Qualquer tolerância, de parte a parte, em relação a qualquer uma das cláusulas do presente instrumento, não importará em precedente, novação ou alteração da mesma, cujo cumprimento continuará exigível, em todos os seus termos, a qualquer tempo.

EM BRANCO

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO:

Fica eleito o foro da comarca de Laranjal do Jari – AP, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Convênio.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.


Laranjal do Jari, 13 de Abril de 2012.


ECE PARTICIPAÇÕES S.A.


CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS


EURICÉLIA MELO CARDOSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI - AP

Testemunhas:

1º: 
R.G.: 364414
CPF: 680.712.802-91

2º: 
R.G.: 8.765.877/mc
CPF: 037.586.896-37



EM BRANCO



Fls.: 1794
Proc.: 0337/08
Rubr.: Apr

MMA - IBAMA
Documento:
02001.028593/2012-36

Data: 03/07/12

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA
COORDENAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Memorando nº. 109 /2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 03 de julho de 2012.

À: **Coordenação Geral de Fiscalização - CGFIS**

Assunto: **Avaliação de providências cabíveis – AHE Santo Antônio do Jari, processo nº 02001.000337/2008-06**

Senhor Coordenador-geral,

1. Solicito avaliar as providências cabíveis, com relação ao descrito na Nota Técnica nº 53/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA no que diz respeito ao não cumprimento da Condicionante Específica nº 2.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011 emitida à ECE Participações S.A., CNPJ 09.333.996/0001-21 e à Consultoria Sete Soluções e Tecnologias Ambientais Ltda., CNPJ 02.052.511/0001-82.
2. Encaminho, para subsidiar tal avaliação, cópias da Nota Técnica e Autorização supracitadas, ao tempo em que informo estarmos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

ANDRÉ DE LIMA ANDRADE
Coordenador de Hidrelétricas

Anexos: Nota Técnica nº 53/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 207/2011

G:\dilio\COHID\Empreendimentos\Usinas\UHE Santo Antônio (Jari)\Memorandos\Memorando_CGENE_CGFIS_solicitação_auatuação_mortalidade_nov_2011

EM BRANCO



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE LARANJAL DO JARI
GABINETE DA PREFEITA

Fis.: 1795
Proc.: 0337108
Fobr.: *Amrv*

Ofício nº 539/2012 - GAB/PMLJ

Laranjal do Jari, 11 de junho de 2012.

Ao Ilustríssimo Sr.
MARCOS KEYNES
SUPERINTENDENTE DO IBAMA/AP
C/C
ANTONIO LUIZ RODRIGUES
GESTOR OPERACIONAL DE MEIO AMB

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBAMA/AP
DOCUMENTO N.º 02004.000776/12
DATA: 10.06.12

Antônio Luiz Rodrigues 15:109

Prezado Senhor,

O Município de Laranjal do Jari, nos últimos anos, vem atraindo novos empreendimentos e como consequência um acréscimo no número de habitantes. Os impactos advindos desta sobrecarga populacional resultam em uma ampliação e aumento na manutenção da infraestrutura necessária para atender os anseios da população laranjalense. As demandas para a ampliação e manutenção de passarelas, advindas de construções irregulares, vêm aumentando consideravelmente. No entanto é nosso dever quanto gestor proporcionar melhores condições de vida para população.

Considerando que é de nosso conhecimento que a empresa contratada para a execução da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari / EDP – ECE PARTICIPAÇÕES S.A, tem como procedimento para a sua instalação, o corte de madeira da área a ser inundada, no qual ainda encontra-se em seu poder, não sendo ainda destinada para sua condição final. Solicitamos vossa colaboração no sentido de apreciar nosso relatório fotográfico em anexo, para possível doação desta madeira, para ser usado na construção e manutenção das passarelas nas áreas de influência direta e indireta afetadas por esse empreendimento no município de Laranjal do Jari. Acreditamos que essa ação oportunizará a nossa população condições dignas para o bem estar e segurança, tendo em vista que tais medidas compensatórias ambientais são previstas para o apoio dos municípios no Projeto Básico Ambiental N°28 exigidas pelo IBAMA na liberação da Licença Prévia para este empreendimento.

Certa de contar com a parceria e o apoio deste órgão, externo meus agradecimentos.

Respeitosamente,


EURICÉLIA MELO CARDOSO
Prefeita de Laranjal do Jari/AP

De ordem: *André Anhed* Em: 04/07/12
Para: *André Anhed*

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

Ciente em 09/07/2012

Apmy Kito

À equipe para ciência

A AA Ana Patrícia

Apmy Kito
Ambiental
1.730.428
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Solicitado a elaboração
de ofício à empresa selecionada
de uma avaliação do

Ciente em 09/07/2012

Daniela da Costa

Daniela da Costa Moraes
Analista Ambiental
Matr. 1.727.554
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

pleito da Prefeitura e

Ciente em 09/07/12.

informando que o IBAMA

Ciente em 09/07/12

Apmy Kito
Matr. 1.717.120

não se opõe à doação

Ciente em 09.07.12

da madeira, desde que

a destinação seja feita

de forma legal. Favor

enviar ofício etc para

a Prefeitura.

Em 08/07/12,

André Anhed

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **Samauma**, localizada no bairro **Samauma**, com área afetada de 1.553 m² e perímetro de 1.035 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



EM BRANCO

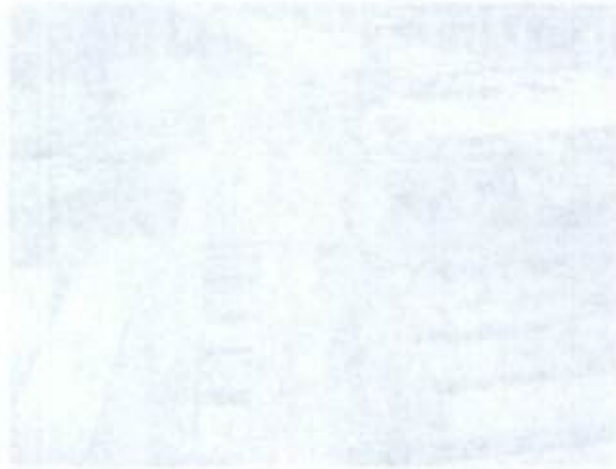


RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **Jorge da Amadja**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 120m² e perímetro de 80m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



EM BRANCO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **Calçoene**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 127,5m² e perímetro de 85m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



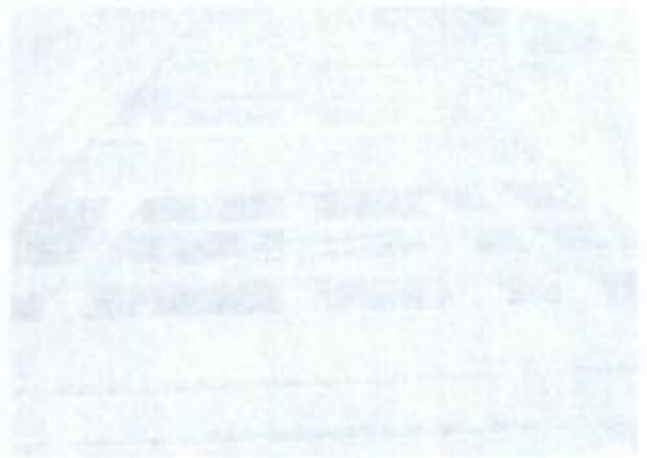
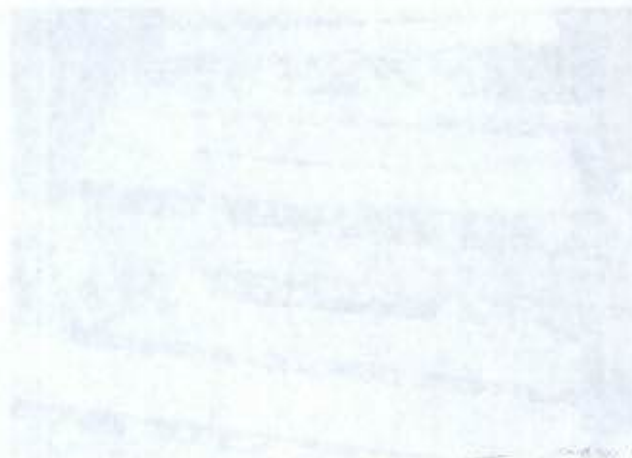
EM BRANCO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela do Ovo, localizada no bairro Centro, com área afetada de 405 m² e perímetro de 270m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



EM BRANCO

Este relatório foi elaborado pelo Departamento de Engenharia de Edificações da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Estado do Amara, em conformidade com o que dispõe o Regulamento de Serviço Fotográfico nº 001/2011.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **Progresso**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 127,5 m² e perímetro de 85 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização



Foto da passarela **Almeirim**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 180 m² e perímetro de 120 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Este relatório fotográfico foi elaborado em virtude do contrato nº 12345 de prestação de serviços de fiscalização de obras, firmado em 15 de julho de 2011, com a empresa ABC Engenharia e Construção Ltda. O presente relatório descreve o estado das obras em andamento no local mencionado no contrato.



EM BRANCO

Este relatório fotográfico foi elaborado em virtude do contrato nº 12345 de prestação de serviços de fiscalização de obras, firmado em 15 de julho de 2011, com a empresa ABC Engenharia e Construção Ltda. O presente relatório descreve o estado das obras em andamento no local mencionado no contrato.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **01 de junho**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 105 m² e perímetro de 70 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização



Foto da passarela **Santa Rita**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 330 m² e perímetro de 220 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **Aguiar**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 105 m² e perímetro de 70 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

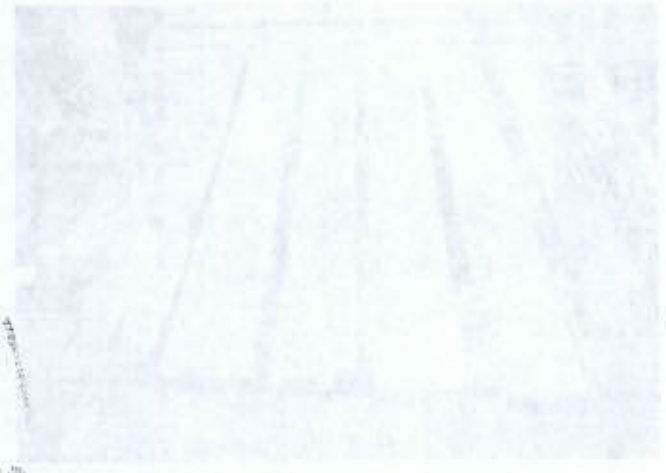


Foto da passarela **15 de junho**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 267 m² e perímetro de 178 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto de referência da obra, tomada no dia 20 de Junho de 2012, às 10h30min, com o objetivo de registrar o estado atual da obra.



EM BRANCO

Foto de referência da obra, tomada no dia 20 de Junho de 2012, às 10h30min, com o objetivo de registrar o estado atual da obra.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



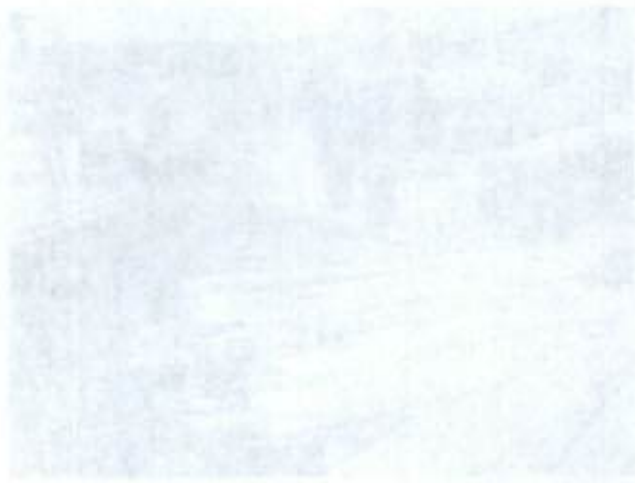
Foto da passarela **13 de junho**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 195 m² e perímetro de 130 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **Tancredo Neves**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 120 m² e perímetro de 80m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



EM BRANCO

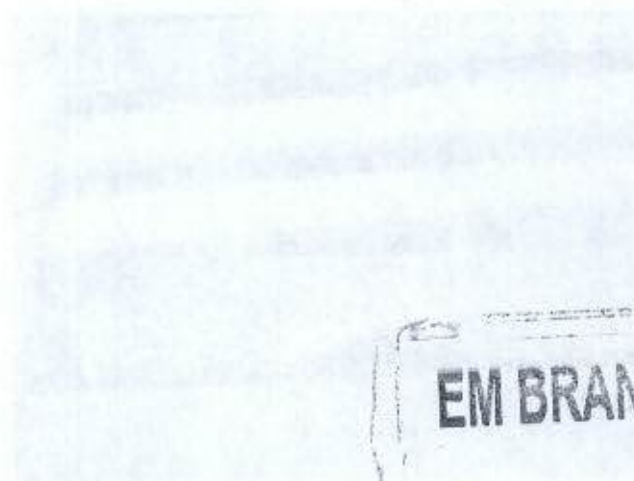
Este relatório foi elaborado em conformidade com o Edital nº 001/2021, de 15 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 16 de maio de 2021, e o Edital nº 001/2021, de 15 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 16 de maio de 2021.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **Ayrton Senna**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 180 m² e perímetro de 120 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRAFICO



EM BRANCO

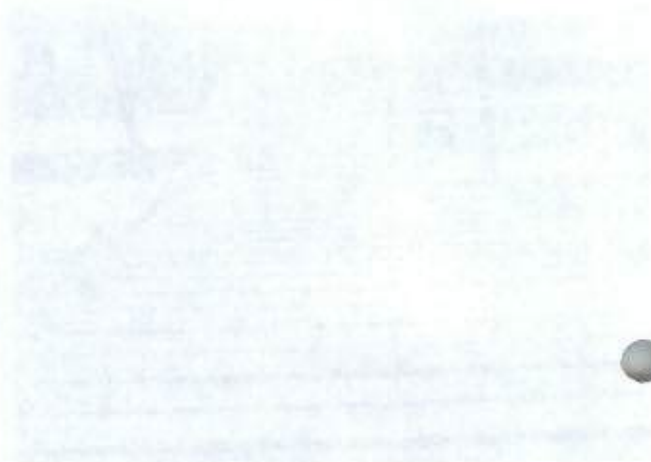
Este relatório foi elaborado com base em fotografias tiradas durante a visita técnica realizada em 15/05/2024, no local descrito no item 1.1 do Edital nº 001/2024, de licitação para contratação de serviços de engenharia para elaboração de projeto executivo e acompanhamento da obra de construção de uma unidade habitacional, localizada no bairro Jardim Primavera, no município de Laranjeiros do Jari, Estado do Amapá.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto da passarela **1 de maio**, localizada no bairro Centro, com área afetada de 195 m² e perímetro de 130 m.
Data da foto: 20 a 22 de julho de 2011.
Foto: Oziel Vaz Leite – Diretor de Fiscalização

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



EM BRANCO

Este relatório foi elaborado em conformidade com o que consta no Edital nº 001/2011, de 12 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá em 13 de maio de 2011.

DOCUMENTO: 02004.000776/12


ASSUNTO: **Solicita manifestação sobre doação/utilização de madeira oriunda de área de empreendimento UHE Santo Antonio do Jari**

INTERESSADO: **Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari**

A DITEC/NLA,

1. Encaminho a presente documentação para conhecimento e manifestação junto a equipe do Núcleo de Licenciamento Ambiental desta autarquia.

Em 19 de junho de 2012


Marcus Keynes Santos Lima
Superintendente - Ibama/AP

A COHID/DILIC,

Para conhecimento e deliberação da solicitação da Prefeitura de Laranjal do Jari.

Em 25 de junho de 2012.


Ana L. Blanc dos Santos
Coord. NLA / SUPES / IBAMA - AP
Mat. 0327464

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

[Handwritten signature]

EM BRANCO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1596, Fax: (61) 3316-1178 - <http://www.ibama.gov.br>

Fis.: 1808
Proc.: 0337/08
Rubr.: *Apm*

Ofício nº 172 /2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 09 de julho de 2012.

Ao Senhor

Juhei Muramoto

EDP – ECE Participações S.A.
Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar
Itaim Bibi - São Paulo/SP
CEP: 04.532-001
Tel.: (11) 2185-5576 / Fax: (11) 2185-5000

Com cópia:

À Senhora

Euricelia Melo Cardoso

Prefeitura de Laranjal do Jari/AP
Avenida Tancredo Neves, nº 2425
Agreste – Laranjal do Jari/AP
CEP: 68.920-000
Tel.: (96) 3621-1102 / Fax: (96) 3621-3804

Assunto: **Pleito da Prefeitura de Laranjal do Jari/AP acerca da doação da madeira**
Ref.: Processo Ibama nº 02001.000337/2008-06 – AHE Santo Antônio do Jari

Prezado Senhor,

1. Em andamento ao processo de licenciamento ambiental do AHE Santo Antônio do Jari, solicito avaliação do pleito da Prefeitura de Laranjal do Jari/AP acerca da doação de madeira extraída no âmbito das obras do empreendimento.
2. Informo que o Ibama não se opõe à doação da madeira desde que a destinação seja feita de forma legal.

Atenciosamente,

ANDRÉ DE LIMA ANDRADE
Coordenador do Licenciamento de Hidrelétricas

Anexo: Ofício nº 539/2012 – GAB/PMLJ

EM BRAN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 02 Setor de Clubes Esportivos Norte, Ed. Sede - Brasília - DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1212 ramal (1596) - URL: <http://www.ibama.gov.br>

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Local: Auditório 02 do IBAMA - Sede Brasília/DF

Data: 02/07/2012

Horário: 14h00

Assunto: Construção da Ensecadeira B e ensecamento temporário do trecho principal da Cachoeira de Santo Antônio, conforme correspondência ECE 313/2012.

Participantes: Luiz F. Suffiati, Ana Patrícia Mykito, Daniela Moraes, Eliese Cristina de Oliveira, Juhei Muramoto, Eduardo Guilherme Santarelli, Ivan Soares Teles de Sousa, Nelson K. Kano, André Luiz de C. Pereira, José Guilherme A. Nascimento, Julio César R. Ferreira, André de Lima Andrade (lista de presença em anexo).

A seguir é apresentado um breve resumo dos pontos principais da reunião:

- 1 - Apresentação dos participantes, conforme lista em anexo;
- 2 - Senhor José Guilherme, antigo representante da empresa responsável pela obra, fez um breve histórico do processo;
- 3 - A empresa abordou a questão da vazão mínima, informando que havia solicitação para 30m³/s, porém através de estudos solicitados pela ANA, a vazão definida por esta Agência foi de 45m³/s;
- 4 - Foi lembrado que durante a audiência pública realizada em Laranjal do Jari/AP, a população solicitou que a casa de força fosse levada para a margem esquerda do rio, no estado do Amapá;
- 5 - A empresa afirmou que, buscando atender à população, foram feitos estudos e definiu-se por trazer a casa de força um pouco mais para a margem esquerda, de tal forma que a construção seria feita em duas etapas: ensecar a margem direita e construir no local e, em momento posterior, ensecar a margem esquerda e construir no local;
- 6 - Segundo a empresa, essa alteração foi aprovada pelo Ibama na emissão da LI, uma vez que essa alteração foi apresentada ao Instituto em momento entre a LP e a LI. Além disso, o EIA já previa o ensecamento de diversos locais, como canais, não somente da cachoeira - impacto 34 (EIA);
- 7 - A empresa mencionou que havia preocupação do Ibama, ainda no momento da LP, que houvesse água no trecho a jusante da cachoeira, devido aos lançamentos de efluentes realizados no rio Jari pelos municípios e pequenas comunidades localizadas às margens do rio;
- 8 - Quando questionados sobre a influência da maré no empreendimento, foi informado que esse efeito é resultante da ação do oceano Atlântico sobre o rio Amazonas, que por sua vez, faz com que a maré chegue ao pé da cachoeira em todos os meses do ano. Segundo o informado, o efeito de maré possibilitaria o deslocamento de barcos até a cachoeira durante todo o ano. Além disso, foi informado que a maré abrange todo o TVR, portanto, não somente no braço do rio Jari onde está a cachoeira, como também no braço do rio onde será o canal de fuga.
- 9 - O Ibama questionou sobre a previsão de ensecamento realizada no EIA, qual o período e o local;
- 10 - A empresa informou que no EIA, o Impacto 34 previa a redução da vazão natural do rio Jari próximo à cachoeira; inicialmente por aproximadamente 2 anos. Com a alteração da engenharia do projeto, definiu-se pelo ensecamento de cada margem de forma separada,

reduzindo o ensecamento da cachoeira principal para 10 meses;

11 - O Ibama questionou a demonstração em mapas do que foi mencionado na carta ECE 313/2012, que o local de passagem de água seria entre as ensecadeiras B e D pelo período de 10 meses, momento em que não haveria passagem de água pela cachoeira principal;

12 - A empresa fez uma apresentação utilizando-se de mapas para demonstrar as alterações de engenharia, as quais foram apresentadas ao Ibama através do documento CAE 032/2011. Tal documento foi protocolado em abril de 2011, antes da LI, e após a reunião realizada no Ibama em 01/04/2011;

13 - A empresa frisou que a construção da Ensecadeira B, responsável pelo ensecamento na cachoeira principal, pelo período de 10 meses, é necessária para a construção da casa de força secundária (margem esquerda), assim como da estrutura localizada entre a barragem e a cachoeira com o objetivo de concentrar a água no trecho principal da cachoeira e ao mesmo tempo permitir o melhor "espalhamento" da água durante a queda, mantendo assim a beleza cênica na fase de operação do empreendimento, conforme previsto no novo projeto de engenharia.

14 - Também foi informado que durante esta 2ª etapa construtiva, que compreende a Ensecadeira B, toda a vazão do rio Jari passará pelo trecho de 650m, entre as Ensecadeiras B e D, atingindo as cachoeiras secundárias existentes no local (ao lado do trecho principal da cachoeira conhecido por "ferradura"). Já durante a operação do empreendimento, a água excedente que não passar pelas turbinas para geração de energia, passará pelo vertedouro, atingindo toda a cachoeira de Santo Antônio.

15 - Quando questionado, foi informado que a distância do pátio de madeira estocada na margem esquerda do rio Jari até o local do canteiro de obras secundário é de cerca de 2km;

16 - Com relação à distância da barragem à cachoeira, foi informado que está entre 200 a 400 metros;

17 - Por fim, a empresa listou ações no âmbito do Programa de Comunicação Social que serão adotadas para informar a população sobre o ensecamento do trecho principal da cachoeira e as medidas de segurança a serem adotadas: anúncios no rádio, entrega de folhetos e boletins, conversas com a população, solução de dúvidas através do Serviço de Ouvidoria (0800), etc.;

18 - Em relação às ações de comunicação, o Ibama frisou a necessidade de informar que essa situação será mantida somente por 10 meses e que, após esse período e durante a operação da usina, a cachoeira principal terá sua vazão mantida conforme as regras de operação definidas para o empreendimento;

19 - A reunião foi finalizada com outras tratativas: previsão de entrega do 2º Relatório Semestral de Acompanhamento dos Programas Ambientais; necessidade de realização de vistoria em agosto/2012; possibilidade de realização de seminários sobre o andamento dos programas ambientais; realização do Fórum Social de Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari, entre outros.



SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
 SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
 Tel.: (61) 3316-1292 Ramal: 1596 - Fax: (61) 3316-1952 - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Reunião AHE Santo Antônio do Jari - Obras: Cachoeira e Ensecadeira B
Data: 02 / 07 / 2012

Nome	Instituição	Telefone	Email
ANA PATRICIA MYKITO	IBAMA	(61) 3316 - 1596	ANA.MYKITO@IBAMA.GOV.BR
Daniela Moraes	IBAMA	3316 - 1596	DANIELA.MORAIS@IBAMA.GOV.BR
Elise Cristina de Oliveira	IBAMA	3316 - 1317	ELISE.OLIVEIRA@IBAMA.GOV.BR
Juhei Muramoto	EDP/ECE	(11) 9984.2312	juhei.muramoto@edp.br.com.br
André Guilherme Andrade	EDP/ECE	11 89515774	andrei.guillherme@edp.br.com.br
IUAN SOARES TELES DE SOUZA	ECOWAYBRASIL	(21) 9126 9882	IUAN.TELES@ECOWAYBRASIL.COM.BR
LUIZ FERNANDO SUFFIATI	IBAMA/COMID	61-3316-1317	LUIZ.SUFFIATI@IBAMA.GOV.BR
Nelson Kazuo Kano	EDP/ECE	11-285-5531	nelson.kano@edp.br.com.br
C. L. S. de Carlos Pereira	EDP/ECE	11-7140-3107	andrei.pereira@edp.br.com.br
José Guilherme A. Nascimento	MINAS PCH	61 9966 7481	JGAN@TERRA.COM.BR
Julio Cesar Raposo Ferreira	IBAMA	3316-1317	juliocezar@ibama.gov.br
André de Lima Andrade	IBAMA	3316 1290	andrei.andrade@ibama.gov.br

Fis: 1810
 Proc: 0337108
 Rubr: Apr

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos **20** dias do mês de **agosto** de **2012**, procedeu-se o encerramento deste Volume nº IX do processo de nº **02001.000337/2008-06**, referente ao Licenciamento Ambiental do AHE Santo Antônio do Jari, iniciado na folha 1616 e finalizado na folha nº 1811, abrindo-se em seguida o Volume X.

Ana Patrícia Mykito
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Mat. 1.730.428

EM BRANCO